3 1761 07152609 9

P
56
85
.5

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

V

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

NARRATIVAS, LENDAS, BIOGRAPHIAS
DESCRIPÇÕES DE TEMPLOS E MONUMENTOS, ESTATISTICAS, COSTUMES CIVIS
POLITICOS E RELIGIOSOS DE OUTRAS ERAS

POR

J. RIBEIRO GUIMARÃES

VENDE-SE
EM CASA DE—ROLLAND & SEMIOND
3—RUA NOVA DOS MARTYRES—3
1875

LIBRARY
JAN 12 1973
UNIVERSITY OF TORONTO

DP
756
G85
v. 5

Typ. de J. G. Sousa Neves—Rua d Atalaia, 65—Lisboa

ESTATISTICA DE LISBOA EM 1552

I

Houve no anno de 1552, n'esta cidade, um homem, que se propoz a fazer uma obra de grande valia, mais para o futuro, do que para o seu tempo; emprehendeu formular a estatistica geral da cidade de Lisboa, em todos os seus variados ramos, dando conta de tudo quanto n'ella entrava, se produzia e consumia, seus preços, direitos que pagavam, fórma da cobrança, a gente que havia n'ella, classificada pelos officios e profissões, seus principaes estabelecimentos, egrejas etc.

Christovão Rodrigues d'Oliveira, tentára a mesma empresa, no anno de 1551, mas em escala muito inferior.

O *Summario*, de Oliveira corre impresso, e cada um póde colher ahi as noticias que lhe aprouverem, posto que não ande muito vulgarisado, nem por mãos de pessoas menos lidas.

A estatistica de 1552 ficou manuscripta, e não é conhecido o seu auctor; apenas se sabe, por elle o declarar, que era rendeiro de alguns impostos.

Existe o manuscripto na Bibliotheca Nacional, e é reputado precioso, e com rasão, porque são mui curiosas as noticias que encerra. É necessario lel-as com algum criterio, porque de muitas cousas dá conta o auctor, sem bases seguras, para fundamentar as suas asserções. Todavia, descontada a exaggeração que possa haver, e reputando o auctor homem de sã consciencia, e que de tudo, como elle diz, procurava informar-se, poderemos hoje por o seu livro

apreciar parte do viver da sociedade portugueza, no meiado do seculo XVI.

Vamos, pois, extrahir da alludida *Estatistica manuscripta de 1552*, alguns excerptos, para informação dos leitores, que hão de lel-os, de certo, com prazer.

II

Principiaremos pelo prologo e dedicatoria da obra a el-rei D. João III, que é bastante curiosa; diz assim:

«Se Nosso Senhor não permittira serem as orelhas dos grandes reis e monarchas do mundo mais para os pequenos e baixos, que para si mesmos, pereceria n'esta vida o remedio de todos, e elles na eterna, que não tem fim, careceriam da visão divina, e dando-as com benignidade e clemencia alcançarão a dar a cada um o seu. E fazendo-o assim serão collocados no throno da justiça, que só Deus Universal, fazedor de todas as coisas, é direito juiz. E fazendo o contrario se aleixará (afastará) d'elles, como aquelles que em suas obras o não querem imitar.

«E porque toda a vigilancia de V. A. não é outra senão buscar os caminhos por onde todos melhor tornam as carreiras de virtudes, quem será aquelle, por baixo que seja, que possa temer parecer diante do vosso real estado? E eu, ainda que plebeu, confiando em sua clemencia, me quiz metter a fallar a V. A. em coisas que adiante d'elle serão mui velhas. Tomei atrevimento, ainda que grande, e não para que diante elle possa fallar livremente, porque nunca me achei digno, nem capaz para isso.

«E ora quiz-lhe offerecer a magestade e grandeza d'esta sua cidade, e determinei de escrevel-as pelo melhor modo que podesse, e com mais verdade que fosse possivel, porque, para isso me desvelei e tomei as mais informações que pude. E tambem por ser escudeiro fidalgo de sua casa e rendeiro das suas rendas, em as quaes lhe tenho feito mui grandes serviços n'esta sua cidade. Por tanto me offereci a lhe fazer esta mealha de serviço, o qual direi por estar corrente na sabedoria de quanto cada renda rende cada anno em especial, e todas em geral, das quaes tirarei a valia de cada coisa, assim do que se gasta nos mantimentos, como

nas mais mercadorias que a dita cidade gasta, e assim o que V. A. n'ella tem de renda, e fidalgos de fóra (afóra os fidalgos). E cada coisa especificarei, por que melhor de mim possa dar razão. E isto, que faço, é por os muitos annos que ha que vivo nos baixos d'esta vossa cidade.»

Depois d'esta dedicatoria e prologo ao mesmo tempo, segue-se como o elogio da nobilissima cidade de Lisboa, com grandes encarecimentos, como a *flor* das cidades; diz o escudeiro fidalgo, e seu rendeiro real:

«Affirmar como as grandesas, riquesas, e policia d'esta cidade passa por cima de todas as edificadas, e quanto mais o seu povo é muito maior que o muito das outras, bem se lhe póde dar, porque quando as outras eram muito velhas nas riquesas, grandesas e policias, e em tudo o que se lhe mais póde dar, este reino era muito pequeno, e, esse que era, estava em poder dos mouros; e isto ha hoje quatrocentos e cincoenta annos, e o que tinham os mouros era muito pouco, porque a maior parte, ou quasi tudo eram montes, bosques, devesas, charnecas, e muito pouco de roto (arroteado).

«E para saber se é assim, que ha quatrocentos annos que o deo D. Affonso, rei de Castella, em condado, a seu genro D. Henrique, por lhe casar com uma filha. E de tudo o seu negocio era Guimarães, que todo o mais, a maior parte delle, era dos mouros, como é notorio a V. A. Por onde se vê que o seu é muito mais que o de nenhuma terra outra, e que lhe não póde egualar Roma, que foi mãe de monarchia, e que de todas triumphava e a todos mandava; nem Veneza, nem o Cairo, nem Babylonia, nem Paris, nem outra que nomear possa. porque esta passa por cima de todas, como tenho dito. Porque D. Diniz, bisneto de D. Affonso Henriques, que reinou neste reino, hoje ha duzentos e oitenta annos, edificou muitos edificios e mosteiros, egrejas, torres e fortalezas. E per aqui se pode saber quanto povo era.

«E como ella é a flor de todas as flores, agora mais do que foi, nem é nenhuma das edificadas.»

III

Depois d'estes encarecidos louvores á cidade de Lisboa, louvores que se encontram em todos os escriptores antigos portuguezes, que a punham acima de todas as cidades, entra o auctor na relação de todas as cousas da cidade, começando pelos mantimentos, com este preambulo, que dá idéa da administração municipal do tempo:

«Aqui direi o que se gasta nos mantimentos que a esta cidade vem; o qual tirarei soldo per livra do preço per que as rendas estam arrendadas, de que são os mantimentos obrigados a pagar os direitos de dez, um. E assim direi das mercadorias que na dita cidade entram do mez d'abril, em cada um anno, até o mez de outubro, ou até o mez de novembro, em o dito anno. E passados não acham os mercadores em que empregar dinheiro, e isto pelas grandes sahidas que tem, porque daqui corre para a India, Guiné, Ilhas, assim da Madeira e ilhas de baixo, e tambem pelos muitos mercadores, que nella vivem, assim de naturaes, como estrangeiros.»

IV

Segue-se agora dar as noticias referentes a algumas das variadissimas cousas de que se occupa a *Estatistica*, o que faremos por extracto, que é quanto basta para conhecimento dos leitores.

Em 1552, o consumo de trigo era, pela conta do que se despachava no terreiro, de 43:200 moios, sendo por dia de 120 moios, e o moio vendia-se a 4$000 réis, saindo o alqueire a 67 réis. O preço do moio oscillava entre 4$000 e 6$000 réis.

Portanto o preço do trigo variava entre 67 e 100 réis.

Ora, em verba á parte, dá conta do trigo, que *duques, condes, e outros fidalgos e homens ricos e commendadores, conegos, e meios conegos, quartanarios, priores, vigarios e beneficiados*, gastavam das suas quintas, casas, commendas, beneficios e conesias, e não era despachado no terreiro, e diz que vinha á cidade, para elles 100:000 moios. E n'esta

verba, diz elle, avaliado aquelle trigo, pelos preços acima referidos: — «E o ponho a seis (mil réis) *como ora val*, valeria cento e cincoenta mil cruzados.»

Parece pois, que n'aquelle anno de 1552, e ao tempo em que fez a estatistica, valia o alqueire de trigo a 100 réis.

Mais para diante descreve o auctor o edificio do terreiro do trigo e da alfandega, e d'esta diz que era um grande edificio, e, com o costumado encarecimento, affirma que não existem outros edificios eguaes no mundo.

Fallando da alfandega, diz que, na parte superior do edificio, estava a casa da supplicação, e em frente estacionavam padeiras e peixeiras. Queixa-se não só do máo cheiro do peixe, mas da accumulação de gente que ali se fazia, que impedia o transito, e aconselha que se mudem as peixeiras para a porta do Mar, e ali fiquem as padeiras, e accrescenta; — «E porque está tambem defronte da praça de V. A. que tem um terreiro de cento e treze braças (248 metros) de comprido, e cincoenta (110 metros) de largo, como convinha para seu serviço, e saíndo d'elle, e achando est'outro (lado) tão feio e sujo, é cousa muito feia.»

A alfandega ficava defronte do paço da Ribeira; as medições de terreno da praça differem pouco das que se fizeram ao tempo de terramoto, e podem ver-se no 1.º volume do nosso *Summario*, no artigo a *Velha Lisboa e as suas ruas*.

Para informação dos leitores, poremos aqui uma pequena noticia ácerca dos preços do trigo em differentes épocas.

Em 1386, o preço do alqueire de trigo era de 5 réis, e um operario ou trabalhador ganhava 13 réis por dia; salario que se considerava crescido, porque correspondia a 2 alqueires e meio de trigo.

Hoje, o consumo não é inferior a 53:000 moios, e regula o moio a 43$000 réis, e o alqueire a 700 réis.

A época em que o preço do trigo foi mais subido, foi de 1801 a 1817, que oscillou entre 1$000 e 1$400 réis.

É curioso ver como cresce o preço da primeira subsistencia.

De 1521 a 1595 sobe de 4 réis a 120 réis. — Em 1648 é o preço 150 réis. — Em 1748, 340 réis. — Em 1818, 600 réis. — Em 1856 subiu a 960 réis, preço excepcional,

por ter sido o anno mui escaso. — Em 1858 regulou de 560 a 700 réis.

De cevada, em 1552, calculava que entravam na cidade, só 10:000 moios, e regulava a 40 réis o alqueire.

Tambem para todos os privilegiados, acima ditos, entrava cevada, sem ir á alfandega e computava-se em 3:000 moios.

A respeito do vinho, expressa-se o auctor n'estes termos:

«Direi do vinho, que n'ella (na cidade) se gasta, pela conta da imposição, que corre, em cada semana, tres vezes, pelas tabernas um escrivão e feitor que tem cargo d'isso, acho entre a cidade, Alfama e Mouraria, setenta e oitenta pipas, e ás vezes mais, ás vezes menos; e não tomando o mais e menos, e tomando um meio n'isto, quero-lhe deitar 70 pipas por andada, que são por semana 210, e por mez 840, e por anno 10:080 pipas, que são 5:040 toneis, que vendido a 8$000 réis o tonel, que não quero deitar muito baixo nem muito alto, quero-me pôr em meio, porque ainda que haja vinhos de menos preço por o que furtam os taberneiros e a imposição, o ponho por este preço descompensando o que furtam; assim que vale por este preço 100:000 cruzados e ainda o não ponho por muito preço.»

Por esta conta, o quartilho de vinho custava, em 1552, 15 réis.

O consumo de vinho em Lisboa, á vista dos mappas da alfandega municipal, havendo ainda escassez, regula talvez por 25 a 30:000 pipas, e o quartilho entre 100 e 70 réis, e agora já desceu a 50 réis. (1859)

De centeio, milho e legumes seccos consumiam-se 5:000 moios; e o preço d'esses generos regulava pelo da cevada, isto é, 40 réis o alqueire.

De carne não achámos indicado o preço; apenas se diz que a carne, que se gastava na cidade, valeria 100:000 cruzados, sem contar a honra que se fazia nos preços, isto é, o bom peso feito aos compradores, o que lhe elevava o valor em mais 10:000 cruzados.

A siza do marisco andava arrendada por 150$000 réis.

A siza da fructa da cidade estava arrendada por 1:100$000 réis, porque pagava de dez, um; mas, diz o auctor da estatistica, que não chegavam a pagar de quarenta, um, porque todos andavam avençados; accrescenta que esta siza se pa-

gava de fructa verde e pilada, e da que vinha de Cintra e Collares, *que dura todo o anno.*

A fructa do termo estava arrendada por 300$000 réis, mas esta renda não correspondia á fructa que se consumia, porque esta era muito mais.

A siza da hortaliça estava arrendada por 320$000 réis, mas tambem sobre ella não se podia calcular o valor do que se gastava, *visto o muito que se furtava pela cidade.* Avaliava o auctor a hortaliça consumida na cidade em 15:000 cruzados, entrando os melões, que andavam na siza com a hortaliça, e diz que só os melões valeriam 2:000 a 2:500 cruzados.

Vinha muita caça á cidade das provincias do norte do reino e do Ribatejo.

A carne cosida e assada que se vendia nas tabernas, estava arrendada por 100$000 réis; mas isto andava tambem muito roubado.

Era a siza do azeite arrendada por 920$000 réis; incluia-se aqui o azeite que era despachado para fóra do reino. e calculava-se que para a exportação lhe correspondiam 300$000 réis na importancia da siza; e accrescenta o auctor que o azeite *é mercadoria em que furtam muito aos direitos, e fazem muitas avenças com os tratadores d'ella.*

Os privilegiados não pagavam imposto dos azeites, que vinham das suas quintas, casas, commendas, conezias, etc.

O auctor diz, que havia doze annos, que trazia arrendada a siza do mel por 230$000 réis; e accrescenta: « — E esta renda trago eu de arrendamento ha doze annos, *e sei que d'ella se furta muito*, e tambem sei que faço muitas honras aos homens, e tambem vendem uma arroba de mel por 6$000 réis, de que devem direitos 60 réis.»

O sal vendia-se a 6 e 8 réis o alqueire; e entravam na cidade de 4:000 a 5:000 moios, e accrescenta o auctor: — «As mulheres sonegam muito, que não assentam a verdade.»

Em tudo se roubava ao que se vê.

O assucar vinha da ilha da Madeira, da de S. Thomé, das Canarias e do Brasil: havia muitos privilegiados que não pagavam siza dos assucares. Diz que valeria tudo o que vinha á cidade 70:000 cruzados; e uma nota á margem d'este artigo, em letra do seculo XVII, diz que, segundo o livro da alfandega, importava em conto de oiro, (400 contos).

Vinha muita passa do Algarve.

Consumia-se muito gergelim, e até vinha de fóra da cidade, computando-se no valor de 1:000 cruzados.

O almude de vinagre regulava de 100 réis a 120 réis; no verão vendia-se mais vinagre.

O auctor tinha a siza do carvão; cada sacca do de cepa vendia-se de 36 a 60 réis, e o de sobro, de 60 a 90 réis.

De manteiga de Flandres, queijos da mesma procedencia, presuntos, paios, tassalhos, e outras carnes fumadas, vinham no valor de 6:000 cruzados.

Havia na cidade duas fabricas de vidros, e oito mulheres vendiam os seus productos na Ribeira.

Ennumerando o auctor o que rendia a siza do pescado, diz: — «E a dizima do pescado da Terra Nova, que venceu ao duque (de Bragança) por sentença, lhe rende cem cruzados.»

Parece, por este dizer, que o duque de Bragança disputou á fazenda aquella renda, e por sentença judicial a fazenda ficou na posse d'ella, e além d'isto o mesmo duque, que foi sempre uma sanguesuga, por mil modos, da fazenda publica, tinha mais nove mil cruzados na dizima das pescarias assim fresca como salgada.

A pescaria da Terra Nova seria o bacalháo! É sabido que a Terra Nova pertenceu a Portugal, porque foi o celebre navegador Gaspar Corte Real, quem a descobriu, no anno de 1500, e a toda a costa se chamou Terra de Corte Real, e ao logar da pesca do bacalháo, se chamou ilha dos Bacalháos. Depois Portugal abandonou essa descoberta.

Na estatistica acha-se uma nota do rendimento que arrecadava o duque de Bragança, na cidade; diz assim:

«O duque de Bragança tem n'esta cidade a dizima do pescado, que lhe rende nove mil cruzados, e tem em Sacavem, Friellas, Camarate, Chellas uns reguengos, que tem arrendado por oitocentos mil réis; e tem mais o reguengo de S. Antonio do Tojal, do sal, que lhe rende cento e cincoenta a duzentos mil réis, e, val ao todo, o que tem, onse mil cruzados e duzentos e cincoenta mil réis.

«E tem mais a imposição do vinho velho para as aposentadorias de V. A. que rende em cada um anno quatro mil e quinhentos cruzados.»

V

Na referida *Estatistica,* a pag. 13, lê-se o seguinte:

Rendimento das Ilhas.— Porque de todo desejo contar as grandesas d'esta cidade, como tenho dito em meus fundamentos atraz, e capitulos d'esta obra, minha tenção não é outra senão engrandecel-a; e portanto direi o rendimento que tem nas ilhas todas, em as quaes se ganharám estes rendimentos pelo descobrimento d'ellas, o qual foi pela navegação que este rio teve rasão de fazer, e elle foi o meio, mediante Deus, de se descobrir todo o descoberto que está debaixo do seu senhorio — a saber — As ilhas da Madeira que lhe rendem, dos quintos dos assucares, vinte contos de réis, que são 50:000 cruzados, pouco mais ou menos, segundo a novidade succede. E as ilhas Debaixo estão arrendadas por treze contos e meio, e com as ordinarias chega a quinze contos que são 37:500 cruzados. É isto de trigo, pontes, alfandegas, gados, e outros dizimos de miuços (miudesas).

«E pelo mesmo modo lhe rende a ilha de S. Thomé onze contos de réis. E as ilhas de Cabo Verde lhe rendem dez contos de réis. E Arguin lhe rende cinco contos: que vale o que rendem todas as ilhas ao todo, em cruzados, cento e cincoenta e quatro mil e quinhentos cruzados. E isto quiz aqui apontar porque faz caso ao da cidade.

«Ora quero começar na courama, que se gasta n'esta cidade, que é coisa de maior despesa, e o que em olhos de todos vae maior carestia e crescimento, que não ha rasão que baste determinar, que hoje, ha quatro annos, que uns borzeguins valiam dois tostões, e agora valerem seis. A qual courama se gasta entre as pessoas de officios similhantes, como são sapateiros, que são n'esta cidade quatrocentos, e no termo, cem: e entre corrieiros, que são cincoenta e seis; e em seleiros, que são dezesete, que tambem gastam parte da courama, e o gasto d'ella se segue; e são os officios que gastam esta courama, 573.»

Depois, o auctor da estatistica particularisa o consumo da courama e diz em resumo, que: — no curral da cidade regulavam 5:000 coiros vacaris, cuja venda andava arren-

dada por 500$000 réis, e os quaes se vendiam a 2 cruzados cada um.

Cortados e curtidos, vendiam-se a 1$300 e 1$500 réis.

De pelles de carneiros se gastavam 50:000, que eram mortos para consumo; as pelles com a sua lã se vendiam a 70 réis a pelle, valendo então mais do que nos annos anteriores.

Á cidade vinham 2:000 bodes, e as pelles d'elles se vendiam a 100 réis.

De Cabo Verde vinham 2:000 coiros vacaris, que se vendiam a 600 réis cada um.

Da ilha Terceira vinham 600 coiros, que se vendiam a 600 e 700 réis cada um.

Da Guiné vinham 2:000 coiros, a que chamavam *guinèos*, e serviam especialmente para os corrieiros, e se vendiam a 200 réis cada um.

Da ilha de Pero Correia, que é da Boa Vista, vinham 14:000 pelles, que se vendiam a 80 réis cada pelle.

Da ilha de Pero da Fonseca, que é a de Santo Antão, vinham 8:000 pelles, que se vendiam a 130 réis cada pelle.

Da ilha do Sal vinham 6:000 pelles, que se vendiam a 120 réis cada pelle.

Da ilha do Conde de Portalegre, que é a ilha de S. Vicente, vinham 4:000 pelles, que se vendiam a 120 réis a pelle.

Da ilha dos Fonsecas, que é a ilha Brava, vinham 3:000 pelles, que se vendiam a 100 réis a pelle.

Além d'esta, vinha coirama de Flandres, de Inglaterra, bezerros curtidos de Inglaterra, bezerros de Flandres para luvas, que se vendiam a 20 réis cada bezerro, coiros de Castella e Cordova, que se vendiam de 2$000 réis a 4$000 réis a duzia, conforme a qualidade.

E conclue assim:

«Tambem se matam no termo desta cidade mil e quinhentas rezes vaccaris, que se vendem em cabello a dous cruzados; gastam-se mais no curtimento delles seiscentos réis em cada um, e vale cada um mil e quatrocentos réis.»

Vinha de Castella, açafrão, retroz e seda solta de todas as côres, que se vendia a quatro cruzados o arratel. De

Castella tambem vinha muita fitaria de seda, e d'ahi e de Aragão muita lã de sombreiros (chapéos), cobertores brancos, e vendiam-se, termo medio, a mil réis cada um, reposteiros, que se vendiam, termo medio, a dois mil e quatrocentos réis cada um; — alcatifas, que valiam a dois e a tres mil réis.

De Valença vinham chapins (sapatos), e vendiam-se a tres mil réis.

Tudo isto eram objectos de luxo.

De Sevilha vinha louça branca, e tambem da Estremadura.

De Extremoz e Montemór o Novo vinham os famosos pucaros do seu barro.

De Guimarães e Amarante vinham tres mil massos de linhas; e do termo de Torres Vedras, Obidos, Atouguia e Villa Verde de Cascaes vinham outros tres mil massos de linhas.

De Lamego vinham fitas de cingir, arreatas largas, e fitas para manteos de mulheres, fitas para calças, e exportavam-se para as ilhas. Diz o auctor que, com este trato, bastantes pessoas enriqueciam.

De Lamego, Mezão Frio, Villa Real, Chaves, Bragança, Vinhaes, Quintella, Villa Pouca, Mirandella e Azinhoso vinham tres, quatro mil onças de barbilho, que gastavam os serigueiros.

D'esses mesmos logares vinham mil arrateis, em cada anno, de seda branca para retroz.

É curiosa esta indicação ácerca do panno de linho, porque mostra o modo de ser d'esta industria:

«Dizer do panno de linho, que na cidade entra e se gasta, não se póde todo comprehender, porque se furta muito e tem muitos sumidouros per onde se furta aos direitos a maior parte delle, per o que se não póde tomar boa copia; e os lugares e modo per onde se furta é desta maneira:

— Em S. João da Talha, em Santa Iria, em Bucellas, e em muitos lugares do termo desta cidade, ha mulheres que vivem de curar pannos, e onde os proprios mercadores que os trazem os vão descarregar, e lá vão os homens desta cidade que tratam nelles (negoceiam com elles) comprar-lhos, e os deixam ás proprias curandeiras, e as curandeiras, os mettem na cidade sem conto e medida.....»

Assim está escripto na *Estatistica*, que vamos seguindo.

Do reino de Castella vinham pannos de lan baixos, de que se exportava muito para as ilhas.

De Coimbra, Campo do Mondego e Montemór o Velho vinham mil pedras de linho, e termo medio, cada pedra valia a 240 réis.

De Alverca, Sacavem, Povoa, Alhandra, Villa Pouca vinham mil milheiros de telha, e valia o milheiro a dous cruzados.

No termo de Leiria e de Torres Vedras e Obidos faziam-se arcas, que em Lisboa eram encouradas.

Do Porto vinham tres a quatro mil pipas abatidas, e aqui as alevantavam com os seus arcos, e pelos preços que indica valía cada pipa a 600 réis; e diz que o sabe, porque foi durante seis annos rendeiro do Paço da Madeira.

E' curiosissima a nota seguinte ácerca dos escravos:

«Quero fallar em escravos, que é cousa que mette medo aos homens, que subiram tanto em quantidade, de quatro annos a esta parte, que soia (costumava) a valer 15$000 réis, que era o melhor que vinha de Guiné, affirmo valer agora 45$000 e 50$000 réis. Digo que a renda está arrendada por 3:400$000 réis, e com as ordinarias chegarão a quatro contos, o que são dez mil cruzados, que pagando de dez réis, um, é a rasão de 100:000 cruzados.....» e conclue dizendo que valiam ao todo 200:000 cruzados os escravos que vinham a Lisboa.

Era uma mercadoria como outra qualquer, o escravo mouro, africano ou indio: não admira que assim fosse então, porque ainda foi assim quasi até aos nossos dias.

Ácerca do trafico da India resumiremos o que diz o auctor da *Estatistica*:

Em differente qualidade de roupa, vinha um valor, que elle computa, termo medio, em 332:000 cruzados.

De pedrarias e peças ricas avalia em 250:000 cruzados, e diz: — «eram muitas joias de ouro, anneis de muita qualidade e preço, muito ambar, benjoim, colxas, almiscar, ygoous (*ingu*, assafetida?) perçolonas, camphora, gengibre em conserva, e outras cousas; muitos leitos, e mirabolanes, botões de Ceylão de pedraria, e outras peças muito ricas, como são alcatifas, e sobrecéos, e toda a drogaria que vem á casa da India, que per preluxidade não quero dizer. Só-

mente affirmarei com o parecer de muitos, que nisto tomei, e que nisto tratam, e não valer isto muito mais de 250:000 cruzados: E nisto não metto pedras de preço, que já se sabe que vem muitas de 20, 30 e 40:000 cruzados.»

De especiarias diz, que é difficil saber-lhe o valor, mas, que lhe parece, andará por um conto de ouro (um milhão de cruzados).

Ácerca do papel diz o seguinte:

«Entra em cada um anno, na mesma cidade, de França, Veneza, e d'outros logares, d'onde costuma a vir papel, que vale 20:000 cruzados.»

De Castella, de França, Inglaterra principalmente, Flandres, vinham as fazendas de lã, e mesmo as de linho.

O auctor da *Estatistica* tambem dá noticia das lavadeiras que havia na cidade e seu termo, e acha *que era coisa de admiração nas orelhas de quem o ouve*, por serem muitas, e diz que não eram menos de tres mil quinhentas, as lavadeiras e ensaboadeiras, as quaes ganhavam por semana tres mil réis. Parece-nos muito; mas lá vae por conta do auctor.

E além d'estas lavadeiras, diz que havia na cidade sete mil amas de clerigos, cortezãos e forasteiros, que geralmente tinham escravas que lhes lavavam a roupa.

Nos logares de Bucellas, Santa Iria, S. João da Talha, Santo Antonio do Tojal, Ponte de Loures, Sacavem, havia 500 mulheres, que curavam pannos, e ganhavam cada mez mil réis.

Até conta as amas de leite que havia na cidade, e diz que o menos, seriam sete mil, e ganhavam a quatro e cinco mil réis, por anno, afóra vestidos, e os fatos das crianças que creavam.

O salario dos carpinteiros e pedreiros regulava a 80 réis por dia, o dos servidores das obras, a 50 réis; os carpinteiros da Ribeira (Arsenal da Marinha) ganhavam a 60 réis, e fóra do arsenal a 70 e 80 réis, por dia: os calafates tinham o mesmo salario.

N'aquelle tempo os barcos, que elle chama bateis, iam até Friellas, Mealhada, Unhos, Camarate, Santo Antão do Tojal.

Havia mil negras que andavam a vender agua, e ganha-

vam 40 réis, por dia, mas do seu ganho davam aos seus senhores 20 e 25 réis, e comiam de dia, á sua custa, de noute em casa dos senhores, que segundo parece, assim faziam bom negocio com as escravas.

Para o conhecimento especial dos costumes da época, é curiosa esta verba;

«Outra grandeza direi d'esta cidade, que não é menos d'estas arriba. E digo que n'esta cidade quinze dias antes do natal, até dia de Reis se põem trinta mulheres na Ribeira e Pelourinho Velho com suas mesas cobertas de toalhas e manteens (de mantel, manta) muito alvas, e em cima d'ellas, gergelim, pinhoada, nogada, marmelada, laranjada, cidrada, e fartes, e toda a outra sorte e maneira de conservas, e vendem por muitas maneiras, dia de 1$000, 900 réis e tres cruzados) »

Havia na cidade os seguintes fornos — de coser pão, 500; de cal, 19; de tijollo, 10; de louça de barro vermelho e vidrada, 60; de biscoitos, 5; de pasteis, 8; de vidro, 2.

Outro promenor muito curioso para os costumes da época;

«Rasão parece que não fique por dizer coisa de tamanha bondade.... E digo que n'esta cidade ha, segundo soube pelo rol das licenças, 400 pobres que andam pelas portas a pedir, e além d'estes podem andar perto de outros tantos a pedir sem licença. E mais andam muitas caixas de confrarias e invocações de santos a pedir pela cidade e egrejas; affirmaria serem 160 e mais. Além d'estes andam muitos homens, que foram abastados, com suas capas e capuses a pedir a muitas pessoas, que conhecem de suas creações, aos quaes pedem secretamente. E da mesma qualidade andam mulheres pedindo, e outras por casas de nobres, pedindo para filhas orphãs, que querem casar. E para a soltura de presos. E além d'estes os Meninos Orphãos que sempre andam pela cidade pedindo, sete e oito....»

Diz o auctor da *Estatistica* que eram mais de 2:000 pobres pedintes; mas, para não dizerem que se desordenava

na conta, punha-os em 1:000, e accrescenta, que ganhavam cada dia, uns por outros, dois vintens.

Como se vê era preciso licença para mendigar; a mendicidade, porém, n'aquella época era mui protegida; os mendigos tinham até uma confraria.

A cidade tinha n'aquella época dez casas d'agua com nascentes, segundo diz o auctor da *Estatistica;* mas exprime-se por um modo confuso a este respeito; comtudo parece que nas ditas dez casas se comprehendem unicamente as aguas, hoje chamadas *Orientaes*, que a companhia das aguas levanta, e fornecem os chafarizes d'El-rei, o da Praia, e o de Dentro.

Onde hoje estão as lavadeiras e os banhos, havia tambem lavadouros, e além d'isso, duzentos e quarenta pelames, ou cortimenta de couros, a que chamavam alcaçarias, e por isso ainda hoje, os banhos, que ali ha, tem o nome de alcaçarias.

Na cidade havia uma grande quantidade de poços, de cuja agua se abastecia a cidade, em larga escala; todavia é fóra de duvida que o abastecimento, já no principio do seculo passado, era insufficiente, e por isso a camara de Lisboa, em 1619, tinha 200:000 cruzados para a introducção das Aguas Livres em Lisboa, mas gastou-os nas festas que fez ao rei de Castella, Filippe III, intruso em Portugal. Só el-rei D. João V metteu hombros a essa obra, em vista das reclamações da camara, e por um modo grandioso.

Deprehende-se que quem tinha poços de melhor agua, a vendia, e a *Estatistica* menciona alguns que lucravam, por dia, 1$000, 2$000 réis, e mais, com a venda da agua.

Havia dez tabelliães de notas, os quaes ganhavam, por dia, entre 2$000 e 4$000 reis.

Havia em Lisboa, cincoenta e nove advogados, que o auctor da *Estatistica*, classifica, conforme o que ganhavam d'esta maneira—14, ganhavam, uns por outros, e por anno, a 200$000 réis; —14, ganhavam, em cada anno, 140$000 réis; —31, ganhavam a 60$000 réis, por anno.

No Pelourinho Velho havia sempre dez homens com suas mesas a escrever cartas e petições, e entre elles—«ha homem que ganha com que casa filhos e filhas, e compra «propriedades, e ganha cada um por dia 2$000 réis.»

Lá parece muito; todavia a geral ignorancia devia produzir bons lucros a esses homens.

VI

Na cidade e povoações marginaes do Tejo, diz o auctor da *Estatistica*, havia 1:150 bateis, assim repartidos;

Em Abrantes, 100 barcos na carreira, e 80 a pescar.

Em Punhete (Villa Nova de Constancia) e Asseiceira e Corraceira, 120 barcos.

Em Tancos, 100.

Em Tanquinhos, Gollegã, Azinheira e Chamusca, 50.

Em Santarem, 100.

Em Porto de Muge, e Salvaterra, 30.

Em Povos, Villa Franca e Alhandra, 60.

Em Alverca, e Alcochete, 40.

Em Azambuja, Villa Nova e Samora Correia. 60.

Em Benavente, 20.

Em Povos, Samouco, Aldeia Gallega, 30.

Em Sarilhos, grande e pequeno, Alhos Vedros, e Lavradio, 100.

Em Coina, Seixal, Almada e Moinhos, 150.

Em Povoa, S. João da Talha, Agraço, Unhos, Friellas, Camarate, Santo Antonio do Tojal, Braço de Sacavem, 150.

E na cidade havia 300 barcos empregados em descarregar as náos, e no mais serviço que lhes era proprio. Os barcos das povoações acima mencionadas eram aquelles, que vinham com fretes e pescado a Lisboa.

É interessantissima a seguinte verba:

«Ha mais nesta cidade um rio de porto, o melhor que ha em toda a costa do mar descoberto, onde acodem e entram, em cada um anno, mil e quinhentas náos e caravelas de todas as partes da christandade, e isto um anno por outro. E soube-o pela casa do marco, onde todas se vão despachar e fazer residencia de sua chegada e de quando sahem; e não fazendo assim incorrem em pena. E esta é uma casa onde todas as náos e navios pagam, de cada tonelada, dez réis, e dois para um vedor que tem carrego de ir ver as náos, antes que partam, se tem todo o necessario para a sua viagem, que não careça a náo de nenhuma coisa de que ha mister para a tal viagem. E se o não tiver, põe-lhe pena, que se não partam, sem o que lhe for mister. E faz-

lhe levar toda a esquipação necessaria, e que tudo de sobrecelente.

«E as partes que estão da banda do norte, de que vem náos a esta cidade são as seguintes:—Galliza, Biscaya, Asturias, França, Bretanha, Flandres, Allemanha e todo o mais imperio; e do reino de Inglaterra, Escocia, Hollanda, Irlanda, e Antilhas de Hespanha.

«E da banda do levante:—de Sevilha, Trafalgar, Gibraltar, Gráo, Cabo de Gata, Carthagena, Valença, Tortosa, Barcelona, Narbona, Avinhão, Marselha, Villa Franca de Niza, Genova, Pizza, Piombino, Civita Vechia, Roma, Gaeta, Napoles; e de Malhorca, Minorca, Sardenha, Secilia, Malta, Ancona, Veneza, Canarias.

«Afóra as náos e navios de V. A. e do reino, que, certo, em nenhuma cidade se acharão tanta maneira de gente e navegantes, e n'isto é senhora de todas as outras terras.»

Com effeito, por aquelle tempo devia ser mui dilatado o commercio do porto de Lisboa; aqui vinham os navios de todas as partes em busca de generos da India, do Brasil, da Africa; todas as bandeiras fluctuavam no Tejo; no porto se reuniam gentes das mais variadas terras. Pouco depois, porém, tudo isso principiou a decahir do seu grande explendor, e tantas partes e terras mencionadas na *Estatistica* de 1552, são hoje desconhecidas para o commercio de Lisboa.

Já no artigo a *Velha Lisboa e as suas ruas*, do 1.º vol. d'este *Summario*, publicámos as noticias relativas ás egrejas parochiaes e conventuaes, que então havia na cidade, assim como as que dizem respeito á rua Nova, a mais famosa da velha Lisboa, á feira da Ladra, antiquissimo mercado semanal, e outras que não devemos agora repetir.

VII

A casa da Misericordia, em 1552, tinha a seu cargo duas procissões, uma em quinta feira Maior, e outra, em dia de todos os Santos, quando ia trasladar as ossadas dos padecentes.

Ácerca da primeira, a que se fazia em quinta feira Santa lê-se na *Estatistica*, que vamos extractando:

«E a que se faz á quinta feira leva esta ordem:—Partem da casa (da Misericordia) em anoutecendo, e vão pela rua Nova ter a S. Francisco, e d'ahi passam á Trindade, e descem ao Carmo, e d'aqui vão a S. Domingos, e tornam pelo Rocio, e pela praça da Palha, rua das Arcas, Correaria até á Sé, e da Sé tornam até á Misericordia, e gastam n'isto até á meia noute, e uma hora.

«E a ordem que levam os irmãos, que se acham na cidade, é esta:—todos são obrigados a ir na procissão, que sempre serão duzentos e quarenta, até tresentos, segundo a quantidade dos que se acham na cidade, e todos vem vestidos com as suas vestimentas pretas, e postos em ordem de procissão com suas candeias e vellas na mão deante d'elle.

«Na mesma procissão vão oitocentos até mil homens e mulheres disciplinando-se, os quaes vão vestidos de vestimentas pretas, os quaes, assim homens como mulheres, se ferem com as disciplinas, que tiram muito sangue.

«E esta procissão vai repartida em tres ou quatro estancias, e, entre uma e outra, um retabolo ou Christo posto na Cruz, e no meio vão dez ou dose irmãos com suas varas nas mãos regendo-os e mettendo-os em ordem.

«E entre estes disciplinantes vão muitos homens com barras de ferro, e cruzes de páo grandes e pedras ás costas.

«E para claridade da gente, levam cincoenta faroes de fogo, em que se gastam dois mil novellos de fiado de tomente (estopa) engraxado em borras de azeite e sebo para dar bom lume, os quaes faroes vão postos em astes muito compridas e altas, e levam trinta lanternas muito grandes, nas mesmas astes, mettidas com candeias accesas dentro; e os irmãos, que regem, trazem nas mãos muita quantidade de candeias, para, tanto que faltarem, proverem de outras.

«E levam mais vinte e trinta homens com bacias nas mãos de vinho cosido, e os disciplinantes molham e lavam n'elle as disciplinas porque lhes apertem as carnes.

«Da mesma maneira vão dez ou doze homens com caixas de marmelada feita em fatias, as quaes mandam muitas pessoas fidalgas e devotas para aquelle santo officio, as quaes dão aos penitentes, e levam outras de confeitado e de cidrão para os que enfraquecem; e levam outros tantos homens com quartas de agoa e pucaros nas mãos dando

agoa aos que tem d'ella necessidade. E tanto que chegam á casa da Misericordia, estão fisicos (medicos) que espremem as chagas dos penitentes, e lh'as lavam com vinho para isso confeccionado, e os apertam e vestem, e se vão curados para suas casas.»

Era edificante a tal procissão, mas era cruel. Singular maneira de adorar a Deus! Ao menos eram previdentes nossos paes, acompanhavam os miseraveis que o fanatismo levava a serem actores em tão barbara comedia, dos indispensaveis confortos. Como tudo está mudado! E não mudará ainda muito mais?

Por nos parecer mui curiosa, extractamos a noticia que vem na *Estatistica*, ácerca da doação dos campos d'Alqueidão, á cidade de Lisboa, por uma certa D. Sancha; diz o auctor:

«Nos tempos passados falleceu nesta cidade uma senhora chamada D. Sancha, a qual tinha de seu patrimonio, no campo da Azambuja, umas terras, que hoje em dia se chamam Estrinsias, as quaes, mandou em seu testamento como patricia e filha da terra, que estas terras se dessem e as lavrassem os cidadãos mais pobres desta cidade, para que elles se podessem bem manter.»

Mais tarde el-rei D. Affonso V confirmou a cidade na administração das terras, e mandou que trinta mulheres virtuosas, de boa vida e castas, sendo pobres, fossem merciei-ras, dando-se-lhes trinta alqueires de trigo em cada anno, e cinco mil réis em dinheiro, com obrigação de irem todos os dias á egreja do convento de S. Francisco, resar pela alma da testadora.

Depois, el-rei D. Manuel, «vendo que as terras rendiam «muito» ordenou que, em cada um anno, na vespera do dia do fallecimento d'aquella dona, fossem os officiaes da camara assistir ás vesperas, em S. Francisco, e no dia seguinte á missa cantada com seu officio. Na egreja de S. Francisco fôra a dita D. Sancha sepultada. Isto se cumpriu durante longos annos.

Diz o auctor da *Estatistica* que as terras, hoje chamadas do Alqueidão, rendiam em 1552, 200 moios de trigo.

VIII

Saibam agora os leitores quantas cadeias havia em Lisboa, no anno de 1552; lê-se na *Estatistica:*

«Direi das casas das prisões, em que prendem e põem em guarda pessoas, e são estas. Tem a cidade uma cadeia que chamam Tronco, o qual foi edificado para os presos da almotaceria e por causa della; e corrompeu-se tanto o uso delle, que todos os provedores, juizes della e as mais justiças mandam levar a elle pessoas presas, e muitas vezes acontece na loja e sobrado haver entre homens e mulheres 80, 90, 100 pessoas e todos folgam de estar nelle, ainda que estão muito apertados. E certifico a V. A. que é tão apertado, que é piedosa coisa ver n'uma cidade tão nobre prisão tão apertada e pequena, onde os homens são tão maltratados, o que V. A. havia de prover por serviço de Deus. E desta casa levam os presos de causas crimes á cadeia e prisão de cima; e quanto a cidade vae em maior crescimento, tanto vão crescendo os presos cada vez mais.

«Tem a cidade uma casa de cadeia que está arriba da Sé (o Limoeiro actual), com grandes casarias por cima, muito grandes e largas, e logeas por baixo, onde estão presos, e nas altas tambem ha alguns presos nobres. E é este assento tão espaçoso e largo, que tem tres cadeias de homens, e tres de mulheres, a saber: a da cidade, e da côrte, quando está na cidade, e dos degredados, e as das mulheres; e em todas estas cadeias haverá de continuo 500, 600 presos entre homens e mulheres. E, por cima destas prisões, fica a casa das audiencias e casa da relação, onde se despacham os feitos, e se falla a elles. E ao tempo das perguntas se levam os presos acima por dentro das casas. E tem as grades para porta donde sobem os desembargadores e governador e juizes e provedores, que d'alli lhes fallam. E n'esta prisão andam os presos largos e folgados.

«Ha nesta cidade duas prisões da santa inquisição, muito grandes e honradas, onde estão presos, e outra onde estão sentenceados a carcere perpetuo.

«De maneira que ha nesta cidade nove prisões, e dez com a da moeda, onde estão presos moedeiros e filhos del-

les, afóra a prisão dos clerigos, de que não fallo por ser fóra do meu habito.»

IX

Agora vejamos a noticia dos arsenaes, ou armazens de guerra, que n'aquelle tempo havia:

«Ha nesta cidade cinco casas de V. A., em que a maior parte do anno se funde artilheria de metal. E em cada uma dellas se faz segundo ao metal e aviamento; e ha anno em que fazem 300, 400 peças de artilheria entre grandes e pequenas. De maneira que ha anno que se fazem, nas cinco casas, 1:500 a 2:000 peças, e ha muitas dellas que valem 600 e 700 cruzados, e outras mais e outras menos; o que certo é grã nobreza da terra, e para notorio a todos o juro aqui.

«Duas casas ha nesta cidade onde se faz polvora de bombarda, que fazem nellas por anno 500, 600 quintaes, e ás vezes mais e menos, que vale, em cada um anno, 8, 9:000 cruzados. E na outra casa onde fazem a de espingardas, 140 quintaes, que vale cada quintal 15 cruzados, e vale 2:000 cruzados, de maneira que se gasta em polvora cada anno, 10, 11:000 cruzados.»

«E pois que me puz em contar e relatar todas as coisas da cidade que são, para isso determinei irem aqui as cinco casas de V. A., por serem edificadas dos seus antepassados, e sustentadas por elles, das quaes trabalhei por saber dellas, o melhor que pude, para ser publico o que ha nellas, e dar fama do que a cidade tem em si. E pois já disse das duas atraz, direi do armazem de V. A., que é coisa, que se diz não haver outra na redondeza do mundo egual a ella.

«E digo que esta casa do armazem tem munição de artilheria de toda a sorte, da qual se provê toda a India, Guiné, Mina e partes d'Africa, e todas as armadas que saem desta cidade para qualquer parte, que são mandadas, e toda a outra coisa de armaria.

«Ha n'esta casa tres salas cheias de armaria branca, afóra a que anda no serviço das armadas, com que se puderam armar 40 homens, digo 46:000 peões, e assim se podem

armar 6:000 de cavallos, muitos delles de cobertas, e todo o mais necessario, até freio e esporas.

«Tem mais V. A. nesta casa 1:000 corpos de couraças d'aço postas em sedas de côres e de cravação dourada, e destas faz S. A. mercê a seus criados e outras pessoas que o vão servir em Africa e outras partes, e de continuo estão 80 officiaes em Santarem, fazendo nellas com seus obreiros que as vem entregar á casa.

«Lavra-se n'esta casa, um anno por outro, 3:000 quintaes de artilheria grossa e miuda, e todos fundidores têem tença de S. A., e suas obras pagas a tanto por quintal com suas falhas.

«Fazem-se um anno por outro 40 sinos, dos quaes S. A. provê os mosteiros e egrejas deste reino, e lhe faz esmola delles.

«Lavram os ferreiros desta casa, cada anno, de camaras e munições e ferragens e obras grossas 7, 8 mil quintaes, afóra miudezas de pregaduras e outras coisas.

«Entra nesta casa, cada anno, de madeira para reparos da artilheria e para recolhimento de munições, valia de 800$000 réis.

«Gasta-se nesta casa muita quantidade de ferro, aço e chumbo, que mercadores por contrato cada tres annos fornecem.

«Ha sempre na casa 10:000 espingardas e arcabuzes com todos os seus apparelhos; afóra as que andam no serviço das armadas.

«Entram cada anno nesta casa 15:000 peças de astearia para lanças, piques, dardos e carregadores, que veem de Biscaya por contrato.

«E de todas estas coisas ha de continuo grandissima quantidade de sobrecelente.

«Fallarei de officiaes e do seu ordenado.

«Tem um almoxarife da casa de Baixo, sobre que carrega toda esta casa de bombardas e artilheria com suas munições, que tem de ordenado 21$000 réis, e licença para 3 pipas de vinho para a India.

«Outro almoxarife da casa das Armas, que tem de ordenado 14$000 réis, e licença para 3 pipas de vinho para a India. Tem dois escrivães, um tem de ordenado 10$000 réis, e o outro 21$000 réis, e as mesmas licenças de pipas de vinho para a India cada um.

«Um capitão dos bombardeiros, que tem de ordenado 30$000 réis.

«Tem 2 porteiros, que tem de ordenado cada um 8$000 réis, e 1 guarda com outros 8$000 réis.

«Tem mestre de carpinteria, que tem de ordenado réis 12$000.

«Um mestre de arcabuzaria, que tem de ordenado réis 15$000.

«Tem ao presente 4 fundidores de artilheria, que tem de ordenado cada um, a 12$000 réis cada anno, e suas obras pagas a 600 réis por quintal, tirando suas falhas.

«Gasta cada anno em pagamento de officiaes e feitios de munições 15, 20$000 cruzados, um anno por outro.

«Cada official destes tem licença para carregar, em cada um anno, 3 pipas de vinho para a India.»

Como se vê, o auctor da *Estatistica* minuciosamente dá conta das officinas, armazens de artilheria, differentes armas e da polvora.

Para o tempo, era grande o movimento da fundição de artilheria; nem podia deixar de ser assim, á vista das fortes armadas que eram indispensaveis para a defeza das costas do reino, e expedições coloniaes, e para o armamento das fortalezas no reino e nas colonias.

Damião de Goes, na chronica d'el-rei D. Manuel, diz o seguinte:

«Fez de novo as casas dos almazens de Lisboa, e, no das armas poz em deposito uma grande quantidade de corpos de armas de peões, e 2:500 de homens de armas de cavallo e 800 de acobertados, e muitos corpos de couraças, e outras armas e muitas peças de artilheria grossa e miuda, e arcabuzes, espingardas, piques, lanças e béstas, tudo em muita quantidade...

«Começou as tercenas das portas da Cruz, as quaes mandou fazer para se nellas guardar e fundir a artilheria, e assim as de Cata que Farás, e a casa da polvora em Lisboa, e a casa da armadia em Santarem.»

El-rei D. Manuel fez a torre de Belem, que guarneceu de grossa artilheria, e teve de prover aos armamentos de todos os logares da Africa e das Indias. Já antes d'este monarcha, D. João I fortificára Setubal, e construira a torre do

Outão; em Lisboa fizera a torre de Caparica, ou torre Velha, assim chamada depois.

D. João II fortificou Cascaes, e outros logares.

D. João III construiu a torre de S. Julião, e fortificou Peniche, Lagos, etc.

A torre do Bugio foi armada no tempo dos governadores do reino, e depois foram fazendo-se os fortes entre as torres de S. Julião e de Belem, que D. João IV augmentou e desenvolveu.

Em tempo de D. Pedro II construiram-se novos fortes desde S. Julião, até ao sitio do Grilo, e guarneceram-se os existentes, por occasião da guerra de successão em 1704.

Em tempo de D. Manuel e de D. João III, não era licita a exportação das armas.

Os espingardeiros e officiaes eram privilegiados, e com ordenados que pagavam os concelhos, porque os cidadãos, conforme as suas rendas, usavam de armas, e eram obrigados a ter um certo numero d'ellas.

A fabrica d'armas, que el-rei D. Manuel estabeleceu em Bracarena, foi dirigida por mestres vindos da provincia de Byscaia.

Damião de Goes affirma, que D. João III tivera nos armazens armamentos para 40:000 homens.

Diz Manuel Severim de Faria, que escreveu no primeiro quartel do seculo XVII, que, nas officinas de fundição de artilheria, tudo se obrava em grande quantidade e na maior perfeição, e os armazens estavam arranjados, e de maneira que eram dignos de se verem.

E n'esse tempo, já se havia mandado muita artilheria, e grande numero de armamentos para Castella.

D. João II imaginou armar as caravellas, navios pequenos, de artilheria grossa, cousa nova, e que por muito tempo as tornou temiveis aos inimigos.

Estes navios eram especialmente destinados a defender as costas do reino, e o estreito de Gibraltar das correrias mauritanas, por ser muito grande o dispendio com as naos grossas, que se empregavam n'esse serviço.

Como se vê do extracto que fizemos, o auctor da *Estatistica manuscripta* indica o valor das peças de artilheria que, conforme diz, era, termo medio, de 600 a 700 cruzados (240 a 280$000 réis, que hoje corresponderia a muito mais de 1:000$000 réis).

O valor do quintal da polvora para espingardas era, em 1552, de 15 cruzados, ou 6$000 réis; hoje regulará, talvez, pouco mais ou menos, por 25$000 réis, posto que, a este respeito não temos agora informações exactas.

X

O capitulo que trata da camara municipal é curioso.

Havia quatro vereadores, e cada um d'elles tinha de ordenado 20$000 réis, em dinheiro, e cinco moios de trigo, e cinco de cevada, e mais mil réis, que recebiam dia de Corpo de Deus, para um beberete.

Em 1620, os vereadores eram seis, e cada um tinha 200$000 réis, e o presidente 400$000 réis.

A camara a todos os seus empregados pagava em dinheiro e em trigo e cevada: e, além dos seus empregados e dos do Terreiro do Trigo, era da sua obrigação pagar os ordenados dos juizes do civel, que eram dois, e venciam 20$000 réis em dinheiro, e quatro moios de trigo; os juizes do crime a 10$000 réis, em dinheiro, e dois moios de trigo, e dois de cevada; — aos juizes dos orphãos da cidade 20$000 réis em dinheiro: — ao provedor da saude 30$000 em dinheiro, e dois moios de cevada; — e além d'este, aos demais empregados da saude.

O homem, que tangia o sino á hora de recolher, vencia 3$000 réis.

A dois corregedores do civel 50$000 réis, a cada um, além das assignaturas, que rendiam para ambos 50$000 réis.

Tem bastante interesse a parte relativa á organisação judiciaria; basta, por agora, que os leitores saibam, que na cidade havia cincoenta e tres juizos, em que os cidadãos eram julgados, entrando n'esse numero, nove casas onde se cobravam direitos, e cinco, a alfandega, a casa das carnes, a sisa da fructa, do pescado, do carvão, etc. que faziam execuções.

Não parece justiça de mais?!

O provedor da alfandega tinha de ordenado 100$000 rs.

XI

O auctor da *Estatistica* resume os rendimentos da cidade, e esta parte é muito curiosa, por isso a damos por extenso :

«A alfandega em que, todas as mercadorias que entram pela foz, assim pannos finos, sedas que vem por terra de Castella, pagam, de dez réis, um, e rende cada anno oitenta a noventa mil cruzados.

«Depois que estas mercadorias pagam esta disima acima, são avaliadas, e da avaliação pagam, de dez, um, e rendem cincoenta a setenta mil cruzados, uns annos por outros.

«Tem a mesma alfandega uma casa sobre si, onde vem ter todos os pannos do reino, e pannos baixos de Castella, e pagam 5 por cento do que acham que vale cada cento, e rende cinco a seis mil cruzados.

«Tem outra casa da madeira, que ha por nome o Paço da Madeira que ha por nome o paço da Madeira, onde se paga de toda a sorte de madeira assim do reino, como de fóra d'elle, e esparto, e fructa de Galliza, a disima e sisa, e rende trese a quatorze mil cruzados.

«A casa da sisa das carnes rende onze a doze mil cruzados.

«A sisa dos escravos rende nove a dez mil cruzados.

«A renda das herdades, que são as propriedades, que se vendem, rende quatro a cinco mil cruzados.

«O ramo dos azeites rende dois mil cruzados.

«O ramo da marçaria (capellista, linhas, fitas, botões, pentes etc.) que vem de Castella, rende dois mil cruzados.

«A sisa do mel, que acode á cidade, rende seiscentos cruzados.

«As avenças que se dizem da marçaria, em que entram calceteiros, sirigueiros, sombreireiros, corrieiros, e outros officios, rendem mil e quinhentos cruzados.

«O ramo dos couros vacaris, que se recolhem no curral, rende mil e quinhentos cruzados.

«O ramo dos carneiros e bodes, que se matam no curral, rende quinhentos cruzados.

«A sisa do sumagre, que entra na cidade, rende quinhentos cruzados.

«As avenças dos ferreiros, da obra que tornam a vender, rendem quatrocentos cruzados.

«Os sapateiros de obra feita, que tornam a revender, pagam setecentos cruzados.

«A sisa dos algibebes de obra feita, que tornam a revender, rende tresentos cruzados.

«Os confeiteiros, da obra feita que vendem, pagam duzentos cruzados.

«A sisa do que se revende em almoeda e pregão, rende tresentos cruzados.

«O linho rende cem cruzados.

«O ramo dos oleiros, da obra que vendem, rende quatrocentos cruzados.

«O ramo da cal, telha e tijollo, rende seiscentos cruzados.

«O panno de linho, rende o seu ramo, que pagam os fanqueiros, seiscentos cruzados.

«A sisa das bestas, que se tornam a vender, rende tresentos cruzados.

«A sisa da courama cabrum, que vem do reino e fóra d'elle, rende seiscentos cruzados.

«A portagem rende dois mil e quinhentos cruzados.

«A sisa do pescado rende cinco mil e seiscentos cruzados.

«Os saveis rendem quinhentos cruzados.

«A regateria das mulheres rende, do peixe, que revende, rende mil cruzados.

«Os bacalhaus rendem cem cruzados.

«A sisa do carvão rende dois mil cruzados.

«A sisa da lenha rende setecentos e cincoenta cruzados.

«A sisa das mulheres que fregem peixe, e o vendem frito, rende tresentos cruzados.

«A sisa da fructa, a saber, da castanha verde e pilada, cereja, e outra fructa verde de Cintra e Collares, e revenda da secca, rende tres mil cruzados.

«A sisa da hortaliça rende setecentos e cincoenta cruzados.

«A sisa da fructa dos pomares do termo, rende setecentos cruzados.

«A sisa da palha rende tresentos cruzados.

«O marisco e fructa d'além, rende oitocentos cruzados.

«A sisa dos vinhos rende cinco mil cruzados.

«A imposição nova dos vinhos rende quatro mil e quinhentos cruzados.

«A quarta vintena das cousas, que vem da India, rende um anno por outro, dez mil cruzados.

«Estes quarenta ramos, o rendimento delles, é das portas a dentro, e sem receio o que rende a V. A., dusentos e quarenta e seis mil e quatrocentos cruzados (98:560$000 réis, hoje regularia por mais de 1:000 contos.)»

Ora, além d'estas verbas, temos mais—a da dizima do pescado, que era do duque de Bragança, e rendia nove mil cruzados; a do carvão, que era de João Brandão, na importancia de mil e quinhentos cruzados; — este João Brandão tinha mais a disima da lenha, a do tijollo, e outras que rendiam mil e duzentos cruzados; — e ainda outras rendas propriamente da cidade.

Mencionamos em especial as seguintes verbas:

«Ha na cidade um homem que vende sabão, e, por lh'o deixarem vender, paga mil e quinhentos cruzados, ao filho do governador (?)

«Outro homem, que lhe deixam vender sabão branco, que carrega para fóra, paga duzentos cruzados ao conde de Linhares, e aos seus herdeiros.

«Este mesmo homem traz arrendada a imposição para a aposentadoria, que ninguem possa vender cortiça, senão elle, e carregar para fóra, e paga cada anno quinhentos cruzados.»

De sorte que estas rendas juntas com as mencionadas acima, e que pertenciam ao rei, sommam duzentos e setenta e um mil oitocentos cruzados (108:720$000 réis; 1:200 contos de hoje, talvez.)

Os leitores veem como se desbaratavam as rendas publicas em proveito de particulares, com grande vexação para o povo.

XII

Conclue a *Estatistica* com a relação dos officios, que havia na cidade, e homens e mulheres que os exerciam. É muito extensa a relação; mencionaremos apenas alguns, que nos parecem mais curiosos, e mais significativos dos costumes do tempo e estado da cidade; os algarismos denotam só as lojas, ou mestres dos officios.

Boticas, 42.
Livreiros, 20.
Ourives do ouro, 53.
Dos da prata, 35.
Pintores, 30.
Illuminadores (de livros), 5.
Cartas de marear, 6.

«Tem seis casas, onde tecem mantas de retalhos, urdidas com lan, e tecidas com retalhos, que juntam pela cidade e por casas dos alfaiates, e em cada casa tres e quatro teares.»

Teares de tapetes, 3.
Fabricantes de gaiolas para papagaios e passarinhos, 20.
Homens que vendiam mechas e fuzis, 10.
Homens que vendiam pastilhas pela cidade, 4.
Fabricas de vidros, 2.

«Homens que andam com gamelas e rodas (pás) ao longo do mar a levar o esterco, que tiram das casas, e as terras e areias, que o mar lança, são, por todos 15.»

Corretores de mercadorias, 12.
Corretores de cavallos e de escravos, 12.
Escolas de meninos 40, e cada uma, termo medio, 250 meninos.
Lojas de alfaiate, 200.
Mestres, officiaes e aprendizes do mesmo officio, 800.
Lojas de sapateiro, 450.
Mestres, officiaes e aprendizes do mesmo officio, 1:800.
Lojas de carpinteiro, 300.
Mestres, officiaes e aprendizes do mesmo officio, 600.
Pedreiros, 300.
Lojas de barbeiro, 70, destas lojas, 30 de barbear, e 40 de guarnecer espadas.
Espadeiros, 5, e tão finas eram as espadas, que não davam por menos de 400 réis, cada folha.

«Tem 150 casas de tecelões, e em muitas dellas, dois, tres teares, e dellas muitas de mulheres, que são por todo, quatrocentas pessoas.
«Tem 70 tendas e casas, tudo junto, em cada uma

destas fazem louça de barro; em cada tenda, dois ou tres, que são por todo 180 pessoas.

«Tem 10 casas onde se faz louça vidrada, e em cada uma d'ellas tres, quatro pessoas, que são 30 pessoas.»

Pasteleiros, 10.
Confeiteiros, 30.
Dentistas, 5.
Fabricantes de agulhas, 4.
Casas em que se perfumavam luvas, e outras coisas de perfumes 4.
Homens, que andavam pela cidade vendendo panno entre vendedores e compradores, por cordel, e alguns por varas, 20.

«Tem nas pedreiras da ponte d'Alcantara, de Campolide, Val de Cavallinhos, Olivaes, Mouraria, e porta de Santo Antão, 500 homens, que vivem e tem por officio arrancar pedras lioz e d'alvenaria.

«Tem 50 homens que tem por officio medir a pedra, os quaes chamam *embarcadores*.

«Tem 10 homens, que vivem por levar terra dos ourives do ouro e da prata, e da moeda de V. A. e são ricos e abastados do officio.

«Tem escolas de ensinar a canto de orgão—de ensinar a tanger viola—de ensinar a mourisca (certa dança)—de ensinar a esgrimir—escolas de dançar.»

Fornos de coser pão, 500.
Medicos, 40.
Cirurgiões, 40.

«Tem mais a cidade, entre frades, e conegos e beneficiados e clerigos extravagantes, 1:800.»

Corretores de letras de cambio, 2.

«Tem a cidade mil homens e mulheres pobres, que andam pedindo esmola, e tem-no por officio, e tiram muito dinheiro para suas mantenças.»

Moços de soldada, 4:000.

Moças de soldada, 4:000.
Marchantes e muito abastados, 50.

«Tem a cidade 300 tendas de marçaria, e delles homens mui abastados de quinze, vinte mil cruzados.

«Tem 70 tendas de caixeiros de vender brocados, velludos, setins, damascos, e toda a sorte de sedas e são homens de vinte, trinta mil cruzados.

«Tem 100 lojas de mercadores de pannos, delles mui abastados de quarenta, cincoenta mil cruzados.

«Tem 700, 800 mercadores de sobrados (armazens ou escriptorios em 1.os ou 2.os andares), que tratam em grosso, em todo o genero de mercadorias, alguns d'elles teem quarenta, cincoenta mil cruzados.»

Tabernas, 300.
Hospedarias, que só davam camas, 120.
Estalagens, que agasalhavam muita gente, 30.
Mercadores de escravos, 70.
Mulheres que só viviam de fazer botões, 300.
Cirzideiras, 100.
Mulheres que cosiam panno de linho para particulares e para os fanqueiros, 1:000.

«Tem mais 1:000 mulheres que têem por officio fazer cadenetas (lavores de agulha a modo de cadeias), desfiadas (adorno que se fazia tirando por intervallos, e em ordem correspondente os fios á fazenda; era destinado especialmente para paramentos das camas), redes de muitas feicções, e depois de feitas, lavral-as de marcenaria (a retroz), e coifas de face e gravis (toucados, coifa de retroz com lavores de fio de ouro, ou outros, e com renda na dianteira), e lavrar de bastidor de ouro, pelos quaes officios ganham dinheiro.»

«Tem 200 mulheres, que tem por officio tecer fitas de cadarço, de seda e de linho.

«Tem 70 mulheres, que não tem outro officio, senão coser luvas.

«Tem 80 mulheres, que tem por officio colchoar gibões de seda e de pannos, de linho e da India.

«Tem 50 mulheres, que não teem outro officio, senão deitar cristeis, e por elle ganham muito dinheiro.

«Tem 200 mulheres, que tem por officio frigir peixe, e vendel-o ás postas frito.

«Tem mais 50 mulheres, que tem por officio vender tripas cosidas e cruas, e ganham muito dinheiro, e estão muito limpas, vendendo-as com suas cadeias ao pescoço, e com manilhas nos braços.

«Tem 13 mulheres, que estão na ribeira, junto do Paço da Madeira, em suas lojas cheias de sal, que não tratam, nem vendem outra cousa, e são muito ricas e abastadas.

«Tem 40 mulheres velhas e negras e mouras, que tem por officio buscar toda a semana trapos velhos, e laval-os, e outras cousas de toda a qualidade, e á terça feira o estão vendendo na feira (da Ladra), que lhe não escapa cousa, que não vendam.

«Tem 50 mulheres, que todos os dias vendem arroz cosido, assim na Ribeira, como pela cidade.

«Tem 1:000 negras, que andam ao pote e quartas, vendendo agua por toda a cidade.

«Tem 1:000 negras, que andam pela cidade com canastras, alimpando a cidade.

«Tem 50 mulheres, que tem por officio fazer marmeladas, assucar rosado e laranjadas, que vendem ás pessoas que vão á India e a Guiné.

«Tem 200 mulheres, que vem do termo continuamente a vender leite, e queijos frescos e natas, queijadas e requeijões.»

Já se vê, que nós apenas extractamos a relação dos officios, em que se empregavam as mulheres, que eram numerosos.

O auctor resume n'estes termos, a estatistica dos officios e pessoas, que os exerciam;

«Parece pela conta destes tratos e officios, e modos, que tem os homens e mulheres, que aqui tenho apontados, serem os generos de officios dos homens, 235, em que entram 39:000 homens. E os das mulheres são 49 officios e tratos, em que entram 11:500 mulheres. Que fazem ao todo 50:250 pessoas.

«E se n'isto metter tres mil orphãos, que tem a cidade, e outros quatro mil meninos que andam pelas escolas, serão 57:250 almas.

«E se n'isto metter mulheres solteiras, que tem a cidade muito grande quantidade, que segundo a informação, que n'isso tomei, se põem em 5:000, pouco mais ou menos, e assim serão 62:500 almas.»

Estas estatisticas não podem considerar-se authenticas, por que ao auctor falleciam as bases para as assentar, todavia dão uma idéa approximada do que então era a cidade e principalmente dos costumes, e maneira do viver d'aquella época.

A publicação da *Estatistica*, de que nos temos occupado, será um bom serviço para a historia da cidade de Lisboa.

SERVIDÃO IGNOMINIOSA

É memoravel a servidão que, por muitos annos, pesou sobre os povos das freguezias de S. Miguel de Concha e S. Paio de Reylhe, do termo da villa de Barcellos; e da qual só se libertaram, no anno de 1743, por uma provisão d'el-rei D. João V, com a data de 25 de fevereiro, e que nos parece ser ainda inedita.

Vamos transcrever o principio da dita provisão, onde vem referida a historia do onus, que por tanto tempo opprimiu os povos d'aquellas freguezias.

É um episodio curioso do desvairado regimen que n'aquelles tempos dominava, e do egoismo de um povo que se comprazia em vexar os visinhos.

Diz assim a provisão:

«D. João, por Graça de Deus, rei de Portugal, etc. — Faço saber, que havendo respeito, e me representaram por sua petição os moradores das freguezias de S. Miguel de Concha, e S. Paio de Reylhe, da serenissima casa de Bragança, que havia mais de trezentos annos se achavam obrigados pela camara da villa de Guimarães a uma servidão injuriosa, de irem sete vezes no anno a varrer a praça, terreiro e açougue da mesma villa, por cada vez tres homens das ditas freguezias, a quem cabia por distribuição, aos quaes vestiam na camara uma opa vermelha, com barrete da mesma côr, de que saía uma ponta pelas costas até o talar, e a espada que levavam lh'a mettiam em um cinto amarello ás esquerdas, e os faziam descalçar um pé e perna

ficando com o outro calçado, pondo-lhes ao cinto o sapato e meia, que tinham descalçado, e sendo conduzidos por um guarda, que havia para isso deputado, os faziam exercer aquella vil servidão, assim como os das galés, estando os supplicantes sujeitos a esta servidão debaixo de grandes penas, com que eram vexados, na falta de assim servirem, padecendo grandes injurias e ludibrios de apupos dos rapazes e outros similhantes, nas occasiões desta servidão; a qual se dizia era fundada por uma sentença, que havia do sr. rei D. João I, que tinham os vereadores da dita villa de Guimarães em seu poder, por haverem estes supprido a falta, que não chegaram a occupar por medo ou fraquesa a ordenança de Barcellos, sendo-lhe destinado o sitio, ou estança para o assalto da praça de Ceuta, por cuja causa proviera aos vereadores da dita villa de Barcellos esta servidão, e o conde da mesma villa pelos livrar a impuzera aos supplicantes, que sendo nesse tempo do termo da villa de Barcellos, fizera passar as ditas freguezias para o termo das villas de Guimarães.....»

O padre Antonio Carvalho da Costa, na sua *Corographia* allude a esta servidão, e d'ella dá comprida noticia. Com tudo, examinámos diversas chronicas relativas ao reinado d'el-rei D. João I, e em nenhuma achamos noticia do facto que serviu de base á condemnação da gente de Barcellos, pelo indicado acto de fraquesa. É possivel que d'elle se encontre memoria em algum diploma antigo; mas foram baldados os nossos esforços para o encontrar nas chronicas e outros escriptos relativos áquella época.

Todavia, o padre Carvalho dá como averiguada a origem da servidão imposta á gente de Barcellos, e affirma, pois, que, por uma provisão d'el-rei D. João I, eram os vereadores da villa de Barcellos, obrigados a ir varrer a praça e açougue de Guimarães todas as vesperas das festas da camara d'esta ultima villa, e que eram as do Natal, Resurreição, Espirito Santo, Corpus Christi, S. João, Visitação de Santa Isabel, S. Gualter, Assumpção de Nossa Senhora, e S. Miguel o Anjo.

A causa d'esta opprobriosa servidão era que, tomada a cidade de Ceuta, aos 21 d'agosto de 1464, el-rei D. João I repartira a defeza das estancias da muralha da praça pelos moradores das cidades e villas, que o haviam ajudado na

empresa. Aconteceu, porém, que os moiros, expulsos da praça, voltaram com o intento de se assenhorearem d'ella, investindo-a com grande furia na escalada.

A gente de Barcellos desanimada, desamparou o posto que lhe fôra confiado, e os de Guimarães, vendo a fuga dos de Barcellos, para que a muralha não ficasse sem defeza por aquella parte, dividiram-se em dois terços, um dos quaes sustentou o posto que lhe fôra distribuido, e o outro foi defender o que se achava desamparado pela fuga da gente de Barcellos. Os de Guimarães houveram-se valorosamente na defensa de ambos os postos.

El-rei D. João I, para castigar a fraquesa da gente de Barcellos, e para honrar e gratificar a valentia e esforço dos de Guimarães, impoz aquella servidão aos primeiros.

Durou este opprobrio para os de Barcellos, pelo espaço de sessenta annos, e se, porventura, faltavam, em alguma das festas, a cumprir tão ignominiosa servidão, eram multados. Foi o conde de Barcellos e duque de Bragança, D. Jayme, quem conseguiu alliviar os moradores de Barcellos d'este onus indigno e vergonhoso. Contratou com a camara de Guimarães ceder-lhe as duas freguezias de S. Miguel de Concha, e S. Paio de Reylhe que eram do termo de Barcellos, de que o duque era senhor, transferindo para os moradores das ditas freguezias a servidão que pesava sobre a gente da sua villa. E diz o auctor da *Corographia*, que esse contrato existia e se guardava no archivo da camara de Guimarães.

D'este modo, os povos d'aquellas duas freguezias ficaram exclusivamente condemnados ao mais infamante tributo, para que escapassem á vergonha e ao ridiculo os vereadores da villa, que era cabeça de condado! É sempre o pequeno a responder pelo poderoso? Nefasto principio politico, que a revolução derogou para sempre.

Ainda o mesmo auctor accrescenta, que o famoso poeta e jurisconsulto Gabriel Pereira de Castro, diligenciou pôr termo á servidão dos povos das ditas freguezias, porque alguns caseiros seus haviam sido multados por a ella faltarem, pelos vereadores da camara de Guimarães, na quantia de seis mil réis. Sobre isto correu um pleito, mas, sem embargo, dos esforços empregados por Gabriel Pereira de Castro, e apesar da sua grande influencia, os de Guimarães obtiveram sentença favoravel; e diz Carvalho, que a mesma sentença se guardava no archivo da camara.

Ora, apesar do que refere Carvalho, parece certo que a camara de Guimarães não possuia nenhum diploma para fundamentar a servidão.

Na propria provisão d'el-rei D. João V está a prova de que não existiam os documentos authenticos de tal onus. A camara de Guimarães não deixaria de apresentar qualquer diploma que a auctorisasse a exigir o serviço, em cuja continuação tanto se empenhava, se porventura os houvesse, e tanto mais, que fôra intimada para exhibir os ditos diplomas.

Vamos transcrever o que se lê na mencionada provisão, como testemunho do que deixamos dito; é assim:

«E visto o que allegaram e constou das informações do provedor da comarca da dita villa de Guimarães, e ouvidos os officiaes da camara della, e remettendo a copia da primeira obrigação que os supplicantes fizeram, e por não satisfazerem com os documentos, em que fundaram a sua resposta, foram por especial ordem minha notificados para que os ajuntassem, ao que não satisfizeram, e pretendiam ser nesta côrte ouvidos; para o que se mandou ao corregedor do civel da cidade, Simão da Fonseca e Sequeira, que no termo de oito dias os ouvisse, e com o que os supplicantes disseram, e novamente os supplicados representaram; tendo outro sim já sido ouvida a nobreza e povo da dita villa de Guimarães, que requereram e pediam se conservasse a dita servidão como privilegio á Senhora da Oliveira da dita villa, e que sobre a posse della os poderiam os supplicantes demandar pelos meios ordinarios, etc.»

Á vista d'isto é claro, que a contestação da camara de Guimarães apenas se estribava n'uma tradição. No entretanto a nobresa e povo d'aquella villa ainda instavam pela conservação de vergonhoso acto, a que eram iniquamente obrigados os povos das duas freguezias. Singular jurisprudencia que permittia a transversão da pena, do culpado para o innocente.

É tambem para notar o que se lê na mencionada provisão do sr. D. João V, ácerca do motivo que levava os de Guimarães a instarem pela servidão. Diz a provisão:

«..... porque os ditos vereadores da villa de Guimarães

mais obrigavam os supplicantes para signal e reconhecimento da sua servidão, com vestes e insignias ignominiosas, de que por haver daquella limpeza necessidade, pois os lavradores a façam por conveniencia propria das suas fazendas, mandando quotidianamente varrer as ruas, praças, terreiros e açougues....»

Parece incrivel que uma povoação assim se lisongeasse de expôr outras povoações a tamanha ignominia, e ao ridiculo, vaias e apupos da rapaziada.

Costumes patriarchaes, habitos virtuosos d'aquellas *gentes*, como diria um admirador das bellesas do antigo regimen.

TRISTES LEMBRANÇAS

Os sectarios do antigo regimen não cansam de declamar contra as immoralidades d'estes tempos. Se o mundo está corrupto é por causa da liberdade, é por que o povo é livre. Por isso ha pouco um ferrenho ultramontano francez, mr. Veuillot, escreveu um livro para demonstrar que a liberdade é incompativel com o catholicismo.

Cá em Portugal ainda ha gente que segue essa doutrina, e, ouvindo-os, parece que este paiz, antes da revolução, era um paraizo terreal.

Já por muitas vezes temos mimoseado os leitores com provas provadas da desmoralisação dos governos e do clero, e dos fidalgos e do povo de outras eras; iremos accumulando as provas n'estas leituras rapidas, e assim vamos respondendo aos velhos tontos e aos rapazes de cabelleira, que insultam esta época, e choram pelas virtudes passadas.

Deus livre esta geração de presencear o que viram nossos paes. Deus livre os homens d'este tempo, e os que lhes succederem, da profundissima depravação que testemunhos irrecusaveis nos mostram no seculo XVI, especialmente na sua segunda metade.

Quereis saber de quem era este paiz no anno de 1579, n'esse anno fatal, em que a corôa de Portugal estava a cair da cabeça de um rei purpurado e demente, e que fôra um dos maiores devoristas d'esta nobre terra? Quereis saber quem sugava a substancia publica? Quereis saber quem eram os senhores de quasi toda a propriedade da nação? Respondem-vos os estados do reino em uma carta que di-

rigiram ao papa Pio V, pedindo-lhe que dispensasse nos impedimentos, que obstavam a que o demente cardeal-rei podesse contrahir matrimonio. Essa carta devia ser levada por D. Duarte de Castello Branco, meirinho-mór do reino; mas este não chegou a partir n'essa occasião, porque o monarcha resistiu ao pedido dos povos, ou antes, por elle resistiram os traidores, que lhe contavam os instantes, para entregarem a corôa a Filippe II.

Essa historia do casamento do cardeal-rei foi uma ridiculissima farça. Como havia de casar um homem, que estava na segunda meninice a tal ponto, que se alimentava, como as creanças, de leite de mulher, e para isso tinha ama! Era ella uma certa Maria da Motta, do sitio dos Olivaes, que diz a historia ser mulher nobre, e do que resultou não pouco proveito para a sua familia.

Queriam casar um velho idiota, e amamentado! Mas, emfim, queriam casal-o, e solicitavam a intervenção do papa na farça. É singular; n'este caso intervinha para casar, e no do infelicissimo D. Affonso VI, interveiu tambem o papa para descasar! Os papas e os nossos antepassados não tinham em muita conta o sacramento do matrimonio, pois que d'este modo casavam e descasavam quem lhes convinha.

Mas leiam este conceituoso trecho da carta, a que temos alludido:

«E por outra parte, se V. Santidade piedosamente quizer pôr os olhos no progresso dos nossos principes, claramente verá que, com singular magnificencia, virtudes e amor grandissimo, avantajaram sempre, ou pelo menos egualaram, com seu patrimonio real o da Santa Egreja, dotando-lhe nosso rei primeiro grandes villas e logares, terras e rendosas possessões, fundando sumptuosos templos e mosteiros, applicando-lhes rendas e direitos com que enriquecer bastantissimamente, e deu singular exemplo a seus successores para os ampliar e estender, como fizeram com grande liberalidade, dando-lhe as terras maritimas, que descobriram e ganharam, e outras muitas com tanta grandeza, que mais se *podem chamar estes reinos da Egreja*, do que são da cabeça d'ella as proprias cidades de Italia. E assim teem n'elles os ecclesiasticos quieta e segura essa porção, que nunca nas grandes tempestades foram movidos de sua tranquillidade,

nem se póde dizer que o foram agora com seu voluntario subsidio, pois acudiu com piedosa e grata benevolencia a Santa Madre Egreja ao filho que a dotou.

«E inda que esta virtude em nossos reis de Portugal fosse tão eminente, que quizeram mais para Deus, que para si, não se deve menos gloria aos nobres e povo destes reinos, pois com larga mão assim partiram de seus bens com a Santa Madre Egrejá; e assim dotaram e enriqueceram de suas proprias fazendas, que só nas prelasias de Braga, Lisboa e Coimbra se tem entendido que a Egreja tem mais herdades, que os naturaes deste reino lhe deram, do que se entende terem-lhe dado os homens particulares de todos os outros reinos de Hespanha.»

Á vista d'isto, de quem eram estes reinos? Do clero, da egreja, do papa. Não somos nós que o dizemos — são os estados do reino, são elles que o affirmam ao proprio papa.

A este estado é que os louvadores do tempo passado nos querem reduzir. Para elles a religião não é o cumprimento dos preceitos do Evangelho, é o poderio e supremacia do clero, é o devorismo clerical; é a inquisição; é a fogueira; é a oppressão do povo que suava para alimentar esse bando de mandriões e de devassos, que negociavam a honra do reino.

Portugal era da egreja; os reis despiam-se para vestir clerigos e frades; o povo tinha fome para melhor encher as barrigas dos tonsurados e purpurados; não se pensava senão em conventos, em egrejas, em procissões, em irmandades, e a unica distracção que tinham d'estas piedosas occupações, era não menos piedosa — era um piedoso auto da fé, onde piedosamente eram queimados alguns judeus.

E por detraz de toda esta piedade estava a mais vil e ignobil corrupção.

O que n'esta terra aconteceu, antes e depois de consumada a usurpação castelhana, foi horroroso. Os leitores irão vendo.

Sabem os leitores que estes reinos de Portugal se podiam dizer mais da Santa Madre Egreja, que as proprias terras patrimonio de S. Pedro, e os outros paizes em que o papa exercia a sua soberania temporal. Assim o affirmavam os estados do reino, em 1570, e bom fundamento tinham para o affirmar, porque uma grande parte do solo estava vincu-

lado ao clero, e porque elle absorvia uma consideravel porção das rendas publicas.

E além d'isto, as sommas dadas á egreja por meio das irmandades, das confrarias, e de muitas e variadissimas devoções augmentavam o immenso peculio religioso.

Vejamos agora qual era a moralidade publica n'essa época. Será um escriptor, testemunha ocular dos successos que refere, quem informará os leitores a este respeito. Admire-se a corrupção d'esse tempo, e veja-se a profundissima depravação a que chegou este pobre paiz, desde que lhe metteram em casa a inquisição. Não havia então liberdadeiros, ainda se não conhecia a liberdade, não havia Renans, ou se os havia, só por pensamento, nos tormentos e nas fogueiras se purificavam.

O aphorismo religioso—acima de tudo ser catholico—vigorava sem contestação. E essa gente, que o recebia como um dogma, era tão desmoralisada!

Entrou Filippe II em Portugal, pela mais negra traição de que ha memoria, e eis como o collector das memorias, que vamos extractando, refere o que então se passou. Diz elle:

«Depois de el-rei entrado, e assentado nos paços, começaram logo a fazer crueis execuções nos portuguezes, que seguiram ao sr. D. Antonio, açoutando uns e enforcando outros, degradando muitos para as galés, não guardando decoro a ninguem, porque frades, clerigos, leigos, todos iam por um teor, remando seus remos nas galés, onde os mettiam, andando ao remo bem de frades de todas as ordens, por bem de annos, pagando o amor da patria, não deixando o povo de ter muito sentimento e dôr de ver as justiças que cada dia se faziam.

«*E o que peior era, que os ministros executores eram proprios portuguezes;* dôr muito mais para sentir, porque, se el-rei dera ministros castelhanos, não houvera tão rigorosos castigos, *que até elles estranhavam a crueldade dos portuguezes usada com os seus naturaes e proximos*, e se por ventura a justiça castelhana sentenciava algum tinha misericordia e usava de proximidade com os portuguezes.»

Não sabemos que um povo possa chegar a maior abjecção! Eram os ministros, era a magistratura, que assim

profanava o seu nobre caracter, e rojava vilmente aos pés do tyranno estrangeiro. Os proprios castelhanos eram mais misericordiosos com os portuguezes, do que os seus naturaes!

Leiam mais, e pasmem:

«Neste mesmo tempo prenderam dois frades por coisas do sr. D. Antonio, um filho de Paulo de Loureiro, e um fr. Manuel da Costa, da ordem de S. Domingos, o qual tinha escondido um filho de Christovão Mendes de Carvalho, que tambem prenderam. Nos castigos destes não fallo, por que foram tão crueis, *sentenciados pelos portuguezes*, que fallar nelles mette-me dó, quanto mais em quem nos executaram.»

Que lhes parece? Qual seria o estado da sociedade portugueza, quando a magistratura chegára a tamanho abysmo de infamia?

Lêde mais:

«Neste mesmo tempo, e anno de 1586, se descobriu nesta cidade um bando de testemunhas falsas com corretor dellas, que corria com todas, dando-as para todos os casos que queriam e haviam mister, e até para fazerem enforcar e queimar, e tirar morgados e fazendas, e dal-as a quem queriam, como de tudo tinham usado, até de fazerem queimar, como confessaram ao pé da forca, por que todos foram descobertos e enforcados, dia de dois e tres, não escapando nenhum, por onde, cidade e reino, onde havia tantos males e outros que adiante ouvireis, não era muito dar Deus nella os castigos que deu como vedes.»

As leis favoreciam estes crimes. Castigaram estes homens, quando o que lhes cumpria era reformar as leis. Fôra a inquisição, com os seus processos secretos, que introduzira essa chaga social, facilitando as denuncias, e abrindo as portas ao crime.

Mas inda ha mais; lêde:

«Logo neste verão de 1590, se tornou a soar que os inglezes tornavam, causando tal medo a sua vinda em Portugal, que a mór parte da cidade se despejou; mas elles não

vieram. A causa de temerem tanto os inglezes, não era por elles, nem pela guerra, se não temer cada um que levantassem os malsins que era *Antonista*, havendo muitos malsins de ordenado de cada dia, e não estava a coisa em mais do que querer um levantar um aleive a uma pessoa, que logo era presa, cheia de tratos, e foram tantos os que de aleive foram presos e aleijados de tratos e enforcados, que contarei dois casos ácerca d'isso:

«Um malsim destes, que tinha portaria para os não prenderem por causa nenhuma, como todos os malsins tinham, determinou accusar um alcaide, que chamavam o Correeiro, dizendo que o tempo atraz, em que o sr. D. Antonio estivera em Alvalade com os inglezes, o dito alcaide o fôra ver, e lhe levara barris de polvora, para effeito do qual tomou duas testemunhas promettendo a cada uma um tanto da fazenda do Correeiro, que lh'a haviam de julgar a elle por perdida; e accusando-o, e indo as testemunhas a jurar, a primeira jurou tudo o que o malsim lhe tinha dito; e indo o outro, jurou a verdade, e como o malsim o buscára a ambos para jurarem falso naquelle acto, promettendo-lhes um tanto, botaram logo mão do que tinha jurado primeiro, e sahiu depois a açoutar e degredado por juramento falso, e querendo prender o malsim arrancou de uma portaria, que nenhuma justiça o podesse prender por nenhum caso, mas depoz a verdade e por el-rei foi mandado prender e castigar.

«Outro a que chamavam o *Malsim Real*, vendo os que tinham accusado falsamente, entrou o demonio nelle, com imaginação que se não podia salvar, e que se havia de perder como fez Judas, pelos muitos que tinha accusado falsamente e feito enforcar, açoutar e degradar, e arremetteu para se deitar por uma janella fóra, e, acudindo, o detiveram; e trabalhando com elle confessores e frades deixando-o já quieto, se foi deitar pela janella, e se fez em pedaços deitando elle primeiro um pregão, com sua boca em voz alta, dizendo: — «Justiça que mandam fazer neste homem «que o mandam deitar desta janella abaixo, e fazer em «pedaços por ter feito prender muitos homens, e enfor«car innocentemente.» — E isto foi de dia e diante de muitas pessoas, que, acudindo, lhe não puderam valer, por se ter deitado e feito em pedaços, como o seu pregão dizia, por ser a janella muito alta, junto da rua do Saco.»

Os malsins eram um elemento indispensavel do antigo regimen. O que era o familiar da inquisição senão um malsim? E esse emprego de familiar do santo officio era ambicionado por todos, e pelos fidalgos particularmente. Não admira pois que houvesse tantos condemnados por aleive; não admira que se aproveitasse a lucta em que andava D. Antonio, afim de haver o throno, que era mais d'elle, do que de D. Filippe II, ao qual tantos portuguezes degenerados, influidos pelos jesuitas, o haviam vendido — não admira, dizemos, que em taes circumstancias os malsins exercessem o seu vil mister. O defeito não estava tanto nos homens, como nas leis, e na exagerada e funesta influencia clerical. Os espiritos eram corrompidos pelas leis, pelos costumes, e a depravação era necessaria para bem da egreja, conforme a entendiam os que á sombra d'ella comiam, e os espiritos taeanhos e supersticiosos.

Demos graças a Deus por virmos ao mundo n'este seculo, forte e valente demolidor do velho edificio, que havia de desabar por força, porque assentava na negação das verdadeiras doutrinas do Evangelho.

Vociferem embora os louvadores do tempo passado, exaltando o que foi, para deprimirem o que é: desmentem-nos os homens d'esse mesmo tempo, respondem-lhes os archivos. A historia inflexivel diz a verdade, e já não ha forças para occultar os seus documentos.

É já facto averiguado, que, no tempo da devoção exagerada, era maior a corrupção do que no tempo de agora, que dizem ser de indifferentismo ou de impiedade. Mas a impiedade está em não serem estes reinos propriedade da egreja, nem precisarem do beneplacito papal, nem das influencias jesuiticas para se governarem. E se ha alguem que pensa governar Portugal, ás ordens do beaterio, engana-se redondamente.

Como curiosidade diremos que a rua do Saco, a que acima se allude, ficava entre o largo de S. Carlos e o do Corpo Santo.

O PAPA E O REI DE PORTUGAL NO SECULO XVI

I

Em 1862 principiou a publicar-se uma interessante obra, por ordem da Academia Real das Sciencias, e sob a direcção do academico Luiz Augusto Rebello da Silva, essa obra é o *Corpo diplomatico*, preciosissima collecção de documentos historicos, existente no archivo da Torre do Tombo, e em outros, compondo-se de correspondencias diplomaticas, instrucções a agentes de Portugal, bullas e breves pontificios.

Principia a collecção pelos documentos relativos aos negocios com a côrte de Roma, a contar do principio do seculo XVI.

Fizemos uns resumidos excerptos d'aquelles documentos, os quaes publicámos no *Jornal do Commercio*, e que agora d'ahi passamos para este *Summario*, ampliados, não tanto como desejavamos, mas sufficientes para dar aos leitores uma ligeira idéa das relações de Portugal com a côrte de Roma, nos primeiros annos do seculo XVI, e da magnificencia d'el-rei D. Manuel.

Na collecção do *Corpo diplomatico* descortinam-se as feições da politica de Portugal, penetra-se um pouco o véo que encobre o viver intimo das duas côrtes; revela-se a torpesa da curia romana, a sua venalidade, e a miseravel subjeição do rei de Portugal a um poder, que elle proprio reconhecia por interesseiro e pouco christão.

Os ligeiros traços que apresentamos aos leitores, bastarão, sem duvida, para lhes fazer comprehender qual era a

moralidade romana, e o que significava o espirito religioso d'aquella época.

II

No anno de 1501, occupava a cadeira de S. Pedro, Rodrigo Borgia, com o nome de Alexandre VI, a deshonra e a affronta do pontificado.

Alexandre VI morreu envenenado, por engano, pelo proprio filho, o duque Valentino; e quando esse escandalo do papado desappareceu da face da terra houve em Roma, geral contentamento. Diz o historiador de Italia, Guicciardini, a este respeito:—«Toda Roma concorreu com incrivel ale«gria a ver o corpo morto de Alexandre, em S. Pedro, não «podendo todos fartar-se á sua vontade, de verem morta «uma serpente, a qual, com a sua immoderada ambição e «pestifera perfidia, e com todos os exemplos de horrivel «crueldade, de monstruosa luxuria, de inaudita avareza, «vendendo indistinctamente as coisas sagradas e as profa«nas, tinha envenenado todo o mundo...»

Em 1501 reinava em Portugal D. Manuel.

Como é sabido o cardeal D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa, emigrou para Roma, no reinado d'el-rei D. João II, receioso da politica d'esse monarcha, e é bem vulgar o dito do arcebispo, quando el-rei D. João atirou o seixo ao Tejo —«esta pedra não me ha de bater na cabeça.» Com effeito a pedra bateu nas cabeças dos duques de Bragança e de Vizeu, e de outros fidalgos, e D. Jorge da Costa nunca mais voltou a Portugal, e em Roma foi, póde dizer-se, o arbitro dos negocios d'este reino, perante a curia.

Tendo fallecido o arcebispo de Braga, irmão do cardeal, o papa Alexandre VI, deu o arcebispado ao dito cardeal, sem preceder apresentação regia. D. Manuel resentiu-se muito do procedimento do papa, e do cardeal, que acceitára a mytra de Braga, sem previo consenso real. O cardeal dizia a el-rei D. Manuel, em 2 de setembro de 1501, que acceitára a mercê que o papa lhe fizera do arcebispado de Braga, mercê de que aliás não gostára (dizia elle)—«por «me parecer que com elles (os beneficios) poderia satisfa«zer cargos de creados e outras muitas coisas tocantes á «minha alma...» e concluia, pedindo que o rei lhe mandasse

dar a posse do arcebispado. É de crer que o rei não acreditasse na piedade do ladino cardeal.

Em 28 de fevereiro de 1502, el-rei escrevia ao cardeal, significando-lhe o seu profundo desprazer por elle haver acceitado a mitra primaz, sem apresentação. Queixava-se o rei de que Roma o tratasse como se *não tivera parte n'este reino*, e de que, vagando o arcebispado, lhe não tivesse logo enviado breve, assegurando-lhe de que o não proveria sem a sua real apresentação, com *algumas palavras d'essas que tão barato são em Roma...*

Grande era o aggravo do rei, e bem dizia elle que as palavras eram baratas em Roma, as cousas é que saiam muito caras. Mas continúa D. Manuel a sua carta ao cardeal, n'estes termos:

«....porém, posto que tudo isto assim esteja passado, e «em tempo em que as cousas de Roma estão em tanta au«thoridade... eu quero forçar minha paixão, e o que muita «parte e a maior ou quasi toda de Portugal, quereria que «n'este caso fizesse, e o que devo ao reino pelo cargo que «tenho de governança d'elle; porque bem cuido que se em «vosso caso estivesse um cardeal estrangeiro, e que fosse «outro e não vós, e vos pedisse conselho, que me dirieis «que antes estivesse vinte annos excommungado, que tal «passo haver de dar, porque a consciencia dos reis não é a «dos mantos pardos, nem se hão de salvar por aquella via, «mas antes por ella se perderiam, porque a governança de «seus reinos tem muita obrigação, e muitas cousas fazem, «que áquelle fim são muito bem feitas, que sem elle seriam «o contrario; e *mais que as excommunhões de agora não «as ha homem de temer, como as de S. Gregorio...*»

E depois de tudo isto, o rei mandou dar a posse do arcebispado ao cardeal, com obrigação de elle solicitar do papa a favoravel resolução de certas dependencias!

A consciencia dos reis não é elastica, dizia D. Manuel, e n'isto se referia á curia romana, cuja consciencia se regulava pelas suas proprias conveniencias, atropellando leis e deveres, conforme o preço por que lh'o pagavam. Para diante irão os leitores vendo as provas do que dizemos. E isto não são invenções, são factos constantes de documentos officiaes e insuspeitos.

Note-se, porém, o que o rei diz com respeito ás excommunhões. Já em 1501 não eram para temer, como tinham sido no tempo do façanhudo Gregorio VII: e em 1868, isto é, 367 annos depois, ainda o papa vibra excommunhões, como se houvera homem que ás temesse, posto que ainda haja *quem finja* reconhecer-lhe o poder, para os seus fins politicos.

D. Manuel sabia, como se vê, o que valiam as excommunhões; comtudo compoz-se sempre com a curia romana, e pagou a peso de ouro tudo quanto Roma quiz.

Vejamos agora como os agentes d'el-rei D. Manuel, em Roma, pensavam ácerca da infamissima côrte pontificia.

O deão do Porto, Ruy de Sousa, dando conta a el-rei, em 7 de março de 1502, da marcha e resolução de varios negocios, expressava-se assim:

«Para as cousas do bispo d'Evora, assim do capello, «como da demanda que faz contra o bispo, se mostrou (o «papa) mui aspero, porque é cousa de dinheiro, *a que me «parece que sua santidade tem grande inclinação...* e em«fim concluiu que elle era senhor de todos os beneficios na «egreja de Deus, e que podia fazer o que tinha feito; assim, «senhor, que me parece que o vexam, e lhe tomam o seu, «sem rasão.»

A egreja não era de Deus, era do papa, que a estorcia e sugava para satisfazer a sua desordenada ambição e torpissima luxuria.

Pensem bem os leitores n'estas coisas, para que possam avaliar as palavras dos que lhe fallam da honestidade romana, e da virtude dos tempos passados.

Dizia mais Ruy de Sousa:—«Folguei muito, senhor, de «ver esta egreja de Deus, como está regida, porque se me «Deus lá levar em saude, não terei trabalho de reprehen«der no pulpito, porque tudo o de lá me parece agora es«tado de graça.»

Vêem os leitores qual era a opinião d'este embaixador d'el-rei D. Manuel; em Roma parecia-lhe que Portugal estava em estado de graça, á vista da corrupção d'aquella metropole do catholicismo.

Aconselhava Ruy de Sousa ao rei, que escusasse o mais que podesse os requerimentos n'aquella côrte, em quanto andava tão arredada da honestidade e da virtude.

Por ultimo, n'este despacho, Ruy de Sousa dizia:—«Esta «terra, senhor, está mui atemorisada com a vinda do im«perador, que se diz que vem este verão; e muitos tomam «grande prazer de sua vinda, porque lhes parece que virão «com favor e liga da França e Hespanha, e que se fará al«gum bem e corregimento (reforma) *nesta sé apostolica*, «*que tão perdida está.*»

Já os romanos, em 1501, confiavam no estrangeiro para se verem livres do paternal governo pontificio. O que será hoje?!

III

Ao papa Alexandre VI, succedeu Pio IV, velho valetudinario, que apenas occupou vinte e seis dias o throno pontificio; apoz a morte d'este, reunido o conclave, logo no primeiro escrutinio foi eleito o cardeal Julião de la Rovere, com o nome de Julio II. De la Rovere soubera intrigar para alcançar a thiara. Espirito buliçoso e atrevido, tivera artes para adquirir a maior influencia, e grangeara a amisade de Cesar Borgia, duque de Valentino, filho de Alexandre VI, e que conservou todo o seu ascendente na côrte romana, ainda depois da morte de seu infamissimo pae.

Mais tarde Julio II soube desfazer-se de Cesar Borgia, o qual teve de emigrar para Hespanha, onde acabou seus dias.

Julio II foi mais guerreiro do que apostolo, e por isso se disse que arrojara ao Tibre as chaves de S. Pedro, para empunhar a espada de S. Paulo. O seu pontificado foi mais uma epopéa guerreira do que um apostolado christão: cuidou mais em dilatar os seus dominios, em despojar os pequenos principes seus visinhos, do que no governo das almas entregues á sua pastoral solicitude. O seu empenho era expulsar os barbaros da Italia; os barbaros eram os francezes, os hespanhoes e os allemães: parecia haver ahi um principio grande e generoso; tendente a fundar a nacionalidade italiana. N'isto se tem enganado muitos, e por ahi tem querido desculpar as empresas audaciosas e guerreiras dos papas. Mas não era esse o pensamento romano. Aspirava mais alto,—assim como pretendia ser senhor exclusivo na Italia, queria tambem dominar todo o mundo:—sonhavam os papas com a theocracia universal. Ora alliado com Veneza contra a França, ora com esta contra aquella,

fulmina terriveis excommunhões contra Luiz XII, ameaça-o de lhe tirar o titulo de christianissimo, para o dar ao rei de Inglaterra, a quem queria attrair para o ajudar na guerra contra Luiz XII, e em quanto assim procede, confere o titulo de defensores da fé aos suissos, que assolaram os estados italianos, por instigações suas; excommunga o rei de Navarra, declara o privado da corôa, que pertenceria ao que primeiro se apossasse d'ella; empenho de que se occupou Fernando, rei de Aragão, provido para esse effeito de uma bulla pontificia.

Em summa, o pontificado de Julio II foi um tecido de malfeitorias guerreiras e de deslealdades. E por ultimo vê-se este papa, já de setenta annos de edade, de capacete na cabeça, de couraça no peito, de espada em punho, assaltar a brecha da praça de Mirandola, e entrar ahi como um general victorioso.

Dez annos durou este pontificado, e como é facil de crer, Julio II precisava de muito dinheiro para manter os seus exercitos, e por isso era necessario negociar bem as mercadorias que abundavam em Roma; tudo se vendia, como em tempo de Alexandre VI, e como antes e como depois.

Hoje, que já rendem muito menos as mercês apostolicas, hoje, que já não apparecem tantos credulos a comprar a entrada no céo, a troco de alguns cruzados, inventou se o *dinheiro de S. Pedro*, para subsidiar os *defensores da fé*. O mercado depreciou-se: e como ha pouco que vender, pedem esmola; os fieis preferem dar a esmola a comprar as graças pontificias. Se isto por um lado parece provar maior moralidade, por outro denuncia a fraqueza e a decadencia d'esse immenso poderio, em todo o seu esplendor no tempo de Julio II.

Este pontifice protegeu as letras e as artes: foi elle quem collocou a primeira pedra na basilica de S. Pedro, cujo risco incumbiu ao famoso architecto Bramante. Essa basilica, assombro do mundo, porque é o mais admiravel monumento artistico, e no qual se accumularam as obras dos architectos, dos pintores e dos esculptores mais celebres; esse monumento que enleva os olhos e arrebata o espirito, contrista o philosopho, porque, contemplando-o, não póde deixar de recordar-se de que está ali o preço de tantas affrontas feitas á religião, de tamanhos escandalos e da mais descarada simonia.

Julio II era tão atrabiliario, que mandou cunhar umas medalhas, nas quaes se fez representar de açoite na mão, levando diante de si os francezes, e calcando aos pés o escudo dos lizes.

A proposito vem referir aqui um dito do famoso Machiavel, contemporaneo de Julio II. Dizia o cardeal de Bonin, na sua presença, que os italianos nada entendiam do officio da guerra; Machiavel respondeu-lhe—«E os francezes «não entendem mais de politica, por que deixam que tanto «cresça o poder do papa.» E são os francezes de hoje, os que ainda amparam esse poder!

Os habitantes de Bolonha, ainda em vida de Julio II, derrubaram a estatua que lhe fôra dedicada, e era obra de Miguel Angelo.

Vejamos agora o que dizia a el-rei D. Manuel, o seu embaixador em Roma, o dr. João de Faria; ácerca do papa Julio II. Em carta de 21 de fevereiro de 1513, participava elle a el-rei a morte do papa; dizia-lhe que recebera do cardeal S. Jorge, os sacramentos com muita devoção, e accrescentava:—«Deus o queira assim receber; e porque parece «*sua morte proveitosa á republica christã*, segundo tinha o «mundo emburilhado com guerras e discordias, elle *requies-«cat in pace*, e Deus dê outro proveitoso amigo de Deus e «zelador da egreja e paz, que certamente este foi a mais «forte creatura que no mundo nasceu, e mais feito ao re-«vez do que cumpria ser de Deus o successor melhor.»

Esta opinião do dr. João de Faria está concorde com a da maior parte dos historiadores contemporaneos.

O dr. João de Faria tambem diz a el-rei o estado em que ficou a cidade de Roma, depois da morte do papa, atemorisada dos inimigos, apercebendo-se com gente armada, e pondo as fazendas a bom recado, para o que desse e viesse. Tal era o receo de que os innumeros inimigos do papa viessem sobre Roma. Eram os zuavos e os voluntarios de hoje. Então era contra os francezes, hoje é contra os italianos, e os francezes são os *defensores da fé*, isto é, das torpesas d essa côrte, que nada aprendeu no passado, e que pretende morrer abraçada a esse passado, que minou os alicerces do throno pontificio.

O dr. João de Faria escreveu a el-rei, em 4 de setembro de 1512, ácerca do abuso do papa em nomear pessoas incompetentes, e até indignas, para cavalleiros de Aviz e de

S. Thiago. O embaixador requereu ao papa que não désse mais bullas ás pessoas que solicitavam admissão n'aquellas ordens militares: respondeu Julio II que nunca as concedera, nem concederia, para virem os nomeados usar dos privilegios inherentes aos cavalleiros em Portugal: o embaixador insistia e o papa negava; e diz elle:—«que eu mui «bem sei que é o contrario, mas não lhe podia n'isto mais «dizer, sem que parecesse desmentil-o.»

Prometteu o papa afinal que não daria nenhum breve para cavalleiro de Aviz ou S. Thiago, sem expresso consentimento do rei; mas, accrescentava o dr. João de Faria: — «bem que quando elle (o papa) quer, e dinheiro se offerece, «tudo esquece.» Era esta a maxima de Roma. A palavra cumprida ou a palavra negada pesava-se, conforme as necessidades dos cofres pontificios, e assim se cumpria ou se negava, conforme o preço.

A este respeito, e alludindo aos privilegios do clero, concluia o dr. João de Faria n'estes termos:

—«...quando o arcebispo de Lisboa mandar retelhar «uma casa e dever trinta réis de jornal, e os não quizer «pagar, mandem que o venham demandar a Roma, e vêde «que justiça será ou governo da terra, *principalmente quem «visse o de cá, não cuido que tenha muita devoção*, nem «lhe pareça boa consciencia quebrar essas leis, as quaes cá «não queriam quebradas, e as *suas, que nesses casos fallam, «conservadas, senão porque podem trazer cá dinheiros*: e «as santas e boas, mas canonicas, que dispoem do modo do «seu viver e ter os beneficios, *logo são quebradas por di«nheiro*, e quantas decretaes de concilios ha feitas, e *todo o «direito logo em cada bulla se quebra, porque todo o que«brantamento destes faz maior taxa de dinheiro em chan«cellaria*, e vel-o-ha V. A. *que não vae letra de Roma que «não quebre direito, e não diga non obstantibus constitu«tionibus apostolicis*, etc. Ha muito que dizer nesta mate«ria, senão que me faço muito prolixo no que me não per«guntam.»

Estas apreciações da moralidade e inteiresa da curia romana a cada passo se encontram nas correspondencias dos diplomatas e agentes portuguezes. A côrte de Roma era a propria devassidão.

IV

Nos primeiros annos do seculo XVI occupava a cadeira de S. Pedro, o beatissimo padre Leão X, o magnifico; e era no mesmo tempo rei de Portugal, D. Manuel, o afortunado.

Leão X foi o papa mais sumptuoso de que ha memoria. Era da familia dos Medicis, já então decadente, mas fôra ainda embalado no seio da opulencia e da sumptuosidade. No throno pontificio não desmentiu o timbre da sua familia, e foi verdadeiramente magnifico.

D. Manuel foi tambem o monarcha portuguez mais opulento e sumptuoso. Tudo pagava bem, e a Leão X retribuiu sempre generosamente todas as graças e mercês que da curia romana impetrou.

O papa e o rei eram gastadores, careciam de muito dinheiro. O papa vendia tudo quanto podia vender; o rei comprava o que podia comprar a Roma, para abastecer os seus cofres.

Eram infinitas as dependencias que de Roma tinha D. Manuel, e rara era aquella que se não obtinha a peso de ouro. Do pagamento quasi nunca se fazia questão; sobre o quantitativo é que se discutia.

Dispensas de casamento para os filhos, padroado de egrejas, annexação de conventos, indulgencias e habitos para a cruzada, tenças ecclesiasticas, cardinalatos, bispados, reformação de ordens religiosas, jurisdicções e muitos outros negocios sustentava a miudo D. Manuel em Roma.

Era então seu agente n'aquella côrte D. Miguel da Silva, homem habilissimo, e que bem conhecia qual era a mola real, que fazia mover os cardeaes e o papa. A veniaga das cousas ecclesiasticas e sagradas era cousa corrente, e que não espantava; apenas a exorbitancia das quantias pedidas pelo proprio papa, ás vezes, causava estranhesa. Regateava-se o preço de um breve, ou de uma bulla, como se póde regatear sobre o preço da cousa mais vil d'este mundo.

Vamos pois a ver como se resolveram varios negocios de Portugal, em Roma, no pontificado de Leão X.

Em 1517 solicitava D. Manuel a prorogação da bulla da cruzada por mais um anno. D. Miguel da Silva, em 15 de

abril d'aquelle anno, dizia a el-rei D. Manuel, que offerecera dar ao papa a decima do que ao rei rendesse a bulla, ou a vigesima, ou outra parte, que mais seria, quanto mais rendesse. O papa allegava o exemplo de Castella, que lhe dava muito mais; e referia D. Miguel da Silva, que o papa lhe ponderava as suas necessidades, e exprimia-se assim o agente de D. Manuel — «que eu via suas necessidades, e o «tempo em que estava, com muitas mais palavras, que vos «juro, senhor. que eram para fazer piedade a todo o mundo, «e a mim a fizeram grande, que sei ainda mais do que me dizia.....»

D. Miguel da Silva, por sua parte, allegou tambem as necessidades do rei, e tanto regateou, que o papa cedeu, contentando-se com aquella parte do producto da cruzada, que o rei lhe quizesse dar; e diz Miguel da Silva:—«beijei-«lhe por ella (pela mercê) logo o pé, e houve assim por «mais vosso serviço acceital-a, que nomeando decima, nem «parte nenhuma certa na bulla; porque d'estas cousas nunca «é bem que se saiba o certo que rendem, por pouco que «rendam; e agora está em mão de vossa altesa mandar-lhe «a decima, e chamar-lhe a terça, ou a quarta, ou, ainda, «metade, segundo o pouco em que o tenho, posto que «rende; e não cuide vossa altesa que isto vos obriga a dar-«lhe mais, que vos juro que a necessidade é tal que, como «lhe mandardes alguma cousa, e eu lh'a dér a tempo, pa-«recerá todo o mundo, e sempre, com que por isto vossa «altesa dér, terei eu maneira de tirar expedição (expedir «os negocios), com que tudo se vá forrando (indemni-«sando).....»

Já os leitores vêem como esta santa gente se enganava sem temor de Deus, e notem os apertos financeiros em que o faustuoso Leão X se achava. O papa quereria apanhar o mais dinheiro que podesse, e o rei queria largar o menos que fosse possivel: eram uns bons negociantes o rei de Portugal e o representante de Christo, na terra.

Vejamos agora como se deslindou afinal este negocio. Diz D. Miguel da Silva: — «Sanctiquatro (cardeal), por sua «mão, fez as minutas (das bullas) e em sexta-feira de en-«doenças, pelo que me pareceu, como sempre é costume, «por sua fadiga mandar-lhe alguma coisa, lhe mandei cem «ducados (cem cruzados); elle os não quiz tomar, por ser «a bulla de V. A.; e porque, senhor, vejaes coisa, que não

«é bem que se creia, tornando eu ao paço a acabar de des-«pachar, e lhe fazer pôr o plumbo (sello), e temendo que «me fizessem algum embaraço, fiz levar a um meu os cem «ducados, para, se viessem a proposito, os dar, e querendo «o cardeal levar a bulla ao papa, para se plumbar, me disse «que seria bom mandar aquelles cem ducados, que elle «lh'os mandaria como seus; eu o houve em boa ventura, «por haver a bulla á mão, e me vim com ella, espantan-«do-me d'isto, e por isso o quiz escrever a V. A., posto «que seja tão fóra de proposito, e tão pouco coisa para es-«crever, e para que ria d'este senado de cá.»

D. Miguel da Silva, que bem conhecia a côrte de Roma, espantou-se de tanta miseria, e contou-a a D. Manuel, para que risse d'ella. Santa gente!

D. Miguel da Silva emprestou ao papa 3:000 cruzados, e a este respeito diz ao rei o seguinte:

«Os tres mil cruzados, que como do meu, emprestei ao «papa, estão já á minha petição: porque já estão, como «sempre estiveram, sem perigo; não me mostro desejoso «delles, porque, em quanto os não trago para casa, sempre «parece que me devem mais, e tenho mais acção nas coisas «de vosso serviço. Faço-o assim saber a V. A., porque «delles se póde já dispender em suas coisas, como man-«dar; e creia que este pouco de tempo que o papa delles «se serviu, aproveitou, e aproveita cada dia muito em suas «coisas, que foi o fim de ousar de os emprestar sem com-«missão.»

Miguel da Silva pagou-se dos tres mil ducados, em diversas concessões que obteve do papa, cuja necessidade de dinheiro era maior do que se podia suppôr em Portugal, como dizia o mesmo D. Miguel da Silva a el-rei D. Manuel.

Se não constasse de um documento official, quem diria que o magnifico papa Leão X carecia de pedir dinheiro emprestado ao embaixador do rei de Portugal, que lh'o emprestava como do seu!

É certo que el-rei D. Manuel importunava o papa com bastantes pedidos; ora pedia o barrete de cardeal para o infante D. Affonso, seu filho, que apenas contava oito annos de edade, e logo depois solicitava para elle o arcebispado de Toledo, e mais ainda o bispado d'Evora; pedia a

bulla da cruzada para haver dinheiro; pedia o padroado de mosteiros, annexações de conventos, e reformação dos mesmos; requeria indultos para si, para a rainha, para os filhos; breves para capellas exemptas; sobre o padroado da ordem de Christo; muitas cousas relativos a frades e a freiras; bullas de remissão do peccado de negociar com os mouros e indios; solicitava as dizimas do paul de Muje, que andava desaproveitado, tendo sido já em outro tempo aproveitado, pagando as dizimas á egreja da villa, que era de Alcobaça, e dizia que já mandara dessecar o paul, na esperança da concessão das dizimas que se despenderiam nos logares d'Africa, estes e infinitos outros pedidos, como dispensas para casamentos reaes, custavam a Portugal rios de dinheiro. El-rei dava a Roma, para haver dinheiro, em muitos casos.

Quando se escrever a historia veridica d'essa época, todos se espantarão da cobiça e torpeza romana, e da fraquesa de Portugal, e sua dependencia de um poder de que o proprio rei zombava, no intimo da sua consciencia, por lhe conhecer a podridão.

E seja dito de passagem, el-rei D. Manuel tambem pedia ao papa que lhe désse um *martyr*, e a este respeito dizia D. Miguel da Silva, em carta de 20 de junho de 1577, que esperava alcançar o martyr, *gratis*.

Não averiguámos se veiu o martyr, e se veiu de graça.

V

De um despacho que el-rei D. João III deu a D. Martinho, quando o mandou por seu embaixador a Roma, no anno de 1532, extraimos differentes trechos curiosos, para mostrarmos mais uma vez qual era a moralidade da monarchia portugueza e da côrte de Roma, n'este seculo de tamanha piedade.

Este despacho encerra as instrucções que D. Martinho devia observar nos negocios a tratar com a santa sé, e n'este documento confessa e declara D. João III: — «que o papa «posto na cadeira de S. Pedro, é vigario de Jesus Christo, «e que todos os reis christãos vivem na sua obediencia», era esta, com effeito, a base da politica de então, o que não obstava, todavia, a que os reis algumas vezes, enfada-

dos das exigencias da curia romana, ou cançados de darem dinheiro debalde, para alcançarem o que desejavam, rompessem as suas relações com a santa sé. Era isto negocio de conveniencias: a fé era um instrumento de governação, e a monarchia, apoiada na fé, apoiava-se na obediencia cega e passiva, o que era a melhor segurança do poder, o qual exercia-se, é certo, sobre escravos, mas existia desassombrado.

D. João III incumbia a D. Martinho de supplicar ao papa a graça de lhe conceder a apresentação dos mosteiros dos seus reinos, como o pontifice Leão X a concedera a el-rei seu pae, no tempo da sua vida. Dizia o rei portuguez que o papa concedera a mesma graça, em perpetuo, ao rei de França e ao imperador, da apresentação dos mosteiros, e que, com quanto elles muito a merecessem, não eram menores os merecimentos d'elle D. João III, pois que fazia grandissimas despesas com as guerras de Africa e da India, e com a sustentação dos fidalgos cavalleiros, e dos seus vassallos naturaes, tendo n'isso tanto trabalho, como no mundo era notorio.

Acabava o rei por dizer a D. Martinho que supplicasse muito, e instasse com sua santidade, em seu real nome, para lhe conceder, em sua vida, a apresentação dos mosteiros annexados por Leão X á ordem de Christo; e depois accrescenta:

«E se vos parecer que, para conceder a dita graça, assim em perpetuo, como lhe peço, *alguma quantia de dinheiro havereis por necessario, que apresenteis, para assim se fazer, até dez mil cruzados,* e d'aqui para baixo, quanto menos poderdes, para mais me servireis....»

A piedade de D. João III não lhe occultava a venalidade da curia romana. O pobre monarcha allegava aos seus serviços na defensão e sustentação da santa sé; mas, sem embargo d'isto, lá lhe parecia que o dinheiro era melhor e mais efficaz argumento para conseguir uma mercê do vigario de Christo, do que os cabedaes dispendidos, as vidas perdidas e infinitos trabalhos passados para dilatar a palavra de Christo.

Depois de fallar da apresentação dos mosteiros, passava a tratar da exempção do pagamento dos dizimos, que o clero exigia; e dizia assim a D. Martinho:

«Item: direis a S. S. que vós me fallastes da sua parte nos dizimos da clerezia de meus reinos, pelos fundamentos que para isso S. S. tomou; e que, ainda que em todas as coisas haja muito de folgar sempre de o servir, nesta me espantei de S. S. me mandar fallar; porque, quando por outros reis se fizesse, S. S. devera de folgar de eu ser disso relevado; e tenho por mui certo que assim o faria, se fosse bem informado das muitas razões que para isso ha; porque sabendo as grandes despezas que tenho na guerra da India e em Africa, nas quaes continuadamente pago doze e quinze mil homens de soldo, com tomar a despeza e trabalho da navegação, que, cada homem, que d'aqui parte para a India, me custa de soldo e mantimento 36 cruzados, dos quaes muitos morrem primeiro que lá cheguem. De maneira que, além dos que continuamente lá pago, se perde muita despeza n'aquelles que d'aqui partem, e lá não chegam. E ainda esta não é a principal parte da despeza, porque a gente de meus reinos com que esta guerra faço, ha muita d'ella que é fidalga e honrada, e grande parte da outra mui conhecida, de maneira que o amparo dos filhos e mulheres dos que lá morrem, ou muito tempo servem, e as mercês que por isso lhes faço, são de tamanha conta e despeza, que muitas vezes supro com mui grande necessidade. E assim mesmo a continua despesa e gasto d'Africa, que se póde bem ver camanha (quão grande) será, pois que mantenho n'aquelles logares cada anno 5:000 homens de guerra, nos quaes entram 3:000 de cavallo, para os quaes, de muitos annos para cá, mando trazer o pão da Alemanha e de Flandres, e de outras muitas partes de fóra, pelo não haver; de donde (pelo que) além do muito que custa, se perde muita parte no mar, e outra nos navios, que o trazem, por causa das longas viagens se damna e apodrece n'elles, que são despezas innumeraveis.

«Estas guerras, trabalhos e despezas d'ellas são tanto do serviço de Nosso Senhor, que todos se empregam em fazer guerra a infieis, e a muitos d'elles convertem á nossa santa fé. Porque, certo que ainda que da India pareça que se me seguem grandes proveitos...»

O documento que temos á vista, que é uma cópia, aqui está confuso: dá porém a entender que da India só vinha o proveito da conversão das gentes d'aquellas partes e a

guerra aos mouros de lá; confessa, pois, o rei que da India nenhumas vantagens vinham ao paiz, e que se os prelados e a cleresia, porque clerigos não entravam na conta das despezas e trabalhos d'aquella guerra, seus paes, irmãos, parentes e criados n'ellas tinham parte, com elles se faziam tambem grossas despesas. E por tudo isto pedia o rei, que o papa não deferisse ao requerimento do clero.

Por aqui se vê a deploravel dependencia em que o reino estava da côrte de Roma, e como esta espesinhava um monarcha e um povo, que tantos sacrificios faziam pela dilatação do poderio d'aquella mesma côrte de Roma, que engordava escandalosamente com torpes veniagas, commerciando com as coisas da fé.

Em outras instrucções dadas ao dito D. Martinho, se lê, que D. João III mandou dizer ao papa, que, tendo-se convertido á fé o rei do Congo com todos os seus senhorios, usavam ainda aquellas gentes casar em gráos prohibidos pelo direito canonico, e que só pouco a pouco iam afastando-se da pratica da polygamia: e como não convinha apertar com aquellas gentes, para que de repente e violentamente largassem as suas praticas idolatras, devia o papa dispensar os impedimentos matrimoniaes até ao 3.º gráo, concedendo ao rei do Congo e aos seus vassallos poderem ficar com as suas mulheres. Dizia o rei que esta gente estava ainda pouco firme na fé, portanto, para os segurar, cumpria transigir, até onde fosse possivel, com elles.

Feita esta exposição, accrescenta ao D. João III, nas ditas instrucções:

«Direis a S. S. que por isto ser para tão universal proveito do accrescentamento da fé, *o deve conceder gratis*, e que peço a S. S. assim o queira fazer, e insistireis n'isso quanto poderdes; e quando assim se não poder alcançar, seja *mui pequena cota....*»

Por aqui se vê que Roma regateava a concessão até de similhantes graças. Tudo se vendia n'aquella côrte, que nos apresentam como o centro da civilisação. Já se vê que era piedosa, mas simoniaca.

É bem que o povo saiba estas coisas, que não lhe ensinam as escolas.

Como amostra das relações do papa com o rei de Portu-

gal, basta o que fica escripto, e é sufficiente para a indole d'este *Summario*.

Mais tarde e com relação a outras épocas, proseguiremos n'esta obra, que nos parece instructiva, pois que o povo deve saber a historia verdadeira da sua terra.

VI

É notorio que el-rei D. Manuel mandou ao papa Leão X, magnificos presentes por mais de uma vez. No anno de 1513 mandou o elephante e varios objectos preciosos, e, no de 1516, um rhinoceronte, e uma riquissima baixella de prata; occupar-nos-hemos primeiro dos presentes enviados em 1516, e depois dos que foram em 1513.

Não são factos desconhecidos, por certo, mas são ignorados pela vulgaridade dos leitores, a quem este livro é destinado, porque para os sabedores e eruditos nada podemos escrever, que seja d'elles ignorado.

Damião de Goes, na sua *Chronica d'el-rei D. Emanuel*, no cap. 18.º da 4.ª parte, occupa-se d'este assumpto. Refere primeiro os costumes do elephante e do rhinoceronte, e depois nota a experiencia que el rei D. Manuel quiz que se fizesse da força de ambos aquelles animaes, pondo-os em face um do outro. O elephante era de pouca edade, pois que os dentes apenas tinham tres palmos de comprimento, e, por isso, vendo o rhinoceronte deante de si, tratou de fugir, o que fez por uma porta do pateo, onde os soltaram, torcendo os varões de ferro para abrir caminho, afim de safar-se; e o rhinoceronte ficou mui tranquillo no campo, como quem esperava sem receio o seu inimigo. Depois d'isto, Damião de Goes, continua n'estes termos:

«Este mesmo rhinoceronte mandou el-rei D. Emmanuel, no mez de outubro deste anno (1517) ao papa Leão X, e o embarcaram em Lisboa, em uma não, de que ia por capitão João de Pina, cavalleiro de sua casa, pelo qual tambem mandava ao papa uma mui rica baixella de prata dourada, lavrada de bestiões, a qual não foi ter a Marselha, onde então estava el-rei Francisco de Valois, primeiro rei de França do nome, a cujo rogo João de Pina mandou tirar o rhinoceronte em terra para lhe deixarem ver, e lhe

fez serviço de um muito formoso ginete, bem ajaezado; que el-rei acceitou, e lhe fez mercê de cinco mil escudos do sol. De Marselha foi ter á costa de Genova, onde se perdeu com tormenta sem se da náo salvar cousa alguma, e o rhinoceronte saiu morto á praia, onde lhe esfolaram a pelle, e foi levada a Roma, e apresentada ao papa, cheia de palha, que a recebeu e viu com muito espanto e tristesa pela perda da gente que ia na náo, e presente que lhe el-rei D. Emmanuel mandava.»

No *Corpo diplomatico portuguez* publicado por ordem da academia real das sciencias, pelo fallecido academico Luiz Augusto Rebello da Silva, a pag. 384, do 1.º vol. se acha uma carta dirigida por el-rei D. Manuel, com data de 11 de agosto de 1516, ao seu embaixador em Roma, D. Miguel da Silva, na qual el-rei se expressa, ácerca da perda da náo, em que ia o rhinoceronte, n'estes termos:

«A mim foi dito como a náo, que enviámos ao santo padre com a alimaria que nos veio da India e presente outro, era perdida em tudo, com que houvemos muito desprazer. Vós direis a sua santidade, como ha ainda poucos dias que o soubemos, e o muito desprazer que por isso recebemos, porque a alimaria quando nos foi trazida, por ser cousa tão nova n'estas partes nunca vista, e quasi não achada nos livros, e nos ser enviada de maneira que o foi, nós a estimamos e estimavamos mais que cem mil dobras.

«E quando determinámos de a mandar a sua santidade, a presavamos mais que duzentas mil, parecendo-nos que havia de ver e receber de nós o que com tanto amor, boa vontade e gosto lhe enviámos, e o que a nenhum pontifice nunca fôra apresentado, nem visto n'estas nossas partes...»

Não concorda a data indicada por Damião de Goes, com a da carta d'el-rei D. Manuel a D. Miguel da Silva, o chronista diz, que o rhinoceronte saíu de Lisboa em outubro de 1517, e el-rei D. Manuel, em agosto de 1516, diz que só então tivera noticia da perda da náo. Parece-nos que a data que se encontra no documento do *Corpo diplomatico* deve ser a verdadeira, por ser transcripta do proprio authographo.

Como se vê a náo, que levava o rhinoceronte e a baixella

de prata, perdeu-se completamente na costa de Genova, com a tripulação e carga.

Foi realmente uma perda consideravel. A estimativa que el-rei D. Manuel dava ao rhinoceronte de 200.000 dobras pela valia das dobras, calculada, por ser varia, termo medio, a 200 réis, era de quarenta contos de réis, somma enorme para esse tempo; hoje corresponderia a mais de quatrocentos e sessenta contos de réis.

A chronica não diz as peças de que constava a baixella, que ia juntamente com o rhinoceronte, mandada ao papa.

Em um papel antigo da bibliotheca nacional, não contemporaneo, mas copia de ha mais de um seculo, achámos uma relação das peças de que constava a preciosa baixella enviada pelo faustoso rei D. Manuel ao magnificente papa Leão X; diz assim:

«*Lembrança das cousas, que el-rei D. Manuel mandou de presente ao papa Leão X, as quaes se perderam, por ter naufragado na ribeira de Genova a não, em que iam; a saber:*

Pimenta,	quintaes	1:093
Cravo	»	1:093
Canella	»	1:093
Gengibre	»	1:093
Maçãs	»	593
Nós moscada	»	693
Malagueta	»	1:093
Benjoim	»	493

«Taças de bestiães (lavradas em alto relevo) ricas — 6 convem a saber das taças:

«1 que pesou 7 marcos, 7 onças e 4 oitavas e meia, com seus esmaltes, lavrada de bestiães.

«1 de bestiães, que pesava 4 marcos e 6 oitavas com seus esmaltes.

«1 de bestiães, que pesava 6 marcos, 2 onças e 1 oitava.

«1 de bestiães, que pesava 5 marcos, 2 onças e 1 oitava.

«2 de bestiães, que pesava uma d'ellas 3 marcos, 6 onças e 5 oitavas; e outra, 3 marcos, 6 onças e 6 oitavas.

«2 peixes de prata grandes, lavrados de bestiães, que pe-

savam ambos juntamente 54 marcos, 7 onças e 4 oitavas meia.

«1 barril grande de bestiães, todo dourado, com dois esmaltes, que pesava 25 marcos, 4 onças, 7 oitavas com suas adeias de prata.

«Outro barril de prata, grande, lavrado de bestiães, com seus esmaltes, que pesava 21 marcos, 1 onça e 2 oitavas, com cadeias de prata.

«1 bacio de prata de agua ás mãos, lavrado de bestiães, dourado de dentro, com um esmalte, que pesava 5 marcos, 6 onças e 4 oitavas.

«1 gomil (jarro) de prata lavrado de bestiães, com um esmalte, dourado todo o gomil, que pesava 21 marcos, 5 onças e 3 oitavas.

«Mais um bacio de prata, grande, de agua ás mãos, lavrado de bestiães, dourado de dentro, que pesou 18 marcos e 6 onças.

«E a alimaria, por nome chamada *Guarda*, que veiu da India, que enviou el-rei de Cambaia a el-rei, com a sua cadeia dourada.»

El-rei D. Manuel teve muito de piedoso, mas o quadro do que aconteceu aos judeus, por sua ordem, se lhe exalta a memoria piedosa, macúla o seu coração, e ennegrece a sua politica.

Bem disse ha dias um orador sagrado: «a piedade antiga parecia que só medrava temperada com sangue humano.»

VII

Vamos agora a ver como foi a ida do elephante para Roma, e seu recebimento n'essa cidade.

Damião de Goes, na *Chronica*, acima citada, no cap. LV, da 3.ª parte, descreve como tudo se passou, diz o chronista:

«No fim do anno passado de mil quinhentos e treze, ordenou el-rei, que fosse a Roma por embaixador Tristão da Cunha, para dar obediencia ao papa Leão X, a quem, como primicias das navegações da India, mandou por elle um presente, em que entrava uma capa, manto, dalmatica, e frontal de brocado de peso, tudo bordado e guarnecido de

perolas e pedraria de muito preço, a cousa mais rica de sua qualidade, que de memoria de homens se nunca vira.

«Além d'este pontifical lhe mandou el-rei joias de grande valor e um elephante e uma onça de caça, com um cavallo persio, que lhe mandára el-rei d'Ormuz, com um caçador da mesma provincia que trazia a onça sobre as ancas do cavallo, posta em uma coberta nervada e dourada muita bem feita.»

Para que se aprecie a grandesa com que Tristão da Cunha se tratou em Roma, poremos aqui o extracto de uma carta sua ao secretario d'estado, com data de 14 de abril de 1514; Tristão da Cunha depois de dizer, que a entrada da embaixada portugueza em Roma foi «segundo todos di-«zem a mais honrada e a mais rica embaixada que nunca «entrou em Roma», queixa-se de poucos recursos para se manter alli, e expressa-se n'estes termos:

«... el-rei não me deu provisão para nenhum dinheiro, para cá havermos nossos mantimentos, se cá mais estivessemos de dois mezes, que nos lá pagaram, affirmando que não estariamos cá mais, e me mandou, se fosse cá necessario para algumas lettras dez ou doze mil cruzados. que os buscasse, a qual cousa eu farei com mui boa vontade, e crêde, senhor, que não fôra cá máo um grande credito de dinheiro, porque aproveitava cá muito nos negocios; eu faço fundamento de tomar dinheiro e mandar-vol-o lá a pagar, e mandal-o entregar a Garcia de Resende, que nos pague nosso ordenado o tempo que cá mais andarmos em terra, porque, eu, senhor, vos certifico que *tenho cento e quarenta pessoas a comer, e quarenta e tres bestas*, isto á minha parte, afóra mais de quatrocentos cruzados que me levaram os officiaes do papa, a que é ordenado dar-se dinheiro, e trombetas e chocarreiros, e outra gente ruim: e o barão que me a mim dizia, em Lisboa, que a embaixada de Roma não era boa, porque se gastava n'ella muito dinheiro, elle o sabia bem; mas não tenho outra consolação senão, depois que despender todo o meu dinheiro, acolher-me ás minhas casas de Emxobregas, como vós, senhor, vereis.»

Por aqui se póde conhecer o fausto com que Tristão da Cunha vivia em Roma, fausto, que hoje parece fabuloso,

porque nem os principes se tratam com tamanha opulencia.

A embaixada com os presentes partiu de Lisboa nos ultimos dias do anno de 1513, e refere a sua entrada solemne a 12 de março de 1514.

O pessoal da embaixada era mui luzido, porque Tristão da Cunha levava por accessores, os doutores Diogo Pacheco, e João de Faria, e por secretario Garcia de Resende, e por guarda do elephante Nicoláo de Faria, estribeiro menor d'el-rei. Iam com Tristão da Cunha seus tres filhos, e outros fidalgos seus parentes e amigos, que iam por gentishomens da embaixada, e não eram menos de vinte.

A chronica descreve a viagem do elephante, mas resumidamente; pareceu-nos, por isso, acertado incluir aqui os documentos authenticos, em que se refere a viagem, e a entrada em Roma. Esses documentos estão publicados no *Corpo diplomatico*, a que já acima alludimos. São muito curiosos, e, por certo, conhecidos de bem poucos leitores.

Eis aqui o despacho de Nicoláo de Faria, guarda do elephante:

«Senhor.— Partidos que fomos de Portugal, viemos ter a Alicante em oito dias, d'onde tres dias que estivemos, foi a gente tanta sobre nós, que era coisa maravilhosa de ver, que eramos velados da gente e das barcas, que dentro da náo e fóra estava, com tanta confusão, que não sabiamos que fazer. Partimos d'alli e viemos ter a Iviça, onde estivemos alguns dias, onde sempre se velava a náo por amor da gente. D'alli partimos, e arribámos a Malhorca, onde estivemos dez ou doze dias, sendo em todos estes dias tanta a gente que continuamente havia em redor da náo com bateis, e sempre os castellos da náo tomados e a gavea: aqui vieram todos os fidalgos de Malhorca e assim mulheres, que não ficou gente na cidade. D'alli partimos, e corremos assaz fortuna, e vendo-nos depois em grande perigo arribámos a Porto Ercole, onde desembarcou todo o fato, e o embaixador por terra com toda a gente, e eu fiquei na náo com o elephante, sem poder achar galeão nem barca que o quizesse desembarcar, com medo de o alagar: soccorri-me á justiça da terra, que me dessem licença para tomar um galeão por força.

«Esquipei o batel da náo com quinze ou vinte homens e tomei um galeão, e mandei fazer pontes, e assim o tirei

com grande trabalho. E porque se esperava esta náo com grande devoção, foi espalhada a nova da nossa chegada por toda a terra e pela comarca de Sena, cujo porto é o em que desembarcámos; todo o mundo correu dos logares de redor alli onde estavamos.

«Junto da terra não havia meio de tirar o elephante com a furia grande da gente, que d'ella estavam os campos e a praia coalhados. Ao outro dia estive alli, que era domingo; e á segunda-feira me parti para Roma, e levei toda a gente atraz de mim, que alli estava, e de cada vez que ia adiante, crescia mais a gente. Entrando em uma terra chamada Montalto me sairam a receber mais de cento pessoas de cavallo, de maneira que ia tanto bem acompanhado, que mais não podia ser.

«D'alli me parti com fadiga, por os caminhos serem muito maus de lamas muito grandes. Estavam os homens em parada, e chegando a uma cidade chamada Corneto, bem duas legoas de fóra, vieram mais de duzentas pessoas de cavallo, e infinda outra gente, assim homens, como mulheres. Já os villões que trazia atraz de mim, e que se alongavam dos seus gados quinze e vinte milhas, era coisa para folgar de ver.

«Entrei na cidade, e, entrado que fui na estalagem, *foi logo toda destelhada e destruida*, que nunca tal confusão vi, de maneira que não soube que fazer senão levar o elephante ao meio da praça, e ainda assim não havia remedio de viver com a furia da gente. D'alli me parti acompanhado, sem medo de errar o caminho, ou de ser salteado, caminho de Civita Velha (Civita-Vecchia), que me parece que não vinha por caminho, senão por dentro de uma cidade, tanta era a gente pelos campos.

«Em Civita fui muito bem recebido, e, porque chovia, detive-me alli dois dias, dando assaz ganho ás hospedarias, que não havia em Civita onde alojar-se a gente, nem nunca tanta gente se alli viu, segundo elles diziam.

«Parti-me d'alli para Roma, e fazia muito pequeno caminho, por as lamas serem grandes e o elephante vir cansado. Não sei contar a V. A. por onde vim, que eu não via outra cousa, senão sempre gente. Não valeu a chuva, nem lama, nem nada. Muitos barões, que estavam em suas terras, vieram a ver o elephante, e queriam-me levar por seus castellos, rogando-me com grande instancia, e eu escusei-me o

m
se
lou
por
Roma
Mala-G
homem
de noite
tochas a
nem de d
lhas, e per
frades da O
zer missa. C
E estive alli d
de Roma, e fi
sim outra gente

elhor que pude, por me não desviar do caminho, e elles iam comsigo espantados de ver tal cousa, contando os vores de V. A.; e não se podiam apartar indo ávante casaes e estalagens muito más e pequenas, porque até não ha povoação nenhuma. Arribando a uma chamada 'rota, sete ou oito milhas de Roma, onde nunca foi , nem esteve senão um muito desaventurado. Sendo , vieram dez ou doze condes d'esta Romania com ver o elephante, que não havia vagar de viver, ormir; e vinham de mais de quinze e vinte mi- ·didos da chuva e do frio. Sendo manhã, vejo vir bservancia e pôrem-se no meio do campo a di- 'reio que traziam pedra e cal para edificarem. ois ou tres dias, e alli vieram alguns cardeaes ıgiram ir á caça por ir ver o elephante, e as- muita.

«Parti-me d'a postos em parada ras, e bispos e m a uma milha de R noite. Alli foi tanta (quintal ou chão mu e fui-me á estancia q Roma, e era casa forte res e vinhas em redor, uma piedade de ver. D'a fronte, muito mais forte, mens de cavallo e de pé qu gado a mandar alli homens quaes pouco aproveitaram.

'li caminho de Roma, onde havia homens . E saiu ao caminho muita gente, e senho- ılheres, em mulas; por ser cedo, me puz oma em uma quintan, aguardando pela gente, que poz por terra a quintan ado). Caminhei de noite com tochas, e tinha apegada com os muros de de um romano, com grandes poma- *a qual foi toda destruida*, que foi hi o mudei para outra estancia de- *foi tambem destruida pelos ho- e alli vinham*. Foi o papa obri- besteiros da sua guarda, os

«Alli vieram a ver o elephante as irmãs do papa com muitas mulheres formosas, e o cardeal Cornaro e o de Sena e outros, como o de Aragão, desconhecidos; e muitos bispos e senhores romanos, e infinita outra gente, com os quaes tive mais pena e trabalho do que em minha vida tive, por que não era cousa de ver que se matavam os homens raramente, e *traziam picos com que picavam as paredes, e escadas em que subiam ás janellas, portas fortes eram logo feitas em trezentas rachas*. Alli estive quatro ou cinco dias, purgando meus peccados, porque não podiam os fazer a entrada pela diversidade do tempo, que era muito mau.

«Depois foi concertada a entrada para os 12 d'este mez,

que foi o domingo passado, e levei o elephante a uma casa grande, onde se faz a artilheria do papa, porque em outro logar não se podia bem arranjar. E ahi vieram muitos parentes do papa com outra sua irmã, e infinda outra gente, que não podia eu fazer nada, nem tinha remedio. O papa, porque soube isto, mandou a sua guarda dos suissos toda, a qual defendeu a gente, até que eu amestrei (preparei) o elephante como havia de ir, e acabando de lhe metter o reposteiro (gualdrapa) de brocado, fiquei espantado de o ver, porque cresceu um grande palmo depois da nossa partida. Ia tão formoso, sendo muito feio, que era cousa gentil de ver.

«Começámos de fazer a nossa entrada ás duas horas depois do meio dia com grande revolta de tempo e chuva, e entrando pela porta, amostrou Deus grande milagre; começou de fazer muito grande sol e dia bem claro até nossa chegada a casa. Não ficou homem, nem mulher qne não dissesse claramente, que Nosso Senhor a olhos vistos prosperava todas as cousas de V. A., e suas grandezas se publicavam por boca de todos.

«Quantos embaixadores e senhores havia em Roma eram presentes, mais do que nunca se fez em entrada nenhuma. A gente era cousa espantosa de ver, que os telhados eram cheios, e tinham feito palanques nas ruas até á casa d'onde haviamos de ir, que é do paço, por onde entrámos, mais de meia legua. Quando a gente viu tantos homens de collares ricos de ouro e muito bem encavalgados e ataviados pasmavam de verem tal familia. E depois vinha logo a onça muito bem em ordem, e atraz o elephante, que os espantava de todo; e eu ia logo cheio de sedas muitas á usança da terra, que por ser official de V. A. me foi forçado tirar as barras que de Portugal trazia. Depois vinham esses gentis-homens, fidalgos assáz ricos e cheios de perolas, entre os quaes vinha um Luiz Affonso da Silva, portuguez, que veiu de Napoles aqui a servir a V. A., com tres ou quatro ginetes com grande libré e atavios de sua pessoa. Depois vinham os embaixadores com grande honra e muita riqueza.

«Chegados que fomos ao Castello, onde o papa com todos os cardeaes estava para nos ver, o elephante fez uma grande reverencia e deu tres brados grandes: estavam alli tinas de agua para isso apparelhadas, e começou a burrifar

toda a gente que alli estava, e fez cousas maravilhosas e muito melhores do que cuidéi, nem do que esperava.

«E saiba V. A. que ainda que o quizera avisar como a um homem, não o pudera melhor fazer, de maneira que o papa e os cardeaes ficaram espantados e pasmados. Passámos adiante proseguindo nosso caminho por o meio e melhor da cidade, que é por a rua dos Bancos, e por campo de Frol, e segundo a gente que vi, creio que o resto de Roma estava despovoado. Parecia outra cousa a ver tal formosura de gente; nem se lembram os homens que, de cem annos a esta parte, tanta gente se visse junta em Roma, porque de toda a Romania havia mais de dois mezes que eram aqui vindos homens, sómente para verem esta entrada e este elephante.

«Chegámos a casa já quasi noite, e entrando pela porta, torna a chover, como no principio, muito rijo, que não fez bom tempo senão em tanto que entrámos, e todo o mundo dizia isto ser milagre. Mettido o elephante na casa, vinha o roldão da gente atraz de mim, que me matava. Toda a noite foi e veiu gente da que estava esperando só para o ver, e ir-se para suas casas fóra de Roma E assim até hoje cada dia corre toda a Roma, que é a maior pena do mundo. D'aqui a dois dias ou tres, creio que se dará ao papa.

«Isto é o que n'este caminho até agora se passou. De Roma a 25 de março de 1514.—*Nicoláo de Faria.*»

VI

Viram os leitores, pelo despacho de Nicoláo de Faria, como o elephante excitou tamanha curiosidade em todas as terras por onde passou, e particularmente em Roma, onde foi uma verdadeira loucura: agora verão as pompas e luzimentos com que foi recebida a embaixada de obediencia.

O dr. João de Faria disse bem: D. Manuel triumphou da India, em Roma. Aquella ostentosa recepção; aquelle preito que os representantes de todos os soberanos como que pagavam ao embaixador d'el-rei D. Manuel; aquellas homenagens que a côrte pontificia prestava ao representante do monarcha portuguez, eram mais para um triumphador do que para um rei, que ia render obediencia ao seu suserano espiritual.

Devia na verdade ser um espectaculo deslumbrante, e pomposo a mais não poder ser, o prestito, que, para assim dizer, acompanhou o elephante.

Outr'ora, quando Pyrrho, rei do Epiro, no anno 472 de Roma, e 282 antes de Christo, pela primeira vez combateu os romanos, levando nos seus exercitos elephantes, os romanos foram vencidos, porque os elephantes, espantando os cavallos, e mesmo os soldados, originaram a completa derrota do consul Luscino. Depois, no anno de 479, entravam em Roma os elephantes de Pyrrho, que fôra vencido, e aquelles collossos guerreiros figuravam no triumpho, que se celebrou pelas victorias alcançadas contra o rei do Epiro.

No anno de 502 de Roma, e 252 antes de Christo, já os elephantes figuravam nos jogos publicos dos romanos, combatendo entre si, ou com outros animaes, ou com os gladiadores.

Conta Suetonio que, no reinado de Nero, um elephante, montado por um cavalleiro, descia por uma corda do ponto mais elevado do amphitheatro até á arena. Que mina para um empresario, se descobrisse um elephante acrobata, como aquelle de que falla Suetonio!

Mas quantos seculos havia que em Roma não entrava um elephante? Apenas era conhecido por incorrectos desenhos, e nunca ninguem vira algum na Europa.

Mais tarde, em 1516, D. Manuel tambem quiz mandar ao papa aquella alimaria, que foi para o fundo do mar na ribeira de Genova, como já referimos aos leitores; a alimaria era um rhinoceronte. Bem magoado ficou o monarcha portuguez de se terem perdido todas as preciosidades com que n'essa occasião queria presentear o papa; mas a sua maior pena foi a perda do rhinoceronte, e por isso dizia a D. Miguel da Silva, seu embaixador em Roma, que estimava o rhinoceronte em mais de 200:000 dobras «por ser «coisa que nunca fôra apresentada a nenhum papa, nem «vista nas nossas partes, e quasi não achada nos livros.»

No documento que vamos publicar, é singular a modestia com que o dr. João de Faria allude á sua gentilesa, e como deu aquelles dois pares de carrazedos, que não sabemos o que significa, mas quereria porventura dizer, que dera sota e az ao dr. Pacheco, já conhecido pela sua gentilesa.

Ora eis-aqui o despacho do dr. João de Faria:

«Senhor. — Já V. A. por carta de Tristão da Cunha, saberá do tempo que chegou a Porto Ercole, e desde então com tempo e chuvas não pôde arribar seu fato e elephante a Roma, para se poder entrar, senão domingo passado, que foram doze dias d'este mez, que na virtude de V. A. fez o melhor dia que pôde ser. O papa e cardeaes e toda a Roma estavam esperando este dia, que juntou o mais povo que nunca se viu em Roma, porque ruas, janellas, e telhados, e frades dependurados de paredes foi coisa maravilhosa, que nunca em Roma se recorda tão grande ajuntamento; em nenhuma maneira se podia passar pelas ruas, nem abastavam meirinhos, nem beleguins a cavallo a fazer logar por onde passassem.

«O papa veiu ao castello, e muitos cardeaes que, de não caberem nas janellas do papa, estavam sobre um torreão, d'onde o papa estava sobre as ameias como o outro povo. Sairam os embaixadores de uma vinha, d'onde já outra vez saiu o arcebispo, onde estavam n'umas casas do cardeal Adriano, que é perto da cidade.

«Ao recebimento sairam todos os bispos de Roma com as familias dos cardeaes a fazer suas arengas de boa vinda mui boas, e que a todos respondeu mui bem e com muito bom ar e graça o dr. Pacheco. E do mesmo modo todos os embaixadores que eram na côrte, que em nenhum recebimento vi todos juntos, porque sempre tem algumas pendencias porque não vão todos.

«Saiu o magnifico irmão do papa, o qual não chegou, porque houve nova no caminho que vinha ao recebimento o duque de Barre, com que tem pendencia sobre a precedencia, e se tornou e não foi ao recebimento; depois mandou desculpa. Os embaixadores entraram pela ordem, que cada um chegou. O primeiro foi o embaixador d'el-rei da Polonia; depois veiu o d'el-rei de França, depois o de el-rei d'Inglaterra, depois vieram o duque de Barre, irmão do duque de Milão, e o senhor de Carpe, que aqui é embaixador do imperador, e ambos vieram como embaixadores do imperador, e como taes arengaram grandemente, porque este senhor Alberto de Carpe, é grande orador, com quanto é senhor de vassallos e grande estado, juntamente com elles veiu o embaixador de Castella; mas primeiro arengaram os

do imperador, e depois de lhes ser respondido, arengou de Castella. Depois vieram os embaixadores do duq Milão; depois o de Veneza; depois o de Luna; depois Bolonha, e todos arengaram em latim com grandes louvores de V. A., e a todos o dr. respondeu; sómente ao de Castella respondeu Tristão da Cunha, porque arengou da grande amisade, parentesco etc., e houve boa resposta.

«Depois, quasi á porta da cidade, veiu o governador de Roma com a familia do papa, e fez mui grande arenga, e tambem houve seu retorno. Aqui se metteu tudo em ordem pelos mestres de ceremonias; e porque é usança metterem cada embaixador entre um prelado e um senhor ou embaixador, levaram Tristão da Cunha no meio, o duque de Barre da mão direita, e o governador de Roma da esquerda; e o doutor levaram o sr. de Carpe da mão esquerda, e o arcebispo de Nicosia da direita, que é um principal prelado d'esta côrte, e em linhagem irmão do conde de Pitilhano, e, em prelazia, grande; a mim levaram o embaixador de França da mão esquerda, e o arcebispo de Napoles da direita, que é outro principal prelado da côrte; e detraz de mim ficava o embaixador de Castella logo um outro prelado; depois atraz d'elle o de Inglaterra com outro; depois o de Polonia, e todos os embaixadores e prelados da côrte.

«Diante de Tristão da Cunha ia o rei d'armas com seu escudo mui bem ataviado; depois se seguiam mais adiante esses fidalgos da embaixada tão bem ataviados e tão recachados *ut nihil supra* (com inexcedivel entono).

«Diante delles ia o elephante com todo seu atavio, que foi em Roma uma coisa tão assignalada e tão espantosa, que não se póde escrever o desejo que ahi havia de vel-o, e o espanto em o ver. E certo foi grande consideração de V. A. mandal-o a Roma, porque triumphou da India, aquelle dia, em Roma, e não era obediencia, mas triumpho de V. A., que entrou em Roma, em que lhe fez ver por seus olhos os espolios da India, coisa tão insolita e incogitada, que não se acha escriptura por todos estes historiadores, que nunca elephante da India viesse a Roma, bem que d'Africa e de outras partes no tempo dos imperadores vieram; mas é tomada conclusão perante o papa, que nunca veiu nenhum da India senão este; e creia V. A. que aquelle dia foram, como vistas, cridas as glorias e victorias de V. A.

«Os bispos, os embaixadores, os senhores, as senhoras

irmãs do papa e todas as da terra, que eram sobre elle (que concorriam a vel-o) não é cousa de poder representar, porque foi a mais difficultosa cousa do mundo guardal-o até este dia da força de gente, que ia a vel o. E com elle ia Nicoláo de Faria em seu cavallo russo, que tambem todos folgaram de ver, e tão ataviado e emproado, que respondia bem o seu atavio á grandesa do elephante. Depois ia a onça tambem ataviada; as trombetas do papa, e da embaixada, e charamelas do papa e do embaixador, que cá pareceram muito bem, e as trombetas que muito honraram e estadearam (deram pompa) tão grande festa e presente; e ia alli a guarda do papa dos suissos com seus piques, dois a dois em ordenança. Depois a familia do papa; depois a familia do embaixador, todos com seus colares de trezentos ducados, de vista tão monstruosos, que não podia ser mais; depois as familias dos cardeaes todos, e adiante a guarda de cavallo do papa, segundo sua ordem.

«E assim fizeram sua via todos caminho do Castello e ponte, que é a via direita; e Tristão da Cunha a cavallo, tão posto e tão poderoso, com seu chapéo de perolas, que matava todos de gentilesa. Do dr. Pacheco não digo nada, porque bem o conhece V. A. por gentil homem; mas direi de mim, porque não sei testemunha que queira jurar isto, que fui tanto mais gentil homem, e tanto mais airoso que todos, que folgara V. A. se me vira, de ter dado dois pares de carrazedos (?) a doutor tão cortezão.

«Chegando ao castello, onde estava o papa, como desconhecido e encoberto, que o viam todos, fez Nicoláo de Faria ao elephante fazer tantos jogos e tomar agua, que alli estava prestes, e borrifar todos, e fazer reverencias e dar berros, que esturgiu e espantou papa e cardeaes, e o papa mais risonho, que um menino: chegando alli, do castello atirou a artilheria bravissimamente, uma vez á vinda da parte da cidade, outra vez nas costas nossas, envolvendo a ponte; e as charamelas, e trombetas e pifanos do castello, como o descobrimos, até nos perder de vista, nunca jámais cessaram, porém as bastardas (trombetas) quando acudiam levavam tudo adiante.

«Assim nesta ordem fomos pela rua dos Bancos, que é a força e a praça da cidade, e campo de Frol, caminho do santo apostolo, que é a pousada de Tristão da Cunha. E assim cheias as ruas e janellas do cabo de toda a jornada,

como as da rua dos Bancos, porque nunca tanto povo se viu junto, e todos com as bocas abertas, porque não se recorda ninguem ver nunca em Roma tão sumptuosa, nem tão rica embaixada.

«Deu V. A que fallar a Roma, porque não ha ahi outra pratica, nem outro espanto. O papa disse, que havia muitos annos que era em Roma e vira muitas obediencias, mas que nunca a vira tal, e assim dizem cardeaes e todo o mundo...

«Cardeaes, duque de Barre e todo o mundo é a ver o pontifical, e estão todos com a boca aberta, que não sabem mal dizer, senão fazer espantos, e põem-n'o na primeira cousa do mundo d'aquella qualidade. E é tanta a gente sobre o elephante, que tem enfadado todo o mundo.

.....

«De Roma, a 18 de março de 1514.—*João de Faria.*»

HOSPITAL DE LISBOA

(VARIAS NOTICIAS)

Parecem-nos curiosas as seguintes noticias estatisticas, extrahidas de relações authenticas:

No anno de 1742 a 1743 (novembro a outubro) o hospital geral de Lisboa, então denominado de Todos os Santos, teve de rendimento, certo e incerto, a quantia de 28:288$622 réis.

N'esta somma se inclue a verba de 1:300$000 réis, cobrada, diz a relação, das operas e comedias que se representavam n'esta cidade. Era um imposto lançado sobre esses divertimentos publicos, que revertia a favor do hospital, talvez proveniente das licenças, ou de um tributo de outra especie [1].

A despesa excedeu a receita, e o hospital, n'esse anno, achava-se alcançado em 50:967$357 réis, de dividas contrahidas nos annos anteriores,

N'este anno entraram a curar-se no hospital 5:995 enfermos, e falleceram 509.

No anno de 1745 a 1746, foi a receita do hospital de 30:144$902 réis.

N'este anno cresceu a affluencia dos enfermos, pois que entraram 9:027 pessoas, e falleceram 1:930.

[1] Este rendimento fôra dado ao hospital pela carta regia de 28 de a neiro de 1743, em compensação do privilegio, que o mesmo hospital disfructava, por alvará de 20 de agosto de 1588, do intruso rei Filippe II, para que em Lisboa se não representassem comedias, senão nos logares que o provedor designasse: concessão que foi confirmada por outros diplomas regios, e em virtude da qual, o hospital auferia das representações certos lucros

Foi necessario que a caridade publica, a das irmandades e misericordias, acudisse ao hospital com esmolas, para poder satisfazer os seus encargos. Os irmãos da Misericordia andaram pedindo publicamente pela cidade, e tiraram réis 2:112$673.

Depois, as entradas dos enfermos baixaram de seis a sete mil, até ao anno de 1755, e na primeira relação que achamos, depois do terramoto, respectiva ao anno de 1770, se vê que o numero de enfermos, entrados n'esse anno, foi de 11:167, e falleceram 1:457.

Os rendimentos não augmentaram, não chegando a 30 contos.

Cumpre notar que o hospital não recebia do thesouro publico nenhum subsidio; tinha uma verba nos juros reaes, naturalmente procedente de legados.

Em 1828, o rendimento do hospital era já de 127:592$036 réis, e já recebia um subsidio pelo Terreiro Publico.

N'esse anno, as entradas dos enfermos foram 10:975, e falleceram 1:947.

A divida do hospital era de 27:457$457 réis.

Hoje o rendimento do hospital é (receita ordinaria e extraordinaria) de 167:363$025 réis, sendo a extraordinaria computada em 5:270$665 réis.

Na receita ordinaria se inclue a verba de 65:490$225 réis de subsidio do thesouro, e a de 22:252$855 réis, lucros das loterias.

No anno de 1859 a 1860, a entrada dos enfermos no hospital foi de 14:234, dos quaes falleceram 1:803.

É facil comparar estes algarismos com os dos annos anteriores, para se conhecer que a mortalidade é em muito menor proporção, porque se deve considerar, que assim deve ser, pelos aperfeiçoamentos introduzidos nas enfermarias, e pelo immenso progresso das sciencias medicas, e especialmente cirurgicas.

Como curiosidade, apresentamos uma conta comparada de consumo de gallinhas:

No anno de 1746 a 1747 venderam as gallinheiras 34:694 gallinhas, na importancia de 2:751$845 réis, para sustento dos enfermos, que se lhes pagou por conta de maior quantia. As entradas n'esse anno foram de 6:495 enfermos.

Em 1848 a 1849 o consumo das gallinhas foi de 7:909, incluindo frangãos e borrachos.

A medicina antiga não recorria aos caldos de carne, pelo systema de enfraquecer bem os enfermos, para melhor repellirem a enfermidade.

A respeito dos expostos, podemos apresentar egualmente algumas noticias estatisticas curiosas.

No anno de 1689 entraram pela casa da roda e porta 506 creanças, existiam 502, e falleceram 436.

A roda então era annexa ao hospital de Todos os Santos, e á administração especial dos expostos se chamava a Mesa dos Santos Innocentes.

N'esse anno de 1689, despendeu a mesa 4:239$520 réis, quantia superior ao seu rendimento certo, que era de réis 3:116$490, e o incerto constava de uma propina em todos os contratos arrematados na côrte, e a terça dos legados não cumpridos.

Até ao anno de 1708 as entradas pouca differença apresentam; n'este anno subiram a 678. A despesa foi de réis 5:648$621.

Em 1720, a entrada dos expostos foi de 720. Existiam 614, falleceram 393.

As entradas conservam-se estacionarias por alguns annos, e em 1737, achamos 893 creanças expostas; existiam 1:464; n'esse anno, pois, foi a existencia de 2:357, falleceram 490. Dispendeu a mesa 7:798$375 réis.

Vão crescendo as entradas entre 900 e 1000, e em 1749, achamos que entraram 1:062 expostos, tendo n'esse anno a mesa a seu cargo 3:148. Despendeu 12:661$063 réis.

Até ao anno de 1761 conserva-se a mesma proporção nas entradas, sempre progressiva depois, augmentando o numero a cargo da mesa.

Em 1789, foram as entradas dos expostos 1:279 e falleceram 405.

Em 1817 as entradas subiram a 1:778 e falleceram na casa 974, e nas amas 377. Foi extraordinaria esta mortalidade, por que em 1818 achamos 1:651 entrados e fallecidos 482 na casa e nas amas 571.

No anno de 1844 a 1845, já a Santa Casa da Misericordia tinha a seu cargo, 9:448 expostos, sendo 9:055 fóra do hospital e 393 no hospital, tendo entrado n'esse anno 2:230, e fallecido, 510. É aqui notavel a grande differença na mortalidade.

Na conta de 1765 se observa, que se deviam ás amas

cinco annos, e que essa despesa se não pagaria com menos de 80:000 cruzados (32 contos!) É bom notar isto.

Os ordenados das amas eram de 1$200 e 1$600 réis nas visitas da cidade, e fóra d'ella, e no termo eram de 500 e 700 réis por mez.

N'esse anno de 1765 era a renda da Mesa dos Innocentes de 12:123$493 réis.

No anno de 1860 a 1861, foi a entrada dos expostos de 2:847, e a Santa Casa teve a seu cargo 12:586.

Em 1851 as entradas foram 2:401, e a existencia de 8:827. É facil de ver a progressão vagarosa; mas cresce, e crescerá com a população e por outras causas, que aqui não cabe agora referir.

O rendimento da Santa Casa é hoje de 90 a 100 contos.

A mortalidade foi, no anno de 1860 a 1861, de 485 na casa, e 1:485 fóra da casa.

A noticia, talvez mais antiga, do numero dos doentes recolhidos no hospital de Todos os Santos, ou d'El-rei, por ser fundação de D. João II, é a que dá Christovão Rodrigues d'Oliveira, no seu *Summario*. Diz elle, (escreveu em 1551) que o hospital tinha então 103 leitos, e que n'elles jaziam continuadamente 150 enfermos, e ás vezes mais ou menos, deitando-se, quando era necessario, dois no mesmo leito.

Havia então annexa ao hospital, no andar debaixo, uma albergaria para os peregrinos e pedintes, onde se lhes dava agasalho e agua e tinha outros tantos leitos.

O hospital dos meninos, ou dos engeitados, foi annexo ao hospital, e diz Oliveira, que no seu tempo havia sempre 450 a 500 expostos no dito hospital.

Fr. Nicoláo d'Oliveira, que escreveu em 1620, diz que no hospital de Todos os Santos, no anno de 1616, entraram 3:026 enfermos, dos quaes morreram 620.

Consta que se gastavam 10:800 gallinhas pelos menos, as quaes custavam a 120 réis cada uma, afóra 500 gallinhas, que se pagavam de foros; gastavam se 5:475 duzias d'ovos, a 50 réis a duzia.

A despesa regulava por 12 contos, além das esmolas, diz fr. Nicoláo. Este auctor só menciona 200 expostos no hospital, no que de certo ha engano, se não se refere apenas ás entradas.

Foi no 1.º de julho de 1769, que a casa da misericordia

se estabeleceu na casa de S. Roque dos extinctos jesuitas, tendo estado antes n'uma ermida ás Olarias, e depois na da Oliveira, na rua dos Retrozeiros.

O hospital de Todos os Santos, fundado em 1501 [1], viu arder a sua egreja em 28 de outubro de 1600; e em 10 de agosto de 1750, incendiou-se a egreja e a maior parte das enfermarias, e de todo o acabou o terramoto e incendio de 1755.

Foi em 1775, que o hospital foi transferido para o edificio do collegio de Santo Antão.

A casa de expostos mais antiga, de que ha noticia, fóra de Lisboa, é a de Santarem, fundada em 1359, e dotada com boas rendas pela rainha Santa Isabel e pelo bispo da Guarda D. Martinho.

[1] O hospital d'El-rei foi fundado por D. João II, o qual lhe lançou a primeira pedra, a 15 de maio de 1492. (Vide 1.º vol. do nosso *Summario*, pag. 50 e seguintes.)

1640 — 1652

MANUEL FERNANDES VILLA REAL

I

O dia 1.º de dezembro de 1652 foi em Lisboa de duplâ gala. Completavam-se doze annos que se realisára o glorioso feito da restauração do reino; e celebrava-se um esplendido e mirifico auto de fé A patria e a religião davam-se as mãos para engrandecer este dia. Os bons portuguezes, ao mesmo tempo que saudavam a independencia da patria, divertiam-se com o espectaculo das fogueiras, onde ardiam alguns miseraveis judeus. Que importava que entre esses infelizes estivesse um homem de talento superior, um portuguez illustrado e que prestára relevantes serviços ao paiz? Que importava que no proprio anniversario da restauração, para maior affronta da patria e da religião, fosse suppliciado um portuguez benemerito? Era um judeu: devia morrer: e mais ainda, tinha descoberto os segredos da inquisição, devia morrer, ainda quando não fôra judeu.

N'esse dia, pois, no 1.º de dezembro de 1652, aos applausos, ás festas, ás palmas, aos vivas pela victoria do 1.º de dezembro de 1640, juntavam-se os estalidos das fogueiras, os gemidos, os lamentos das viuvas e dos orphãos, os ais e os brados dos que pereciam ou ás mãos do carrasco, ou consumidos pelas chammas. Não era completa a festa? Que maior podia ser a solemnidade de tão glorioso anniversario?

Lisboa, trasbordando de alegria pelo anniversario do seu livramento do jugo estrangeiro, assistia ufana e orgulhosa ao supplicio de um portuguez que bem merecera da patria! A patria!! O que era a patria para a inquisição? Levantava o santo tribunal o estandarte da fé; e ante a fé, a patria podia ser ingrata e cruel; podia sacrificar os seus melhores filhos para glorificar a Deus! Ironia pungente, lastimosa aberração do Evangelho!

O proprio rei D. João IV, sua esposa D. Luiza de Gusmão, o principe, os infantes solemnisavam o anniversario do dia, em que lhes fôra dado o throno, assistindo ao auto da fé, e vendo suppliciar um subdito seu, que fôra zeloso e leal, e a quem deviam eminentes serviços! Mas ao judeu deve-se porventura gratidão? O judeu só podia ter o direito de ser pasto das chammas; e nenhuns outros direitos lhe reconheciam os bons portuguezes de 1640.

Ás nove horas da manhã d'aquelle dia 1.º de dezembro de 1652, estavam o rei e toda a real familia, a côrte, a inquisição, os prelados, os fidalgos, occupando os seus logares no grande tablado, onde devia celebrar-se o auto da fé. O povo tumultuava ancioso por disfructar o espectaculo, acotovelando-se, e disputando os melhores logares. No Terreiro do Paço estavam preparadas as fogueiras, que haviam de consumir os cadaveres dos suppliciados. O carrasco occupava o seu logar de honra na festa. Do palacio da inquisição, começa a sair o lugubre prestito. São 50 os penitenciados—5 os relaxados—e 2 estatuas. Entre os primeiros são 28 homens e 22 mulheres, e d'estas algumas raparigas de 19 e 20 annos: — dos relaxados, um, era uma mulher, de 60 annos, viuva, cujo marido fôra tambem relaxado em 1647.

Como se vê, o auto era vistoso, digno da real grandesa do sr. D. João IV, e proprio para celebrar o anniversario da sua elevação ao throno.

Entre os relaxados havia um que attraia especialmente a attenção do publico—era o capitão Manuel Fernandes Villa Real. Por muitas causas era conhecido este homem. Eram notorios os serviços que prestára á corôa e ao reino; eram conhecidos os seus talentos, e todos sabiam que gosava da privança e da estima de muitos fidalgos principaes, e que até tivera a confiança da corôa. Era pois natural que o povo estranhasse ver um homem assim, reduzido a tão miseravel

estado. Mas teria o povo essa estranhesa! Ou antes não julgaria, que era um acto meritorio a ingratidão; e que Deus abençoaria os carrascos do leal servidor de D. João IV? Quem póde hoje dizer, se entre a multidão que assistia ao funebre auto, haveria algum portuguez de espirito tão alto, e tão superior á sua época, que ousasse qualificar a morte de Manuel Fernandes Villa Real, como uma crueldade e uma affronta á memoria do dia 1.º de dezembro de 1640! E tanto maior affronta, que parecera ter-se escolhido o dia, mesmo de caso pensado, para aggravar ainda mais a crueldade do acto dos inquisidores.

II

Mas quem era Manuel Fernandes Villa Real? perguntará a maxima parte dos leitores. É nome com effeito pouco vulgarisado, na patria que elle serviu. Nem como politico, nem como escriptor, Villa Real anda conhecido. Aquelles mesmos que lidam com estudos historicos, e com as letras, ignoram geralmente a existencia d'este homem, e não conhecem as suas obras. Pois Villa Real prestou mais serviços á nação, e foi melhor escriptor, que muitos outros, cujos nomes ficaram mais vulgarisados.

Dotado, naturalmente, de bom engenho e de subtil espirito, Villa Real aperfeiçoou a sua instrucção em França, e ahi adquiriu a elevação de idéas, no trato com os homens mais distinctos d'aquella côrte. Saira d'este canto da Europa, então defendido contra todo o progresso por uma muralha de fogo, no alto da qual se levantava a cruz, como a suprema affronta ao Evangelho. Fatal muralha, que impedia a passagem a tudo quanto contribuia para civilisar uma nação. Ousasse algum temerario transpôr a fatal muralha, logo se lhe abriam os carceres da inquisição, logo se accendiam as fogueiras, onde os mais audaciosos expiaram a loucura de terem considerado Portugal terra culta.

Quando a inquisição sabia de homem de espirito mais desassombrado e livre, logo o perseguia. Não lhe convinham as audacias dos livres pensadores. O crê ou morre estava inscripto nas fronteiras de Portugal, malaventurado d'aquelle que ousava transpol-as, sem meditar na tremenda inscripção, tão funesta como a que o Dante poz na porta do *Inferno*. Não era possivel luctar com o santo tribunal.

A infamia podia alliar se com a existencia do monstro inquisitorial; mas a diversidade de religião era incompativel com o sanguinario tribunal.

Francisco Valasco de Gouveia, o auctor da *Justa Acclamação*, tambem gemeu nos carceres da inquisição: foi antes de 1640, é certo, mas os inquisidores eram portuguezes, e não castelhanos. Saiu o dr. Valasco no auto de fé, celebrado em Coimbra aos 17 de agosto de 1631, e não de 1636 como diz o auctor do *Portugal Convencido*. Foi um auto famoso; compunha-se de 87 homens e 148 mulheres, e mais 3 homens e 3 mulheres relaxadas, e 2 estatuas. O dr. Valasco era christão novo, e no auto abjurou de vehemente. Era então lente de vespera na faculdade de canones.

Manuel Fernandes Villa Real foi escriptor de muito maior merecimento do que o dr. Valasco, e sobretudo homem de idéas mais livres e avançadas.

III

Manuel Fernandes Villa Real foi natural de Lisboa, filho de Francisco Fernandes Villa Real, natural de Villa Real, christão novo, e casado com Isabel Dias, tambem natural de Villa Real, e egualmente christã nova; d'este consorcio nasceu uma unica filha, chamada Violante, a qual, ao tempo da prisão de seu pae, contava 13 annos, e residia em França, como sua mãe.

O pae de Villa Real, no seu principio, teve loja de fanqueiro na Fancaria de Cima, e depois tomou o contrato das Terças, e o do priorado do Crato.

Quando Villa Real foi preso, contava 41 annos de edade, e a sua vida, referida por elle mesmo, só começa a ser conhecida desde o anno de 1638, em que saiu para França a negocios. N'essa época devia pois contar 27 annos de edade.

Como publicamos a declaração de Villa Real, feita pouco depois de ser preso, na qual refere meudamente todos os passos da sua vida, desde que se foi a França, inutil é que nós agora narremos o que elle proprio conta.

Começaremos portanto com a historia do seu processo, um dos mais curiosos do horrendo tribunal.

Villa Real, confiado nos seus muitos serviços, e nas rela-

ções de amisade que entretinha com as principaes pessoas da côrte, e pensando que estas lhe seriam protectoras, veiu a Lisboa requerer o premio dos seus serviços. Louco, ousou transpor a fatal muralha que isolava Portugal da Europa culta. O premio que obteve, foi a mais cruel perseguição, e o cadafalso.

A 7 de abril de 1649 chegou a Lisboa na companhia do marquez de Niza, que tinha sido embaixador na côrte de Paris. Apenas acabava de voltar á patria, á qual prestara bons serviços, foi logo denunciado á inquisição por trazer livros prohibidos, e por um que compoz, no qual sentia mal da inquisição. Foram os livros examinados pelos qualificadores do santo officio, e censurado o livro de sua composição que era *El politico christianissimo*, ou *Epitome genealogico del eminentissimo cardenal duque de Richelieu*, que anda impresso com ambos os titulos, e edição da mesma data, de Pamplona. 1643. Villa Real, na sua *Declaração*, dá amplas explicações ácerca d'este livro.

Dos exames feitos na inquisição, resultou que o tribunal passou ordem de prisão contra Villa Real; sobreestando-se todavia na execução d'esta ordem, foi elle simplesmente chamado á mesa do santo officio para dar a rasão do que escrevera, e explicar as proposições censuradas. Aos 7 de agosto do mesmo anno de 1649, foi á mesa, retirando-se depois em liberdade.

Parece impossivel que Villa Real, conhecendo os procedimentos da inquisição, e sabendo o valor das proposições que chamaram a attenção do tribunal, ainda permanecesse em Lisboa.

Fôra tão feliz, que tivera uma prevenção da sorte que o esperava, e tranquillo ficou. Tamanha era a confiança que elle tinha no favor e protecção da côrte, da qual havia recebido já a commissão, a que allude na sua *declaração!*

Não agradaram ao tribunal as explicações de Villa Real, e novo mandado de prisão se passou; e com effeito, a 30 de outubro do dito anno, deu entrada nos medonhos carceres inquisitoriaes, onde esteve tres annos, até sair para o supplicio, sempre na companhia de Francisco Gomes Netto, que tambem o acompanhou no auto, e na morte!

Siga agora a *declaração* apresentada ao tribunal, para melhor intelligencia do que fica dito, e do que depois se dirá. Villa Real, com esta *declaração*, queria elle proprio referir

os actos da sua vida, e desde logo poz contradictas ás testemunhas que suppunha, haviam de depôr contra elle. Não se enganou com o padre fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo, que foi seu primeiro denunciante: miseravel e pedante frade! Vejam os leitores o juizo critico do talento d'este frade, que passa por uma das glorias litterarias de Portugal! Quanto não vale mais do que elle, a sua victima!

Este papel de Villa Real dá alguma luz sobre varios pontos da historia, e é um libello famoso contra todos esses que mataram, ou deixaram matar um homem benemerito. O proprio marquez de Niza depoz contra elle!

É extenso este documento; entendemos porém, que será lido com interesse, na maxima parte.

IV

Declaração que faço eu Manuel Fernandes Villa Real, preso n'este carcere do santo officio

Declaro que cheguei á cidade de Ruão de França, por fins de outubro do anno de 1638, e como meu intento era comprar navio em algum d'aquelles portos, ou em Dunquerque, aonde se offerecia havel-os baratos, por causa das presas, se escreveu a diversas partes, para se saber se o havia accommodado em que eu podesse fazer viagem; e entretanto me fui a Paris, para ver aquella côrte, adonde estive até quasi o fim do dito anno.

Achou-se o navio no Havre de Grace, e se comprou por fim de janeiro de 1639; e porque pareceu conveniente accrescental-o, o fiz cortar pelo meio, e se augmentou coisa de vinte palmos de quilha. N'este concerto, e no apresto da carga e mantimentos, passei quasi todo o anno de 1639 no Havre de Grace, indo algumas vezes a Ruão conferir com os interessados o que era necessario, e a Dieppe buscar pilotos e marinheiros.

Porém, entrado o anno de 1640, por fallecimento de João Rodrigues de Moraes, que, com seu irmão Manuel Fernandes de Moraes, do Porto, e seus cunhados e meus, eram os principaes interessados, se desfez a dita viagem, e me fui a Paris pelo mez de agosto do dito anno ou setembro.

No tempo que estive no Havre de Grace tive particular amisade com mr. de Fortecuyer, governador d'ella, e da

obrigação do cardeal de Richelieu, e me tomou tanta affeição por algumas noticias que em mim achava, e por lhe haver dito o ruim successo que havia de ter a armada de França na Corunha, adonde fôra aquelle anno, que escreveu em meu favor ao cardeal, de que resultou ter eu com elle conhecimento.

Chegado a Paris, e fallando com o cardeal algumas vezes, me perguntou mui particularmente pelo reino de Portugal, e estado de suas coisas, dando quasi a entender que desejava fizesse o mesmo, que Catalunha havia feito. Pelo Natal do dito anno, tive noticia da acclamação de S. M., de que dei conta ao cardeal e ministros; o que n'isso se passou, e affectos de todos para comigo, não é para este logar. Mas d'aqui resultou, que eu vim a Rochella, adonde estive até o Entrudo de 1641, aguardando os primeiros embaixadores. E por aviso (se bem falso) de que elles vinham por Marselha, me tornei a Paris. Poucos dias depois chegaram os embaixadores á Rochella, e, sabendo que eu havia estado ali aguardando-os, me escreveram; importava ao serviço de S. M. que eu viesse fallar com elles antes de entrarem em Paris, o que fiz, indo a Orleans, e fazendo o mais que consta da relação dos meus serviços.

Assisti aos embaixadores até o S. João de 1641, em que se partiram, acompanhando-os na primeira audiencia que tiveram em S. Germão, pela Semana Santa, e em todas as mais até se despedirem.

Da estimação que eu tinha na côrte de Paris, com el-rei e ministros é testemunha de vista o ill.mo sr. bispo eleito d'Elvas, Pantaleão Rodrigues Pacheco, quando esteve em Paris com o bispo de Lamego, pois na audiencia que tiveram d'el-rei christianissimo, em S. Germão, me disse que se eu tinha aquillo em França, para que queria tornar a Portugal, como eu estava resolvido a fazer, se o serviço de S. M. não pedira que eu ficasse em França.

N'este tempo dos primeiros embaixadores escrevi o livro do *Politico Christianissimo*, como direi adiante.

Por sua ausencia, fiquei só n'aquella côrte assistindo a tudo o que foi necessario do serviço d'este reino, até setembro de 1642, como consta de meus serviços, e da cartas e noticias que eu dava e escrevia a Francisco de Andrade Leitão, embaixador em Hollanda, e a Antonio de Sousa de Macedo, residente em Inglaterra.

Pelo mez de maio do mesmo anno, chegou o conde de Vidigueira a Rochella, e achando ali carta minha, em que lhe dizia estava de caminho para seguir a côrte a Perpinhão, me respondeu, que não saisse de Paris, porque me havia de remetter, como fez, o presente que a rainha nossa senhora mandava á rainha de França, para que eu lh'o apresentasse (o que fiz em companhia de Jorge de Sousa da Costa), e juntamente lhe havia de aparelhar casa, carroças, e criados; que tudo achou feito, quando chegou a Paris, pelo mez de agosto.

N'este mesmo tempo veiu minha mulher a Ruão, e ainda que era obrigação ir vel-a, o deixei de fazer, por me dizer Antonio Curado, criado do conde, que, se eu me fosse, ficava seu amo perdido, sem ter quem o assistisse, e encaminhasse nas audiencias d'el-rei, e ministros. Eu lhe respondi que as coisas do serviço de sua magestade e do conde antepunha eu a todas as minhas, e assim fiquei em Paris até que elle teve audiencia d'el-rei em S. Germão, de que procederam tantos desgostos, como adiante direi.

Pelo mez de setembro fui a Ruão adonde estive até outubro, em que o conde me escreveu me viesse a Paris, e que se me não désse de seus criados.

No mez de novembro, tive aviso que Caramuel havia feito um livro contra o manifesto d'este reino; mandei buscal-o a Anvers, e o conde m'o entregou pelo natal de 1642, para que lhe respondesse, o que eu fiz aquelle inverno, e o acabei de imprimir pela Paschoa; escrevendo á noite o que se imprimia no dia seguinte, como sabe o conde e outras muitas pessoas. O conde estará lembrado, que, em sua companhia, fui a S. Germão presentar o livro ao cardeal Mazarino, pela Paschoa de 1643.

Pelo mez de maio, succedeu a batalha de Rocroy, e logo procurámos ordem da côrte, e com ella fui dar liberdade aos muitos portuguezes que n'ella foram prisioneiros; e n'esta occupação andei até fim de setembro. O mundo sabe o que tenho feito, e essa publica voz me póde servir de allivio. N'aquelle tempo passou o dr. Luiz Pereira de Castro a Munster, e póde dizer o que então me disse de estimações e applausos.

Fui descansar a minha casa de tanto trabalho, coisa de um mez, e tornei a Paris aguardar o marquez de Cascaes, que estava nomeado por embaixador extraordinario, e não sai

d'elle até o S. João de 1644, em que o fui acompanhar até Orleans. Todos os de sua casa, e em particular Antonio da Cunha, dirão como eu procedia em Paris. E o padre fr. João Corrêa, da ordem dos Prégadores, que n'aquelle tempo estava em Paris, e a quem ouvi alguns sermões, que fez em casa do marquez, e diante da rainha e outras pessoas, dirá como o levei comigo doze leguas de Paris aguardar o marquez de Cascaes, poucos dias depois da Paschoa, e que reputação eu tinha entre os primeiros d'aquella côrte, e o modo do meu viver com os criados do embaixador, a quem elle chamava Jussins.

O resto d'aquelle anno, passei, o mez de julho em Ruão. e coisa de tres mezes em Morete, acompanhando o embaixador, por estar a côrte em Fontainebleau.

O inverno de 1645 fui a Ruão assistir ao processo que os portuguezes me fizeram, impedindo o officio de consul, de que sua magestade me tinha feito mercê desde o anno de 1643. E n'aquelle tempo imprimi a decada de Diogo do Couto, por ordem do embaixador, e outros livros. A Paschoa estive em Paris.

No verão acompanhei o embaixador a Nossa Senhora de Liepo, ou da Alegria, vendo nas cidades de Champanha e Picardia, grande quantidade de reliquias; e depois fui com elle ao Havre de Grace, e a Ruão, acompanhando-o até Paris. O mais tempo d'este anno gastei em Fontainebleau e Ruão com o dito processo das opposições dos portuguezes, e imprimindo alguns livros, como tudo consta das sentenças e ordens que alcancei, e estavam em um sacco entre os meus papeis.

Pelo mez de janeiro de 1646, assisti em Paris ao commercio dos estrangeiros, e em particular dos portuguezes, para os alliviar, como fiz, das taxas e contribuições que se lhes pediam. E em fevereiro fui acompanhando o embaixador até Nantes, vindo elle a embarcar-se para este reino a primeira vez. Ali estive com elle parte da quaresma, e por sua ordem foi a Brest, e a Rasot fretar um navio em que elle havia de passar. A Paschoa estive em a villa de Auray, como dirá Agostinho Lopes, de Nantes, e a reputação que ali deixei de meus procedimentos.

Embarcado o embaixador, me tornei a Paris por fim de maio, e fui a Ruão quinze ou vinte dias; e por causa da doença do residente Antonio Moniz de Carvalho, assisti em

Paris a tudo o que foi necessario do serviço de sua magestade, e em particular fui a Fontainebleau duas vezes, donde estava a côrte, para tratar dos navios que D. João de Menezes tomou, indo por general da primeira armada que foi a França.

Em Fontainebleau estive até fim de outubro, como consta do que se achará escripto em um memorial meu, e o podem dizer o mesmo residente, o padre frei Bernardino, da ordem de S. Francisco, o consul de França João de Sam Pé, a quem assisti na sentença que alcançou em favor de seu consulado, o secretario Amaro Barreiros e João da Costa de Brito, que D. João de Menezes mandou á côrte para os ditos navios, e dar novas da sua chegada.

E porque o marquez de Niza me havia escripto estava nomeado por embaixador extraordinario, e que o viesse aguardar á Rochella, me deixei estar em Paris o resto d'aquelle anno, até que em 6 de janeiro de 1647 recebi carta sua, era chegado, e o fui buscar ao dia seguinte pela posta sessenta leguas de Paris.

O residente estará lembrado que pelo mez de dezembro de 1646 me veiu visitar, e pedir quizesse eu fazer um discurso sobre França não desamparar Portugal no tratado de paz, que n'aquella occasião se entendia estava concluida. Eu fiz o dito discurso; o residente imprimiu outro, que eu levei ao embaixador. Mas isto são serviços ao rei e ao reino, que não são lembrados, quando se trata da fé.

Em companhia do marquez, e pousado em sua casa, estive até á semana de Lazaro, que fui a Ruão, queixoso por coisas que direi, sendo necessario, e por haver estado doente, me detive até ao S. João de 1647, em que me tornei a Paris em companhia de Jorge de Sousa da Costa, que havia ido a Ruão a divertir-se quinze dias.

Quando vim a Paris, me pediram os interessados com um filho de Antonio de Caceres, que n'aquelle tempo falleceu, e tinha casa de negocio em Paris, quizesse assistir a suas coisas, por ficarem com grandes embaraços. O que eu fiz, tanto em razão do cargo de consul, que por o interesse que a fazenda de sua magestade tinha com elle, como por utilidade que d'ahi me resultou.

N'esta occupação, e em tudo o mais do serviço de sua magestade, estive em Paris até findo janeiro de 1648, que fui a Ruão, adonde estive ajustando as contas d'aquella casa,

e me tornei a Paris, meado quaresma, em companhia de Francisco Rodrigues Lobo.

Ali estive até fim d'agosto de 1648, tratando d'alcançar uma sentença em favor do consul de França, como dirá o marquez de Niza, que n'ella me assistiu. E com a vinda de meu sobrinho fui a Ruão, e com elle tornei logo a Paris comprar coisa de vinte mil cruzados de sedas, que mandou a este reino: e porque elle havia de comprar outras em Ruão, fui assistir n'isso, mas por causa da peste me retirei a um jardim, e n'elle estive até fim d'outubro, que o marquez me escreveu viesse a Paris, e que ali tinha sua casa. Em sua companhia passei em Paris e S. Germão até sexta feira de Ramos de 1649, que fui a Ruão despedir-me da minha casa, e me parti em posta buscar o marquez a primeira oitava da Paschoa, havendo elle partido de S. Germão segunda feira da semana santa. Embarcados em S. Nazaire a 25 d'abril, chegámos a esta cidade a 30 do dito de 1649.

Estas são as vezes que fui a Ruão; e ia eu lá de ordinario tão violentado, que diziam os criados do marquez, e em particular Fernão Marinho, que eu ia a Ruão, como se fôra ao inferno, e não se enganava, porque nunca fui lá senão forçado, e buscar dinheiro para gastar em Paris, no serviço da patria, e chamava eu a Ruão a minha Vidigueira, por este respeito.

Além das pessoas referidas, que podem certificar esta verdade, se póde fazer informação das que se seguem. Porque as pousadas de França tem livros do tempo, e dos hospedes que n'ellas estão.

O anno de 1639, e parte de 1640, no Havre-de Grace, em casa de Neuvilla e Languilhete, que era meu logar-tenente.

O resto do anno de 1640, em Paris, na rua de Grenier S. Lazaro, na casa que tem por insignia a parelha.

Os annos de 1641 e 1642, na mesma rua, em casa de um cirurgião chamado Baptista, que agora vive em Paris, na villa nova.

Os annos de 1643, 1644, 1645 e 1646 estive pousado na rua de Michel Le Compte, na casa que tinha por insignia a cidade de Marselha.

Parte do anno de 1647, nas casas que foram do filho de Antonio de Caceres, na rua de S. Martinho.

O anno de 1648 na rua de Bétise, em casa de um chamado Le Roy, que tem por insignia a cidade de Callez.

O demais tempo em casa do marquez de Niza, e em jornadas.

Todos estes podem dar noticia da minha vida e procedimentos. E todos os que vivem na rua de Michel Le Compte, e os capellães do mosteiro de religiosas carmelitas, aonde ouvi missa de ordinario.

Os padres Manuel de Lima, Luiz Rodrigues, Pantaleão Carvalho, da companhia de Jesus, e estes dois ultimos me deram as contas que trago, e conservo ha sete annos, por serem tocadas em muitas reliquias de Roma e de França.

Os padres fr. João Correia, fr. Manuel Homem, da ordem de S. Domingos, e todos os criados dos marquezes de Cascaes, e de Niza, e uma multidão de officiaes e soldados portuguezes, que tinham minha casa por amparo e refugio, assistindo a todos com mais do que podia.

Os residentes Antonio Moniz de Carvalho e Christovão Soares de Abreu, e todos os seus criados.

O padre fr. Antonio de Serpa, da provincia da Piedade, que foi confessor do conde da Vidigueira, e esteve sete annos em França, religioso de grande virtude e exemplo; e eu estou pelo sentimento e juizo que elle fizer da minha vida e costumes.

O padre Grandamy, reitor do collegio da companhia em Ruão, com quem estive a semana santa de 1649 aos officios d'ella, e passeiando ambos no seu jardim.

Em seis mezes que estive n'esta cidade assistia de ordinario, pelas manhãs, em palacio, ás tardes em visitas. E as noites, até 8 e 9 horas, passei quasi todas em casa do licenciado João Baptista Caldeira, sacerdote e amigo meu desde o anno de 1628, que mora na rua Larga de Santa Catharina, junto do irmão de Francisco Soares. Ali assistiam João Guterres, o padre Gregorio de Pina, beneficiado em S. Julião, o dito João Correia de Carvalho e outros amigos.

N'estes seis mezes ouvi os seguintes sermões:

Dois em Santa Clara, dia da Ascenção; e ao domingo seguinte em companhia de D. Rodrigo de Menezes, Rui Fernandes d'Almada e outros fidalgos.

Dois ao padre fr. Domingos de Santo Thomaz, em dia de

Santo Antonio, na Esperança, outro na Annunciada, á profissão da irmã do marquez de Gouveia.

Cinco ao padre fr. Manuel de S. José, da ordem de Santo Agostinho—dois na Magdalena, dia de S. Pedro, e de Sant'Anna—um na Encarnação, outro na Esperança, dia das Chagas de S. Francisco—e outro, dia de S. Lucas á tarde, na egreja de S. Thiago.

Quatro ao padre Ardizone, theatino, em S. Nicoláo, S. Julião, Loreto e na capella.

Dois na Conceição, ao guardião de Enxobregas e outro ao padre Antonio Vaz de Sousa, dia de S. Jeronymo, que tambem dirá da minha vida e costumes.

Dois na egreja dos irlandezes—a um conego de Cochim, e ao padre fr. Jeronymo da Fonseca, da ordem dos prégadores.

Um ao padre D. Prospero, de S. Vicente de Fóra, dia de Corpo de Deus, em S. Nicoláo.

Um ao padre fr. Jeronymo de Moura, dia de S. Lourenço, na quinta de D. Antonio da Cunha.

Um ao padre Saraiva, em S. Roque, dia de Santo Ignacio.

Um ao padre fr. Francisco de Macedo, na Misericordia, dia de Santa Isabel.

Um ao padre Antonio Vieira, em Enxobregas, nas obsequias de D. Maria d'Ataide.

Um na Trindade, dia de Corpo de Deus.

Póde tambem dar informações da minha vida o padre fr. Luiz Mercier, recolet, ou reformador da ordem de S. Francisco, e que agora é guardião do convento de Pontoisa, sete leguas de Paris, porque em cinco annos que o conheci, vinha de ordinario jantar comigo. É religioso de grande virtude, como sabe o padre fr. Antonio de Serpa, e que estudou em Portugal.

E como os criados são os maiores inimigos de seus amos, se póde saber dos dois ultimos que tive meu modo de viver. Um deixei-o em Paris, e outro em Ruão, e são bem conhecidos.

Livros e papeis que tenho escripto, impresso

Haverá 20 annos, escrevi um epitome de toda a historia de Hespanha, que dei manuscripto a D. Jeronymo Mascarenhas.

Fiz varias arvores genealogicas dos reis de Hespanha, e tras familias.

Na quaresma do anno de 1636, a instancia de certa religiosa do mosteiro de Santa Anna d'esta cidade, escrevi um discurso sobre a côr verde, que no anno seguinte imprimi em Madrid. Veja-se, e se podia proceder d'animo que não fosse catholico.

No anno de 1639, para facilitar-me na lingua italiana, traduzi em castelhano um livro do marquez Malvezzy, da vida do conde duque.

O mesmo anno traduzi outro livro francez, que se intitula *Espelho sem adulação*, moral de grande espirito.

No principio do anno de 1641, por causa da acclamação de sua magestade, e para obrigar ao cardeal de Richelieu, escrevi o livro *Politico Christianissimo;* e tendo d'elle noticia os primeiros embaixadores, me fizeram grandes instancias que o acabasse, para que elles lh'o apresentassem. E por que me não quiz fiar em meu pouco talento, dei o dito livro ao padre Francisco de Macedo para que o revisse e emendasse. Elle o viu em companhia do secretario da embaixada, Christovão Soares d'Abreu; conferimos as emendas, e com ellas dei o livro aos embaixadores, que o presentaram ao cardeal, na ultima audiencia que tiveram em Abville. O cardeal deu o livro ao abbade Mazarino, que tambem o reviu. E no cabo de dois mezes m'o restituiu em Mezieras, com grandes elogios. Os embaixadores o viram e approvaram, e em particular Antonio de Coelho de Carvalho. D'elle teve noticia, e não sei se leu alguma parte, o ill.^{mo} bispo eleito d'Elvas, quando passou a Roma com o bispo de Lamego.

N'este livro tratei politicamente algumas coisas, que foram censuradas por este santo tribunal, sem que eu replicasse coisa alguma, porque approvava tudo, só senti haver escripto coisa, que merecesse censura. E porque o livro carecia emendado, mandei quasi toda a impressão a Francisco Costa, livreiro, para que a emendasse na fórma que estava ordenado, e o resto d'ella mandei vir, depois que estou em Lisboa, para o mesmo effeito.

A causa que tive para discorrer n'aquellas materias, foi o sentimento grande que tinha de ver o contrario effeito, que succedia a tantas diligencias e castigos. Approvou este parecer, e ainda me alentou a isso o embaixador Antonio

Coelho, dizendo-me que o reino de Portugal necessitava de gente de negocio, para augmento do commercio, e que apontasse eu alguns remedios. E, para eu ter mais luz do que havia de dizer, me deu um caderno manuscripto, que era copia, ou parte, do que havia impresso um fiscal de Castella, chamado Celorigo. Eu o fiz assim, sem nomear este santo tribunal em todo o livro, mais que discorrer politicamente, e com palavras e termos geraes.

E fallando eu alguns tempos depois com Antonio Moniz de Carvalho sobre o procurar o padre Antonio Vieira, com approvação de S. M., que tornassem ao reino, não só os homens da nação, que viviam como catholicos, mas ainda os que estavam publicos judeus, e que para isso lhe offereciam pagar 500 cavallos cada anno nas fronteiras, fui, e sou de contrario parecer, pelas rasões que darei sendo necessario: elle me pediu o dito manuscripto, e lh'o dei.

E achando eu em poder d'um Bartholomeu Rodrigues, que viera de Castella, o discurso impresso de Celorigo, lh'o pedi emprestado, e o marquez de Niza me obrigou com instancias, que lh'o desse, sendo que seu dono não queria dar-m'o.

Em quanto á expulsão dos mouriscos, que tambem foi censurada, fallei n'ella não só como discorrem as nações catholicas do norte, como consta de suas chronicas, mas ainda como sentem os mesmos castelhanos, de que a expulsão n'aquella fórma foi a ruina da monarchia d'Hespanha. E eu sou testemunha de vista, que estando em Tanger fallei com muitos mouriscos, que diziam eram christãos em Hespanha, e o marquez de Montalvão me ordenou désse dinheiro, e fizesse embarcar alguns, a que elle deu passaporte, porque eram catholicos. Porém não pretendo desculpar o censurado, e acceitarei todo o castigo sem repugnancia, por que todo será inferior ao que merecem meus grandes peccados.

Os ministros do conselho, que tratam da conservação e augmento do reino, fallam n'esta materia com differente linguagem do que este santo tribunal; porque uns querem augmentos por qualquer via que seja, e outros só por aquellas que são licitas e honestas; podera eu dizer muito n'este particular.

No anno de 1643 fiz a resposta ao livro de Caramuel.

Traduzi em francez e castelhano, accrescentado e emen-

dado por mim, o discurso do *Principe vendido*, sobre a prisão do sr. D. Duarte.

No mesmo anno, se imprimiu em Paris um livro em francez intitulado *Mercurio Portuguez*, que se dedicou ao conde da Vidigueira, e impresso por sua ordem, para se dar noticia de Portugal, e do que n'elle se observa. Tudo o que n'elle se imprimiu foi visto e approvado pelo mesmo conde, que dava as memorias, na fórma que elle queria, e se lhe enviava do reino. N'elle se tratou da retenção da pessoa do ill.^{mo} bispo inquisidor geral com os mesmos termos, que o conde havia dito; e depois me disse, que sua ill.^{ma} se escandalisava do modo como se fallava n'elle. E posto que eu n'isso não tenho mais culpa, que ser um instrumento da vontade e ordem do embaixador, em serviço da patria.

Faço esta memoria, porque pretendo justificar-me, ainda n'aquellas acções em que não commetti a menor falta. O auctor é francez, a quem o conde pagou o trabalho que n'isso tomara.

No anno de 1644, escrevi em francez tudo o que succedeu na acclamação de sua magestade, e se imprimiu nos *Mercurios de França*, emendando alguns erros passados. Fiz outro largo discurso dos reis de Portugal, e das familias que d'elles procedem, que anda impresso nos livros da real genealogia de França. Este serviço só merecia outro premio, que o que se me der pela gloria grande que d'elle resultou a todo este reino.

Fiz outro discurso a petição do sr. Velasco, e com approvação do embaixador. Imprimi duas vezes o livro da *Lusitania Vindicata* do ill.^{mo} arcebispo eleito de Lisboa, em latim, e o traduzi em castelhano, e o imprimi tambem em francez.

No anno de 1645, imprimi a decada do primeiro governo do conde Almirante, dedicada ao embaixador. A informação do processo do mesmo conde sobre a perda das náos, e residencia.—Duas folhas em francez do que possue Portugal no reino, e suas conquistas.

As obras do capitão Miguel Botelho, secretario do embaixador. As obras de soror Violante do Céo. Os *Soliloquios*, de Lope de Vega.

Fiz, e imprimi uma carta sobre o successo do dr. Nicoláo Monteiro, em Roma, que mereceu applauso, estando em Paris, na 1.ª oitava da Pascoa de 1645.

No anno de 1647, indo a Ruão, me encarregou o marquez de Niza soubesse dos mercadores portuguezes, que meios podia haver para se augmentar o commercio: fiz a diligencia, e como todos concordavam em que tirasse o fisco, que todos mandariam suas fazendas a Portugal, dei d'isso aviso ao embaixador, e me ordenou fizesse um papel com as rasões que podia haver para isso, o que fiz; e quando tornei a Paris, me disse, que o tinha mandado a Portugal, e que para maior força mandava outro com differentes palavras, por via de Italia, para que, concordando ambos a um mesmo tempo, se désse a execução, e que se elle estivera no conselho, elle buscára occasião para o concluir. Seu secretario, Miguel Botelho de Carvalho, me mostrou por sua ordem o papel de Italia, em seu livro de copias, como elle dirá. E chegados nós a este reino, vendo a fórma em que o fisco estava concedido á companhia, me disse, que os mercadores não souberam o que haviam feito, porque sua magestade lh'o havia de accordar sem isso.

Declaro, que fui sempre de contrario parecer ao que propoz o padre Antonio Vieira, em que viessem os homens do norte e Italia a Portugal, e contra o seu papel fiz uns assentamentos, que entendo estão entre os meus papeis. E lá disse o que passava com Antonio Moniz de Carvalho sobre esta materia. E porque o padre fr. Francisco de Macedo viu as noticias, ou reputação que eu tinha, me disse um dia, que havia escripto, ou havia de escrever ao secretario d'estado, para que lhe mandasse ordem para ir comigo a Hollanda dar execução a este designio; a que eu lhe respondi, que se lembrasse de haver escripto contra o padre Antonio Vieira, e que era mostrar que ia contra seu mesmo sentimento, para introduzir-se no serviço d'el-rei, e que me não havia de metter n'isso.

Outro papel fiz em favor da christandade do Congo, pela noticia que tive de que o castelhano mandava lá capuchos italianos, de que dei noticia ao embaixador e elle a remetteu a Roma.

Outro sobre impedir que os francezes não deviam ir á ilha de S. Lourenço, por ser conquista nossa.

Além d'estes livros e papeis, tenho escripto varios discursos sobre quasi todas as acções e incidentes da paz, em favor d'este reino.

Sobre o mandar-se a pimenta a França. Sobre a moeda

e levantamento d'ella. Sobre o estabelecer-se n'este reino um porto livre. Muitos contra Hollanda, sobre Angola, e o Brasil, em que sempre fui, e serei de parecer, que se não devia restituir. Varias cartas suppostas, para dar conta do que era Portugal. Tudo o que se imprimiu nas Gazetas, tocante a este reino, foi visto por mim, e n'ellas fiz respostas a varios discursos, como é notorio. E, finalmente, minha vida, em França foi um continuo disvelo pelo serviço da patria, e em logar de premio e satisfação a tantos trabalhos, riscos e gastos de fazenda, estou em uma prisão miseravel, abatido, affrontado, e aguardando com toda a paciencia e obediencia rigorosos castigos.

Em novembro de 1648, fiz um discurso sobre os damnos que se seguiam a sua magestade do assento que se havia feito para os portos. E outro sobre Pernambuco, que ambos mandei ao secretario, e elle m'os agradeceu muito por carta sua que recebi n'esta cidade, e está entre os meus papeis.

Em janeiro de 1649, imprimi em Paris um tratado da architectura militar, ou fortificação moderna. E uma resposta ao deputado de Borgonha, sobre a paz do imperio; porque tratava n'ella mal a Portugal.

Na semana santa do mesmo anno, emendei um poema, que fez Manuel Thomaz, da ilha da Madeira, intitulado — *Phenix da Lusitania, e restauração de Portugal*— a instancia do auctor, e do dr. Paulo de Sena, que tinha a seu cargo a impressão do dito livro. E fiz a dedicatoria d'elle a Gaspar de Faria Severim.

Não trato das negociações que tive em Flandres e Madrid, pelo serviço da patria, porque estou em um tribunal santo, onde se castigam delictos contra a fé, não se premeiam serviços em favor do reino.

É porque tenho tratado dos livros, e papeis que tenho publicado, direi os que tinha para fazer ou publicar.

Primeiramente, a historia do rei de França, Luiz XIII, com tudo o que tocava áquelle reino, em que já havia escripto muitos cadernos.

Uma historia geral do mundo, e em particular da Europa, do anno de 1640 até agora, cuja repartição tinha já feito.

Tambem estava escrevendo de presente uma chronologia universal do mundo, cujos cadernos, ou parte d'elles, da his-

toria sacra, se achariam entre os meus papeis. E porque d'ella se póde haver dito alguma coisa, direi o que n'isso passa. Haverá 22 annos, que levado da minha inclinação e curiosidade, dei principio a esta obra; porém indo a França, e vendo n'ella tantos livros sobre esta materia, desisti de meu intento, até que um dia, fallando com o conde da Vidigueira, elle me pediu lhe mostrasse o que tinha escripto. Elle o viu, e instou quizesse acabal-o, e que o dedicaria ao principe nosso senhor; porque era affeiçoado á chronologia. Com esta petição tornei a renovar o intento, e comprei todos os livros que pude achar d'esta materia. E como eu procuro, que todas as minhas obras sejam com aquella perfeição que se póde esperar d'um homem, que tinha alguma approvação, mostrei alguns cadernos ao padre Macedo, que os approvou e admirou: só reparava em que eu não seguia o padre Saliano, em algumas coisas; porém como isso não eram materias de fé, cada qual póde seguir o que melhor lhe parecer. Vv. s.as se sejam servidos mandar rever os ditos cadernos, e acharão que quem os escreveu tinha um animo muito conforme á verdade, que professa a egreja catholica.

E porque em um auctor francez achei algumas opiniões, que me pareceram dignas de reparo por sua novidade, as communiquei aos padres Petavio, l'Abbé, da companhia, e outros doutos que haviam escripto da chronologia; e offerecendo-se n'aquella occasião dizer-me o marquez de Niza soubesse os livros, que havia escripto Manassés ben Israel, como direi adiante, lhe escrevi e perguntei aquellas opiniões, a que me respondeu, e a carta mostrei ao marquez e ao padre Macedo. Porém nunca mais lhe escrevi, nem no norte tive outra correspondencia, senão com os feitores de sua magestade, e algumas poucas cartas de negocio e cumprimento.

Depois que cheguei a esta cidade, fiz uma resposta em francez n'uma carta que contra este reino se havia publicado em Hollanda, a qual traduzi em portuguez, para que a visse sua altesa.

Imprimi duas relações, uma do successo ultimo do Brasil, e outra do de Olivença, ambas por ordem de sua magestade, e com as memorias que me deram os secretarios d'estado, e de guerra.

Fiz um papel sobre o sal d'este reino, que os hollandezes pretendem tomar á sua conta. Outro sobre o consulado se

entregar aos mercadores, e os meios como podia haver navios que defendessem esta costa. Outro sobre navios inglezes que haviam de ir este anno á India. E uma exhortação a D. João d'Austria, para se fazer rei de Napoles, que estava para imprimir-se, por ordem de sua magestade. Outro sobre a Irlanda, e soldados que d'ali podiam vir. Outro sobre a commissão a que eu estava despachado, de assás importancia. E outras muitas advertencias, que mereceram dizer-me sua magestade as agradecia, por serem de consideração.

E posto que a maior parte d'esta relação seja inutil ao meu processo e liberdade; permittam vossas senhorias esta consolação a um miseravel, que nos males que padece, e soffre, com tanta paciencia, só espera a morte por remedio.

Ultimamente se achariam entre os meus papeis coisa de 60 folhas, escriptas de minha mão, que eram memorias para uma decada do segundo governo do conde almirante, feitas a instancia de seu filho o marquez de Niza, do que faço memoria, para lastimar-me mais á vista de tanta ingratidão.

Livros prohibidos

E no particular dos livros prohibidos, que trouxe comigo, declaro, que foi sempre tanta minha curiosidade á lição dos livros, que n'ella tinha todos os meus regalos e passatempos, sendo phrase minha, dizer de ordinario, *diem perdidi*, aquelle em que não comprava algum livro. E levado d'esta affeição comprava todos os que se offereciam, uns por numero, outros para estudo. E como em Paris se vendem muitos cada instante, ou em almoedas, ou em particulares livreiros de livros velhos, comprei juntamente alguns de auctores hereticos, por ser coisa mui usada em França leremse os livros de controversia, e dos herejes, para lhes saberem responder, quando se encontram com elles nos caminhos ou nas pousadas. E como já tenho declarado n'este santo tribunal, adverti a Francisco da Costa, e a Diogo Jorge, livreiros, que entre os meus vinham alguns prohibidos, e elles correram com isso, e m'os mandaram a casa. Assim o tinha tambem dito em França ao marquez de Niza. E os mesmos Francisco da Costa e Diogo Jorge estarão lembrados, que, depois de eu ter os livros em meu poder, lhes disse, que ainda entre elles havia alguns de auctores prohibidos,

que não foram conhecidos do revedor. Houvera eu commettido crime grande se os houvera occultado, ou publicára sem os manifestar; mas como todos haviam de ser, e foram revistos, estimava eu ser poderoso para trazer a Portugal todos os livros prohibidos do mundo, e que vv. ss.as tiveram a gloria de os extinguir.

Declaro, que mandando o marquez de Niza comprar a Roma, não sei para que effeito, dois livros das ceremonias judaicas, por ordem de D. Vicente Nogueira, lhe enviou o dito D. Vicente, e que o auctor d'elles tinha composto outros livros. O marquez me disse soubesse que livros eram, para os ter todos. Com esta occasião, como já disse, estimava ver um, e que eu lh'o pedisse, o que eu não quiz fazer nem lhe escrevi mais, e esta foi por ordem do dito marquez. E porque, em Ruão se vendiam dois dos seus livros publicamente — um de *Resurreição dos mortos*, e outro de *Termino Vitæ* o marquez me escreveu com instancia, lh'os comprasse, e lh'os mandasse com a cartilha do Congo, que eu lhe havia promettido. O mesmo D. Vicente lhe mandou depois uma memoria impressa dos livros do dito Manassés. E não deve ser em mim culpa, o que foi preciso, e o que nos demais é permittido ou tolerado.

A mór parte dos livros que eu trouxe, ou quasi todos, são politicos, historicos, ou de chronologia. E em quanto a Machiavelo, é livro tão publico em França, que não ha livreiro que o não venda. A primeira coisa que o bispo de Lamego me pediu, foi Machiavelo e Antonio Peres. O dr. Luiz Pereira de Castro m o fez tambem comprar, e aqui me disse o tinha, e que nem por isso o havia de dar. E sobretudo em minhas obras tenho reprovado muitas opiniões de Machiavelo, e o condemno sempre que fallei n'elle. E alguma coisa se ha de desculpar a um homem que tem livraria, e que tem escripto tanto; pois para ver com mais acerto é força ver tudo, e ter noticia do que póde. E já que tenho declarado, que eu trazia estes livros para os vender, em caso que me não fosse necessario valer-me d'elles, assim fico sendo como qualquer mercador, que traz livros, que os prohibidos se tomam, e os demais vende.

Declaro que, no fim do anno 1646, veiu a Paris um chamado D. Jorge Rodrigues da Costa, com sua mulher e sogra, e n'aquella cidade esteve até outubro de 1647, aguardando que sua mulher parisse. E como era moço galante, e

de grandesa, se applicou e continou os estudos da philosophia, em que já tinha alguns principios; e o mesmo fez nos de jurisprudencia, com admiração de seus mestres. Disse-me que pretendia saber alguma coisa de theologia, e que me pedia fallasse da sua parte ao padre Macedo, para lh'a ensinar. Eu o disse ao dito padre, o qual se offereceu logo a isso, dizendo que ninguem o podia fazer melhor do que elle, e que D. Jorge lhe daria com que comprar uns livros de Santo Agostinho. E sem que eu lhe tornasse a fallar mais n'isso, foi logo buscar ao dito Jorge, e se accordou com elle. E porque o marquez de Niza e seus criados lh'o reprovaram, o dito padre se escondia, e aguardava fosse o marquez fóra de casa, ou ia dar lição ao dito D. Jorge a sua casa, e comer doces e chocolate, de que dizia era muito amigo. Esta é a culpa que tenho n'esta parte; mas quando n'isto houver algum crime, era todo do padre Macedo, pois ensinava theologia a um homem, que, ainda que andava como catholico, e o mostrava ser, se sabia ia a Mildeburgo buscar o dinheiro de seu dote, que estava em poder dos Pintos, e que não lh'o queriam dar sem que se fosse para onde elles estavam. Isto sabe o marquez, seus criados e o padre fr. Antonio de Serpa.

Declaro, que estando em Paris pelo mez de outubro de 1647, me remetteu Antonio de Caceres, de Ruão, um passaporte da duquesa de Saboia, pedindo-me quizesse fallar com o seu embaixador, para que alcançasse outro mais amplo e sem tempo limitado, para que os homens de Hollanda, que se queriam passar áquelle estado, o podessem fazer com toda a liberdade, na fórma em que estavam em Hollanda e Liorne, e com as condições que se tinham accordado, no anno de 1572, a outros que para lá haviam ido; porque havia alguns homens em Hollanda, que não podendo soffrer os frios d'aquella terra, nem acudir aos grandes gastos d'ella, e poucas ganancias, se queriam retirar a Saboya. E porque esta materia me pareceu delicada, e que envolvia alguns interesses importantes a este reino, dei d'ella conta ao marquez de Niza, o qual me deu licença para procurar o dito passaporte, approvando ser de utilidade tirar-se a gente de Hollanda, e impedir que se fossem outros para ella. Com esta licença fallei

ao embaixador de Saboya, e, coisa de dois mezes passados, me mandou o dito embaixador um escripto com o passaporte, que logo levei ao marquez de Niza, e lhe dei copia, e traducção d'elle feita por minha mão.

Dito marquez de Niza me perguntou, se entendia eu que alguns de Ruão se queriam passar a Saboya, a que respondi, que o não sabia, nem me parecia estavam em estado de o poder fazer, pelos embaraços de seus negocios, e pouca venda nos assucares, como era verdade, pois Pedro Lopes Henriques veiu das Indias de Castella, um anno depois, havendo quatro que lá andava, e quando menos se esperava. E como era homem que tinha mãe e irmã em Liorne, e casado com a irmã de Antonio Rodrigues de Moraes, levou comsigo sua mulher e parentes. E comsigo a miseravel da minha desgraça e desventura. E ainda não sei se passaria adiante, conforme seu natural malevolo e inquieto.

E posto que esta ausencia seja uma das principaes causas do meu sentimento, e que eu avalio por maior que minha prisão, comtudo, n'ella se conhece grande parte da minha innocencia. Porque, como se póde presumir que eu tivesse noticia de sua ida, e me viesse a Portugal dois mezes antes da sua partida?

Como se dirá que eu seguia seu mesmo sentimento, se a deixava e procurava estabelecer minha fortuna e vida em França, no serviço de sua magestade; ou como se permitte que se eu fôra, como ella deixasse a seu marido em tantos riscos e affrontas, pois com aguardar mais tres mezes, podia eu estar outra vez em França?

Sete annos esteve ella em minha companhia, e nunca se resolveu a fazer o que fez, senão estando eu ausente, signal certo de que eu o não approvara nem consentira. Sobretudo que culpa me póde attribuir a uma resolução tão contraria ao que eu professo, e d'uma mulher preversa, e que tão ruim conta deu de si, e de tudo o que tinha á sua conta? Paciencia em tanta afflicção e tanta miseria!

E que meus intentos fossem de todo contrarios ao que ella executou, consta com toda a evidencia; pois vim a Portugal procurar satisfação dos meus serviços, e estabelecer o cargo de consul. As provas d'esta verdade são sem contradicção.

Porque, havendo eu alcançado dos mercadores d'esta cidade o direito, que se me havia de dar do consulado, pro-

curei tirar confirmação de sua magestade, e para isso lhe presentei minha petição, que se remetteu ao desembargo do paço, e n'elle se deu o despacho, em 27 d'outubro de 1649, para que se passou o alvará, como tudo consta da petição que eu trazia comigo quando me prenderam.

Consta que havia procurado, e procurava o titulo d'agente de sua magestade, e um ordenado em França, para continuar seu real serviço.

Consta de que, em 28 do mesmo mez de outubro, dei os papeis de minhas pretenções ao secretario Gaspar de Faria, para sua magestade me fazer mercê d'uma capella, em recompensa do que tenho feito.

Consta de que a commissão, que levava do serviço de sua magestade, era para tornar a este reino para a primavera, como dirá o secretario d'estado.

Consta de que a junta dos tres estados me nomeava para assistir em França a tudo o que lhe tocasse, para soldados, cavallos, mantimentos e cobrança de dividas.

E finalmente consta que sou desgraçado, e grande peccador, e que tudo se conjurou contra mim, para acabar-me e confundir-me.

Declaro que, estando em Ruão, para vir para Paris, nos principios de quaresma de 1648, me disse Francisco Rodrigues Lobo, que se eu queria praça em uma carroça, que lhe faria mercê em acceital-a. Eu o fiz assim, e vim em sua companhia, sendo que haviamos sido grandes inimigos, por que elle foi um dos que mais contradisse o officio do consul, e seu estabelecimento. Chegado a Paris, o veiu ver Jorge de Sousa da Costa, por ser grande amigo seu, e haver estado pousado em sua casa, quando foi a Ruão.

E mandando-lhe uma empada de lampreia e ostras, lhe disse eu que mandava bom regalo a um homem que se ia para Hollanda; mas que pois eu a havia comido, lhe dava d'ella os agradecimentos. Pediu-me que não dissesse ao marquez da sua ida, pelo muito que havia louvado o seu procedimento, em odio meu, porém eu fiz o que devia, e o que costumava, dizendo ao marquez o que se passava, como fiz sempre de tudo o que tive noticia, como dirá o marquez.

Declaro que o officio de consul, de que sua magestade me fez mercê, foi causa de que tenha muitos inimigos em Ruão e Nantes, como sabe o marquez de Niza. E peço queira ver-se a carta que elle escreveu a sua magestade em abril de 1646, sobre este particular, a qual entendo está entre os meus papeis, ou elle dará a copia, e dirá juntamente o que passou em Nantes com os portuguezes que ali estavam; pois uns e outros dizem que são naturalisados francezes, e que não reconhecem a el-rei nosso senhor por seu rei. Por esta causa, e outras palavras descompostas que usavam, disse eu em Ruão a Francisco Rodrigues Lobo, e a outros, que os havia de deitar por uma janella, se fallassem diante de mim com aquelles termos, e ruins modos. O mesmo disse a Diogo de Pereda, que se fez cabeça de bando contra mim, para impedir o dito cargo. O marquez diz d'elle a sua magestade, que o principal era um gallego. como elle é, e o maior inimigo que Portugal tinha n'aquella cidade.

E como o cargo de consul seja ser protector do commercio, e das pessoas que o exercitam, para saber o que fazem, e se ha coisa em que o serviço de sua magestade, ou sua real fazenda seja interessado, era força que eu fallasse com todos, e procurasse saber o que faziam, e a elles havia de assistir, pois eram os que me haviam de dar as utilidades do seu cargo.

O mesmo marquez me ordenou, por muitas vezes, fallasse com alguns que vinham de Castella, para saber as novas que havia, e o que faziam os fidalgos portuguezes, que lá estavam retirados, servindo eu como de uma espia de todos, para o serviço de sua magestade, pois não houve coisa de que não dèsse conta ao embaixador.

E n'esta parte tenho que representar a v. s.as sejam servidos reparar, em que sou e fui o primeiro homem a quem sua magestade deu o officio fóra da patria, a quem servi com alguma utilidade, e que fui o primeiro consul que Portugal teve, e que alcançou estimação para a vir perder n'ella, quando esperava honras e premios.

Se meus inimigos houverem dito de mim parte do referido, porque tudo é impossivel, teria que lhes agradecer; e se disserem mais, terei que lhes perdoar, como faço. Pois antecipo esta declaração, sendo que me pudera ser de utilidade o definil-a, não só para mostrar a verdade dos meus procedimentos, mas para ignorar os que contra mim jurassem n'esta parte.

CONTRADICTAS AOS INIMIGOS QUE TENHO, E QUE PODIAM JURAR CONTRA MIM

O principio e origem de toda a minha ruina procede desde o anno de 1642, em que o conde da Vidigueira teve primeira audiencia em S. Germão, aonde o acompanhei como tenho dito. Porque sendo costume dar el-rei de jantar aos embaixadores n'aquella occasião, estando para nos sentarmos á mesa, me disse Antonio Curado, eriado do conde, que eu iria jantar com elle n'uma estalagem, a que lhe respondi, que eu havia jantado com os primeiros embaixadores, e que assim o havia de fazer com o conde, por ser coisa ordinaria, e em que elle adquiria antes credito, que perdia reputação. Ao mesmo tempo veiu um mordomo de el-rei e amigo meu dizer-me que, se eu não tivera a mesa do embaixador, lhe havia de fazer mercê ir jantar com elle. Tudo passou na presença do mesmo conde.

E porque não pareça que isto era desvanecimento meu, ou pouco respeito, é de advertir que em França costumam os senhores pôrem á sua mesa pessoas de muito inferior qualidade, e mais se são os homens de partes, para os entreterem e darem noticia do que se passa, em quanto comem. O padre Macedo estará lembrado, que indo nós a S. Germão ver tocar os enfermos a el-rei Christianissimo, me levou seu estribeiro-mór, e grande privado, e me disse chamasse meus camaradas, para jantar com elle; o que fizemos, em companhia de um dos capitães da guarda, e outros fidalgos. E tanto é isto coisa ordinaria n'elles, que estranham o costume hespanhol e o reprovam, de comerem sós, ou com seus eguaes.

D'este jantar infausto procedeu, que todos os criados do conde se declararam meus inimigos, fazendo liga entre elles para me arruinarem. A primeira injuria que se dá a um christão novo é chamar-lhe judeu, e como esta em mim tinha pouco fundamento, disseram que eu era um traidor, e que tinha intelligencias com Castella, com outras coisas, que por serem falsas, fizeram pouca impressão no animo do conde, ou as dissimulou, pela grande necessidade que tinha de minha assistencia e noticias.

D'esta conjuração sabe Antonio Moniz de Carvalho, pois tambem o quizeram descompor com o conde.

Respondendo eu, no principio do anno de 1643, ao livro

de Caramuel, tratei a resposta com mais asperesa, do que eu mesmo conhecia era necessario, para mostrar, que nem era traidor, nem queria coisa alguma de Castella. Assim o disse ao padre fr. Fernando de la Hona, da ordem de S. Domingos, bispo eleito de Tanger, que n'aquelle tempo estava em Paris, fazendo-lhe queixa do procedimento que comigo se tinha. Elle deve estar em breve n'esta cidade, e dirá isto mesmo.

Resultou d'esta conjuração, não fallar eu com os criados do conde em muitos dias, até que elles se foram desenganando, e se fizeram amigos na apparencia. O mesmo conde me dizia que me não désse d'elles, e que quando fosse fallar-lhe, que era quasi todos os dias, abrisse a porta do seu aposento, porque elle os conhecia muito bem.

E posto que, no apparente, o conde dava mostras de não sentir o haver-me eu posto á sua mesa, sabe Antonio Moniz quanto elle o sentiu; mas conhecendo depois era este o uso de França, me fez mercê da mesma honra infinitas vezes, em differentes jornadas que com elle fiz. Assim que esta causa servirá para seus criados, se algum jurou contra mim, porque nenhum d'elles pôde nunca soffrer a estimação que de mim faziam todos os senhores d'aquella côrte.

Porém, ultimamente, o marquez de Niza se declarou, e o tenho por meu inimigo capital; porque, dizendo me um dia na sua galeria, que eu dissesse ao dr. Pedro Fernandes Monteiro que o camareiro-mór dizia d'elle, que era christão novo, lhe respondi que não era aquillo coisa, que eu fosse dizer a um homem como Pedro Fernandes Monteiro; e mais não sabendo eu a quem o camareiro-mór o havia dito, para me justificar. E que se s. ex.ª queria, eu o diria a seu sobrinho, o dr. Martim Monteiro; mas que lhe havia de dizer justamente o ouvira a elle marquez, o que elle não consentiu.

Notorias são n'esta côrte as inimisades que ha entre o marquez de Niza, e o camareiro-mór. E porque eu visitava algumas vezes ao dito camareiro-mór, me disse que eu estava mui valido de seu inimigo, a que eu respondi, que não podia deixar de acompanhar um fidalgo que me fazia tanta mercê, e que me levava a seu quarto todas as vezes que me encontrava na sala do palacio, mas que estas visitas não eram contra elle.

Encommendando-me o camareiro-mór lhe désse uma cer-

tidão dos logares que aquelle cargo tinha em França nas ceremonias publicas e particulares, lhe passei do que constava do ceremonial d'aquelle reino. E dando eu d'isso conta ao marquez de Niza, para que me dissesse ao mordomo-mór fizesse o mesmo de seu cargo, me respondeu que — para que dera tal certidão, nem me mettia n'isso. Eu lhe disse que não podia perder o respeito a um fidalgo como o camareiro mór, e mais sendo certidão do que passava na verdade.

Sobretudo o que mais sentiu o marquez de Niza foi eu haver dado parte dos meus livros ao dito camareiro-mór, sendo que elle m'os havia pedido por um escripto seu, e que eu lh'os havia promettido já de França.

Porém, n'esta parte tenho eu mais desgraça do que culpa, porque estando um dia com o camareiro-mór vendo os seus livros, me disse lhe havia de vender os que eu trouxera, a que eu respondi o não podia fazer, porque os tinha promettido ao marquez de Niza, e lhe mostrei o mesmo escripto. Elle enfadado, me disse, que se lh'os não dava, não só não havia de ser meu amigo, mas havia de encontrar todas as minhas pretenções. Vendo-me n'este estado; fiz queixa a Francisco de Mello, na varanda do palacio, e ao licenciado João Baptista Caldeira, e que não sabia o que havia de fazer; porém confiado na amisade do marquez de Niza, e nas obrigações que me tinha, quiz contentar a ambos, e dei ao camareiro-mór 120 livros, para dar os demais ao marquez. Mas elle se queixou grandemente, e me disse lh'os désse todos, que elle não queria nenhum.

Accrescentou seu odio, haver eu dado ao dito camareiro-mór um livro politico de Marvelaer, que chamam *Legatus;* porque n'elle está um capitulo, que condemna em parte aos embaixadores excederem as ordens de seu rei, sem lhe darem primeiro conta das causas que a isso os movem, e aguardarem resposta.

De sorte que todas estas causas moveram ao marquez de Niza a meditar a minha ruina; e porque lhe seria notado fazel-o por sua pessoa directamente, havendo-me trazido de França, e dito de mim tantos louvores, por escripto e palavra, se valeu do padre Macedo, meu publico inimigo, para preverterem minhas acções, ainda as mais innocentes. E em meu abono não quero eu mais, que as ultimas palavras de uma certidão sua, que está em poder de Gaspar de

Faria Severim, em que o marquez de Niza diz: — *E finalmente em seis annos que estive em França, não achei n'elle coisa alguma contra o serviço de vossa magestade, antes muito fervor, zelo e verdade, etc.*

A que accrescento, que nos fidalgos de Portugal, o ultimo escandalo, ainda que muito leve, os faz esquecer das maiores obrigações; e que sejam grandes, as que o marquez me teve, elle o sabe, e eu o sinto, mas não é coisa nova pagarem-se grandes serviços com grandes ingratidões.

O padre fr. Francisco de Macedo (que foi da companhia de Jesus, e fugido d'ella, se fez capucho, e agora é da ordem Terceira de S. Francisco, aonde já não póde socegar, e para ter mais liberdade se retirou a Telheiras), é meu publico inimigo; porque havendo prégado um sermão em Paris, na lingua franceza, que elle ignora; e queixando-me eu, e outros de casa do marquez de Niza, que nos não havia convidado para ouvil-o; disse ao mesmo marquez, que o não fizera, porque fazia mais confiança do mais humilde francez, que de nenhum portuguez. Escandalisado eu d'este proceder, pois se dava por meu amigo, e estavamos todos em uma casa comendo a uma mesa, lhe não fallei alguns dias; até que, querendo elle desculpar-se (em que se culpou mais) viemos a ficar-nos de palavras, que me obrigaram a dizer-lhe, que podera haver escusado fazer aquelle sermão para não zombarem da sua confiança, e muito menos fazer elogios e versos aos principes e senhores da côrte, pedindo-lhes a todos dinheiro, e queixando-se dos que lh'o não davam, pois isso era em tão grande descredito da patria, do marquez, que o tinha em sua casa por seu confessor, e do habito que trazia. D'aqui resultaram mais palavras, com que ficou meu inimigo declarado. Tudo isto passou, estando nós ceiando, em presença do padre fr. Antonio de Serpa, de José Henriques, estribeiro do marquez, Manuel de Leão, Luiz Alvares, Francisco Serrão, Salgado e outros criados do marquez, que poderão dizer quanto estimaram o que eu lhe disse, pelo grande escandalo que todos tinham d'este, e outros procedimentos do dito padre, e da grande ambição, pois tudo era pedir dinheiro para mandar a sua irmã.

Accrescente-se-lhe o odio, com que no tempo das revoltas de Paris, me ordenou o marquez procurasse um passaporte para mandar diante a Nantes aos religiosos, que tinha em sua casa, com alguns criados. E alcançando eu o

passaporte, o disse ao marquez, a tempo que n'aquelle instante lhe tinha pedido licença o padre Macedo, para ir a S. Germão, aonde a côrte estava retirada, para pedir dinheiro á rainha, e cardeal, pelos elogios que lhe havia feito, e por um livro que havia dedicado ao marquez. Ao qual disse eu, que lhe protestava da parte de sua magestade, impedisse aquella petição, pelo grande descredito que d'isso resultava a seu real serviço, e mais em tempo que elle marquez aguardava favoravel resposta da sua embaixada, e que a côrte não tinha um real para comer, quanto mais para dar ao padre Macedo por papeis, cujo gasto havia saido da fazenda de sua magestade. O marquez, reconhecendo que isto era conveniente, escreveu diante de mim, e de sua mão, um escripto que mandou copiar por seu secretario Luiz Alvares, em que ordenava ao padre Macedo, que logo se viesse para casa (por quanto elle era ido dormir a um convento dos Recoletos) por importar assim ao serviço de sua magestade. Soube o padre Macedo d'onde isto procedia, e fez queixas de que eu lhe impedia sua fortuna.

E porque, entre os homens que escrevem, e se picam de juizo, o maior aggravo é reprovarem-lhe suas obras, o padre me teve odio mortal, porque eu o não gabava de grande theologo, e que só dizia d'elle ser grande latino, e facil na sua composição de versos, que os francezes não estimam muito. E, ultimamente, havendo elle composto com grande segredo um tratado que intitulou — *Mina e contramina de Hollanda*—em que havia a mór parte das rasões que eu havia dito em outro papel meu contra Hollanda, disse eu que o auctor acertara no escripto, mas não no assumpto, porque não tinha n'elle nenhum fundamento. O que eu dizia era que os principes da Europa impedissem os augmentos dos hollandezes, privando-os do commercio que os enriquecia; e elle queria que todos fizessem uma liga, e que á força d'armas os arruinassem, que era uma coisa impossivel e fóra de proposito.

Conhece-se seu odio, com evidencia, em que como elle pretendia tornar a França com o dr. Luiz Pereira de Castro, e vendo que se eu lá estivesse, lhe seria de impedimento á sua ambição insaciavel, me quiz arruinar, inda que contra sua consciencia. Porque se fôra zelo da fé, devia dizer o que de mim sabia, quando logo cheguei a este reino, e não cinco mezes depois. E se elle vae a França, d'ahi

passará a Roma, que é o que tanto deseja, como já pretendeu estando com o marquez, para livrar-se do habito que traz, ou alcançar bullas para ter pensões com que sustentar quem elle quer e ama, como é publico.

Não fallo em lhe haver emprestado em França tres dobrões e haver-lh'os pedido n'esta cidade, pelo mez de agosto, com algum enfado; porque o referido basta para que se conheça o odio que me tem, e que eu lhe perdôo de todo o meu coração, para que Deus se lembre da minha miseria.

Outro meu inimigo mortal é um Jorge de Sousa da Costa que foi alcaide n'esta cidade, porque foi um dos da primeira conjuração do jantar de S. Germão, a que se accrescenta haver eu dito d'elle tinha parte de christão novo, como é notorio. E ultimamente estando eu com o marquez de Niza na ceremonia de dar o habito de Christo ao filho de Viola d'Albis, que morreu na tomada de Salvaterra; e vendo o dito Jorge de Sousa como o abbade do convento de S. Germão de Paris fazia caso de mim, na livraria em que estavamos, porque me conhecia, se começou a rir e zombar, de que eu enfadado me cheguei a elle, e lhe disse que o aguardava no campo, para lhe mostrar de quem se zombava. E porque elle não quiz sair ao desafio, eu o desacreditei de cobarde, e disse aos criados do marquez o que passava, para envergonhal-o. D'isto sabe o marquez, que estimou muito o que eu fizera, porque n'aquelle tempo lhe estava pouco affecto por seus vicios, e sair de noite fóra de casa, e o sabe tambem frei Antonio de Serpa, Miguel Botelho, Fernão Marinho, José Henriques, e todos os mais, porque foram e são coisas publicas.

Para vingar-se de mim, se fez amigo de Simão Lopes Manuel, e de Diogo de Pereda, que sabia eram meus inimigos declarados, communicando-se com elles por cartas, e quando foi a Ruão onde esteve pousado em casa de Francisco Rodrigues Lobo, como já disse.

Outro inimigo meu é Alonso de Lope, mourisco expulso, que vive em Paris, e declarado castelhano, e contra Portugal em tudo o que póde; por cuja causa tendo eu noticia no anno de 1643, ou principio de 1644, que elle dizia da rainha e cardeal algumas familiaridades indecentes, dei d'isso conta ao conde da Vidigueira, pedindo-lhe licença

para que o arruinassemos. Elle o estimou muito, porém faltando uma testemunha, que lh'o foi declarar, tive com elle sobre esta materia grandes duvidas, e cheguei a dizer-lhe que lhe havia de dar de punhaladas, se me não dissesse quem lhe havia dito similhante coisa; elle houve por bem de o dizer, e desde aquelle tempo ficámos inimigos declarados. Sabe isto o conde da Vidigueira, e Antonio Moniz de Carvalho, que me fez queixa de eu lh'o não haver communicado, porque elle o houvera arruinado.

Outro inimigo meu é Simão Lopes Manuel, homem de natural preverso, e que com capa de christandade, tem feito infinitas maldades, e processos todos injustos. Com este homem não fallei em minha vida mais de tres ou quatro vezes, e a ultima haverá sete annos, vindo elle de Portugal, onde esteve preso no Porto, dizem que por espia. A causa d'este odio é haver-me feito uma traição abominada ainda de seus amigos e sequazes; porque sendo eu juiz arbitro de certas duvidas que havia entre Diogo de Pereda, e outros, para accordal-os na pretenção d'uns fardos de Ruão, elle foi o que serviu de medianeiro, dizendo que não era justo refuzar-me uma cousa, que eu tinha julgado; e ao mesmo instante foi fazer embargo nos ditos fardos. Eu me queixei d'este modo de proceder, a que elle respondeu que se lhe não dava de mim, sendo que elle foi o que me veiu buscar, para dizer-me era meu servidor, e que me conhecia por reputação e escriptos, e que desejava occasiões de servir-me. Enfadado eu de tão ruim termo, levei a causa a Paris, e n'elle alcancei sentença em que Simão Lopes foi condemnado em 200$000 réis de custas pelo injusto embargo, e nunca mais lhe fallei, nem de chapéo.

De seus procedimentos podem dar noticia Duarte Dias de Lisboa, morador n'esta cidade, que me disse lhe devia muita fazenda, sem lhe querer dar conta d'ella. João Garcia de Soares, que foi com o marquez de Niza, e andou com elle em demandas tres annos, até que alcançou sentença contra elle, de fazenda consideravel que lhe negava. Christovão Fernandes da Rocha, e todos os francezes de Ruão, que lhe chamam o Demandão injusto.

Não fallo em Paulo de Sena, nem em Diogo de Pereda, porque todos tres são um composto para todos os seus in-

tentos, a que ajuntaram um francez chamado Guenete, que foi caixeiro de seu cunhado Diogo da Fonseca d'Olmedo. Sabem, como já disse, Diogo de Pereda foi cabeça de bando contra mim no consulado.

D'esta inimizade sabem o marquez de Niza, e Antonio Moniz de Carvalho, ainda que se congraçava com elles com avisos de grande christão, e com mandar-lhes presentes de doces pelas festas, o residente Christovão Soares d'Abreu, e outros muitos além dos referidos.

Outro inimigo é Francisco Fernandes Martins, irmão de minha mulher, por que vindo elle de Madrid no fim do anno de 1647, quiz tomar a outra sua irmã, viuva, quatro ou cinco mil cruzados, de cujos reditos se sustentava; e havendo-lhe já dado 200$000 réis, me escreveu quizesse ir a Ruão impedir aquella violencia de seu irmão, o que eu fiz; e por este respeito viemos a mais palavras, de que nos não fallamos, e ficava em Ruão ao tempo da minha partida. Esta jornada a Ruão foi segunda feira da semana santa de 1648, e me tornei a Paris, passada a Pascoa.

Declaro que com o dr. Antonio Moniz de Carvalho tive em Paris algumas deferencias, e ainda que depois nos fizemos amigos, darei d'ellas noticia, pelo que póde succeder.

Pelo mez de maio, ou junho do anno de 1648, me communicou o dito Antonio Moniz certo discurso breve, que tinha feito, e que me pareceu que o assumpto era digno de publicar-se, lhe disse o augmentasse, e para isso lhe dei dois ou tres livros, de que podia valer-se. E por que eu fui n'aquelle tempo, dar liberdade aos portuguezes; quando vim o achei doente, e me deu o que tinha escripto, pedindo-me o visse para se imprimir. Fiz o que me ordenou, e o comecei a imprimir. E como os criados do marquez de Niza andavam buscando occasiões em que malquistassem a todos, tomaram d'aqui motivo para dizerem, que o livro era meu em odio de Antonio Moniz; e em meu odio lhe fizeram dizer, que eu dizia que havia feito o livro. De que resultou que Antonio Moniz me pediu um dia lhe désse um escripto meu, em que declarasse que o livro era seu, e que eu havia só assistido na impressão d'elle. E por que elle

queria que eu dissesse no escripto algumas palavras affrontosas, tivemos sobre isto palavras, e lhe dei o escripto na fórma que a mim me pareceu conveniente; porque de verdade o livro era feito por elle. Conheceu elle depois d'onde isto procedeu, e ficámos correndo em amizade, como d'antes; e fio eu tanto de seu bom natural, que me atrevo a dizer—estarei por tudo o que elle de mim disser. O livro é *França interessada com Portugal.*

E conhecendo eu que aos ministros d'este santo tribunal se deve fallar com todo o respeito, e reverencia, peço humildemente licença a v. s.as para dizer o que sinto do dr. Luiz Pereira de Castro, por haver achado n'elle, 10, ou 12 dias antes de minha prisão, uma vontade e estimação muito contraria ao que sempre n'elle tinha experimentado. Entendo deve proceder de que se lhe diria o que eu havia dito, quando foi da sua eleição para embaixador, que é o que se segue:

Perguntou-me certo ministro o que me parecia do dr. Luiz Pereira de Castro, e foi com tanta insistencia, que eu lhe disse, levado do zelo do serviço da patria, que me não parecia acertada, por muitas causas:

1.ª Por ser coisa impropria mandar um ecclesiastico letrado a tratar soccorros e negocios de guerra.

2.ª Porque havendo de ir, era necessario dar-se-lhe o titulo de bispo, para ter auctoridade.

3.ª Pelo odio que tinha com elle, mr. de Avaeux, e que seria de damno, no estado em que estava a França.

4.ª Por que 300$000 réis cada mez não eram bastantes para sustentar-se com luzimento, sem gastar da sua fazenda, o que elle não havia de fazer.

5.ª Por seu natural violento, de todo contrario ao humor dos francezes, e dos que com elles hão de negociar.

6.ª Por levar comsigo uma pedra de escandalo, coisa abominada n'aquellas partes, e que já lhe havia sido de grande descredito em Munster.

De sorte que eu a não approvava. E d'isto poderá dar noticia Pantaleão Figueira. E não nomeio o ministro por não ser necessario.

Fallando eu com o dr. Luiz Pereira de Castro, dez dias antes da minha prisão, na sala do palacio sobre haver-se

nomeado o dr. Antonio Raposo por secretario da embaixada, elle me respondeu de maneira, que fiquei sem sentido. E, o que elle me disse, poderá dizer o ill.^{mo} bispo conde, a quem o referi, com algum sentimento, na janella da junta dos tres estados. E affirmo a v. s.^{as}, pelo miseravel estado em que meus peccados me tem posto, que, *a não ser eu tão zeloso do serviço da patria, que tive pensamentos de me passar a Castella, e d'ali a morrer por esse mundo, só para não ouvir similhante coisa da bocca d'um ecclesiastico, que em sua casa, e fóra d'ella me tratava sempre com tanta estimação.* Faço esta lembrança, para que se avaliem seus avisos como eu mereço. Sem embargo do que, reconheço n'elle todas as partes, e qualidades que se requerem para o cargo que exercitar e tenho por sem duvida, que sua negociação será de grande utilidade a este reino, pelo estado da côrte de Paris.

Esta declaração, feita com toda a verdade, e com bastantes lagrimas e suspiros, peço a v. s.^{as}, com toda a submissão e respeito, sejam servidos mandar se junte a meu processo para servir-me no que houver logar. E posto que no tocante aos tempos, podéra ser com mais certesa, se tivéra o jornal da minha vida e occupações; comtudo vae feita oito dias mais ou menos, segundo póde minha affligida memoria. Esperando da justiça e misericordia que v. s.^{as} usam com todos, que o antecipal-a eu, antes de saber a causa de minha prisão, me sirva de algum alivio e descargo aos castigos que aguardo, e merecem meus grandes peccados. Isto mesmo havia já declarado em principio de dezembro de 1649. «E acabo de escrever em 19 de janeiro de 1650.»

VI

Os leitores terão conhecido quanto é importante a *Declaração*, ou narrativa da sua propria vida, desde que foi para França, feita pelo infeliz Manuel Fernandes Villa Real; por esse escripto se podem apreciar em grande parte os serviços que elle prestou ao paiz, e como era um espirito esclarecido. Era justo que morresse. Villa Real era superior á maior parte dos portuguezes do seu tempo: a cultura do seu espirito, o trato que tivera com pessoas de saber, e de idéas desempoeiradas; o seu viver, por muitos annos, em

paiz mais civilisado, naturalmente deviam suscitar-lhe invejosos; e como, effectivamente, era christão novo, facil seria a vingança aos animos acanhados.

Viram os leitores que Villa Real, quatro mezes depois de chegar a Lisboa, no anno de 1649, foi chamado á mesa da inquisição, por causa de uns livros prohibidos que trouxera de França. Escapou d'esta cilada felizmente. A inquisição largou a sua presa; coisa rarissima! Villa Real descançou na franquesa d'este procedimento e confiou nas boas relações que tinha e no facto de receber uma commissão para ir a Paris, como se vê da sua *Declaração*, e continuou a residir em Lisboa, descuidoso de seus inimigos, e da sanha d'aquelle santo tribunal, que á similhança do tigre, recolhia as garras, para com mais segurança se apossar da sua victima.

A 30 de outubro do mesmo anno, é preso Villa Real, e d'esta vez, a inquisição não largará a victima. No acto da entrada no carcere era costume dar busca aos presos; e dada a busca a Villa Real, acharam-se-lhe, em dinheiro, 2$060 réis, e dois anneis, um com uma pedra vermelha, e outro com dois pequenos diamantinhos. O mandado de captura diz: — «preso a bom recado, com cama e mais fato «do seu uso, e até 20$000 réis, em dinheiro, para seus «alimentos» — e á margem, diz o mandado — «sem seques«tro de bens.»

Nas primeiras declarações, que Villa Real fez perante a mesa, dissera elle que possuia 1:500 volumes, mas que só trouxera comsigo uns 500, para se entreter no inverno, e que os não pôde escolher pela pressa da partida, e por causa dos tumultos que então havia em França entre o rei e o parlamento (a chamada guerra da *Fronde*).

O promotor do tribunal disse, na sua petição contra Villa Real: — «....Sendo muito para reparar que entre os 500 vo«lumes que o delato trouxe de França, afim de entreter o «inverno (sentia-lhes o fogo que merece) (*sic*) haja tantos «hereticos e prohibidos, etc.»

Já se vê que o promotor concluia, requerendo a prisão do delato. Os inquisidores variavam; — Luiz Alves da Rocha declarou que já havia culpas, e era Villa Real vehemente suspeito; a Pedro de Castilho e Belchior Dias Preto pareceu que nada havia contra elle, em vista das suas respostas; mandaram, pois, juntar os autos, e que fossem novamente vistos.

No assento de 7 de outubro, Pedro de Castilho votou ainda a favor de Villa Real, e a mesa conformou-se com o anterior assento, no qual tratavam Villa Real de «homem «atrevido e insolente, muito respeitado entre os da sua na«ção, e tão presumido que ousou escrever sobre materias «tão alheias da sua profissão.»

O crime de Villa Real não era tanto trazer de França livros prohibidos, como ter escripto o que intitulou *El Politico Christianissimo*, e tambem *Epitome Genealogico*, que sob ambos os titulos foi publicado em Pamplona, no anno de 1642, livro que tem por fim exaltar os meritos do cardeal de Richelieu. Na *Declaração* publicada, já viram os leitores a historia d'este livro, no qual Villa Real aventou, com effeito, proposições que, em face da inquisição, eram atrevidas e mal soantes, porque tendiam a defender a liberdade de consciencia, e a condemnar os excessos do santo tribunal.

Para que se aprecie o espirito da obra de Villa Real, e o dos censores inquisitoriaes, transcreveremos algumas das proposições censuradas, e que se mandaram riscar do livro. Escreveu, pois, Villa Real:

«Porque, coisa é *menos conforme* á razão, do que querer fazer de complices, prophetas, e de delictos, enigmas; que *por um erro* se castigue a fazenda, não a propria, senão a alheia, a de sua mulher, a de seus filhos, que não são culpados? É antes appetecer riquesas do que desejar emendas.

«Houvera sido maior prudencia moderar tanto rigor, *não querendo dar luz a uma alma cega com um processo ás escuras*, com uma prisão tenebrosa e dilatada» — e mais adiante—«..... *que os que melhor discorrem teem conhecido que, em quanto o odio e a ambição acompanharem os ministros, nem os subditos viverão seguros, nem a monarchia gosará felicidade.*»

Algures, diz tambem Villa Real—«a palavra dada ao ini«migo da religião deve ser observada.»

Já se vê que estes principios, e muitos outros enunciados na obra *El Politico Christianissimo*, denotavam um espirito claro e muito superior ao da gente do seu tempo, em Portugal. Era com effeito grande audacia escrever que

mal se podia dar luz a uma alma cega, por meio do terror, e que era horrivel levar o castigo dos crimes até á ultima geração dos criminosos. O codigo criminal da inquisição não supportava estas demasias liberdadeiras; portanto o ousado que as aventava devia soffrer cruel punição.

O censor, padre mestre fr. Ignacio Galvão, dizia na sua censura ao livro de Villa Real, que o axioma de boa moral —a palavra dada a um inimigo da religião deve ser observada—favorecia a heresia!

Que moral a d'este padre! Era a da gente d'esse tempo.

No meio de tantas aberrações, apparece porém uma censura sensata, encontra-se um padre discreto, que muito devia confiar na opinião que de si formavam os seus companheiros, para se aventurar a ir de encontro ao pensar de tantos energumenos, de tantos fanaticos ineptos. Esse frade é o dominicano fr. Pedro de Magalhães, o qual na sua censura, se exprime n'estes termos:

«Parece-me que as proposições do papel não merecem censura theologica, porque ainda que ellas todas são contrarias aos procedimentos rigorosos do santo officio d'estes reinos, como estes não são artigos de fé, senão juizos de homens, fica fóra da censura da fé o estranhal-os, como estranham ainda os mais catholicos da curia romana.»

Fr. Pedro de Magalhães era frade do convento de S. Domingos, de Lisboa, e, segundo diz Barbosa Machado, homem muito douto, e tido em grande estimação pela sua vida exemplar. Exerceu o cargo de inquisidor geral, por algum tempo, depois da morte de D. Francisco de Castro. Era preciso que tivesse muita auctoridade para assim affrontar os procedimentos do santo officio. Emfim é consolação ver alguem do pavoroso tribunal sustentar a boa jurisprudencia; fr. Pedro de Magalhães foi sempre favoravel a Villa Real; até ao fim votou a seu favor.

VII

A primeira denuncia dada no santo officio contra Villa Real foi do padre fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo. Bem rasão tinha elle para dizer que esse frade era seu ini-

migo capital. O miseravel franciscano, que já tinha sido jesuita, tratou de comprometter quanto pôde a Villa Real; nem poupou o marquez de Niza, do qual disse que favorecia muito o seu antigo hospede. Depondo fr. Franciscó sobre o livro que Villa Real trouxera de França, disse o seguinte:

«Disse mais, que quando viera de França, como dito «tem, trouxe o dito Manuel Fernandes Villa Real para esta «cidade quantidade de livros hereticos e muito perniciosos «á nossa santa fé, e *não sabe que authores eram*, nem *que «materias*, porque o dito Manuel Fernandes os trazia com «resguardo.»

É evidente que o frade jurava do que não sabia. Se ignorava quaes eram os auctores e qual a materia dos livros, como dizia que eram hereticos? Indigno frade, abjecto ecclesiastico, infamissimo homem!

Isto denunciava fr. Francisco de Santo Agostinho, em 15 de outubro, e aos 22 do mesmo mez foi chamado á mesa da inquisição, onde, na primeira vez, comparecera voluntariamente como vil denunciante, e não como testemunha.

Na segunda denuncia disse o frade o seguinte: — «Disse que depois de vir a esta inquisição *denunciar* sobre coisas tocantes a Manuel Fernandes Villa Real, ouviu dizer a um ministro, e é publico, que sua magestade o mandava a França a negocio com grande ordenado, e para que volte a esta côrte dentro em seis mezes; e receia ella testemunha, com grande fundamento, que elle leve papeis e recados ordenados contra o santo officio, a ver se o podem decompor; e que em Nantes fallou com elle testemunha um christão novo, a que não sabe o nome, que diziam ser advogado, morador em Monforte, da provincia do Alemtejo, e lhe disse que elle se ia d'este reino com medo de ser preso, mas sem rasão, segundo dizia, e que a gente da nação d'este reino tinha posto em Roma duzentos mil cruzados para se intentar alcançar perdão e procurar que no santo officio houvesse abertas e publicadas, e lhe destruir seus procedimentos; e que em França havia de escolher companheiro para irem tratar a Roma estes negocios, e que agora, presume elle testemunha que poderá o dito Manuel Fernandes Villa Real assentar-se em França com o dito advogado de

Monforte para conseguirem seu intento, por quanto, em França ouviu elle testemunha muitas vezes dizer ao dito Manuel Fernandes Villa Real, que era necessario haver no santo officio abertas e publicadas. E o mesmo dizia ao marquez de Niza, então embaixador n'aquella côrte, e lhe pedia com instancia que escrevesse a el-rei Nosso Senhor, e lhe pedisse que favorecesse a gente de nação, para que tivesse no santo officio abertas e publicadas; mas o marquez era de contraria opinião e nunca lhe deferiu, posto que dizia o marquez *que era justo que á gente de nação se lhe fizessem outros favores.* (Aqui tem o depoimento uma nota á margem por letra do promotor, que diz assim: — *O marquez é fautor da gente de nação*). E pelo que ouvia ao dito Manuel Fernandes Villa Real n'este particular, e em outros, o tinha em conta de homem que professava a lei de Moysés; e assim o dizia de ordinario, e lhe ouvia elle testemunha; e reparava o mesmo marquez em o dito Manuel Fernandes Villa Real ir ter as semanas santas a Ruão, onde tinha sua mulher, dizendo que o dito *Manuel Fernandes Villa Real devia ir comer o cordeiro pascal* com seus amigos, na cidade de Ruão, na qual ha muitos judeus declarados e publicos, e que isto é o que tem que dizer por lhe parecer que tocava a esta mesa, e *já estava* para o vir declarar n'ella.»

A perversidade do famoso franciscano, que defendeu theses *de omni scibili*, durante tres dias, na cidade de Venesa, mas que não sabia francez, como affirma Villa Real, está bem comprovada nos factos de ter sido o denunciante, e de taxar de hereticos livros de que confessa não ter nenhum conhecimento; ora, o depoimento, como testemunha, é egualmente infame; tudo se baseia em supposições, malevolamente deduzidas para o manifesto fim de perder o seu antigo companheiro em Paris. Estes factos eram geralmente ignorados, e fr. Francisco de Santo Agostinho, senão era tido na conta de um religioso observante, não se pensava mal do seu caracter, a tal ponto, que se suspeitasse capaz de tamanhas infamias.

Admirem a *Encyclopedia viva*, como chamaram a fr. Francisco de Santo Agostinho, mas estampem-lhe na face o ferrete de vilissimo denunciante; extasiem-se com os tres dias das conclusões sobre o todo saber humano, e com os *rugidos litterarios do leão de S. Marcos*, que duraram tres

dias, mas horrorisem-se d'esse infame frade, que deshonrou o seu habito e a sua religião.

Manuel Fernandes Villa Real disse, na sua *Declaração*, que fr. Antonio de Serpa, franciscano da provincia da Piedade, capellão do conde da Vidigueira, era religioso de muita virtude e exemplo, e que estava pelo juizo que elle fizesse da sua vida e costumes. Pois fr. Antonio de Serpa compromметteu Villa Real pelo modo mais vil.

Fr. Antonio de Serpa depoz em Coimbra; era religioso do convento de Santo Antonio dos Olivaes; nas suas declarações abusou das relações intimas que tivera em Paris com Villa Real; falla do livro de Antonio Gomes Henriques, morador em Ruão, destinado a dar no santo officio. Declarou que ouvira em casa do marquez de Niza dizer a Villa Real, que os inquisidores se enriqueciam com a fazenda dos christãos novos, e disse tambem que ouvira ao padre Vieira (o celebre jesuita Antonio Vieira) em casa do marquez, que era conveniente haver em Portugal synagoga de judeus, porque tambem a havia em Roma. Que Villa Real se jactava de ser da tribu de Levi; e que, ainda que não era propheta, era do sangue dos prophetas. Confessa que ouvira estas coisas, por tratar com elle muitas vezes em casa do marquez de Niza, e acaba por dizer que o tem por *grande judeu*. Sobre a vinda de Villa Real para Lisboa, disse que era com o intento de obter alguma occupação ou proveito, que lhe désse o rei.»

Eis aqui o homem de virtude, cuja opinião Villa Real queria que fosse recebida. Era um frade hypocrita e refalsado. Mas toda esta gente não admira que tivesse *tanta religião* e tão pouca moral; se n'esse tempo a moral era uma coisa mui diversa da religião. Atraiçoar um homem, denuncial-o por crime que o leve á morte, é grande vilania, conforme a moral de todos os povos cultos, mas conforme a religião dos inquisidores e dos fanaticos, é um acto que póde abrir as portas do ceu ao infame que assim procede.

Estes dois frades foram os que mais deram em Villa Real. O marquez de Niza portou-se cobardemente; não soube amparar o homem com quem convivera e que bons serviços lhe prestára. Naturalmente queria as boas graças do tremendo tribunal, sem embargo da sua prosapia e da sua posição na côrte.

Um João d'Aquila, rapaz de vinte annos de edade, meio

oitavo de christão novo, reconciliado no auto de 28 de janeiro de 1650, depondo contra Villa Real, deu em muita gente.

É notavel o depoimento de um Miguel Carvalhosa, preso no santo officio, e visinho do carcere de Villa Real; disse elle, que Villa Real tinha a falla delgada, fallava ás vezes latim e repetia versos.

Em outro depoimento, allude a Duarte da Silva, cujos filhos *foram a tormento*, e um d'elles fôra para as Escolas Geraes *curar-se* e *tomar banhos ou suores*.

Nas Escolas Geraes eram os carceres para onde iam os que deviam ser cathequisados na fé, e ahi estava tambem a enfermaria.

Seguem-se folhas e folhas de depoimentos de guardas dos carceres sobre os jejuns judaicos, observados por Villa Real; sobre lavar-se, pentear-se e lavar a cara, tomar agua na boca e fazer a barba, nas quintas feiras, sobre vestir camisa lavada e concertar as candeias ao meio dia das sextas feiras. Estes actos eram proprios de judeus, e os guardas por uns buracos, a que chamavam *vigias*, que em todos os carceres havia, observavam o viver dos presos, e estes depoimentos eram dos mais perigosos, porque os presos eram perguntados sobre os jejuns, abluções e outras praticas que tinham nos carceres, e isto embaraçava-os muito e compromettia os por modo, que não acertavam com as rasões de se justificarem.

Na inquisição, os presos eram opprimidos com declarações e confissões que lhes extorquiam por todos os modos, ainda os mais traiçoeiros, e pela tortura. Nos autos d'este processo, de que tratamos, encontram-se repetidos depoimentos e declarações de Villa Real; e com effeito, foi variante e revogante, confitente e diminuto, falso e simulado conforme a terminologia do honrado tribunal. Villa Real ora se declarava christão, ora judeu, ora se confessava arrependido, ora insistia na crença de Moysés.

No meio, porém, das suas vacillações, conhece-se que tinha a consciencia da sorte que o esperava, e que apenas empregava os esforços naturaes para sair do sanguinoso labyrintho, em que fôra envolvido pela denuncia do infame franciscano fr. Francisco de Santo Agostinho, ou de Macedo.

Os extractos das declarações e confissões de Villa Real,

que vamos apresentar aos leitores, são curiosos, porque significam a luta de um espirito superior, recorrendo a todas as artimanhas, mas conservando intacta a sua fé, com os impassiveis e crueis inquisidores.

Pela sua primeira declaração, vê-se que Villa Real foi filho de Francisco Fernandes Villa Real, natural de Villa Real, que teve loja de fanqueiro, no seu principio, na Fancaria de Cima, e depois tomou o contrato das terças e o do priorado do Crato. Villa Real foi casado com Isabel Dias, e d'ella houve uma filha, Violante, que contava 13 annos, ao tempo do processo do pae; mãe e filha residiam em Ruão. Foi baptisado na freguezia da Conceição; depois chrismado. Morava na rua das Mudas.

Vamos agora ver as declarações contraditorias de Villa Real, e que encerram muita curiosidade. Na primeira disse elle:

«... tanto que, elle declarante, teve edade e chegou a annos de discrição, ia á egreja ouvir missa e se confessava e commungava, e fazia as mais obras de christão; e logo, posto de joelhos, se persignou e disse as orações do Padre Nosso, Ave Maria, Creio em Deus Padre, e os mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre Egreja, e tornou a dizer a Salve Rainha. E que elle declarante não sabe sciencia alguma, mais que um pedaço de latim, e a lingua franceza e italiana, e tambem soube a mourisca, de que já anda esquecido.»

A respeito da sua vida, declarou o seguinte:

«Que elle declarante é natural d'esta cidade, como dito tem, e n'ella residiu até á edade de quatorze annos, e d'ella foi para Tangere com D. Jorge Mascarenhas, governador d'aquella cidade, onde esteve cousa de dois annos e meio, e depois de vir teve occupação no Alemtejo com as terças do reino e n'isto se occupou alguns mezes, e nas rendas do Crato, de que seu pae foi contratador esteve mais de tres annos; e, vindo para esta cidade, foi n'ella corretor dos reales, cousa de dois annos, e logo foi a Coimbra e a seus campos, com commissão da camara d'esta cidade, contra os que atravessavam trigo, por haver grande falta d'elle, e mandou a esta cidade alguns navios e caravellas carregados

d'elle, e n'isto gastaria cousa de tres annos; e depois foi a Castella, e esteve em Sevilha, Madrid, Malaga, e d'ahi passou a França, haverá onze annos, onde esteve, como dito tem, até haverá seis mezes, que entrou n'esta cidade em companhia do marquez de Niza, embaixador de França; e que em todas as ditas partes onde esteve, tratava com toda a pessoa, com quem tinha negocio, e lhe importava, e particularmente em França, onde era consul dos portuguezes, e lhe era forçado fallar com todos.»

Quando lhe perguntaram, se sabia a causa por que fôra preso, logo declarou que suspeitava que *fôra denuncia do padre fr. Francisco de Santo Agostinho*, ou de Macedo, porque era seu inimigo e jurara vingar-se d'elle, por desavenças que tiveram em França; que elle declarante o advertira de alguns excessos que lá commettia em fazer versos aos senhores de França, e dedicar-lh'os e pedir-lhes dinheiro; e ter o marquez de Niza obstado a que o frade fosse a S. Germão a pedir dinheiro á rainha, por lhe haver feito uns versos e uns papeis, de que tudo é sabedor o marquez e a sua familia.»

Depondo a respeito do seu livro *El politico christianissimo*, disse, que fr. Francisco de Santo Agostinho, a instancias suas, o *revira, que então o frade havia fugido da companhia*, e agora era frade da observancia de S. Francisco: e que o cardeal Mazarino tambem o reviu, assim como o embaixador Francisco de Mello, o seu secretario Antonio Coelho de Carvalho; e accrescentou—*E por o livro passar por tantas mãos lhe pareceu não tinha cousa defeza; porém confessa, que no sobredito, não quiz louvar o procedimento do santo officio, antes pretendia que se emendasse.*

A respeito de tratar com pessoas de fé suspeita, disse que elle escrevia a Amsterdam a Jacques Fernandes, a Jeronymo Nunes da Costa, Lopo Ramires tudo em negocios de S. M., e, em Anvers, a Duarte Nunes da Costa, agente d'el-rei.

Depois de negar tudo o que se lhe imputava, nas suas declarações que fez, nas audiencias, que acabaram em 29 de março de 1650, logo na de 30 do mesmo mez confessa, declara os seus cumplices, dá na mulher, sogra, cunhada, etc.; e dizia que tanto desgosto tinha de ver sua mulher entregue á lei de Moysés, que, por vezes, chegou a desejar

a morte, e que no mais vivia muito de accordo com a mulher, e que por aquella causa se ausentára para Sevilha.

Confessa, depois, que em Ruão convivera com varios christãos novos, e principalmente com João Rodrigues de Moraes, natural do Porto, Diogo Henriques Cardoso, que foi reconciliado no santo officio, e Antonio de Caceres, e que no principio do anno de 1639, obrigado do que os ditos fizeram e lhe disseram, e obrigado do modo e liberdade com que os tres alludidos e outros viviam na cidade de Ruão, se resolvera a *deixar a fé catholica*, e passar-se á lei de Moysés. Menciona todas as pessoas com quem celebrava as ceremonias judaicas, mas todas estavam ausentes do reino e fóra da alçada do santo officio.

Depois do 2.º termo da confissão de Villa Real, acha-se uma declaração do inquisidor Luiz Alvares da Rocha, de que merece credito a confissão de Villa Real. Duraram quatro dias os depoimentos, e o mencionado inquisidor sempre, depois de cada depoimento, declara que se deve dar credito ás confissões. Era costume os inquisidores fazerem um assento sobre o credito que davam ás declarações dos presos, á maneira que as iam ouvindo.

Nas declarações de 5 de abril, quando lhe perguntaram porque recebia os sacramentos, no tempo em que andava apartado da fé, disse, que *se confessava e commungava algumas vezes por cumprimento ao mundo, e por parecer catholico*, porque em França se não faz rol das confissões.

Declarou, que sempre andára vacillante na fé de Moysés, e que resolvera apresentar-se ao santo officio, quando viera para Lisboa; mas que não se apresentou, porque parece que seus peccados lhe causaram medo, com que não ousou vir ao tribunal fazer sua confissão, e, para prova d'isto, menciona a conversa que tivera a esse respeito com o marquez de Niza, ao qual expozera o receio de que seus inimigos o compromettessem, chegando aqui, ao que o marquez observára que se apresentasse ao tribunal, porque se o fizesse francamente, tudo seria sanado, como acontecera ao advogado Francisco Lopes Henriques, que, tendo fugido para Castella, se apresentou depois, confessou e anda solto.

Seguem-se infinitas perguntas ácerca dos jejuns judaicos e guarda do sabbado, tudo passado no carcere, mas sem se lhe declarar o local onde observava esses preceitos da lei de Moysés.

Nos embargos dos contradictores, declara o advogado de Villa Real, que Francisco Luiz Rabello, uma das testemunhas, era seu inimigo, porque Villa Real *requestara uma freira do convento de Sant'Anna, que antes fôra amante do dito Rebello.*

Á outra testemunha, Roque Mons, francez, contradictou, dizendo que era tambem seu inimigo, porque se persuadiu que Villa Real lhe galanteara a mulher; e diz o advogado —«que, com effeito, o réo foi a casa do dito Mons algumas «vezes, e teve escriptos da mulher» o que o contradictado soube, e resolveu vingar-se, para o que não teve opportunidade; mas foi queixar-se ao secretario d'estado Pedro Vieira da Silva, dizendo que o réo fallava mal dos ministros de França.

Pediu Villa Real declaração dos logares em que as testemunhas lhe formavam culpa dos jejuns; mas o promotor respondeu que fôra n'esta cidade de Lisboa, porém não especificou o logar.

O réo contradictava testemunhas ao acaso, e allude a pessoas que não figuram no processo, como o capitão do navio em que veiu de França e outros.

Tal era a ordem do processo inquisitorial; todos os meios legitimos de defesa eram coarctados, de modo que os réos não acertavam, em tal labyrintho, com o fio que podia salval-os, querendo depor a verdade. É porque a inquisição, como diz Villa Real, no *Politico christianissimo*, queria fazer de delictos enigmas, e só buscava victimas, e não almas a quem quizesse dar luz.

Prosegue o processo, e aos 18 de novembro de 1652, acha-se uma confissão de Villa Real, na qual se lê o seguinte:

«Disse, que elle réo tinha feito sua confissão n'esta mesa, á qual se reporta e a ratifica, por ser inteira e verdadeira, posto que, quando a fez, não apartou do seu coração a crença da lei de Moysés, por entender que n'ella se havia de salvar; e que de novo declara, que a dita crença da lei de Moysés lhe durou até esta hora, o que, para assim ser, ajudou muito o ter por seu companheiro no carcere a Francisco Gomes Netto, x n. natural de Extremoz, com o qual se declarou muitas vezes na crença da lei de Moysés.»

. . . . . .

Depois vae confessando os jejuns judaicos que fizera, as abluções e mudança de roupa e fato nas sextas-feiras, e declara que, nos dias de jejum, atirava a carne aos gatos.

Tambem declarou que, com a gordura da carne, sisco da casa, e caliça fizera um modo de bitume com que atochava os buracos das estacas que tinha na parede, para poder mais livremente escrever e pintar algumas cousas, por seu passatempo; e que tambem se subiu ao estrado, que para isso impinou, e tapou os buracos que achou na abobada do quinto carcere do corredor meio novo, estando em companhia do dito Francisco Gomes Netto, depois de haver sete mezes que estavam n'aquelle quinto carcere; e o mesmo fez no outro carcere para que fôra mudado; confessou tudo, e de tudo pediu perdão.

VIII

Como os leitores tem visto, Villa Real vacilla nas suas declarações e confissões. Como o naufrago, busca qualquer fragmento da nau para salvar-se; todavia, a crença de Moysés subsiste no seu coração, como se verá até final.

Mas o infeliz está desde este momento irremediavelmente condemnado: descobriu o segredo das vigias dos carceres, ha de morrer. Grande perigo haveria para os rectos procedimentos do santo officio, se este réo escapasse com vida, porque delataria os segredos do horrendo tribunal. Dizem-n'o os inquisidores, como se vae ver pelo assento de 21 de novembro de 1652, lavrado logo depois da ultima confissão de Villa Real.

Diz o assento:

«E o que mais se nota na fé do notario, depois da dita ultima confissão, dizendo que, com effeito, confessava o que fizera exteriormente, e *não o que lhe ficava no coração* (note): dando evidentes signaes da sua impenitencia, o que muito se ajuda *com ser o réo habil e muito presumido de sabio*, e que portanto não deixará a crença da dita lei, que tantos annos tem guardado, e communicado com tantas pessoas, *sem querer dizer de seus irmãos, que tem n'esta cidade, nem de pessoa alguma que n'ella resida.* (Isto seria crime, ou honra?): *E ser tão manhoso que atinou com os*

buracos das vigias dos carceres, e tapou os da quinta casa do meio novo, e da primeira do pateo do cano; e tambem viu e advertiu nos da nona do pateo novo, estando em todas estas, já em companhia do dito Francisco Gomes Netto; *e portanto causaria notavel prejuizo ao ministerio do santo officio, publicando e descobrindo o segredo das vigias, que é de tanta importancia, podendo-se temer com toda a certeza que seria o réo (escapando) de grandissimo damno ao tribunal da inquisição* e seu *justo procedimento*, o que muito se devia e deve attender, *ainda no caso que este réo podesse chegar ao estado de escapar com vida.* Mas que antes de se executar este assento, seja com os autos levado ao conselho geral; na fórma do regimento. E assistiu pelo ordinario, com sua commissão, o deputado bispo de Targa —Pedro de Castilho, Belchior Dias Preto, Luiz Alvares da Rocha, F. bispo de Targa, Francisco de Miranda Henriques, Estevão da Cunha, João Delgado Figueira, Manuel Côrte Real de Abranches.»

Poremos aqui os nomes dos inquisidores que lavraram e assignaram este assento, que só por si bastaria para a condemnação d'esse horrifico tribunal, nodoa eterna da egreja portugueza.

Subiram os autos ao conselho geral, e ahi foi confirmado o assento pelos inquisidores Pedro da Silva e Faria, Francisco Cardoso de Torneio, Sebastião Cesar, Pantaleão Rodrigues Pacheco, e Diogo de Sousa.

Juntem estes nomes aos dos outros acima mencionados; outras tantas feras inquisitoriaes.

Aos 29 de novembro, foi o notario do santo officio ao carcere notificar Villa Real, que no 1.º domingo seguinte, que se havia de contar o 1.º dia de dezembro, iria ao auto publico da fé ouvir sua sentença, pela qual era relaxado á justiça secular: e logo lhe foram atadas as mãos, na fórma costumada, por um guarda, e ficou em sua companhia o padre Matheus de Figueiredo, jesuita.

Quando os réos eram condemnados á morte, logo que se lhes fazia a notificação para irem ao auto ouvir a sua sentença, se lhes amarravam as mãos, e assim estavam até que se executasse a sentença, o que duraria pelo menos tres dias!

IX

O dia 1.º de dezembro de 1652 foi um grande dia. O rei D. João IV, a rainha D. Luiza, e seus filhos, o principe D. Theodosio, que contava 19 annos de edade, e falleceu no anno seguinte, a infanta D. Joanna, que tinha 17 annos, e falleceu no anno seguinte, a infanta D. Catharina, que foi mulher do rei Carlos II de Inglaterra, e levou em dote Bombaim e Tanger (!) o infante D. Affonso, que contava 9 annos, e succedeu na corôa, de que foi despojado, o infante D. Pedro, que contava 4 annos, e succedeu a seu irmão, a quem roubou a corôa e a mulher — solemnisaram o famoso anniversario da restauração do reino, e a posse da corôa, que a familia de Bragança tanto solemnisou sempre, com o esplendido auto de fé, em que saiu Villa Real, o portuguez benemerito, que tantos serviços prestára ao throno e ao reino.

Sairam n'este auto 28 homens e 22 mulheres penitenciados, e 4 homens e 1 mulher relaxados em carne, e 2 estatuas, uma de homem e outra de mulher, defunctos nos carceres. Ali iam pessoas desde a edade de 17 annos até á de 80. Era um espectaculo vistosissimo, e que aquelles bons portuguezes, desde o rei até ao lava-peixes, o officio mais infimo, consideravam altamente edificante e patriotico. Os penitenciados nem todos eram judeus; contavam-se uns dois, por tratarem de descobrir os segredos do santo officio, e outros tres por sodomitas; todos estes tiveram a pena de açoites, ou galés e degredo.

Para que os leitores apreciem o que era uma ceremonia d'estas, vamos traduzir o preambulo de uma lista do auto de fé, de 10 de maio de 1682, impressa na lingua hespanhola, em Madrid.

Naturalmente os fieis de Madrid, deviam folgar de saber estas noticias. Eis aqui o que se lê na referida lista:

«Havendo mandado o tribunal do santo officio de Lisboa publicar auto geral da fé, assignalando, para a sua celebração, domingo 10 de maio d'este anno de 1682, foram-se dispondo as cousas necessarias para um acto de tanta circumspecção e exemplo, procurando os ministros d'aquelle

santo tribunal, que a seu cargo tiveram este cuidado, não faltar á menor circumstancia para dar o maior luzimento a tão grande funcção, a contento de quantos com zelo catholico a esperavam.

«Alguns dias antes, foram mandando para a cidade de Lisboa todos os réos que se achavam nos carceres, e cujos processos estavam conclusos.

«Ao mesmo tempo, se foi fabricando no Terreiro do Paço grande cadafalso, que havia de ser theatro dos desaggravos da fé, e terror dos inimigos d'ella, os quaes, cegos nos seus erros, se apartam do redil da egreja e rebanho de Christo, redemptor e senhor nosso.

«Achando-se já tudo prevenido, e chegada a vespera de tão celebre dia, pela tarde saiu a procissão da fé que se compoz de todas as communidades religiosas, da nobreza do reino, fidalgos e cavalleiros, que n'este dia ostentaram o seu zelo catholico, e a limpeza do seu sangue, pois sobre as insignias militares de Christo e de Aviz, que ornavam seus peitos, collocaram fervorosos a de S. Pedro Martyr: estimando mais a nobreza da fé, que este santo tribunal communica, que a adquirida e antigamente herdada.

«Precedia tão magestoso acto a cruz verde, coberta com um rico veu preto, produzindo a sua divina presença dois effeitos mui contrarios, pois aos olhos catholicos apparecia com tão veneravel magestade e benignidade, que a consideravam, devotos e enternecidos, como o estandarte de Christo, bandeira da Fé, erario dos thesouros do Altissimo, fonte perenne de cinco copiosissimos raudaes, cujas aguas regam e fertilisam todo o jardim precioso da egreja catholica, e arvore sagrada da vida bemaventurada e eternamente ditosa; em quanto que aos inimigos da fé apparecia formidavel e terrivel, vendo n'ella a espada da divina justiça, que justamente irritada ameaçava rigorosa a sua tenaz perfidia e nescia incredulidade.

«A esta santissima cruz precedia a cruz branca, que ía no meio de um esquadrão, galhardo e luzido, e fortemente armado, que ía marchando em boa ordem militar. E d'esta fórma chegou a procissão até ao cadafalso, e, subindo pela escada do lado esquerdo, e cruzando todo o pavimento, foi passar por diante do altar, que estava ricamente composto e primorosamente adornado, todo circumdado de grande copia de lumes, de vellas menores, e de tochas de quatro

pavios, e parecia se abrasava em soberanos ardores, e zelo fervoroso da honra de Deus.

No altar se collocou a santa cruz verde, e ficando na sua guarda e na do altar os insignes filhos do grande zelador da Fé, S. Domingos, que toda a noite passaram entoando os divinos louvores, e desde o romper do dia seguinte celebraram as missas, a que o tempo deu logar, até chegarem os réos, que se deu principio ao auto.

«A santa cruz branca não se demorou no tablado, desceu pela escada da direita, e no meio do esquadrão militar foi levada até ás fogueiras, onde a collocaram em logar decente; e na sua guarda ficou uma boa esquadra de soldados, dividindo-se os outros em duas guardas, uma para a inquisição, e outra no tablado.

«Chegado o domingo, que anciosamente esperava muita gente, que povoava todas as ruas por onde deviam passar os réos, sairam estes pelas seis horas da manhã, dos carceres, assistidos de ministros do santo tribunal, e acompanhados pela tropa; e pouco a pouco foram conduzidos ao tablado, que fôra construido com a capacidade necessaria para a muita gente, que devia figurar n'elle, com duas escadas, de pulida fabrica: pela da direita subiu o santo tribunal para occupar os seus logares, que estavam adornados de ricas telas. No corpo mais elevado estavam os senhores inquisidores, debaixo de um docel de inestimavel valor. De um e outro lado havia palanques todos doirados, que occuparam os consultores, commissarios e outros ministros do santo officio; e no plano immediato estava o altar, com a sagrada cruz verde da fé. Pela escada da esquerda subiram os réos, acompanhados dos ministros que os levavam a seu cuidado, e tomaram logar n'outros palanques que ficavam fronteiros ao santo tribunal; e ahi se sentaram. Logo começou a funcção; dizendo-se a missa, e lendo-se as sentenças dos varios réos.»

Aqui tem os leitores a pompa e o apparato d'estas funcções, que tanto entretiveram os nossos paes, e eram a gloria d'este malfadado paiz durante tantos annos.

X

Manuel Fernandes Villa Real, achando-se no auto, pediu mesa; isto é, pediu para fazer novas confissões. Os santos inquisidores nunca indeferiram este requerimento, mas, por via de regra, era mais um esforço baldado dos infelizes para escaparem á morte, que viam diante dos olhos, e ás vezes bem horrivel, qual era a do fogo em vida.

As confissões de Villa Real, n'este extremo momento, são muito curiosas. Antes porém, vejamos alguns dos fundamentos da sentença que o condemnou como incurso no crime de heresia e apostasia, convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto e impenitente.

A sentença, depois de dizer que Villa Real era fautor de heresias, que se declarava israelita e descendente de prophetas, que tratava com judeus publicos, correspondendo-se por cartas com o archi-synagogo dos judeus (o famoso rabino El Hanau Manasseh ben Israel), que lia livros prohibidos, e celebrava as ceremonias judaicas, continua assim:

«E fazendo um livro que imprimiu, tratando n'elle varios assumptos, um dos quaes era favorecer os que commettem erros contra a fé; persuadindo ser bom meio para estabelecer a fé, haver nos reinos e cidades controversias publicas, approvando por este modo em uma parte os erros publicos, e em outra os occultos. Dizendo que os principes não podem impedir os que, sem escandalo e máo exemplo, vivem em suas seitas, e persuadindo outrosim que se dissimulem os desacatos feitos á religião. Reprovando que algum principe altere com rigorosa ordem da religião; e querendo o réo, que ainda que falsa se conserve. Mostrando ser de opinião que haja liberdade de consciencia, e pretendendo sempre que o politico de uma republica se conserve vivendo cada um na religião que mais quizer: e tendo por escandaloso não admittir a officios publicos os de contraria religião.

«E querendo que, em nenhum caso possa haver cousa, para que um principe catholico favoreça os subditos catholicos, contra seu rei hereges, nem que haja reparo em soccorrer hereges contra catholicos. E querendo outrosim que

a palavra dada aos de contraria religião se observe, ainda que seja contra os bons costumes. Admittindo que Deus concede aos hereges victorias pela caridade e piedade que exercitam, como se n'elles houvera erdadeira caridade ou piedade, ou virtude alguma que possa ter rasão ou merecimento.

«Comparando nas insolencias catholicos e hereges, e ainda preferindo estes aos catholicos na modestia.

«Admittindo que os de contraria religião quando se reduzem a catholicos, se podem enganar em cuidar que até então iam errados. Approvando a condemnação e censura que em certa parte se deu a certo livro que tratava do poder do summo pontifice, sendo a dita censura errada em quanto tira totalmente ao papa o poder indirecto sobre os principes *circa temporalia*, ainda quando o principe seja heretico ou schismatico. E que nunca o summo pontifice possa subjeitar o principe a interdicto ecclesiastico, nem absolver os vassallos do juramento de fidelidade. E que os principes temporaes totalmente são independentes.

«Mostrando pouca affeição á egreja romana, fazendo distincção á gallicana, e preferindo a liberdade d'esta particular á auctoridade d'aquella catholica e universal.

«E sendo outro assumpto do dito livro reprovar o justo, recto, e livre procedimento do santo officio e os castigos e confiscações dos culpados pelo crime de heresia, chamando-lhe tyrannico e barbaro; e qualificando estes procedimentos, por effeito do odio, avaresa e paixão; dizendo que de infelizes faziam prophetas, de delictos enigmas. E que por um erro de entendimento se castigava a fazenda, não a propria, mas a alheia de mulher e filhos. E que fôra melhor não querer dar luz a uma alma cega com processo ás escuras. E que em quanto o odio e ambição acompanhassem os ministros, nem os subditos viveriam seguros, nem a monarchia gosaria felicidades.»

Manuel Fernandes Villa Real, era, pois, um liberal no anno de 1652, e com o seu sangue sellou os seus principios. Não foi portanto em 1820 que principiou a lucta entre a liberdade e o despotismo clerical e politico; muito antes houve portuguezes que proclamaram a emancipação da consciencia e a liberdade. A inquisição, com assentimento e applauso do monarcha, perseguia e exterminava os homens

de elevada intelligencia, que realmente amavam melhor a sua patria do que esses, que se aproveitavam do poder para favorecerem o obscurantismo. E chegaram os restauradores de 1640 a pensar na republica e no restabelecimento da antiga disciplina! Sonhos de mentes desvairadas. A republica e a inquisição! A liberdade de consciencia e o santo officio! Consorcio humanamente impossivel!

Vejam por aqui os que n'este paiz ainda são tibios na crença liberal, os que tremem da democracia, quanto se ha luctado, para que a sociedade tenha chegado ao ponto em que se acha. O caminho está alastrado de cadaveres, alagado de sangue; ainda se ouvem os lamentos, os ais das victimas: ainda retinem nos ouvidos os estalidos das fogueiras: ainda se respira a atmosphera impregnada das emanações da carne humana assada, n'esses festins malditos, que foram o enlevo de nossos paes! E ainda agora é necessario luctar; ainda é necessario que se percam vidas, que se erga o cadafalso para exterminar os que seguem as doutrinas que proclamava Manuel Fernandes Villa Real, ha mais de dois seculos! Transijam com os herdeiros das tradições d'esses barbaros; voltem as costas á democracia, que ainda soffre, ainda é perseguida, e depois lastimem-se de que volvamos para esses tempos ominosos. Na historia de Manuel Fernandes Villa Real aprendam os falsos liberaes os perigos de não fazer guerra implacavel ao fanatismo. Villa Real era a voz do povo, afogaram-no em sangue aquelles bons patriotas de 1640.

XI

Junto do cadafalso, Villa Real pediu mesa, como temos dito; este favor nunca a inquisição o negava; assim, pois, na presença do inquisidor Pedro de Castilho, fez elle as suas ultimas declarações, isto é, recorreu ao derradeiro esforço para sair com vida d'aquella catastrophe; esforço inutil. As declarações de Villa Real, n'este momento solemne, teem bastante importancia.

Começou Villa Real por dizer que persistira na crença de Moysés até que as admoestações dos religiosos que lhe assistiram, no carcere, lhe fizeram ver a verdadeira luz; e isto e a commiseração que o seu estado causava a todo o povo, o determinaram a confessar suas culpas e a pedir miseri-

cordia. Declarou que no decurso da prisão fez 434 jejuns, em que entraram 54 de tres dias, 35 de dois, e os demais de um dia, e outras ceremonias praticou por guarda da lei de Moysés. Ora veja-se, se este homem podia recordar-se de todos os jejuns que fizera no espaço de tres annos, que tantos durou a sua prisão!

E accrescenta:

«E que de tal maneira estava mettido na observancia da lei de Moysés, depois da sua prisão, que determinava morrer por guarda d'ella, como com sua impenitencia tinha dado algumas mostras, o que era com tanto excesso, assim que depois da primeira notificação que se lhe fez, ámanhã faz 15 dias, se dispoz a morrer na mesma crença, com aquellas ceremonias d'ella que soube, lavando-se e vestindo camisa nova, que tinha feito para esse fim.»

Bem se vê que Villa Real sempre contou ir a morrer, para o que até mandára fazer camisa nova destinada ao acto do supplicio.

Declara mais o seguinte:

«Disse mais, que no mesmo tempo, em que tinha crença na lei de Moysés, fizera um papel, a pedimento do dr. Valasco, e do marquez de Niza, estando em França, em que tratava de como ao papa não pertencia prover os reis, nem tinha poder sobre o poder temporal dos reis, com tenção de que no reino de França podesse correr o dito livro, que com a dita proposição se não havia de poder permittir, e para com isso mostrar o pouco affecto que tinha ás cousas da egreja, como observante da lei de Moysés.»

Estas opiniões eram, com effeito, as do dr. Valasco, e as de todos os homens mais cultos do tempo da restauração, quando chegaram a proclamar principios mui democraticos sobre a constituição do governo, em opposição a Castella e a Roma, que era contra a restauração. Mas tudo isso depressa esqueceu, e Roma manteve a sua supremacia, embora decaida do que fôra.

Disse Villa Real que escrevera ao padre Antonio Vieira sobre o assumpto de haver na inquisição abertas e publicadas, materia que o famoso jesuita tanto tratou.

E conclue d'esta fórma, o auto:

«E que de novo, com toda a humildade, pede misericordia para que com ella salve sua alma, porque não se lhe concedendo a vida, declara que sua salvação será arriscada, no estado em que está. E mais não disse, e foi outra vez admoestado em fórma, e mandado a seu logar. E tornou a dizer que pedia misericordia, porém que *não se lastimava por ser naturalmente duro, e não ter dom de lagrimas*; porém que interiormente está compungido. E por estar atado, assignei a seu rogo.... Pedro Lupina Freire, que o escrevi —Pedro de Castilho.»

Na fé de credito do inquisidor e do notario, sobre as ultimas confissões de Villa Real, Pedro de Castilho diz que elle fallava verdade de si, mas que a não dizia toda, e que mostrava querer escapar; e o notario tambem disse que lhe parecia que elle só buscava meios de viver.

Subiram os autos á mesa, e a maioria dos deputados foi de voto que Villa Real só pretendia escapar á morte, e que não estava arrependido, e especialmente o increpam por elle só denunciar ausentes, que estavam livres do santo officio, sendo o réo tão conhecido, e tendo muitas relações n'esta cidade. Mas o deputado fr. Pedro de Magalhães, dominicano, foi de parecer que o réo não estava diminuto, e podia achar-se arrependido, e portanto que podia ficar reservado, isto é, que devia escapar da morte.

Houve pois só um inquisidor que se interessasse por Villa Real, todos os outros foram implacaveis.

O conselho geral confirmou, acto continuo, como era costume, o assento da mesa, e cumpriu-se a sentença.

É curioso o termo de publicação da sentença; diz assim:

«Publicada foi a sentença atraz do réo, no auto publico da fé, que se celebrou no Terreiro do Paço d'esta cidade de Lisboa, em domingo, 1.º de dezembro d'este anno de 652, *estando presentes as pessoas reaes*, o ill.^{mo} sr. bispo inquisidor geral, e deputados, reverendo cabido e srs. deputados do conselho, e srs. inquisidores *e muita gente do povo*. De que fiz este termo de publicação. Eu João Carreira, notario, o escrevi.»

O rei, o clero, a nobresa e o povo assistiam a estas hecatombes humanas, para lustre e augmento da religião, e gloria da patria.

Villa Real foi garrotado, e depois o seu corpo reduzido a cinzas.

XII

Pela declaração que publicámos viram os leitores tudo quanto Manuel Fernandes Villa Real praticou a bem da sua patria, e viram tambem que foi jornalista, pois que não foram poucos os artigos que publicou no *Mercurio de França*, um dos mais antigos jornaes.

Das obras que escreveu apenas temos á vista:

Anti-caramuel, o defensa del manifesto del reino de Portugal, dedicada a D. Vasco Luiz da Gama.

É a energica defeza da restauração do reino, em resposta ao abbade D. João Caramuel, que contestara o manifesto portuguez a favor da mesma restauração. Esta obra é mui bem escripta, erudita, e de uma finissima argumentação.

El Politico Christianissimo, de que já temos tratado.

Architectura militar, traduzida e augmentada por Villa Real, sobre a obra original do padre Fournier, jesuita. A traducção é em hespanhol.

São estes os unicos escriptos seus que existem na bibliotheca.

Nas memorias funebres á morte da sr.ª D. Maria de Athaide, ha umas poesias, em francez, de Villa Real: estão cheias de erros typographicos.

Dos outros seus escriptos nada mais diremos, porque tudo se acha mui bem explicado na *Declaração*.

Nos autos encontra-se a carta authographa do archisynagogo de Amsterdam, Menasseh ben Israel. Este judeu foi um dos mais sabios, senão o mais sabio judeu do seculo XVII. Todos os que se teem occupado da litteratura hebraica rendem os mais encarecidos louvores ao engenho d'este rabino, de quem diz o douto Antonio Ribeiro dos Santos, *vem curto todo o louvor que lhe der.*

Parece-nos que muitos estimarão ter noticia de um trecho da carta que elle escreveu a Villa Real, sobre as duvidas chronologicas que lhe expozera, e informando-o de todas as obras que tinha publicado, e que projectava publi-

car. A carta é escripta em hespanhol, que passamos para a nossa lingua:

«Assim, magnifico sr., resolvi as duvidas que v. m. propõe, com mais brevidade e menos exactamente do que eu quizera; mas assim quiz o ceu que eu não pertença a mim proprio, nem para responder com mais extensão a um douto, porque, supposto tenha mediocre conhecimento das letras hebraicas, chaldaicas, arabicas e latinas, perdida a fazenda nas varias fortunas da America, e de livre e exclusivamente prégador, sujeitei-me á escola, em que leio o Talmud, que é a nossa theologia, com o que me perdi a mim, por aproveitar aos outros, captivando-me de maneira, que havendo concebido obras de mór valia, não tive mais algum dia em que escrevesse uma linha, com o que vim a perder o gosto.

«E para que v. m. não me creia exagerado, pondere no que lhe vou dizer:—duas horas occupam-se no templo todos os dias—seis na escola—uma e meia na academia publica e particular dos srs. Pereiras, nas quaes tenho o cargo de presidente;—duas nas correcções, na minha typographia, onde tudo passa pela minha mão—das 11 ás 12 dou audiencia a todos os que já me esperam para os seus negocios e visitas—tudo isso é preciso.

«Julgue v. m. que tempo sobra para os cuidados domesticos e responder a 4 e 6 cartas que se offerecem por semana, das quaes nem copia deixo, por me faltar o tempo.

«Porém, se o Altissimo dispozer as coisas de modo que eu possa escusar os 500 cruzados que tenho de renda, ou, pelo menos, consiga livrar-me da molesta occupação da escola, o que procuro, então poderei com maior liberdade e satisfação servir os amigos e particularmente v. m., cujo engenho reverenceio desde que li aquelles tão engenhosos e prudentes discursos, anhelando essa obra chronologica, tão digna do seu admiravel talento. As obras que de seis annos a esta parte tenho dado á estampa, são,—a 2.ª parte do meu *Conciliador*, o livro da *Fragilidade humana*, a *Oração gratulatoria*, que fiz a S. A., e o *Thesouro dos Dinin de nossos ritos e ceremonias*, isto na minha lingua materna lusitana *porque eu sou, por patria, lisbonense*. As que tenho entre mãos são:—a *Nova historia desde o tempo em que acabou Flavio Josepho até aos nossos dias*; *Notas*

sobre todas as obras do mesmo Flavio Josepho, da Divindade da lei de Moysés contra epicureos; e uma *Bibliotheca de todos os livros hebraicos, materias e juizo*, —obras em que não tenho trabalhado pouco, sem fructo, porque não tenho Mecenas, nem tambem quem se queira persuadir de que, para aquelle officio do Talmud, se poderiam achar muitos, e para est'outro de mais honra e utilidade para os nossos, raros se encontram. Com isto me despeço por agora. Valé amantissimo.»

A Hahnam Menasseh ben Israel.

Esta carta tem a data de 31 de janeiro de 1648.

Segundo Antonio Ribeiro dos Santos, Menasseh ben Israel nasceu em Lisboa no anno de 1604, filho de José ben Israel, e de Rachel Soeira, illustre judia portugueza. Seu pae fugiu do carcere, em que a inquisição o tinha, e com sua mulher e seu filho emigrou para Amsterdam. Menasseh ahi casou com uma judia, tambem chamada Rachel, e d'ella houve tres filhos.

Menasseh teve muito trato com os maiores sabios christãos do seu tempo.

Escreveu em varios idiomas variadas obras, especialmente de litteratura sagrada; mas na lingua portugueza só consta que escrevesse as seguintes: — *Gratulação ao principe d'Orange*; e o *Thesouro dos Dinin*, ou descripção dos ritos que o povo d'Israel é obrigado a saber. D'esta ultima obra existe um perfeitissimo exemplar, na bibliotheca nacional de Lisboa, o qual era da livraria de D. Francisco Manuel de Mello, que foi encorporada na mesma bibliotheca. É um exemplar no mais bello estado de conservação, contendo as cinco partes do *Thesouro dos Dinin*, sem logar da impressão, nem nome do editor ou impressor. É um volume em 8.º, de 400 paginas de impressão, numeradas ás folhas. A ultima parte, que trata particularmente dos deveres matrimoniaes e da familia, é precedida de um prologo dedicado *Ás mui nobres e honestissimas senhoras da sua nação portugueza*, no qual se lê o seguinte trecho:

«Eu, na verdade, posto que não posso negar, que sempre aspirei á gloria, e *quanto a minhas obras, não me pude nunca queixar, por mal vendidas, da fortuna*... N'este livro

se contem todos os Dinini (preceitos), que tocam ao bom governo da casa:

Depois conclue assim:

«Pelo que mui nobres e honestissimas senhoras, se a lição dos bons livros é o melhor entretenimento honesto, em que póde empregar-se bem o tempo, aqui teem vossemecês um mui importante e proveitoso estudo. Deixem vossemecês outros livros profanos, se os lêem, peguem-se com os sacros, que não é bem que o tempo, principalmente os dias de sabbado e festas sejam inquinados com a profanidade de taes livros.....

.....

Porque se as outras nações hebreas, cada dia com um livro vão entretendo suas casas, não será bem que falte entre os nossos quem tambem em graça de vossemecês escreva algo; mórmente dirigindo seus trabalhos d'onde ha tanto cabedal de engenho e virtude.»

A data é de Amsterdam, 12 de Tamuz, anno 5407, (1647).

Gentilissima delicadesa foi do sabio hebreu dedicar o seu tratado do governo da casa ás mui nobres e honestissimas senhoras da sua nação; Menasseh repetia a miudo e com displicencia que *por patria era lisbonense*, mostrando grande contentamento de ser filho de Portugal e particularmente de Lisboa.

Na dedicatoria da *Segunda parte del Conciliador*, aos membros do conselho das Indias Occidentaes, das Provincias Unidas, depois de exaltar as victorias e conquistas dos hollandezes que sustentaram guerra pertinaz com a Hespanha, sendo Portugal a maior victima d'essa guerra, porque se via desapossado pelos hollandezes de uma grande parte das suas colonias na America e na Africa, Menasseh, depois de encarecer as glorias da Hollanda, diz o seguinte:

«Ora, nobilissimos, mui prudentes, e inclitos senhores, se estas coisas todas foram o pasmo e a admiração do orbe, que muito é, que eu deseje honrar a humildade d'esse fructo do meu engenho, com o brazão de tão heroico nome? Mórmente, agora, que o benigno rei D. João IV foi resti-

tuido ao seu natural e hereditario reino, que injustamente estava de outro possuido, cessando o antigo odio (entre portuguezes e hollandezes) virá a desejada paz, a qual *sendo eu lusitano com animo batavo* (hollandez) me será gratissima.»

E se Menasseh tinha o animo batavio, é porque as perseguições implacaveis o haviam obrigado a fugir da patria, d'onde já nada podia esperar; mas a sua gloria era ser lusitano.

Daniel Levi de Barrios, judeu hespanhol, escreve na sua obra: *Casa de Jacob*, o seguinte:

«Em parte alguma do mundo teem os judeus melhor guarida, do que em Amsterdam, tanto pela liberdade de consciencia das sete Provincias Unidas, como pela bondade dos seus engenhosos habitantes.»

Isto mesmo confirma Basnage, na sua *Historia dos judeus*, e os factos tão notorios são a demonstração mais eloquente do bom senso e alto espirito dos hollandezes; por isso elles prosperaram, e Portugal e a Hespanha chegaram á actual decadencia, á sombra da intolerancia.

N'esta dedicatoria, e no prologo que segue, dirigido ao leitor, diz Menasseh que vae partir para o Brasil. A *segunda parte do Conciliador*, escripta em hespanhol, foi impressa em 1641.

Precedem a obra uma saudação em latim do sabio doutor Zacuto Lusitano, e dois sonetos um do doutor José Bueno, que tambem antecede a obra, com um elogio em hespanhol: o soneto de Bueno termina assim:

Ó invidia mortal que todo alteras
.....

Inclina los sentidos muy deveras
A esta sublimada Philomena
Honra de Portugal, gloria de España.

Menasseh Ben Israel foi um verdadeiro sabio: trabalhou muito, e, segundo se deduz do que elle diz em differentes partes das suas obras, não colheu pingues fructos dos seus

trabalhos; todavia, se não colheu oiro, colheu grande gloria, affirmada por muitos sabios e eruditos illustres.

Menasseh estabelecera em Amsterdam uma imprensa, na qual imprimiu varias das suas obras, e entre ellas, differentes edições da Biblia, sendo a primeira de 1631, e a segunda de 1635, a que seguiram outras: a segunda é impressa em caracter elegante, e gosa dos creditos de muito correcta.

A imprensa de Menasseh tinha por divisa a figura de um romeiro, com o seu bordão, alforge e cabaça, e em redor esta legenda—*Como um romeiro apercebido.*

XIII

Aqui pomos ponto n'este trabalho. Cremos ter referido factos pouco conhecidos geralmente, e apresentado aos leitores um dos quadros mais repugnantes da intolerancia que assolou este paiz, e preparou a decadencia de agora.

Viu-se a ingratidão dos homens, a fealdade do coração de muitos, o fanatismo de todos; e como um honrado portuguez, leal patriota, no mesmo dia em que se celebrava o duodecimo anniversario da restauração do reino em 1640, era suppliciado, tendo prestado tantos serviços áquella causa. Frades e fidalgos mataram Villa Real, e o rei lançou uma nodoa na sua purpura, assistindo ao supplicio do seu leal servidor.

Execremos o passado, e saudemos o futuro.

O CONGO EM LISBOA

Hontem se verificou o primeiro baile, no paço real da Floresta, dado pela princesa Sebastiana Julia, regente do reino do imperio do Congo.

Foi muito concorrido dos brancos, e a pretaria estava explendida.

A princesa tinha o seu throno no palco, e ahi estava cercada da sua côrte, composta de duquesas, condessas e aias, e com a sua guarda real, de alabardas.

Reinou boa ordem; apenas foi necessario fazer saír da sala o marquez de Revivento, procurador geral da corôa, porque estava muito exaltado pelo *marufo*. Vociferava como um possesso contra os rebeldes, e punha duvidas ácerca da legitimidade do principe regente Antonio Joaquim.

Depois da meia noite, sairam os convidados, que haviam pago os seus bilhetes de entrada, e ficaram só a princesa e a sua côrte, os seus subditos e subditas, e alguns brancos. Então a princesa desceu do throno, e dignou-se dançar com o principe regente a dança nacional do Congo, com muita gravidade.

É a princesa Sebastiana uma guapa preta, muito airosa e esbelta.

A pretaria dançou a sua dança do Congo, e outras danças cá da Europa.

Acabou o baile ás tres horas da madrugada.

S. A. a princesa do reino do imperio do Congo não dá beijamão; apenas recebe os cumprimentos da côrte, e das pessoas que estão no caso de gosar essa honra.

Na terça-feira, veiu ao nosso escriptorio o marquez de Revivento, procurador geral da corôa, que parecia um procurador de feitos, porque trazia dentro do sebento chapeu um rolo de papeis, que nos queria mostrar, para deduzir perante o publico a legitimidade da princesa Sebastiana, e a rebeldia da chamada rainha D. Joanna Ignacia da Conceição.

Afinal de contas, eram os taes papeis o compromisso da irmandade da Senhora do Rosario, estabelecida no convento de Santa Joanna, e suas licenças, petições e informações.

Contou-nos, porém, o procurador geral da corôa do imperio do Congo, que o reinado d'este imperio fôra estabelecido, lá pelas suas contas, na occasião em que a rainha Santa Isabel fizera as pazes entre seu filho, depois Affonso IV, com o pae, el-rei D. Diniz, no Campo Pequeno.

Ora, objectando-se-lhe que o Congo só fôra descoberto por Diogo Cão, em 1484, o marquez de Revivento declarou que elle sabia o que dizia, porque o lêra n'um papel antigo, do qual assim constava, bem como quaes eram as constituições do reino do imperio do Congo, porém que infelizmente, um seu filho fizera do papel um papagaio, e lá voaram a origem e as constituições d'esse reino, como tem voado outras constituições dadas por legitimos reis, e alguns tão legitimos como esses do Congo.

O procurador da corôa preta declarou que a rainha D. Joanna Ignacia da Conceição não é legitima, por não ser natural do Congo, o que é condição essèncialissima para cingir a corôa d'esse imperio, de maneira que é este o direito divino da pretaria: ha successão em linha descendente, mas na linha do Congo.

O caso é que este reinado anda annexo á confraria da Senhora do Rosario.

Já em 1551 existia no convento de S. Domingos, como diz Christovão Rodrigues de Oliveira, uma confraria de Senhora do Rosario, repartida em duas, uma de pessoas honradas, e outra de pretos forros e escravos, e, conforme se lê em fr. Luiz de Sousa, começou a confraria em 1484.

Ora, da *Historia de S. Domingos* consta, que no mesmo convento de Lisboa havia uma capella da invocação dos Reis Magos, mandada fazer por el-rei D. Diniz, quando augmentou e reparou as officinas conventuaes. N'essa capella havia

um retabulo, ainda no tempo de fr. Luiz de Sousa, tambem mandado fazer por el-rei D. Diniz, e no qual a Virgem, cercada dos reis, era o retrato da rainha Santa Isabel, e o menino, que a Virgem tinha nos braços, era o retrato do principe D. Affonso, seu filho.

Os pretos teem uma confraria da invocação dos Reis Magos, e talvez da historia do retabulo deduzissem a historia da origem do seu reinado.

Não admira que tambem os pretos tenham o principio da sua historia envolto em fabulas, se os demais povos, tão serios e tão cultos, tambem se comprazem em adubar as suas chronicas de uma infinidade de patranhas.

Afinal de contas, ao reinado do imperio do Congo o que falta é o orçamento, para ter polvora e bala, espingardas, e artilheria, e navios, e uma lauta mesa, para n'ella dar assento a muitos comilões, porque, se tivera isto, era um reino como muitos outros.

O PADRE MANUEL BERNARDES

O padre Manuel Bernardes, oratoriano, nasceu em Lisboa, a 20 de agosto de 1644, foi baptisado na egreja parochial do Loreto, morreu a 17 de agosto de 1710, e foi sepultado na casa do Espirito Santo.

Ali, onde hoje vemos ao fundo do Chiado um palacio de acanhado e mesquinho prospecto, houve uma casa de estudo e de oração, onde floresceram homens doutos e virtuosos, que deram lustre á religião com a sua vida exemplar, e ás lettras com os seus escriptos.

O instituto pelo padre Bartholomeu do Quental introduzido em Portugal, foi seminario de clerigos instruidos e respeitaveis. Eram modestos, estudiosos e sabios os filhos de S. Filippe de Neri, e a sua regra era livre, e não subordinada ás momices e aos ridiculos misticismos, que vieram a ser tão nocivos ás ordens religiosas.

Entre os congregados de S. Filippe Neri, occupa um logar illustrissimo o padre Manuel Bernardes. É um dos nomes mais venerandos e venerados da nossa litteratura.

Modesta e singela é a sua biographia. Cumpriu os deveres do seu instituto e illustrou a lingua portugueza com primorosos escriptos. Parece bem pouco, e todavia é muito, porque legou á posteridade um riquissimo legado.

O padre Manuel Bernardes, cursou os estudos da universidade de Coimbra; foi graduado mestre em artes, e bacharel no direito canonico. Aos trinta annos vestiu a roupeta de S. Filippe Neri, e d'ahi em diante viveu na solidão da sua cella, para estudar, a fim de buscar a maxima perfei-

ção moral para si, e para os outros—para si praticando as boas acções; para os outros, ensinando-as nos livros que escreveu n'um estylo incomparavel, e que são hoje um glorioso monumento da patria litteratura.

Homem de trato affavel, modesto, desapegado de todos os gosos mundanos, auctorisando com o proprio exemplo a prégação da mais austera moral, humilde por genio e por convicção, escriptor casto e severo, espirito verdadeiramente evangelico, votado ao amor de Deus e do proximo, o padre Manuel Bernardes é na nossa litteratura um vulto singular.

Singular, sim: porque ao mesmo tempo que se admiram as grandesas do seu talento, a opulencia do seu estylo, a gravidade das suas imagens, a bellesa da locução, a harmonia, a graça, a suavidade, a candura e a uncção da sua linguagem, inspiram intima veneração a sua vida, o caracter dos seus escriptos e o tom convicto que soube imprimir a tudo quanto escreveu.

A nenhum outro escriptor acontece o mesmo. Se a leitura de obras asceticas e de moral póde produzir conversões, os escriptos do padre Bernardes lograrão essa gloria, porque nenhum leitor duvída da sinceridade do apostolo, e a sua linguagem, correndo todas as escalas do sentimento, desde o tom faceto, até ás vociferações pavorosas, em que pinta o nada do homem, e os horrores do inferno, senhoreia e domina os espiritos e os subjuga momentaneamente á crença sincera e enthusiasta, á fé viva e ardente do escriptor.

Se o espirito se deixa prender, os ouvidos ficam captivos de sua linguagem tão pura e cadente; — é uma musica suavissima que enleia, affaga, seduz e exalta.

Occasiões ha em que Bernardes se transporta em arrebatamentos, que produzem um effeito atterrador. Ha trechos nas suas *Meditações*, que ninguem os póde ler sem que se lhe arripiem as carnes, tanta é a verdade das descripções, tão proprias as côres com que pinta os tormentos da alma condemnada e do corpo votado aos tormentos eternos.

O padre Bernardes era poeta, e para ser bom prosador, devia ser poeta. Lede a descripção dos condemnados no inferno, e dizei se esta prosa não vale os melhores versos, e se o mais imaginoso poeta se eleva tanto como o padre oratoriano:

«Attende bem aos espaços profundissimos d'aquellas cavernas temerosas; alli está innumeravel multidão de todos os estados, sexos e edades; muitos reis e senhores soberanos, servidos e quasi adorados dos povos; muitos letrados, sacerdotes, e religiosos, e bispos, que em outro tempo consagraram o corpo de Christo, e absolveram de peccados, e governaram almas, e ensinaram a outros a salvar-se; muitos moços e anciãos, enganados uns da luxuria, outros da avareza; muitas mulheres desgraçadas, que vendiam a alma e corpo ao demonio, por ter pão, ou por um momento de deleite brutal e torpissimo, e não só condemnaram a si, senão que com suas mãos arremessaram ao inferno as creaturas que affogaram, por affogar a sua triste deshonra; muitos usureiros, em cuja falsissima balança pesou mais um sacco de dinheiro, do que o reino dos ceus e a honra de Deus; muitos, inimistados com odios antigos, que antes se determinaram a quebrar com Jesus Christo, do que a soldar com o proximo; muitas religiosas, que na casa de seus paes tinham medo de não ser muito honestas, e na de Deus não o temeram de ser adulteras infames.

«Olha bem como todos, feitos uns tições negros, umas sombras horriveis, e no espectaculo de miseria eterna, e confusa desordem, e vozeria, entre ondas de fogo, desde o seio d'aquelle medonho abysmo clamam: O' eternidade! eternidade! E respondem outros: O' eternidade! eternidade!»

E a descripção do fogo eterno? Lede-a?

«Vê como todo te convertes em fogo; fogo os olhos, fogo a lingua, fogo a garganta, fogo as costas e o peito, fogo o coração, fogo as entranhas todas, fogo as mãos e os pés, e fogo, não como este que na terra vemos, senão escuro, grosso, fetido e abrasador, mais que se fôra de metal derretido; fogo que com as suas linguas ata e prende os membros, como uma serpente com as suas roscas; fogo que soa como levada de muitas aguas, ou tempestade de furiosos ventos; fogo feito de proposito pela mão do Omnipotente para tormento d'aquelles soberbissimos gigantes, os demonios, que tiveram atrevimento de fazer guerra e competir com o Altissimo.»

É arrojada e poetica esta pintura do fogo que devorará

os reprobos. Mas apoz d'estes arrebatamentos, d'estas furias sonorosas e misticas, tem scenas singelas e amoraveis, descripções numerosas e engraçadas. Era um instrumento afinado em todos os tons a penna do padre Bernardes.

Mas aquelle espirito, tão claro e tão gentil, aquella formosissima intelligencia, fugiu do corpo, deixando-o na terra a viver a vida material e animal. O padre Bernardes, nos dois ultimos annos da sua vida, tornou-se segunda vez menino. Estava alli o palacio onde habitava uma donzella casta, e enlevada na contemplação das obras de Deus, e o palacio ficou como mudo, porque a donzella subiu ás alturas a ver de mais perto o seu Senhor; estava alli o corpo de uma grande alma, mas a alma elevou-se ás celestes regiões, e o corpo ficou como um animal, que comia, bebia, chorava e ria, sem sentimento, sem percepção; era uma machina. O' desengano fatal! O espectaculo mais triste que póde offerecer a humanidade!

Aquelle que escrevera paginas tão eloquentes, que dera ao mundo o mais claro testemunho da grandesa e sublimidade do espirito humano, vegeta na sua cella, esquecido de tudo, fraco, timido, sem se saber governar, sem intuição, sem pensamento, sem luz nos olhos! Olha e não vê, apalpa e não sente, respira, move-se e não vive! Pois o homem póde viver com o entendimento apagado? A creança, se lhe faltar o seio que a alimente e acalente, vive acaso? No dia em que a intelligencia se extingue, o homem morre.

Morreu o padre Manuel Bernardes dois annos antes que dessem á sepultura o seu corpo. Deram á terra a parte vil do seu ser, por que a parte nobre, já se ausentára!

Singular destino! O padre Bernardes que prégara e ensinára o nada do homem, foi durante dois annos o exemplo, a prova viva do que vale o homem sem que o anime a chamma divina, o sopro de Deus. Quiz a Providencia, no penar do padre Bernardes, ensinar a humildade, por um modo bem frisante. Derrubou o gigante intellectual, e o reduziu a um pigmeu animal. Do homem permaneceu a figura; a faisca que o divinisava, evaporou se.

O preposito da casa do Espirito Santo quando conheceu o estado mental do padre Bernardes, lhe prohibiu de celebrar missa. Diz-se que Bernardes, recebendo essa ordem, desatára a chorar copiosamente.

Pode-se acreditar que o excessivo trabalho intellectual,

tanto de escripta, como de contemplação e meditação, reunido a uma vida ascetica, enfraqueceram tão robusto entendimento, e reduziram o virtuoso oratoriano á demencia.

O retrato existente na bibliotheca nacional de Lisboa é uma pintura soffrivel. Pertenceu á casa do Espirito Santo, que possuia collecção de retratos dos filhos mais illustres da congregação; mas este parece ter sido feito com mais esmero. É representado na acção de escrever, em frente de um crucifixo.

Nos olhos tem aquella expressão affectuosa e serena, austera e branda, que predomina nos seus escriptos, porém ao mesmo tempo se lhe nota na phisionomia a affabilidade e doçura que caracterisavam o seu viver.

Este retrato é de meio corpo, ha outro que está collocado sobre a porta da entrada, á esquerda do patim superior da escada, e que é apenas a cabeça.

O retrato do padre Manuel Bernardes tem, no gabinete do bibliothecario-mór, o logar de mais consideração, honra, que lhe é devida, porque sendo eminentissimo escriptor, honrou o que escreveu, com a sua virtuosa vida e porque é mestre da lingua portugueza.

As idéas religiosas exageradas do seculo em que escreveu o padre Manuel Bernardes, transparecem nos seus escriptos. Não podia deixar de ser assim. Mas se elle prégou o ascetismo, soube seguil-o, e n'isto está o seu maior elogio, porque foi modesto, não se expondo aos olhos do mundo, nem buscando louvores para a sua virtude.

Remataremos este artigo com o juizo critico do padre José Agostinho de Macedo, sobre Bernardes, transcripto do *Diccionario* do sr. Innocencio.

«É Bernardes o homem mais douto de Portugal, o mais eloquente de todos os portuguezes, e o mais profundo e ameno dos philosophos moraes, que juntou á erudição sagrada, o que ha de mais escolhido e mais delicado na erudição profana.

«Tudo isto eu encontro, e tudo isto eu provo com os unicos cinco volumes das *Florestas*.

«Quanto mais o leio, mais o admiro. Eu não sei que haja melhor livro, nem escriptor mais eminentemente portuguez. Alli está a lingua portugueza na sua puresa, na sua harmonia, na sua magestade, na sua opulencia; e a ninguem de-

vemos mais, quando se trata da lingua portugueza. A cada pagina se acham phrases, se acham palavras não vistas nem sabidas pelos nossos mais laboriosos diccionaristas.»

Poucos têem hoje as obras de Bernardes, pois deviam andar nas mãos d'aquelles que se dedicam ao officio de escrever.

São como um campo fertilissimo, onde se acham flores de todas as especies e das mais engraçadas e formosas côres.

Os srs. Castilhos publicaram uns excerptos das obras do padre Bernardes, com uma biographia e juizo critico do famoso oratoriano, que é obra util para quem quer aproveitar os melhores e mais selectos trechos de tão classico escriptor.

Se a leitura dos escriptores mais correctos fôra mais vulgar, não veriamos tantos mancebos de talento, transviados da boa e pura linguagem portugueza, e entregues a um novo gongorismo tão ridiculo, como o seiscentista.

Pensam elles que nos livros velhos, só ha estylo velho, que não se accommoda á litteratura actual.

Fatal engano, que produz tamanhas aberrações, como as que por ahi se vêem, tão dignas de lastima.

ELOGIO HISTORICO DO ARCHITECTO

E ENGENHEIRO-MOR DO REINO MANUEL DA MAIA

LIDO NA SESSÃO SOLEMNE DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARCHITECTOS CIVIS PORTUGUEZES, EM 25 DE MARÇO DE 1867
PELO SOCIO ARTISTA JOAQUIM DA COSTA CASCAES

I

Seja qual for o juizo da historia ácerca do reinado d'el-rei D. João V, é impossivel desconhecer que as artes, as sciencias e as letras tiveram n'essa época um grande impulso. Aquelle monarcha era dotado de um genio largo e emprehendedor, mas foi comprimido pelo ambiente em que viveu. No seu tempo floresceram D. Luiz da Cunha, Alexandre de Gusmão e José da Cunha Brochado; e Sebastião José de Carvalho foi creado na escola d'esses homens, e ahi se inspirou para tantas cousas grandes e uteis que fez. Mas, não era dado áquelles espiritos, embora superiores, vencer as influencias dos costumes e das instituições. Essas influencias cercavam o throno, e d'ahi irradiavam-se para toda a parte, illaqueando todos os esforços, amortecendo todas as tentativas para introduzir no paiz os costumes dos povos mais cultos e as reformas que a civilisação já ensinava. Quando Sebastião José de Carvalho subiu ao poder, achou um monarcha que elle soube amoldar aos seus intentos; e dotado de uma vontade energica e violenta, conseguiu esmagar as influencias que debalde pretenderam conservar o predominio que haviam tido no reinado anterior. O marquez de Pombal foi cruel: empregou o terror para conseguir os seus fins, para reformar muitos abusos,

para extirpar muitos vicios, e reformar muitas leis em harmonia com os principios, que eram a iniciação do grande movimento, que principiou na França nos ultimos annos d'aquelle seculo. A transformação havia de ser violenta, porque não se desarreigavam interesses creados havia seculos, sem um poderoso abalo.

Mas, no reinado de D. João V, começara esse grande movimento, então latente, porém que hoje se descobre nos escriptos dos homens eminentes d'esse tempo, e mesmo nos archivos que nos revelam as tendencias para a reforma, que já então surgiam, ainda timidas em face da rotina, do espirito fradesco, da censura e da inquisição, e que por isso fugiam á publicidade.

A protecção, que el-rei D. João V dava ás sciencias e ás letras, demonstra-se por muitos actos notorios. A fundação da Academia da Historia; a instituição de academias militares em todas as praças do reino; do seminario patriarchal; das bibliothecas do paço real, das Necessidades e de Mafra, por elle fundadas; da de Coimbra, cujo edificio levantou desde os fundamentos; a edificação da casa para a Arcadia de Roma, onde ainda se vê o testemunho da sua munificencia na inscripção que está sobre a porta; a creação do observatorio do collegio de Santo Antão, para o qual mandou vir dois sabios jesuitas, os padres Carbone e Copacci, fazendo observações astronomicas, meteorologicas e magneticas; o levantamento de plantas das provincias da America, e a instituição de muitas sociedades litterarias, creadas á sombra do impulso que o soberano dava ás letras, e ainda outras providencias, abonam o que deixamos dito sobre o amor d'este monarcha ás sciencias e ás letras. E muitos cultores d'ellas receberam valiosos auxilios e subsidios, como incentivo ao estudo e premio ao zêlo.

É certo que o mau gosto e o espirito fradesco contaminavam a litteratura da época; mas isto não póde offuscar a gloria do monarcha. O mal não estava no rei, estava no paiz; e não era D. João V espirito tão superior, que podesse desprender-se de influencias tão arreigadas. Todavia, a imparcialidade exige, que se lhe leve em conta o muito que fez para animar os estudos das letras e das sciencias.

Nas artes são bem eloquentes os seus esforços para as animar.

Não escrevemos agora como politico, por isso não dire-

mos se foram bem ou mal empregados os milhões despendidos em Mafra. Para a historia das artes, em Portugal, a edificação dos grandiosos palacio e convento de Mafra, são um facto importantissimo. Foi então que as artes se levantaram em Portugal. Abatidas desde o reinado de D. João III, soffrendo as consequencias do infausto successo de Alcacer Quibir, esquecidas e despresadas, haviam chegado ao maior abatimento. O monumento de Mafra foi uma escola vastissima de architectura, esculptura e pintura. Está ali um verdadeiro monumento. O philosopho e o politico podem lastimar tamanho cabedal despendido sem um proveito real; mas o que estima as artes, o que admira as obras que illustram o genio humano, não póde deixar de olhar com respeito para aquella vasta mole, onde estão accumulados tantos primores, tanta grandesa, e tamanha opulencia artistica.

Não enumeraremos agora tudo quanto el-rei D. João V fez para a prosperidade das bellas artes em Portugal; pararemos diante do aqueducto das Aguas-Livres, monumento do genio grandioso do monarcha, que o mandou levantar, e da sabedoria do architecto que o concebeu e delineou. Aqui nos encontrâmos com Manuel da Maia, porque entre tantos serviços que prestou á patria, no espaço de 70 annos, foi a construcção do famoso aqueducto, o mais perduravel e importante, ainda que o da conservação do Archivo Real porventura não seja somenos.

Manuel da Maia era um d'estes homens excepcionaes, para quem o serviço da patria, a honra, e o amor de Deus e do proximo são obrigações impreteriveis, ás quaes tudo se deve sacrificar, — bem-estar, commodos, amor proprio, e todas essas paixões pequeninas, que empanam o lustre da virtude.

O sr. Joaquim da Costa Cascaes era e é digno de ser o biographo de Manuel da Maia. Homem de estudo e de sciencia, caracter probo, melhor do que ninguem póde avaliar as acções do engenheiro mór do reino, nos reinados de D. João V e de José.

A probidade para muitos é apenas um accidente; para o sr. Cascaes é uma lei, a que ninguem deve faltar. Canta o poeta, em linguagem celeste, a omnipotencia divina, canta o céo, as estrellas, as flôres, o amor da patria, a formosura, a gloria, canta tudo quanto ha nobre e sublime na crea-

ção; porém muitas vezes as paixões mais vis dominam o coração d'aquelle que na linguagem é como o semi-deus. Elevam os homens monumentos aos poetas e aos escriptores, e estes quantas vezes não tem a sua vida maculada por acções torpes! Os poetas afinam as suas harpas pelas vozes dos anjos, mas nem sempre afinam as suas acções pelos dictames da virtude.

A probidade realça o talento e consagra as expansões do genio, os effluvios da inspiração sublimada.

O sr. Joaquim da Costa Cascaes é homem para comprehender o genio e a probidade de Manuel da Maia. Modesto, não procura as vanglorias; honrado, não aspira a interesses illegitimos; os seus escriptos tem sempre o cunho da sua probidade, porque não sacrificando ao bezerro de oiro, só conhece uma lei immutavel, que é o influxo da sua consciencia generosa e pura guiando o seu primoroso talento.

Manuel da Maia foi um homem singular, porque a sua vida foi um compendio de serviços á patria e de virtudes, e não ha um acto que desillustre o brilho da sua reputação.

Não consta ao certo o logar do nascimento de Manuel da Maia; ha comtudo quem supponha que foi oriundo de Lisboa, nascendo na freguezia de S. Julião, e que seu pae se chamava Francisco da Maia. Consta que entre os dotes que todos os annos distribuia a donzellas pobres, se incluiam tres á parochia de S. Julião da qual costumava dizer que era a sua freguezia, e por isto se acredita que ali nascera.

Dos seus principios tudo se ignora, apenas se sabe que aos 12 annos de edade fizera dois votos a Nossa Senhora do Pilar, um de guardar castidade perpetua, e outro de dar sempre aos pobres, em louvor da mesma Senhora, a terça parte de tudo quanto possuisse.

Não ha solidos fundamentos para asseverar que Manuel da Maia fizesse similhantes votos em tão tenra edade; comtudo é indubitavel, pelo menos assim o escreveram pessoas que se consideram bem informadas, que durante toda a sua longa vida procedeu em harmonia com aquelles dois votos, conservando-se no estado de solteiro, e distribuindo pelos pobres avultadas sommas.

O sr. Joaquim da Costa Cascaes dividiu em tres periodos a vida de Manuel da Maia — o primeiro desde que principiou a servir de engenheiro, em 26 de maio de 1698, até

11 de novembro de 1718, em que foi promovido no posto de coronel; — o segundo desde 1718, até 7 de agosto de 1738, em que foi despachado brigadeiro; — o terceiro desde esta data até á sua morte, acontecida aos 17 de setembro de 1768. Abrangem estes tres periodos o espaço de setenta annos de serviço effectivo, e d'aqui póde deduzir-se que quando morreu não podia contar menos de 88 annos de edade.

Seguiremos a ordem methodica indicada pelo sr. Cascaes na sua excellente *Memoria*, extrahindo d'ella os factos que mais illustram o antigo engenheiro-mór do reino e guarda-mór do real archivo.

II

Como dissemos, Manuel da Maia começou a servir como engenheiro, em 26 de março de 1608, reinando D. Pedro II. Logo no anno de 1701 o achamos dirigindo as fortificações de Lisboa. Carlos II de Castella havia fallecido no anno de 1700, chamando á successão da corôa seu sobrinho Filippe de Anjou, neto de Luiz XIV, rei de França, e a 18 de julho de 1701, assignou el-rei de Portugal um tratado com a França e Hespanha, para reconhecer Filippe rei d'esta ultima monarchia. Veiu a Lisboa uma esquadra franceza, a fim de prestar auxilio á defeza d'este porto, contra outra ingleza, que se suppunha viria com intenção hostil como prenuncio de guerra pela alliança de Portugal com a França e Hespanha, pois que a Inglaterra se oppunha a que Filippe fosse rei de Hespanha.

Já em tempo d'el-rei D. Affonso VI se tinha começado a defeza maritima de Lisboa, agora se concluiu e aperfeiçoou augmentando a linha de fortes, desde Santa Apolonia até á torre de S. Julião da Barra. Esta commissão, senão no todo, em parte, coube ao engenheiro Manuel da Maia. D'esses fortes alguns ainda existem em ruinas, ou com diverso destino, e outros desappareceram completamente.

Apoz a defeza de Lisboa, Manuel da Maia dirigiu as fortificações de Extremoz em 1703; em 1704 acompanhou el-rei D. Pedro II á provincia da Beira, servindo então de quartel mestre da côrte. Depois superintendeu na fortificação de Abrantes, e ahi e em Tancos, traçou as plantas dos armazens de munições e designou o local para elles. Logo

depois, saiu com o exercito que foi sitiar Badajoz, a cujo assedio assistiu, construindo ahi os fortes que defendiam as pontes sobre o Guadiana, serviço pelo qual foi promovido ao posto de sargento-mór.

Cabe aqui expor em ligeiro resumo as causas, que motivaram os trabalhos indicados de Manuel da Maia.

A 16 de maio de 1703 celebrou a côrte de Portugal tratados com o imperador d'Allemanha, Leopoldo I, com a rainha Anna d'Inglaterra, e republica de Hollanda, para entrar na alliança que tinha por fim sustentar os direitos do archiduque Carlos, filho segundo d'aquelle imperador, á corôa de Hespanha. Estipularam-se as condições do tratado, e os auxilios que os alliados dariam a Portugal, em soldados, munições e dinheiro. O archiduque, com o nome de Carlos III, veiu n'uma armada a Lisboa; e d'aquí partiu para conquistar a corôa que lhe queriam dar; empresa que a final se mallogrou.

El-rei D. Pedro II, em 1704 foi á provincia da Beira, por onde deveria entrar em Hespanha Carlos III; mas os hespanhoes e francezes anteciparam-se e começaram as operações, invadindo essa provincia. Com varios successos correu a guerra, perdendo Portugal differentes praças por aquella parte, logo no primeiro rompante dos inimigos. Mas o marquez das Minas, que governava do lado da Beira, em breve recuperou as praças perdidas, e passou a fronteira, para, a seu turno, se assenhorear de differentes praças e povoações hespanholas.

Pelo lado do Alemtejo, o conde das Galveias fez uma campanha gloriosa e conquistou a praça d'Albuquerque e outras, e no fim da campanha se retirou a Lisboa, assumindo o commando superior das tropas n'essa provincia o marquez das Minas, que no outomno de 1705, emprehendeu o assedio de Badajoz, que ia bem dirigido; mas as tropas francezas conseguiram soccorrer a praça, e o marquez das Minas teve de retirar. Parece que o mau exito da empresa foi devido a generaes estrangeiros ao serviço de Portugal, que por pouco zelo, ou por invejas, não cumpriram os seus deveres.

Foi n'estas empresas, como dissémos, que Manuel da Maia fez tão relevantes serviços que mereceu ser promovido ao posto de sargento-mór.

A este tempo já Carlos III tinha entrado em Barcelona,

onde estabelecera a sua capital, tendo saido de Lisboa em uma armada ingleza e portugueza, com tropas das nações alliadas.

N'este primeiro periodo da vida de Manuel da Maia, foi elle encarregado pela junta dos Tres Estados da traducção de varias obras militares francezas, e foi assim que publicou o *Governador de praças*, de Ville, em 1708, e a *Fortificação moderna*, de Pfeflinger, em 1713: estas obras, em que por modestia não poz o seu nome, são consideradas de muita valia e a academia real das sciencias, no seu catalogo dos classicos, as enumera. O ultimo serviço d'este primeiro periodo, foi a planta da cidade de Lisboa, que apresentou completa, no anno de 1718.

Entramos no segundo periodo da vida de Manuel da Maia. Vemol-o agora occupado de trabalhos egualmente importantes; levanta a planta do sitio de Buenos Ayres e suas cercanias, obra valiosa e difficil pelas irregularidades do terreno; desenha mappas geographicos e militares, coordena indices de bibliothecas, sinala meridianas; balisa estradas; inquire de fundidores estrangeiros os seus methodos, que communica aos nossos artifices; executa todos os desenhos indispensaveis pela sua propria mão, e sem coadjuvantes, para maior segurança do seu trabalho: traduz differentes obras das linguas latina, franceza, italiana e ingleza: estuda a canalisação das aguas para o edificio de Mafra, levanta a planta para estes trabalhos, e pela primeira vez introduz um systema de repuchos, que evita a despesa das arcadas. Adverte aqui o sr. Cascaes que, porventura o systema de Manuel da Maia na canalisação das aguas para o edificio de Mafra seria o precursor do moderno systema de syphão, ou seria este mesmo, accrescentando que as suas averiguações no assumpto não o auctorisam a qualquer affirmativa.

Foi n'este periodo que Manuel da Maia, trabalhou assiduamente, durante seis annos, nos estudos para a introducção das Aguas Livres na cidade de Lisboa. Esta obra que elle estudou, delineou e dirigiu é o seu monumento, e para mostrar que o é, resistiu ao violentissimo abalo de 1 de novembro de 1755, ficando de pé, em beneficio d'esta cidade, e gloria do rei que a emprehendeu, e do architecto que a fez. Os arcos das Aguas Livres fallarão sempre de Manuel da Maia e darão testemunho do seu grande talento. Os estrangeiros admiram esse monumento como incompa-

ravel, e sem rival mesmo n'aquelles que para o mesmo fim erigiram os romanos—o povo rei.—Durante seculos foi pensamento de muitos governos o aproveitamento das Aguas Livres, em beneficio d'esta capital; só D. João V e Manuel da Maia vieram a realisar essa grande empresa.

No ultimo anno d'este periodo, já com quarenta annos de tão bons serviços, Manuel da Maia achava-se ainda no posto de coronel que lhe fôra conferido em 1718! Preterido por outros engenheiros, cujas obras não tinham a valia das suas, em 1738, resolveu-se a pedir o posto de brigadeiro. Pedia quasi como mercê o que lhe era devido, o que elle conquistára por serviços assiduos e tão valiosos de tantos annos. Foi deferida a sua supplica, e em 7 de agosto de 1738 foi promovido a brigadeiro.

Nos ultimos annos da sua longa carreira, que constituem o terceiro periodo d'ella, melhor foram apreciados os seus serviços. Já não era possivel despresar, nem mesmo esquecer, o homem que tanto fizera, e que tinha tão grande obra, como o aqueducto das Aguas Livres, a fallar por si. Assim é, que o vemos agraciado com o fôro de fidalgo da casa real, em 8 de abril de 1740 — guarda-mór da Torre do Tombo, em 12 de fevereiro de 1745—sargento-mór de batalha, em 4 de novembro de 1750 — mestre de campo general e engenheiro-mór do reino, em 24 de janeiro de 1758 — cavalleiro de Christo, em 4 de novembro de 1759—mestre d'elrei D. José, quando principe, e dos infantes D. Pedro e D. Carlos—academico da real academia de Historia e chronista da casa de Bragança.

Foram tambem notaveis os serviços de Manuel da Maia n'este periodo, mas o sr. Cascaes especialmente se occupa dos que praticou como guarda-mór da Torre do Tombo, merecendo que se lhe chamasse o restaurador do real archivo.

João Pedro Ribeiro, nas suas *Memorias authenticas para a historia do real archivo*, refere, na maior parte, os serviços que Manuel da Maia prestou ao archivo antes e depois de 1 de novembro de 1755. É certo que João Pedro Ribeiro imputa ao zeloso guarda-mór falta de luzes para aquelle emprego; diz, porém, que, os seus trabalhos no archivo mostram o seu ardente e infatigavel zelo ácerca do mesmo archivo, que melhor manifestou por occasião do terramoto de 1755, salvando-o sem perda alguma, e no

projecto que formou de fazer encadernar os livros, que andavam sem resguardo, e em reduzir a um corpo chamado chronologico todos os papeis soltos, que fóra da ordem das gavetas se acham no mesmo archivo.

Compõe-se o corpo chronologico organisado pelas diligencias de Manuel da Maia de 526 maços com 82:902 documentos originaes, copias e minutas, desde a era de 1161 até ao anno de 1698; na catalogação dos documentos não se conservou rigorosamente a ordem que o titulo da collecção indica, porque não estão postos na ordem chronologica. É justa a censura, mas é mesquinha a critica ao provimento do logar de varredor do archivo em um preto, dizendo João Pedro Ribeiro, *que n'isto mostrou Manuel da Maia o seu genio minucioso e a sua exactidão*, por se persuadir que a instituição do emprego de varredor era para um preto, por assim constar do tempo do guarda-mór Damião de Goes, e ainda depois.

O sarcasmo não devia sair da penna de João Pedro Ribeiro, porque elle que entendia os documentos e diplomas que constituem o peculio do archivo; elle que sabia avaliar a importancia do mesmo archivo, jámais devia menospresar o guarda-mór, que salvára aquelle grande repositorio historico com o mais heroico valor—valor superior ao dos campos de batalha, porque o manifestou no meio de uma catastrophe capaz de atterrar os mais animosos.

Mas o orgulho dos homens é assim, Manuel da Maia fizera relevantissimos serviços ao archivo, e ainda quando os resultados do seu zelo não correspondessem ás exigencias da sciencia, era sempre digno do respeito d'aquelles que presavam a sciencia da diplomatica, e sabiam que, perdido aquelle thesouro, a historia do paiz perdia os seus titulos. Mas sem embargo da sua *falta de luzes*, Manuel da Maia organisou o archivo, e conseguiu legar aos homens, como João Pedro Ribeiro, os subsidios, com que poderam adquirir a sua reputação, e fazer bons serviços á historia do paiz.

III

Manuel da Maia, salvando o archivo nacional do incendio que se seguiu ao terramoto de 1755, prestou um serviço que merece a qualificação de heroico.

Vejamos como o sr. Cascaes refere este successo; é eloquente a sua escripta:

«Amanhecera o infausto dia 1.º de novembro de 1755. Os maiores edificios da formosa e vasta Lisboa, vêdel-os estremecendo em seus proprios fundamentos, que, por compactos e subterraneos pareciam mais solidos: — depois oscillando em furioso vaivem: — depois estalando com fragor desusado e terrivel, sacudindo temerosamente seus membros desconjunctados, que na quéda vão dando, ao mesmo tempo, morte e sepultura a centenas de infelizes, que não logram escapar-se. Milhares de outros, transidos de medo, fogem desatinadamente, procurando um logar de refugio. Soam gritos de dôr e de espanto! A anarchia da naturesa, de todas a mais confusa e ensanguentada, triumpha! Á ruina succede o incendio — ao horror, o horror! — E é agora, é ahi, é no meio d'esse pavoroso cataclysmo, em que os mais seguros animos vacillam, que Manuel da Maia, a quem estava confiada a guarda do archivo da Torre do Tombo, situado então no Castello de S. Jorge, corre áquella fortalesa, rompendo por entre chammas e ruinas;—espalha no meio do cahos a luz de um animo tranquillo. dando acertadas providencias;—redobra de coragem;—affronta o perigo; e quando cada um que foge, procura levar comsigo o melhor das suas riquesas, elle, triplice heroe de valor, de desinteresse e de patriotismo, deixa que arda a propria casa, sem lhe acudir, para salvar, não, como Eneas, a sua familia e os seus penates, mas, mui melhor do que elle, para salvar esse thesouro precioso, que encerra o haver de muitos, e as glorias da patria!»

Esta pintura energica do nobre feito de Manuel da Maia dá a medida do que elle foi, e da gratidão a que tem direito.

Foi um heroe, porque só um grande animo era capaz de tamanho esforço, em tão horroroso lance. Todos fugiram; só Manuel da Maia corria a cumprir o seu dever, no meio do perigo—e que perigo! Faz estremecer só a recordação d'essa horribilissima catastrophe!

Estava salvo o archivo confiado ao zelo e á dedicação de Manuel da Maia. Antes do terramoto tinha elle feito muitas diligencias para o pôr em boa ordem, não sendo a menor a collecção e coordenação das bullas e breves, que an-

davam dispersas por differentes cartorios. Foi Manuel da Maia quem compilou esses diplomas e os alphabetou, colligindo 16 maços, e completando dois tomos de collecção e concordancia das ditas bullas e breves.

Depois do terramoto, por aviso de 6 de novembro do mesmo anno de 1755, foi auctorisado para restaurar, com ampla auctoridade, o regio archivo.

Foi o archivo provisoriamente abrigado em uma barraca de madeira, construida no mesmo local do Castello, e Manuel da Maia desde logo proveu á sua segurança, e arranjo, até que, por aviso de 19 de agosto de 1757, foi encarregado de ajustar com o abbade do mosteiro de S. Bento, o arrendamento das casas chamadas dos Bispos, contiguas ao mesmo mosteiro, para ahi se estabelecer definitivamente o archivo. O preço do arrendamento foi de 480$000 réis annuaes. A mudança das barracas do Castello para a nova casa de S. Bento se fez nos dias 26 e 27 de agosto de 1757, e é n'esta casa onde ainda agora se acha.

Do seu infatigavel zelo no desempenho d'este cargo, dá testemunho João Pedro Ribeiro, o qual, apesar do sarcasmo, que, como vimos, dirige a Manuel da Maia, enumera a serie de trabalhos por elle realisados para a organisação do archivo, e diz:—«e tudo chegou ainda a concluir o in-«fatigavel zelo d'este guarda-mór.»

Afinal, a edade e molestias de Manuel da Maia impossibilitavam-no para o exercicio do seu cargo, e em 3 de setembro de 1768, lhe foi nomeado successor, o qual tomou posse a 12 do mesmo mez e anno: e a 17 do mesmo mez e anno falleceu Manuel da Maia, cinco dias depois do desembargador José de Seabra da Silva tomar a posse.

Foi uma vida de 70 annos de bons e leaes serviços. E lá foi o honrado engenheiro-mór do reino, e guarda-mór e salvador do archivo da Torre do Tombo descançar na casa do capitulo do convento de S. Pedro de Alcantara; ignorando-se hoje qual fosse a sepultura onde encerraram o seu cadaver, pois que não se encontra nenhuma noticia a similhante respeito.

É tradição no archivo, que ainda ali existe uma memoria do seu guarda mór Manuel da Maia. Disse-nos o sr. Goes, nosso collega, que ouvira dizer ao fallecido sr. José Manuel Severo Aureliano Basto, que o antigo relogio do archivo pertencera a Manuel da Maia, e que este lh'o doara.

Costumava dizer o sr. José Manuel, que o relogio era o empregado mais antigo da repartição. O honrado official-maior do archivo ainda conhecera contemporaneos de Manuel da Maia, e a elles ouvira referir o que deixamos dito. É pois historico aquelle relogio, que ainda agora regula bem.

Não finda aqui a noticia biographica de Manuel da Maia; o sr. Cascaes remata-a, pondo em relevo os dotes do seu coração, e as virtudes que esmaltaram uma tão longa vida, toda dedicada ao serviço da patria.

Não sabemos se effectivamente Manuel da Maia, aos 12 annos de edade, fez á Senhora do Pilar os votos, a que já alludimos; mas, passa como certo que procedeu, como se os tivera feito. Viveu sempre celibatario, e cumpriu as obras de caridade que se impozera.

Dotava annualmente nove donzellas com 100$000 réis; provia de cirurgião, botica e roupa lavada o hospital dos incuraveis; dava mensalmente um *rosario* de pães aos presos do Limoeiro; soccorria a mendicidade com muitas esmolas, e mais efficazmente a pobresa envergonhada, a quem, em caso de doença, não faltava com o curativo e preciso alimento.

Para cumprir estas obras de misericordia, empregava, por certo, Manuel da Maia, um avultado cabedal. Eram pingues os seus vencimentos; mas parco devia ser o seu viver. Quem assim pensava tanto nos pobres, pouco havia de pensar em si. Para acudir ás necessidades de uma vida frugal, pequena era a despesa n'aquella época, portanto, muitas sobras devia ter Manuel da Maia dos seus vencimentos, e todas empregava em beneficio dos pobres.

Manuel da Maia, além dos seus soldos de tenente-general e engenheiro-mór do reino, vencia, como guarda-mór da Torre do Tombo, 410$000 réis pela alfandega de Lisboa, e 20$000 réis, pela chancellaria mór do reino; pela casa de Bragança, recebia 60$000 réis, e mais a ordinaria de 400$000 réis annuaes, o que tudo prefaz a somma de 880$000 réis.

Não temos á vista a tabella dos soldos que lhe competiam como tenente-general e engenheiro-mór do reino; mas deviam ser relativamente avultados, e reunidos aos que ficam indicados, subiria a importancia total a uma quantia sufficiente para o cumprimento das caritativas obrigações, que a si proprio se impozera.

Tal foi Manuel da Maia, de nascimento obscuro, mas nobre pelas suas acções; e o sr. Cascaes cita a este respeito o que disse o padre Antonio Vieira—«Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliario de vossos avós, ide ver a matricula das vossas acções.»—Longa e honrada é a matricula das acções de Manuel da Maia.

Conclue o sr. Cascaes o elogio historico do architecto do aqueducto das aguas-livres com esta exclamação, que depois commenta:—«Manuel da Maia em casa de Nuno Alvares!»—Fôra na sessão solemne da associação dos architectos civis, em que o sr. Cascaes lera o elogio de Manuel da Maia, inaugurado o retrato d'este insigne varão, e d'ahi tirou pretexto para a sua exclamação, e para os commentarios que se lhe seguiram.

Propoz o biographo de Manuel da Maia, que a associação abra uma subscripção nacional destinada a restaurar a obra do Condestavel, com a clausula de que se ha de conservar uma capella decentemente ornada, para n'ella serem depositados os restos mortaes do glorioso capitão das hostes d'el-rei D. João I. Diz o sr. Cascaes: — «E quem po«deria faltar?—Rei e nobres, que são o seu illustre sangue? «O clero, de quem fôra poderoso e leal confrade? O povo, «que concorria a visitar seu tumulo para lhe tributar ado«rações de santo? Senhores, vede que não ha aqui um «louco, menos abastado, a pedir que se mandem fabricar «joias de elevado preço, para ridiculamente se enfeitar; mas «em vez d'isso, o cavalheiro pundonoroso, e de bom go«verno, pugnando pela conservação do antigo solar de seus «avós. Não é mais um monumento que se pede, é a res«tauração do que já existe. Não é uma divida que se paga, «é uma excommunhão de vergonha que se levanta.»

É verdade:—A restauração do antigo templo erigido pelo condestavel é uma excommunhão de vergonha que se levanta. Aquellas paredes venerandas que ha mais de quatro seculos deram abrigo ao condestavel, eram, ha ainda tres annos, o abrigo de uma estrumeira!! Ali concorria o povo a adorar o valoroso capitão, que depoz a espada para empunhar o bordão do frade: ali viveu os ultimos annos, desenganado do mundo, em humilde habito, o soldado que em batalhas fôra o terror dos inimigos da patria: ali finalmente repousou o que foi tronco de uma nobilissima familia, que o esforço patriotico poz no throno;—tudo isto esqueceu, e

aquellas paredes gigantes, que dão testemunho da grandesa do espirito de quem as levantou eram vilmente profanadas. Houve quem pretendesse dar-lhes um destino honrado, e conseguiu-o, mas a custo: agora cumpre levar ao cabo a obra da reparação.

O pensamento do sr. Cascaes é generoso e patriotico, porque tudo espera dos portuguezes fieis á santa memoria de D. Nuno Alvares Pereira, que morreu sendo o irmão Nuno de Santa Maria. E não é só um preito ao *Santo Condestabre—Bone portuguez,*—como diziam as coplas que os romeiros cantavam junto do seu tumulo, é tambem um pensamento altamente artistico para haver um logar que seja o repositorio de muitas lembranças das artes de outros tempos, que, não sendo guardadas, se perderão.

A idéa do sr. Cascaes será reduzida a um projecto de que a associação terá de occupar-se, e ao qual prestaremos todo o nosso apoio.

Concluindo este nosso trabalho, devemos dizer que o sr. Cascaes não escreveu a biographia de Manuel da Maia, escreveu o seu elogio historico, descrevendo em ligeiros traços, as principaes acções d'esse insigne varão, e enumerando os actos de virtude que praticou, pois que esta é a indole de taes trabalhos. E se o sr. Cascaes quizera entrar em empresa mais vasta, para isso lhe sobram os cabedaes. Comtudo ainda o Elogio, quando sair impresso no jornal da associação, virá acompanhado de algumas notas para esclarecimento do texto.

OS BOTEQUINS DO CHIADO

Fechou-se o antigo *Café Marrare*, por ter acabado o arrendamento que d'elle fizera o sr. Ferrari á viuva do sobrinho do seu fundador.

O café Marrare, por antonomasia o *Marrare de polimento*, porque tinha a armação de madeira polida — e n'isto se distinguia então de todos os outros — foi frequentado pela melhor sociedade de Lisboa, e, cousa singular, em tempos mais antigos era ali prohibido fumar!

O Marrare fundador d'este botequim, do do Arco do Bandeira, chamado das *Sete Portas*, e de outro que existiu, onde hoje está a taberna ingleza, no caes do Sodré, era homem de muito gosto, e foi o restaurador dos botequins em Lisboa.

N'essa época todo o serviço dos seus botequins era de boa prata, e não, como hoje por ahi se vê, de prata fingida; tinha preciosos vinhos e licores.

Ultimamente o Marrare do Chiado tinha mui poucos frequentadores.

Os casquilhos, os janotas, por muitos annos ali tiveram o seu quartel general, até que pouco a pouco foi caindo a moda de frequentar este botequim, e agora parece-nos que acabou para sempre.

Vem a proposito darmos noticia de todos os cafés que houve no Chiado e suas visinhanças.

Na loja, onde está o estabelecimento do sr. Lombré, existiu, até 1834, o café chamado do Baptista, seu dono. Occu-

pava as duas portas de cima: as outras duas eram da loja de um cerieiro.

O Baptista era italiano, e o café permaneceu por muitos annos.

Na loja, onde agora está a sr.ª viuva Barreira, houve o botequim do Lourenço, o qual acabou por 1836 ou 1837.

Na loja, á esquina da travessa de Estevão Galhardo, onde actualmente se acha uma camisaria, esteve o botequim do Toscano. Era antigo e o seu proprietario italiano.

N'este café se reuniam os artistas de S. Carlos, e ahi se jogava muito a pula e os pausinhos á italiana. Teve grande freguezia.

Outros botequins houve, os quaes, posto que não estivessem no Chiado, pela sua proximidade e pelas pessoas que os frequentavam, se podem mencionar aqui.

Um d'estes foi o afamado Marrare de S. Carlos. Era na esquina da travessa da Parreirinha para a rua da Figueira. Este tambem foi fundado pelo Marrare.

O Marrare de S. Carlos foi muito frequentado pelos peraltas do tempo, os quaes d'ali iam jogar para *casa amarella*, no largo visinho, a qual era, se bem nos lembra, o predio onde hoje está um photographo.

Ali se planearam muitos triumphos e muitas derrotas ás cantoras de S. Carlos.

Este botequim acabou por 1844.

Na esquina da travessa da Parreirinha para o largo de S. Carlos, esteve por largos annos o botequim do Luizinho, que era italiano. Este fechou ha dois annos.

Junto ao adro do Loreto, na loja onde os srs. Gresielli, chapeleiros, teem a sua officina, houve o botequim chamado do Pedro, que alí persistiu por muitos annos, e que a final era frequentado por gente de baixa condição. O Pedro era tambem italiano.

Como se vê, a maior parte d'estes botequins eram de italianos; e no Chiado aconteceu uma singularidade: n'esta rua estabeleceram-se bastantes estrangeiros, os italianos com botequins, os francezes com livrarias, e mais tarde tambem os francezes cabelleireiros, e modistas.

Agora no Chiado só ha um botequim, é o chamado *Café Central*, que se estabeleceu ha tres ou quatro annos; todos os mais acabaram, e até o do *Casino Lisbonense* não pôde snbsistir.

Ainda nas proximidades da luxuosa rua houve tres botequins nos casebres do Loreto, os quáes acabaram quando foram de todo demolidas aquellas ruinas.

Um d'esses botequins era o do Thiago, muito antigo, á esquina da rua do Loreto. Este Thiago era gallego e foi casado com uma senhora ingleza.

Na rua do Loreto, estavam dois botequins, um era do José das Pernas Grandes, tambem gallego, e o outro não sabemos a quem pertencia.

Eis-aqui a historia dos botequins do Chiado, que hoje, segundo parece, são estabelecimentos que não fazem fortuna n'essa rua.

O Marrare foi homem de muito bom gosto. Tudo quanto tinha e fazia era com grandesa, e vivia bem; e nos mesmos cafés que fundou, e de que ainda existem restos, se conhece qual era o seu bom gosto. Era tudo bom e solido, como agora se não usa.

Estas noticias foram escriptas em 1866.

A TORRE E O RELOGIO DA AJUDA

No alto da Ajuda e em frente do real palacio, eleva-se uma elegante torre, ornada de bons sinos, com o seu relogio.

Pertencia esta torre á egreja patriarchal, e teve a fortuna de escapar ao vandalismo posterior á restauração.

A primitiva egreja patriarchal foi instituida na capella real dos paços da Ribeira. El-rei D. João V, enlevado nas magnificencias do culto, e sacrificando ao fausto religioso, uma grande parte do oiro do Brasil, pretendeu levantar novo edificio para a patriarchal. Houve varias consultas de fidalgos, architectos e medicos sobre a escolha do local, optando muitos por que fosse no sitio de Buenos-Ayres, por ser sadio. Mas estes projectos do magnifico rei caducaram, e limitou-se a engrandecer e restaurar a capella real, para melhor accommodação da egreja metropolitana e patriarchal.

Grandes foram as riquesas com. que El-rei D. João V dotou a patriarchal, não só em rendimentos, mas em alfaias, paramentos, etc., e assim tambem quiz que tivesse uma torre de sinos appropriada, a qual mandou construir, além de outra para o relogio, cujos sinos tambem tocavam nas festas de 1.ª classe.

Tinha 9 sinos a torre, e o maior pesava 800 arrobas, tanto como o de Mafra, e todos elles juntos pesavam 1:353 arrobas. Cada sino tocava em casos especiaes; assim, o maior só tocava nas festas de 1.ª classe, e nas exequias das pessoas reaes, dos patriarchas, cardeaes e principaes; o segun-

do tocava nas festas de 2.ª classe, e nas exequias dos fidalgos titulares, dos monsenhores e conegos; e até havia um que tocava por morte dos sachristas da patriarchal.

Tudo era bem regulado, e até nos sinos se guardavam e respeitavam as cathegorias!

O terramoto de 1755, e o subsequente incendio arrasaram completamente a capella real, e destruiram todas as riquesas ali amontoadas. Mas o sino grande escapou do desastre apenas com uma asa quebrada, e veiu ou devia vir para a torre do novo templo patriarchal, que se construiu nas obras do conde de Tarouca, hoje largo do Principe Real, ou da Patriarchal Queimada, em consequencia de ter ardido o novo templo, por lhe ter posto fogo o armador.

Não sabemos que fim teve o sino grande; talvez depois o reduzissem a patacos, emprego mais util que atormentar os ouvidos dos fieis.

El-rei D. José, depois do terramoto, mandou construir o palacio da Ajuda. Era um edificio provisorio, e junto d'elle se levantou a capella real, para onde em 26 de maio de 1792 passou a patriarchal, sendo tambem a capella uma construcção provisoria.

Depois d'isto mandou a rainha D. Maria I construir uma torre de cantaria lavrada, porque a que havia era de madeira. Foi incumbida a construcção ao coronel Manuel Caeano de Sousa, architecto das obras reaes, e da egreja patriarchal, e na torre se collocaram 8 sinos mui harmoniosos, além de mais 3, que pertencem ao relogio.

Succedeu o incendio do palacio da Ajuda, em 10 de novembro de 1794; mas a capella e a torre ficaram intactas.

Foram os sinos sagrados em 25 de maio de 1793, pelo cardeal patriarcha D. José Francisco de Mendonça, e tocaram pela primeira vez em 29 de abril do mesmo anno, para festejar o nascimento da senhora princesa da Beira, D. Maria Theresa.

O relogio foi incumbido ao mestre José da Silva Mafra, relojoeiro do convento e palacio de Mafra, o qual desempenhou a commissão com muita habilidade, e o assentou na torre, começando a regular o seu curso no dia 8 de setembro de 1796.

É mui elegante a torre, e orna aquelle alto, e até dá relevo ao edificio real. É Lisboa muito desprovida de torres que façam sobresair a perspectiva da cidade, e como que

lhe dêem mais nobresa. A torre da Ajuda enobrece o sitio, e tem de mais a vantagem para os moradores de ser um relogio publico.

A torre tem uma grimpa de bronze doirado, com 31 palmos de alto, e o gallo do catavento tem 18 palmos de comprimento do bico á cauda.

São oito os sinos, muito bem afinados, e teem de peso: o 1.º, 287 arrobas; o 2.º, 211; o 3.º, 146; o 4.º, 118 e 8 arrateis; o 5.º, 90 e 24 arrateis; o 6.º, 64 e 24 arrateis; o 7.º, 48 e 12 arrateis; o 8.º, 41 arrobas.

Os tres do relogio pesam: o das horas, 331 arrobas e 15 arrateis; o das meias horas, 272 arrobas; o dos quartos, 100 e 8 arrateis.

Parece-nos que o sino das horas é o maior que ha em Lisboa; e todos os d'esta torre são os mais harmoniosos.

Em 1834 foi demolida a capella real, no que nada se perdeu, porque era uma construcção sem importancia, e assim se desobstruiu aquelle largo, que bem merece que o aformoseiem, porque é um dos sitios mais bellos dos arredores de Lisboa, ou de Lisboa.

O relojoeiro José da Silva Mafra, tanto amor tinha ao seu relogio, que, depois de extincta a patriarchal, e arrasada a egreja, ficou durante muitos annos cuidando do mesmo relogio. com o maior zelo, e sem receber nenhuma retribuição. Depois é que o collocaram nas classes inactivas, como os demais empregados.

Ora, José da Silva Mafra não desamparou nunca a torre, e tratou da sua conservação e do relogio com tanto zelo, que bem merecia que o governo o houvesse contemplado com o vencimento por inteiro, pois que serviu por muitos annos gratuitamente. E se não fôra elle, já torre e relogio estariam abandonados.

O relogio é indispensavel n'aquelle sitio, visto não haver outro. Parece que se pensou em o mudar para o arco da rua Augusta, mas, segundo ouvimos, este plano não vigorou. Na verdade parecia-nos desacertado.

O relogio regula muito bem, e se o tirassem d'ali, naturalmente arrasavam a torre, o que seria um acto vandalico.

VINTE E UM DE DEZEMBRO

Era o dia 21 de dezembro, de grande alvoroço para os homens de officio de Lisboa, porque n'este dia era de uso fazer-se a eleição do juiz do seu povo e seu escrivão, dos deputados da Casa dos vinte e quatro e dos quatro procuradores dos mesteres, que serviam na mesa do senado.

Era dever do muito honrado juiz do povo, na ultima audiencia, antes do dia 21, ir á presença d'el-rei, pedir-lhe venia para no dito dia se proceder á eleição da nova Casa, e depois devia ir *contemplar o primeiro ministro*, para o mesmo fim, como mandava o *regimento das suas acções*.

No dia 21 se reunia a Casa, e concorria muito povo, a esperar o resultado da eleição. Logo de manhã, os que serviam, de capa e volta, iam em seges esperar e conduzir os que os haviam de substituir.

Acabada a eleição, abriam-se as janellas e appareciam os eleitos com ramalhetes de flores na mão, e recebiam os parabens.

No dia 7 de janeiro, o muito honrado juiz do povo, o seu escrivão e os quatro procuradores dos mesteres iam á camara, para em acto de vereação se dar a posse aos quatro procuradores; e com certo ceremonial, o juiz do povo apresentava os quatro procuradores ao tribunal, e entregava as procurações que lhes davam assento na mesa do senado.

O juiz do povo tinha logar mui distincto em todos os actos publicos, e era obrigado a assistir na capella real a differentes solemnidades religiosas, designadamente ás da semana santa.

No dia 1 de janeiro devia ouvir missa e confessar-se antes, para que Deus o dirigisse em todas as suas acções; e depois concorrer ao paço, a dar as boas festas a el-rei em nome do povo da capital, e assistir á solemnidade religiosa do dia. Tambem era obrigado a fazer os cumprimentos, por bons annos, aos ministros, cardeaes, nuncio, membros do senado, e egualmente ao seu antecessor.

Pelo alvará de 3 de dezembro de 1771, deu el-rei D. José nova regulação á Casa dos vinte e quatro. As dez bandeiras, e outros officios não embandeirados, davam um homem á Casa, ou todos os annos, ou alternativamente, um cada officio.

Da bandeira de S. Jorge, os barbeiros de barbear e os de guarnecer espadas davam todos os annos um homem, e os outros oito officios de que constava a bandeira, o davam alternativamente.

A bandeira de S. Miguel não tinha officio privilegiado; iam os officios alternadamente.

Da bandeira de S. Chrispim, davam os sapateiros todos os annos um homem, e os mais officios por sua ordem cada anno.

A bandeira de Nossa Senhora da Conceição: tinham os cerieiros a preeminencia de irem á Casa mais vezes que os quatro officios annexos, que só iam de oito em oito annos.

Bandeira de Nossa Senhora das Mercês, davam em ordem alternada.

Bandeira de S. José: iam de oito em oito annos: os officios de cabeça, pedreiros e carpinteiros de casas, iam mais vezes que os annexos, porque estes tambem davam de oito em oito annos.

Bandeira de S. Gonçalo, constava de quatro officios, e seguiam a alternativa de quatro annos.

Bandeira de Nossa Senhora da Oliveira, os confeiteiros mandavam á Casa, um anno sim, um anno não, e os officios annexos de quatro em quatro annos.

Bandeira de Nossa Senhora das Candeias; os alfayates mandavam todos os annos: e os annexos em maior ou menor prazo.

Bandeira de Nossa Senhora da Encarnação, iam de seis em seis annos, uns, e outros, de oito em oito.

Os tanoeiros davam dois homens á Casa cada anno; os cerieiros outros dois, os ourives do ouro e lapidarios, um

alternadamente, e do mesmo modo os ourives da prata e lavrantes, etc.

O muito honrado juiz do povo gosava de certas preeminencias.

Em tempos mais antigos, os mesteres em exercicio eram isemptos das penas infamantes.

Em tempo d'el-rei D. Manuel, se ordenou que dos procuradores dos mesteres, um fosse christão novo e os outros tres christãos velhos: venciam annualmente 4$000 réis e 2 moios de trigo, e depois se lhes accrescentaram mais 2$000 réis.

D. João IV determinou que um dos mesteres assistisse á junta dos Tres Estados.

A instituição da Casa dos vinte e quatro era democratica, e nasceu pouco depois da acclamação do mestre d'Aviz, como defensor e regente do reino. Muito deveu o preclaro D. João I ao povo de Lisboa, n'essa conjunctura; e é bem sabido o facto do tanoeiro Affonso Annes Penedo, que desembainhando a espada, na casa do Senado, onde a nobresa hesitava em reconhecer o mestre como regente, em taes termos fallou, que acabou com as hesitações.

O ultimo muito honrado juiz do povo foi o cerieiro Candido Lucas Evangelista da Costa, eleito já em 1834.

Por decreto de 7 de maio d'esse mesmo anno, foi abolida a Casa dos vinte e quatro, o juiz do povo, e os mesteres, por ser uma instituição contraria aos principios da carta, e adversa ao desenvolvimento da industria, por lhe tolher a liberdade.

A organisação dos gremios era com effeito prejudicial ao desenvolvimento da industria; mas a instituição do juiz do povo e dos mesteres, era altamente democratica.

Acabaram os homens de officios; hoje só ha artistas (querem dizer, *artifices*); já não ha officiaes de officio, ha industriaes; já não ha mestres, o que antes era um titulo de honra, hoje se toma como injuria.

Aristocratisou-se a Casa dos vinte e quatro, á sombra da liberdade.

Quando um artifice adquiria o titulo de mestre, grangeava o respeito de todos, porque, á força de trabalho chegara ao logar mais eminente no seu officio. E ha hoje tantos que se deshonram de que lhes chamem mestres! Pois os homens de officios não devem envergonhar-se da insti-

tuição da Casa dos vinte e quatro, embora não a desejem, por que effectivamente comprimia o trabalho; mas por ella se nobilitavam, e por meio d'ella representavam o povo.

Instituição caduca, e sem rasão de ser, no regimem liberal, porém ainda digna do respeito dos filhos do povo.

A representação municipal acabou, porque as camaras são mais repartições dependentes do ministerio do reino, que instituições democraticas e municipaes.

A FREIRA SANTA DA ANNUNCIADA

Pretende a irmandade da freguezia de S. José, colher fundos a fim de reconstruir a antiga e arruinada egreja da Annunciada, passando para ali a freguezia, porque o templo, onde ora se acha, pertence á irmandade dos carpinteiros; e parece que as duas irmandades não estão de accôrdo.

No sitio da Annunciada existiu, antes do terramoto de 1755, um mosteiro de freiras, sob a invocação de Nossa Senhora da Annunciada. Habitaram ali primeiro os religiosos de Santo Antão, em 1400. Estes trocaram a casa com a das freiras da Annunciada, que D. Manuel fundára em 1519, ao pé do Castello. As freiras trouxeram d'esta fórma a invocação da Annunciada para o convento dos frades de Santo Antão, e estes levaram o nome do santo para o mosteiro que se ficou chamando de Santo Antão o Velho.

Com o terramoto o edificio da Annunciada padeceu grande ruina, perecendo 10 freiras; as que sobreviveram á catastrophe passaram para o convento de Santa Joanna.

Defronte do mosteiro da Annunciada, no sitio onde existia um predio, era o soberbo palacio dos condes da Ericeira, que o terramoto arrasou completamente.

O mosteiro da Annunciada foi celebre pelo caso de uma freira, que ali houve em 1588, e soube fazer-se intitular a *freira santa da Annunciada!*

Soror Maria da Visitação, assim se chamava ella, soube illudir as credulas d'aquella época, fazendo-lhes acreditar que era santa. Fingiu ou fez feridas na cabeça, pintou cha-

gas nas mãos com grande dissimulação e artificio, e usando de toda a astucia, conseguiu que os papalvos d'então acreditassem que lhe tinham vindo do céo por milagre, para se renovar na sua pessoa a memoria da paixão de Christo.

Com mil embustes, com variadas prophecias logrou tal reputação de santa, que correu por toda a Hespanha e até por toda a christandade.

Todas as pessoas auctorisadas da época a visitavam, e buscavam nas entrevistas com ella robustecer a sua fé, julgando que praticavam um acto mui agradavel a Deus. O proprio cardeal Alberto, que era governador d'este reino por D. Filippe II de Castella, lhe pedia as suas orações, como mais efficazes. Finalmente todos a veneravam como descida do céo.

Havendo de partir a armada, a que chamaram a Invencivel, levaram em procissão o estandarte real de Castella á freira santa para que o benzesse, confiando ás suas orações o bom successo da audaciosa empresa.

Assim viveu muitos annos soror Maria da Visitação na conta de santa e divinamente inspirada, illudindo as experiencias dos homens mais doutos e tementes, como foi o proprio frei Luiz de Granada.

Repetiam-se as experiencias para verificar se era real a inspiração da freira santa, até que depois de trinta dias de rigoroso exame pelos ministros do Santo Officio da Inquisição, se descobriu que a freira era uma embusteira, sendo então desterrada para Abrantes, onde veiu a morrer, cumprindo as duras penitencias que lhe impozeram.

Feliz tempo em que uma mulher esperta sabia illudir os homens mais sabedores e mais auctorisados, levando-os a crer que era santa! Hoje mandavam-a para Rilhafolles, e logo se lhe acabava a inspiração. Um exame de trinta dias feito por abalisados theologos, é uma coisa realmente caricata, e que não abona o senso commum dos inquisidores, nem o dos homens mais importantes da época.

Na verdade apesar das lamentações dos louvadores do tempo passado, sempre temos caminhado bastante.

Passados vinte ou trinta annos depois do caso da freira santa da Annunciada, em 1631 dizia fr. Balthasar Paes, —«não houve tempo de mais hypocritas e de maior hypo-«crisia que este em que vivemos.»

Eram tolos, ou faziam-se.

A FONTE DA SAMARITANA E O PAÇO DE XABREGAS

I

Vamos tratar de um monumento, permitta-se-nos assim chamar-lhe, que, pela sua antiguidade, não o deveriamos ter deixado chegar ao estado de abandono, em que actualmente existe.

Comtudo — ainda nos admira que elle não tenha sido derribado, como tem succedido a outros muitos.

A virtuosa rainha D. Leonor, mulher d-el-rei D. João II, a quem se deve a fundação do hospital das Caldas, a instituição da irmandade da misericordia de Lisboa, e a erecção do convento da Madre de Deus, foi quem mandou construir a fonte da Samaritana, em Xabregas.

Conservou-se esta fonte, por muitos annos, junto á egreja da Madre de Deus; sendo d'ali transferida para o logar onde hoje se acha, por mandado de D. Francisco de Sousa Calhariz, presidente do Senado.[1]

Na citada fonte veem-se em relevo, em pedra de tosca esculptura, a imagem de Christo, e a da mulher da Samaria; assim como duas fitas, nas quaes se acham gravadas, em caracteres gothicos, as primeiras palavras do dialogo que o Salvador teve com a Samaritana, junto ao poço de Jacob, visinho a Sichar.

No tanque da fonte, estava a empresa das armas da rainha, que é uma rede, a que os pescadores chamam de rasto, em

[1] Vide *Jornal das Bellas Artes*, vol. 1.º, pag. 82.

memoria do tragico fim do principe D. João, seu filho, junto a Santarem; successo relatado pelos nossos historiadores, e mencionado pelo poeta setubalense Vasco Mousinho de Quebedo, no seu poema *Affonso Africano:*

... na villa a quem cerca e rega o Tejo,
Um dia alegre por seu mal passeia:
Arremessa o cavallo, vendo ensejo,
Ó espectaculo duro, quem te creia!
Debaixo fica, e todo se desmaia
Amortecido na infelice praia.

Ó cega confusão de quem se fia,
Em bens caducos que não tem firmeza!
Aquelle, que em belleza e galhardia,
(Modelo singular da natureza)
Dos mais bellos a fama escurecia,
Já tem perdida a côr e a gentileza,
Este, a quem era Portugal estreito,
D'um pobre pescador acceita o leito.

A fonte, infelizmente, acha-se despresada, e o tanque, primitivamente destinado para receber a agua, existe quebrado.

II

O palacio de Xabregas, onde estava o novo asylo de mendicidade, e que hontem ardeu, teve uma origem interessante, pela pessoa que o fundou; e é singular, que sendo fundação de uma piedosa rainha, a mais piedosa de todas, viesse a ter um destino tão caridoso, como albergar a pobresa e a invalidez; mas por um acaso lastimoso, quando o palacio da virtuosa rainha era o palacio da pobresa, um incendio o reduz a ruinas!

Foi a rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. João II, quem edificou o palacio de Xabregas, ao qual se dava o nome de Paços de Enxobregas. Parece que foi depois da sua viuvez, que emprehendeu essa edificação.

Os leitores sabem que foi esta rainha a instituidora da Santa Casa da Misericordia. e, se não tivera outros titulos para merecer os respeitos humanos, bastava-lhe, para engrandecer a sua memoria e tornal-a venerada, essa instituição, a maior, a mais caridosa, que jámais foi imaginada, afim de acudir ás miserias e enfermidades da fragil humanidade.

N'esses paços habitou a rainha D. Leonor, nos ultimos annos da sua vida; e bem perto d'elles repousa, pois que foi sepultada no visinho mosteiro de religiosas da invocação da Madre de Deus, e que tambem hontem foi ameaçado pelas chammas que devoraram o palacio. Ahi descança egualmente a duquesa D. Isabel, sua irmã, mulher do infeliz duque de Bragança, D. Fernando II, decapitado por ordem d'el-rei D. João II, seu cunhado!

Nos paços de Enxobregas habitaram el-rei D. João III, a rainha D. Catharina, sua mulher, regente, na menoridade do seu neto el-rei D. Sebastião, e n'elles morreu. N'estes paços esteve reclusa a duquesa de Mantua, depois da acclamação d'el-rei D. João IV, em 1640.

Depois d'isto, este ultimo monarcha, a rogo da rainha D. Luiza, sua mulher, doou os paços de Enxobregas á condessa de Unhão, camareira-mór da mesma rainha. Os marquezes de Niza succederam na casa de Unhão, no seculo passado, e restauraram completamente o palacio.

Era uma habitação esplendida, ha muitos annos desamparada. Havia salas que mostravam não terem sido concluidas na ultima restauração, que porventura se fez.

A capella era toda revestida de preciosissimos marmores, sendo os capiteis das columnas de marmore verde, e as esculpturas eram magnificas.

Pela sua origem era pois este palacio mui interessante; bastava ser uma memoria da rainha D. Leonor. Lá estão ainda o mosteiro da Madre de Deus, e a fonte da Samaritana, que tambem são obras suas.

O governo adquiriu em praça o palacio, pela quantia de 22 contos de réis, se bem nos lembra, e foi á praça porque estava hypothecado a um credor da casa de Niza, destinando-o desde logo a asylo para a mendicidade. O governo já havia feito obras consideraveis no palacio, talvez no valor de mais de 20 contos, não só nas mobilias e roupas, mas nas accommodações indispensaveis.

Tinha capacidade para recolher 800 individuos, e muitas proporções para se aperfeiçoar e tornar muito apto ao fim a que fôra destinado. Foi uma perda consideravel, e que não deve avaliar-se em menos de 80 contos.

Ha talvez 25 annos houve outro grande incendio no mesmo sitio de Xabregas, ardendo a parte occidental do edificio do convento de S. Francisco, onde então estava a com-

panhia de fiação e tecidos de algodão, e onde agora é, desde 1845, a fabrica do tabaco.

O incendio na fabrica de Xabregas foi a 11 de janeiro de 1844: manifestou-se á 1 hora da noite. Ardeu a parte do edificio que era destinada a uma prisão penitenciaria. O fogo parou na egreja, a qual dividia o edificio e ficou intacta; e por isso escapou a fabrica que estava na parte oriental.

No anno anterior, 1843, em 22 de abril, tinha ardido o edificio que fôra Collegio dos Nobres, e então Escola Polytechnica.

Este artigo foi escripto em 20 de julho de 1867; o incendio do asylo teve logar no dia 19, de tarde.

O asylo foi logo reconstruido, e consideravelmente melhoradas as suas condições. Abriu-se subscripção publica para aquelle fim, que produziu avultada quantia. O resto suppriu o o governo.

Hoje é um estabelecimento magnifico, e exemplar no seu genero.

O convento da Madre de Deus foi, depois d'isso, extincto, e agora se trabalha na restauração do seu templo, e de algumas officinas de caracter historico.

CONDE ANDEIRO

Foi signal de insulto o chamar a alguem *conde Andeiro*, e, segundo parece, tambem se repetia esse nome como de coisa que assombrava, e Bluteau refere que com tal nome, se mettiam medos ás creanças, em fórma de papão, ou como se dizia então: se fazia coco ás creanças.

Todos sabem que João Fernandes Andeiro, o favorito da rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. Fernando, morreu ás mãos do mestre d'Aviz, depois o nobre e grande rei D. João I, e que por causa d'elle e dos seus infamissimos amores com a rainha, esteve este reino á beira d'uma completa perdição.

O nome d'esse homem ficou sendo um padrão de infamia, uma memoria nefanda para o paiz, e com esse nome apodavam os traidores; e o povo o tornou como symbolo de coisa má, e por isso as amas, para assustarem e acalentarem as creanças, lhes faziam coco repetindo o nome infame.

Até os presos do Limoeiro costumavam, por despreso, chamar *condeandeiro* ao preso que não lhes pagava a patente na entrada. Davam-lhe de noite uma assuada com sapatadas, dizendo que era o *condeandeiro*.

E isto passava-se no proprio logar onde fôra o paço da rainha libertina, theatro dos seus amores com o conde Andeiro, e da morte d'esse miseravel.

UM RETRATO D'ELREI D. JOÃO IV

Entre a numerosa collecção de antigos retratos a oleo, que a bibliotheca nacional possue, e que se tem restaurado por esforços do sr. Silva Tullio, encontram-se tres retratos d'el-rei D. João IV; dois de corpo inteiro e um de busto, havendo outro egual d'este, da rainha D. Luiza, sua esposa.

Tratando-se agora da possivel restauração de um dos retratos de corpo inteiro, descobriu-se-lhe a assignatura do auctor, que é esta: *Avellar, fecit, 1643*. Este facto dá maior valor ao retrato, porque d'elle se vê que é contemporaneo, e portanto digno de mais credito do que a maior parte, que são mais modernos.

Os outros dois retratos, que a bibliotheca possue, são tambem antigos; especialmente o de meio corpo deve supporse contemporaneo; está muito estragado, mas conhece-se por todas as indicações que é da época de D. João IV.

Cumpre advertir que apesar de contemporaneos, nem todos os retratos se podem considerar fieis, porque eram pintados de memoria. E se hoje, sem embargo da photographia, que apresenta a vantagem de ter diante imagem exacta do individuo que pretende representar, os retratos, não tirados do natural, não teem fidelidade, quanto mais n'aquelle tempo, em que os retratos das pessoas reaes haviam de ser pintados e esboçados quasi sempre de memoria? Mas esta circumstancia não acontece talvez com o retrato de D. João IV, de que nos occupamos, pelo motivo que diremos.

A assignatura *Avellar* não póde ser senão de José d'Avel-

lar Rebello, pintor de muito merecimento, que floresceu no reinado d'el-rei D. João IV, o que se sabe com certeza.

Todas as memorias e biographias são concordes em affirmar, que Avellar Rebello foi um artista de grande talento. D'elle conhecemos nós apenas dois quadros: um é o *S. Jeronymo*, que esteve na livraria do mosteiro de Belem, e agora está no refeitorio; outro é o *Menino entre os doutores*, no retabulo do altar da primeira capella, entrando na egreja de S. Roque, á parte do Evangelho. Tanto um como outro abonam o distincto talento de Avellar Rebello. O colorido é vigoroso e bello, a composição bem delineada, a expressão bem accentuada, como se póde ver no alludido quadro de S. Roque. Notam-se todavia incorrecções, especialmente nas mãos.

Avellar Rebello foi muito estimado, e teve muito que fazer. Conta-se, e Guarienti repete, que chegou a adquirir tantas riquesas com o seu pincel, que foi senhor de todas as propriedades de uma rua, a qual por isso tomou d'elle o nome. Na freguezia de S. Sebastião da Pedreira, havia com effeito, ao tempo do terramoto de 1755, uma rua chamada — *do Rebello*: — talvez fosse esta, de que já não ha memoria, senão talvez em documentos relativos ás propriedades da dita rua.

Segundo vemos de Taborda, e de Cyrillo Machado, além dos dois quadros de Avellar, a que já nos referimos, existiam ainda, na capella-mór da egreja dos theatinos, seis quadros d'este auctor, e um d'elles assignado. Cyrillo diz, que na portaria de S. Bento havia um grande painel representando o *Triumpho de Nossa Senhora*, e que a Pedro Alexandrino ouvira dizer, que no friso da architectura tinha o nome de Avellar. Ignoramos qual foi o destino d'esses quadros; havemos porém indagal-o. O S. Jeronymo, de Belem, está assignado.

Tanto Taborda como Cyrillo affirmam, que Avellar Rebello foi muito estimado d'el-rei D. João IV, o qual ia muitas vezes ao estudo do artista vel-o pintar, e praticar com elle, e o condecorou com o habito de Aviz.

Esta circumstancia dá maior authenticidade ao retrato que a bibliotheca possue, pois que Avellar Rebello, d'essa maneira teria a facilidade de retratar o rei do natural.

Não póde considerar-se de merecimento o retrato de que nos occupamos; posto que, evidentemente padeceu grande

deterioração, e mão profana desfigurou o trabalho primitivo.

Representa D. João IV, em pé, com a mão esquerda apoiada em uma mesa, sobre a qual está a gorra emplumada com a sua presilha de brilhantes.

O rei veste de lã côr de café, enverga couraça, e por baixo d'esta cota de anta. D. João IV devia, n'essa época de 1643, contar 39 annos de edade, pois nasceu em 1604; mas o retrato apresenta-o mais novo. Como a historia nol-o descreve, a figura é de homem de meã estatura, corpo grosso e robusto, rosto alvo e rosado, faces encovadas, olhos azues, alegres e agradaveis, cabello e barba loiros: n'esta parte o retrato representa o rei com a maior fidelidade.

O desenho é incorrecto; mal póde apreciar-se o colorido pelo estrago do quadro: todavia, o saiote de anta, as rosetas dos sapatos, a presilha da gorra, e ainda o telim e copos da espada, estão tocados com grande delicadesa, posto que no telim e copos da espada se conheça já pincel estranho: a ornamentação da couraça é evidentemente obra de restauro, porque desdiz dos outros accessorios. A cabeça tem expressão agradavel, apesar do colorido estar meio apagado.

Não sabemos d'onde veiu este retrato. A bibliotheca possue alguns retratos de monarchas portuguezes, corpo inteiro, que vieram do mosteiro de Alcobaça: ignora-se se este de que tratamos, ou o outro que já referimos, foi o que pertenceu áquelle mosteiro.

No entretanto, sem embargo da sua deterioração, é um valioso retrato, por ser contemporaneo, e de auctor notavel, cujo pincel distincto ainda se revela em partes.

MEMORIAS DE D. JOÃO DE CASTRO

D. João de Castro é um dos vultos mais gloriosos da nossa historia, é um heroe á antiga. A sua vida foi um compendio de virtudes. Nunca houve homem, nunca existiu cidadão que mais amasse a patria, e que a servisse com maior lealdade. De si deixou tão honrada memoria, que o seu nome é como o symbolo do amor da patria, do desinteresse e da abnegação.

Ha rasgos na vida de D. João de Castro, que parece pertencerem aos tempos heroicos. Se d'elles não existiram tão authenticas testemunhas, dir-se hia que era uma lenda, uma tradição de algum personagem phantastico, de algum heroe de romance. O caso do emprestimo dos 20:000 pardaos para a reedificação da fortalesa de Dio, é talvez unico. Pedira D. João de Castro á camara de Goa aquella somma sob a sua palavra de cavalleiro, e não obstante queria dar penhor ao emprestimo. Vivo elle, a sua palavra era cumprida; morto, quem lhe succedesse podia faltar ao promettido, e cumpria que a camara tivesse penhor. Quiz darlhe os ossos do filho que morrera na fortalesa pelejando pelo rei e pela patria, mas não era possivel tiral-os da terra ainda.

Mandou então as suas barbas, porque «não possuia oiro, «nem prata, nem movel, nem coisa alguma de raiz..... e só «uma verdade secca e breve que lhe Nosso Senhor déra.»

É grande e heroico este acto. Tanta era a consciencia da propria honra, que empenhava os ossos do filho, depois as barbas ao pagamento de uma somma, que pedia para o serviço do rei e não para si.

O vice-rei podía mandar, e pedia; o vice-rei podia exigir o dinheiro para o serviço publico, e pedia-o de emprestimo e sob penhor proprio! E ao cabo, quando estava para morrer, requer que da fazenda real lhe «ordenem uma ho«nesta despesa, e pessoa que o alimente com modesta tai«xa» «porque em casa não havia dinheiro nem para lhe «comprar uma gallinha,» «porque lhe faltavam as commo«didades que acha nos hospitaes o mais pobre soldado.»

Quem n'esta terra sabe ler, sabe a historia do heroe da India portugueza, porque anda em um livro bem escripto, como poucos, e que é popular e frequente nas escolas. Em todas deveria ser compendio de phrase pura e genuina linguagem da opulenta, gentil e harmoniosa lingua portugueza. Assim acostumando os ouvidos á boa linguagem, os moços começariam a aprender como se serve a patria com honra, lealdade e abnegação. E nenhum exemplo se lhes póde offerecer mais eloquente.

Mas tudo isto trouxemos nós a proposito de uns pensamentos de D. João de Castro, extrahidos das cartas por elle escriptas a el-rei D. João III, e ao infante D. Luiz.

São conceituosos os pensamentos, como proprios de tão elevado espirito, n'elles resumbra aquella verdade «secca e breve» que foi o brasão da vida do heroe portuguez.

Vive a sua memoria, mas o seu exemplo.....

Eis-aqui os pensamentos a que alludimos:

«1.º O desconcerto dos portuguezes, e o pouco que cuidam do futuro, estorvam o bem da sua patria.

«2.º Em espaço de 40 annos poude a espantosa desprovidencia dos portuguezes esgotar as riquesas innumeraveis da India, as quaes pareciam sobrepujar as forças dos humanos em muitos mundos.

3.º Quanta fazenda vem de Portugal se consome nas fortalesas e castellos da India, d'esta não se tiram outros fructos, senão oppressões e trabalhos.

4.º Não se póde representar falta e necessidade, que cá não haja para as coisas de serviço d'el-rei; de modo que não ha possibilidade para armar quatro fustas, nem para pagar soldos e mantimentos.

5.º As gallés e galleotas, que achei n'esta terra, são tão velhas e mal reparadas, que nenhuma d'ellas serve para a atravessar golfão; e este mal é o menor que n'ellas ha; por-

que nenhuma noticia chega a ellas de se saberem molhar os remos na agua — uma só coisa teem, que é fazerem tamanho gasto, como as de André Doria. Os outros navios são pequenos, e esses alquebrados e quasi podres.

6.º El-rei tem muitas fortalesas n'estas partes, que verdadeiramente correm d'ellas fontes de oiro; e este nome não é estranho pois antigamente se chamava Malaca, *Aurea Chersonezo*, e, não estaria muito errado, quem suspeitasse que, Çofala seja Ofir, onde Salomão mandava carregar de oiro suas frotas. E as que não tem oiro dão canela, cravo e toda a sorte de drogaria; e sendo assim vejo que os mais proveitosos e ricos despendem mais a el-rei do que lhe dão proveito.

7.º É tal o somno e relaxamento do serviço real, que ha muitos annos que paga el-rei dezesete mil homens, não tendo em seu serviço dois mil.

8.º A gente que tinha sahido escondida a bordo da minha náo (de Portugal para a India), e que começou a apparecer, quando já se julgavam seguros de os não lançarem fóra, foi tanta e tão demasiada, que me poz em muito cuidado, e estive mui perto de tomar as ilhas de Cabo Verde para ahi deixar a que se não podesse levar sem grande risco, mas lembrando me que n'esta conjuncção entrava o verão nas ilhas, onde por a destemperança do ar estava muito certo morrerem todos, determinei fazer minha viagem, pondo o remedio nas mãos de Deus; e não quiz então saber o numero de gente porque não espantasse, e fizesse máo sabor a todos.

9.º Não sei quem se atreverá a arrancar as profundas raizes dos abusos e a soffrer martyrio — e mais em terra, onde o credito e valor se ganham com deslealdades e máos serviços.

10.º Servir o seu rei com amor, trabalhar por lhe aproveitar a fazenda, e fazer justiça imparcial, são ter coisas bastantissimas para ser malquisto e capitulado.

11.º Ser judicioso e amado do povo, são duas qualidades que raras vezes vemos juntas.

12.º Parece que a verdadeira justiça fugiu da terra para o céo, e creio que para mais longe e afastado d'ella.

13.º Os litteratos que vem á India por desembargadores, entram tão mortos de fome, e vivos na cobiça de enriquecer, que nenhuma outra tenção, nem a outro fito atiram.

14.º Para segurança d'esta terra, dizem cá na India que cumpre mandar el-rei muita gente e dinheiro; mas a mim parece-me que com um só homem aremedearia, o qual fizesse justiça e castigasse sem nenhum respeito os fidalgos, assim como fazia D. Henrique, grande e singular varão, o maior dos nossos tempos (D. Henrique de Menezes, o Roxo, que succedeu a D. Vasco da Gama, no governo da India.)

15.º Não achei em toda a India, fidalgo que quizesse acceitar o commando da praça de D o, por estar de guerra.

16.º A virtude quer-se muitas vezes louvada, ajudada, para que não enfraqueça e cance.

17.º Em uma das suas cartas dizia D. João de Castro a el rei — Eu, senhor, vim rico e estou pobre; de 18 annos tomei as armas em seu serviço, seis vezes passei á Africa e lá me nasceram as barbas. Nunca a honra e opinião dos portuguezes foi por mim diminuida, nem maculada. Vinte annos tenho gastado em seu serviço, os melhores e mais estimados da vida. Por amor de Deus, e paga d'estes trabalhos, peço a V. A. que me dê licença para me ir caminho de Portugal a fazer vida com minha mulher e filhos, e acabar estes breves e perturbados dias, que me fiquem por passar, na serra de Cintra.

MEMORIAS DOS CASEBRES DO LORETO

I

Todos se lembram ainda de que, no espaço comprehendido entre as ruas do Loreto e da Horta Secca, pelo norte e sul, e entre o largo das Duas Egrejas e travessa dos Gatos, pelo nascente e poente, existiam uns casebres, levantados com as ruinas, e tambem sobre ellas, do antigo palacio dos marquezes de Marialva, cujo brasão estava no cunhal do lado do largo das Duas Egrejas, e rua do Loreto.

Em 1859, apoz repetidas reclamações, foi, em côrtes, votada a somma necessaria para a expropriação dos casebres, e logo começou a demolição, fazendo-se então a praça, onde está o monumento de Luiz de Camões, e tem o nome do poeta.

Foi nossa opinião, que na mesma praça se fizesse um *square*, com uma fonte monumental, e era com effeito o que ali ficava melhor. Alguem se lembrou de collocar ali o monumento ao principe dos poetas portuguezes, e nós, a custo, cedemos da nossa opinião, para que não se dissesse que contrariavamos um pensamento patriotico.

Mas, na verdade, o monumento não está bem n'aquella praça.

Publicamos então varias noticias relativas ao sitio onde estavam os casebres, e recebemos algumas correspondencias com indicações muito curiosas.

É o que compilamos agora com o titulo de *Memorias dos Casebres do Loreto*.

Vão os artigos na ordem em que foram publicados.

II

A demolição dos casebres progride com tal rapidez, que se espera, segundo ouvimos, que, não em tres semanas, como dissemos, mas dentro de oito dias esteja a demolição concluida e removido o entulho e todo o material.

Hoje trabalharam 143 homens. A camara mandou distribuir pela manhã, ao almoço, a quantia de 60 réis a cada trabalhador. No nosso entender a camara deve retribuir largamente aquelle trabalho, porque na verdade é executado por um modo digno de louvor.

Hoje tambem, concorreu muita gente a presenciar a demolição. Foram desmoronados grandes lanços de parede, que desabavam estrondosamente, levantando densas nuvens de poeira. Quando se tratou de derrubar um cunhal revestido de cantaria, do lado do largo do Loreto, estavam mais de cincoenta homens puchando o cabo, que lhe haviam deitado; por tres vezes arrebentou, cahindo da segunda quasi todos elles, no meio das gargalhadas dos espectadores. O cunhal mostrou estar pouco solido, apesar de pertencer ás paredes do antigo palacio, porque facilmente era abalado até aos alicerces.

O publico divertiu-se muito vendo o interior dos casebres; admiravam se quartos cujas paredes estavam ornadas de purpureas bambinellas, de verdes paisagens, de caprichosos lavores, tudo appropriado á grandesa dos edificios. As portas interiores umas descahiam para o norte, outras para o sul; as escadas tinham tanta larguesa, que por ellas difficultosamente subiria um homem gordo; e tudo construido de madeiras podres, excepto um ou outro predio mais moderno do lado do Loreto. As paredes, na maior parte, desfaziam-se com grande facilidade.

O vereador respectivo consentiu que a gente pobre se aproveitasse da madeira que por ali ha, e hoje lá andavam mulheres e rapazes, e bastantes homens, por cima do entulho apanhando o que podiam. Como é de crer, logo aproveitaram da licença varios meliantes, cujo fim era levar alguma coisa que podessem vender.

Dizem algumas pessoas edosas, que se lembram de ouvir que o marquez de Pombal quizera expropriar as ruinas do

palacio do marquez de Marialva, existente n'aquelle sitio, e que foi destruido pelo incendio posterior ao terramoto de 1755, para fazer um largo, e que para isso mandára construir o predio, que hoje existe entre as ruas das Gavias e do Norte, e que o dera ao marquez, como indemnisação das ruinas e do terreno, onde vieram a levantar os casebres.

Depois da demissão e degredo do marquez, segundo se conta, esse negocio esqueceu, ou influencias poderosas conseguiram fazel-o esquecer, de maneira que a casa de Marialva ficou de posse das ruinas e do terreno, e do predio.

Isto é o que se diz, e repetem, como dissemos, pessoas edosas, residentes no sitio, e ali nascidas.

Concluem, pois, que se se proceder a rigorosas investigações, talvez se encontrem documentos pelos quaes se prove que aquelle terreno é do estado.

Não sabemos a distancia que d'aqui vae á verdade. Não sabemos se isto é um conto, ou se tem algum fundamento.

III

Estão quasi arrazados os casebres do Loreto. Teem dado que fazer; onde se terão mettido as colonias de ratazanas que ali devia haver?

Hoje viu-se saltar um enorme rato, na occasião em que se deslocava o sobrado inteiro de um andar de um dos *melhores predios* do local.

Hoje trabalhavam 142 operarios e 8 apparelhadores. Áquelles continua a camara a abonar a gratificação diaria de 60 réis e a estes a de 120 réis.

N'um dos casebres do lado da rua da Horta Secca, havia um antigo poço, em cujo local se veem abertos os vestigios das cordas que puchavam os baldes. O poço está meio entulhado, e secco. Ignora-se de que época seja, mas deve ser bastante remota. O bocal fica abaixo alguns palmos do nivel actual do terreno,

No chamado corredor, que havia quasi em frente da rua das Flores, e que dava entrada para um montão de casinholas, encontrou-se no chão uma lapide com a seguinte inscripção:

«Estas casas são de Nossa Senhora da Madre de Deus «citas no convento de S. Francisco, e são privilegiadas para «se não poderem tomar por aposentadoria por alvará de «Sua Magestade que Deus guarde, de 8 de outubro d'este «anno de 1718.»

No logar onde se leem a ultima syllaba de *madre*, e a segunda de *convento*, que ficam em duas linhas e uma syllaba sub-posta á outra, se praticou uma pequena excavação para apoio de um barrote que servia de hombreira á casinhola onde se achou a lapide, por isso aquellas syllabas estão apagadas.

Parece que a lapide estava n'outra parte, e para ali a trouxeram. Hoje nada mais podêmos apurar.

Quando se fez a excavação na rua do Loreto, para a construcção do cano, se achou a pequena profundidade, o assento de uma rua empedrada, e consta que ha uns subterraneos nos casebres, que teem uma janella com gradamento de ferro, que bem indicam que olhavam para a rua, hoje sotterrada.

Dizem alguns, talvez sem fundamento, que em remotos tempos ali existira uma cadeia, e outros affirmam que n'aquelle local houvera um convento de freiras. Crêmos que isto são vozes populares, e que nada se sabe a similhante respeito, por se não ter averiguado.

É certo que este sitio ficava fóra das muralhas da cidade.

Trataremos de averiguar algumas noticias a similhante respeito.

IV

Na nossa folha de domingo, contámos o que ouviramos dizer ácerca da historia do terreno, onde existiram os casebres do Loreto.

Hoje recebemos uma correspondencia contendo curiosos esclarecimentos áquelle respeito, e que vamos publicar para elucidar este assumpto.

O boato que nós referimos não é d'agora; ha muito tempo que, como dissemos, pessoas edosas do sitio o repetem; é verdade que ninguem indica algum documento em que possa fundamentar-se. É como uma tradição; affirmando-se até que a camara municipal, posterior a 1820,

chegára a fazer algumas diligencias para reivindicação do terreno onde houve o palacio de Marialva, e depois os casebres.

Sabemos que a casa de Marialva é uma das mais nobres do reino, e que muitos dos seus membros figuram com honra na historia nacional; porém, o que dissemos em nada prejudica o brio cavalleiroso dos Marialvas. Era objecto de negocio, e todos sabem que n'outro tempo o valimento alcançava coisas que nem sempre a justiça e a lei auctorisavam, dependendo esses favores, essas graças da mera vontade do monarcha, que era a lei quando elle queria.

Vamos, porém, á carta a que alludimos, e que agradecemos ao nosso correspondente:

Sr. redactor.—Diz v., no seu jornal de domingo proximo passado, que se diz que o estado mandou fazer, ou comprou para a casa de Marialva, o predio da rua do Loreto, entre as ruas do Norte e das Gavias, por indemnisação dos casebres que hoje se estão demolindo, e já então (no tempo do marquez de Pombal) o deviam ter sido. Parece a quem isto escreve, que tal não houve nunca, devendo v. retirar aquelle boato, porque offende o cavalheirismo de uma das mais nobres e cavalheiras casas do reino, a de Marialva. O que parece que houve entre os marquezes de Pombal e de Marialva quanto ao palacio incendiado, e hoje quasi demolido, foi o seguinte:

O marquez de Pombal decretou o córte de todos os predios que saissem fóra dos alinhamentos; mas, por effeito de patronato, que é chaga antiga d'este paiz, que só póde ser bem governado a vergalho, o marquez de Pombal sonegou um predio de um seu proximo parente, o sr. Almada, que por este motivo ficou salvo no naufragio geral, e todo inteiro e são lá está ainda hoje ás Pedras Negras, no largo da Magdalena, fóra do alinhamento da rua que vem do largo do Santo Antonio da Sé, por onde o tal predio do sr. Almada, ou de quem quer que seja, devia ser alinhado. Soube d'isto o marquez de Marialva, e quando lhe foi intimado que alinhasse o seu palacio incendiado pelo alinhamento da rua do Alecrim, foi pessoalmente pedir a S. M. mercê para o seu palacio que queria reedificar: respondeu-lhe el-rei D. José, que a lei era inexoravel para todos, e que por isso não lhe podia conceder o que pedia. Replicou-

lhe então o marquez: «E se eu mostrar a V. M. outro exemplo de similhante graça?» Accudiu el-rei: «Se tal poderes provar, serás servido.» Expoz-lhe para logo o marquez a exempção dada ao predio das Pedras Negras, e com isso nunca mais foi perseguida a sua propriedade, e até porque pouco depois acabou, com o reinado de D. José I, a administração Pombalina, e com ella o plano em grande da reedificação de Lisboa.

Pelo que toca ao predio da rua Direita do Loreto, entre a rua do Norte e a das Gavias, posso-lhe dizer o seguinte: O predio que ali havia anterior ao terramoto, pertencia á irmandade do Santissimo da freguezia da Encarnação, a quem, com outro da rua do Outeiro, o deixou com mais 10:000 cruzados, Estevão da Silva, por testamento de 30 de janeiro de 1711, e codicillo de 14 de março de 1712, para duas capellas de missas diarias na parochial egreja de Nossa Senhora da Encarnação, por sua alma e de sua mulher Isabel da Silva, no altar das almas. Ora, o predio da rua do Loreto incendiou-se pelo terramoto, e não podendo a irmandade reedifical-o, vendeu o chão d'elle ao marquez de Marialva por uma quantia bem pequena, como consta de varios autos de contas da dita capella. Parece-me que se o estado tivesse mandado fazer o actual predio que occupa aquelle chão, teria tambem comprado este. O facto da compra do terreno pelo marquez, é pelo menos um grande argumento para se poder dizer, que o estado lhe não deu aquelle predio em troca do palacio incendiado. Os documentos da venda podem vêr-se no cartorio da Encarnação, e talvez n'outros.

O outro predio na rua do Outeiro estava no logar onde existia ainda ha pouco o *chafariz do Loreto;* pois a rua do Outeiro chegava ao alinhamento da das Portas de Santa Catharina, ou Chiado. Resolvendo-se, porém, fazer ali aquelle chafariz, el-rei mandou expropriar, pela repartição das aguas livres, aquelle predio, pelo qual a irmandade recebeu 9:000 cruzados, que deu a juros de 5 por cento a Antonio Sodré Pereira Tibau, que hypothecou a elles o seu morgado e a casa do beco do Tibau, mas depois este capital foi distractado em juros reaes.

Por aqui se vê tambem que não é a primeira vez que o estado paga para fazer alargar o chão que vae do alto das Portas de Santa Catharina até o predio da frente, onde era

a fallecida travessa dos Gatos. Não valeria a pena mandar arrecadar as armas do palacio dos Marialvas, e os nichos que as sobrepujavam? São antigualhas que n'outras partes se transmittem aos vindoiros, e não se destroem.

Duas palavras agora sobre a frente da Encarnação, que por ahi se diz se deve agora acabar. A irmandade sabemos que não tem meios para isso, mas se a Casa de Bragança ou o estado lhe pagar mais de 30 *contos* que lhe deve de padrões de juro, terá meios de sobejo para acabar a rica frente da sua egreja com duas magnificas torres, relogio, etc. Mas dizem por ahi que o conde do Farrobo se offereceu a acabal-a, dando-se-lhe uma tribuna na capella-mór. Obstava, porém, a clausula da fundação, que sendo feita pela condessa de Pontével, lhe pôz a clausula de que por sua morte ninguem mais teria tribuna, sob pena de pagar a multa de 30:000 cruzados para o Hospital de S. José, à qual talvez o conde se não quiz sujeitar. Comtudo, como a nova egreja não foi reedificada pela fundadora, mas pela irmandade, *que todavia se obrigou a isso pela escriptura da fundação*, talvez se podesse arguir que as clausulas primitivas caducaram. O certo é que é urgente acabar a frente, até para evitar o contraste que faz com a fronteira egreja estrangeira, para a qual deu o chão el-rei D. Manuel.

Tire, sr. redactor, d'aqui o que lhe parecer para o seu jornal, e sustente a feitura da praça, porque assim mandou a lei da expropriação do palacio, e para todos gosarmos d'aquelle chão comprado com o nosso dinheiro.

Um seu constante leitor.

V

Como é sabido, a pequena distancia do sitio onde existe hoje a egreja do Loreto, houve uma das portas do antigo muro da cidade. A egreja ficava fóra da porta, que se chamava de Santa Catharina, a qual tinha por cima a imagem d'esta invocação e a de Nossa Senhora do Loreto; achando-se ambas agora no frontespicio da egreja da Encarnação.

Diz fr. Apolinario da Conceição com admiravel simplicidade, que se lembra de ter visto pendentes da porta de Santa Catharina, quartos de homens justiçados!! Acontecia isto nos ultimos annos do seculo XVII!!!

Esta porta foi demolida no anno de 1702.

Em 1384 ahi praticaram os soldados de D. João I um dos seus brilhantes feitos em defensa da independencia d'este reino.

Se porventura se fizessem profundas excavações, no local onde existiram aquelles indecentes casebres, que ainda ha quinze dias pareciam arrostar com os brios da cidade, talvez se encontrassem as ossadas dos portuguezes e dos castelhanos que ali pelejaram, em 1384, aquelles sustentando a independencia de Portugal, e estes trabalhando por subjugar este reino ao dominio dos seus monarchas.

Foi, pois, em 28 de maio d'aquelle anno de 1384, que el-rei de Castella á frente dos seus accommetteu a cidade de Lisboa pelo lado da porta de Santa Catharina. Poucos eram os portuguezes para se lhe opporem, e por isso tiveram de retirar para dentro dos muros, sendo sempre perseguidos pelos inimigos, apesar das settas e pedras que dos muros despediam contra estes.

El-rei D. João I, que ainda então chamavam o Mestre, por o ser o de Aviz, vendo de uma torre a escaramuça, e conhecendo o perigo de ser a cidade entrada pelos castelhanos, desceu da torre e elle proprio veiu fechar a porta, dizendo para os que se retiravam — «Voltae, senhores; que «é isto? Eu vos farei que sejaes bons, ainda que não quei«raes.» E como lhes fechasse a porta, ficaram os fugitivos entre o muro e a barbacan. N'este aperto cumpria lhes defenderem-se, sem attenderem á exiguidade do numero em face dos castelhanos, que eram muitos mais. Estes contavam com a victoria; mas d'esta vez, como sempre, tiveram de se dar por vencidos. A peleja por parte dos portuguezes era ajudada dos muros com continuados chuveiros de pedras e de settas. Os portuguezes defenderam a barbacan, até que os castelhanos cançados do porfiado combate se retiraram, deixando muitos mortos e feridos.

Assim, pois, por aquelle sitio dormem o seu ultimo somno alguns cavalleiros do generoso Mestre de Aviz, e alguns dos que lhe queriam arrancar da cabeça a corôa que lhe votaram o patriotismo e a lealdade dos bons portuguezes d'aquella época. Já então havia traidores, que se vendiam por boas postas. Os de hoje, ao menos, não vendem a patria, talvez porque não ha quem lh'a queira comprar, apenas traficam com a consciencia.

VI

Proximo do local onde existiram os casebres do Loreto, houve n'outro tempo uma ermida que o terramoto de 1755 e o incendio que se lhe seguiu arruinaram e fizeram desapparecer. Era essa ermida a de Nossa Senhora do Alecrim, e com quanto não estivesse situada no proprio terreno dos casebres, segundo consta, com elle confrontava pelo lado do norte.

É curiosa a historia da ermida de Nossa Senhora do Alecrim. Apesar de não ser de mui remota data, tinha a sua tradição milagreira, como quasi todas as fundações religiosas de outros tempos, e como todas as imagens de particular devoção.

Conta-se pois, que da ilha de S. Miguel viera a Lisboa uma senhora chamada D. Anna de Vilhena, filha de paes nobilissimos, a qual casou com Christovão Soares de Albergaria, desembargador da Casa da Supplicação, e que se finou no dia em que foi acclamado el-rei D. João IV. Quando aquella matrona veiu da ilha, trouxe em sua companhia uma imagem da Virgem á qual tinha grande devoção e muito se encommendava, e como d'ella houvesse obtido muitas graças, desejou erigir-lhe uma casa em que fosse servida e venerada; mas como não tinha titulo particular, andava a matrona toda cuidadosa na invocação que lhe daria.

Vivia D. Anna de Vilhena n'uma sua quinta nos Olivaes, junto á freguezia. Estava ella um dia n'essa egreja, como frequentemente fazia, pedindo a Nossa Senhora lhe inspirasse o titulo que devia dar á sua nova casa. Succedeu que um seu filho, menino, andando a brincar no templo, pegou do mealheiro de uma irmandade, e com elle se foi pela egreja pedindo esmolla para as missas de Nossa Senhora do Alecrim. Deu que reparar a novidade d'este titulo que o menino impunha á Senhora. Logo a mãe se alegrou muito, tendo como aviso do céo o dito do menino, julgando que Deus e a Virgem lhe fallavam pela lingua do innocente, e assim, assentou comsigo de impôr á sua devota imagem o titulo de Alecrim.

D. Anna impetrou licença para a creação da ermida, e alcançou-a em 4 de maio de 1628.

Parece porém que alguem impugnava a fundação e erecção da ermida, e que d'ahi se originou um pleito. A este respeito ha uma tradição mui galante e chistosa.

Em consequencia de algum incidente do pleito, foi um notario ou escrivão a casa da fundadora a fazer-lhe uma notificação, e como a piedosa matrona ficasse mui sentida com tal acto, dizem que então chamára por Nossa Senhora que lhe valesse, e tendo n'aquella occasião no seu estrado uma gallinha branca muito mansa, saltára esta e começára a dar bicadas na cara do notario, o qual ficou absorto de tal caso, e vendo que uma gallinha tão domestica se embravecia contra elle, se despediu sem fazer a notificação, julgando que tão mysterioso successo era um aviso celeste para não continuar no exercicio do seu officio.

O chronista do milagre não diz se a gallinha teve artes de pôr termo ao pleito. Quanto não dariam certos litigantes para possuirem uma gallinha branca, que saltasse á cara dos officiaes de diligencias e escrivães, que vão fazer penhoras, e embargos. Olhem lá se o Café-Concerto possuisse tão preciosa gallinha, quando sobre elle choviam embargos, como se livrava de tantas apoquentações! *Alvas gallinhas* tinha elle, mas essas já nem lhe fazem o milagre de attrahir os pintos, por mais que cacarejem.

Vamos porém á historia da ermida.

Deu-se principio á obra da erecção da ermida da Senhora do Alecrim em 10 de maio de 1641, e n'esse mesmo anno ahi se disse a primeira missa.

A ermida era cabeça de um morgado instituido pela mesma D. Anna de Vilhena.

Não tinha irmandade; apenas n'ella havia um ermitão ou ermitoa para cuidar do aceio e limpesa.

Era a imagem de madeira e estofada, tendo sobre o braço esquerdo o menino Jesus nú, e ambos com as suas corôas.

Ouvimos dizer que esta imagem esteve na capella do hospicio de Nossa Senhora da Conceição de Clerigos Pobres, e d'ahi passou para a egreja do Sacramento, onde agora está.

A ermida de Nossa Senhora do Alecrim serviu de parochia de Nossa Senhora da Encarnação, desde 1651 até 7 de novembro de 1676, e depois, desde de 1679 até 1708, que foi quando se concluiram as obras do novo templo para a parochia da Encarnação, que erigiu a condessa de Ponte-

vel D. Elvira de Vilhena, tendo a obra começado em 14 de maio de 1698.

A parochia da Encarnação fundada em 1551, ou pouco antes, esteve na egreja do Loreto até que um incendio consumiu este templo no referido anno de 1651; e foi então que passou para a ermida do Alecrim. Concluida a restauração da egreja do Loreto, em 1676, para ahi voltou a parochia; porém como a irmandade d'aquella egreja dos italianos entrasse em letigio com a da Encarnação, exigindo o padroado d'esta parochia, novamente passou, em 1679, para a ermida do Alecrim, e ahi permaneceu até que teve casa propria.

VIII

O sr. João Carlos Feo Cardoso, genealogista e antiquario, enriqueceu as nossas *Memorias dos casebres do Loreto*, com um artigo mui noticioso que publicámos, precedido de algumas reflexões, nas quaes insistimos novamente na nossa primitiva idéa de se fazer um *square*, com uma fonte monumental, na praça, que ficava depois da demolição dos casebres. Omittimos as ditas reflexões, por não terem já interesse, deixando apenas consignada aqui mais uma vez a nossa primeira idéa.

O artigo do sr. Feo é este:

«Tendo apparecido no *Jornal do Commercio* varias memorias relativas aos casebres do Loreto, vou eu tambem offerecer o meu contingente sobre esse assumpto, ficando livres os srs. redactores para fazerem d'elle o uso que lhes merecer.

«O terramoto de 1755, como é sabido, causou grandes estragos n'esta cidade, que foram ainda muito mais crescidos pelo terrivel incendio n'essa occasião desenvolvido, o qual, tendo seu principio proximo ao palacio dos condes de Villa Nova de Portimão, hoje parte da cadeia do Limoeiro, que era contiguo com a casa dos antigos marechaes do reino, na rua d'este nome, que n'aquella época pertencia a meu avô o sr. Luiz da Motta Feo e Torres, por ter sido comprada vinte annos antes por doze contos de réis, todas na freguezia de S. Jorge, cuja egreja foi tambem reduzida a cinzas, lavrou com tal furia e impeto, que veiu ter fim no

largo de S. Roque, devorando os edificios da cidade baixa, da rua das Portas de Santa Catharina, e da de S. Roque, e até a propria egreja do Loreto, que havia escapado ao terramoto.

«Ao fogo e aos abalos de terra resistiu a casa no largo da Magdalena, que então era de João de Almada e Mello, ascendente dos srs. viscondes de Villa Nova de Souto d'El-Rei e condes de Tavarede, e Sebastião José de Carvalho e Mello, depois conde de Oeiras e marquez de Pombal, levado do parentesco de primo co-irmão, que tinha com o mesmo João de Almada, ou talvez da desculpavel repugnancia de anniquilar um edificio, que se achava salvo quasi por milagre, preferiu antes fazer dar volta á rua de Santo Antonio da Sé, pela frente da egreja da Magdalena, até intestar com a da Conceição, vulgarmente dita dos Retrozeiros, ficando assim mais curtos os quarteirões da cidade nova, entre a mencionada rua e a de S. Julião ou dos Algibebes.

«O plano do marquez de Pombal, quanto ás ruinas do palacio Marialva, era, atravez das mesmas, continuar a rua do largo do Loreto, até ao Calhariz, pouco mais ou menos, e n'esse sentido levou o risco, ou traçado d'ella como hoje se diz, e como era costume, a el-rei, o qual o conservou em seu poder; durante esse tempo fez o marquez de Marialva as diligencias que lhe pareceram proprias para obstar á demolição dos restos do seu palacio, e, como era bem natural, não lhe esqueceu fallar na casa de João de Almada.

Ora vou-lhes dizer, que havia tres Pedros contra os quaes era impotente toda a influencia e poder de Pombal, e tinha veto real de entender com elles; eram D. Pedro de Menezes, marquez de Marialva; D. Pedro de Noronha, marquez de Angeja; e Pedro Teixeira, criado particular d'el-rei D. José, o qual ia com o mesmo senhor, na occasião de lhe darem os tiros, e cobrindo-o com o seu corpo, recebeu varias feridas; e não faltou quem sempre sustentasse serem os tiros para elle, que com o valimento d'el-rei se tinha tornado muito insolente, até para com o proprio mordomo mór, que era o duque de Aveiro. Admirado o marquez de Pombal d'el-rei lhe não fallar na rua projectada, resolveu-se a perguntar-lhe se já tinha visto o plano, e que decidia; ao que sua magestade lhe respondeu, que não o achava bom, e que a rua désse uma volta; e instando o marquez pela ra-

são de não merecer o projecto a sua approvação, teve em resposta d'el-rei as seguintes palavras: — pela mesma rasão por que ficou em pé a casa de João de Almada.

«O marquez callou-se, e a rua abriu-se como hoje está; mas elle, nunca perdendo a idéa de que para o futuro se podesse fazer uma praça n'aquelle recinto, dirigiu se a Bento José Dias Pereira Chaves, (que era criado particular do sr. infante D. Pedro, depois rei e terceiro do nome, bem conhecido pelas quintas em Collares, que instituiu em morgado, como por ser pae, entre outros filhos, do engraçado e instruido Francisco Dias, bem notavel e estimado n'esta cidade) para que levantasse na travessa dos Gatos, uma casa com certa apparencia de grandesa, digna de representar em uma praça, e é a que actualmente pertence ao sr. Raphael José da Cunha. (Hoje do sr. Tavares Bonacho, a quem a deixou o sr. Raphael José da Cunha.)

«Verificam se hoje os desejos do marquez de Pombal, as ruinas estão por terra, mas o que de certo a elle não lembrou, foi, que logo á nascença se queira deturpar a nova praça, fechando-a com jardins ridiculos, illudindo assim a lei da expropriação, que teve por principal fundamento, facilitar o transito dos vehiculos na encrusilhada do Loreto, e evitar os atropellamentos, que mais de uma vez ahi aconteciam: na minha opinião a praça deve ficar livre de todo o pejamento, unicamente calçada, e patente á viação publica; e achava adequado que se denominasse *Praça Stephania*, em memoria da augusta rainha, que tantas saudades entre nós deixou.

«Não fallo na idéa de levantar na nova praça um monumento a Camões; Luiz de Camões está acima dos monumentos, não precisa d'elles, teve todo o cuidado de deixar após de si um bem perenne, e por elle feito, nas suas obras immortaes, e este é lhe bem sufficiente; melhor fôra que levantassem um mausoleu, onde seus ossos descançassem em paz; e demais, não sei como ha n'este paiz quem se atreva a fallar em levantar monumentos !! quando ahi existe um de vergonha na Praça de D. Pedro, e assim o considero, pois concorrendo para elle aquelles, que tanto devem ao mesmo senhor, e muitos que em cousa alguma lhe foram obrigados, ainda depois de tantos annos, existe no estado em que o vemos.

«Finalmente, foram-se os restos do palacio dos marque-

zes de Marialva; e que muito é, que esse desapparecesse, quando já lá vão as duas casas d'este nome; a dos condes, tão prodigos do seu sangue derramado nos campos da Africa e da India, findou com a morte da condessa D. Guiomar Coutinho, duqueza da Guarda, mulher do Sr. Infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel; e a dos marquezes acabou na pessoa do marquez D Pedro, que morreu em Paris, sendo embaixador d'el-rei o Sr. D. João VI, a Luiz XVIII; o qual era tambem conde de Cantanhede, e como tal representante dos Menezes, familia, que tantos varões illustres produziu n'este paiz, bem distinctos pelas armas e pelas lettras. Do primeiro marquez de Marialva, o vencedor das batalhas das linhas de Elvas e de Montes Claros, era bisneto o marquez D. Pedro, coevo do Pombal, homem de grande respeito e consideração, notavel por ser um dos melhores homens de cavallo do seu tempo, e d'elle é a *Arte de picaria*, que se imprimiu com o nome de Andrade; foi pae dos marquezes de Marialva e de Tancos, e dos condes dos Arcos e de Cavalleiros, avô e bisavô dos marquezes de Vianna e de Vagos, e dos condes d'Atalaya, de Cêa e da Louzã, D. Diogo, que ainda hoje existe, o unico dos netos, verdadeiro typo e quasi unico dos fidalgos portuguezes, que sabiam servir bem os seus reis, ganhando honra, e despresando o proveito; tio este do sr. D. Rodrigo de Menezes, digno neto do seu honrado avô o sr. conde de Cavalleiros; do mesmo marquez, são tambem descendentes pela linha feminina, os srs. duque da Terceira, marquez de Loulé, condes de S. Lourenço, da Taipa, de Peniche, etc.

«Agora, que se foram os casebres do Loreto, resta cuidar dos largos de S. Roque e da Abegoaria, e no do Carmo, fazer arrasar os restos da egreja, e aformosear aquelle local, collocando assentos, e uma gradaria de ferro sobre a parede da rua Nova do Carmo. Digna de elogios é a camara, pelo que tem feito, mas não durma sobre os loiros. Dou fim a este meu arrasoado, e peço desculpa da massada.

João Carlos Feo Cardoso.

A propriedade de João de Almada e Mello, a que allude o sr. Feo, sita no largo da Magdalena, ficava na rua da Correaria, e no tombo da cidade, feito depois do terramoto se lê: — «As primeiras casas são de João d'Almada que pos-

«suia ás Pedras Negras, e como ficaram illesas do incen-«dio, e não tem ruina notavel, não se mediram.»

O palacio do marquez de Marialva no tombo, figura na rua da Horta Secca: hoje é impossivel fazer idéa da divisão das ruas n'aquelle sitio; era uma accumulação de estreitas travessas e becos, e as ruas mui tortuosas; na reedificação desappareceu tudo isso; a rua da Ametade, a das Parreiras, a travessa de Braz da Costa, e outras, deixaram de existir, para ficarem, a do Alecrim, então tambem chamada do Conde, a dos Flores, a da Horta Secca, do Loreto, que já, ao tempo do terramoto, tinham as mesmas denominações, mas eram irregulares.

Na freguezia da Encarnação, e no Bairro Alto, arderam a egreja da Trindade, a do Carmo e quasi todo o convento, a do Sacramento, a do Loreto, a da Encarnação, a do recolhimento das Convertidas, a das Chagas, e a do Alecrim.

Na freguezia do Sacramento só ficaram livres do incendio, cincoenta propriedades, além das da calçada de S. Roque, para cima da Trindade, e as da travessa da portaria da Trindade, que eram poucas.

Na freguezia da Encarnação escaparam muitas mais. Na rua larga de S. Roque, da parte do nascente, arderam 4 propriedades, e da parte do poente, 25. Da rua das Gaveas, ficaram livres 9 propriedades; da rua do Norte, 13; da rua dos Calafates, 41; da rua das Salgadeiras, 6; da travessa dos Fieis de Deus, quasi todas; da travessa do Poço da Cidade, ficaram livres todas as propriedades da parte do norte, desde a rua d'este nome, e do sul, desde a dos Calafes.

O sr. Feo, no seu artigo, allude ao pedestal para o monumento de D. Pedro IV, que, por muitos annos esteve no Rocio, e ainda estava no anno de 1859, em que se escreveram estas *Memorias*, e muito depois se tratou do actual monumento.

IX

Querendo nós deixar completa noticia dos casebres do Loreto, procuramos haver uma relação de todos os estabelecimentos e casas de venda, que havia nas ruinas do palacio Marialva, ou no proprio terreno, se tinham accommodado.

Obtivemos uma relação exactissima de todas as industrias, que, por aquellas casinholas e cubiculos, tinham as suas casas de venda, e é a seguinte:

Na frente do largo das Duas Egrejas:
1 Estancia de lenha e carvão.
1 Hervanaria.
1 Dentista (1.° andar).
1 Armazem de vinhos e casa de pasto.
1 Logar de hortaliça e fructa.
1 Barbeiro.
1 Relojoeiro (1.° andar).
1 Botequim.
Na rua do Loreto:
1 Taberna e isqueiro.
1 Logar de hortaliça e fructa.
2 Botequins.
1 Venda de fructa (na escada).
1 Deposito de graixa.
1 Talho e casa de pasto.
1 Alfaiate (1.° andar).
1 Armazem de comestiveis e casa de pasto.
1 Colchoeiro.
1 Hervanario e bicheiro.
1 Armazem (no corredor).
1 Armazem de moveis.
1 Logar de fructa.
1 Loja de venda de geleia e bolos, concerta leques e gateiro.
1 Armazem de licores com venda de fructa á porta.
1 Cambista.
Na travessa dos Gatos:
Cavallariças de Raphael José da Cunha.
1 Barbeiro.
1 Trapeiro.
1 Rolheiro.
Na rua da Horta Secca:
1 Corrieiro.
1 Sapateiro.
1 Deposito de armazem de comestiveis.
1 Ferrador.
1 Marceneiro.

Como se vê, eram numerosas as lojas de venda estabelecidas nos casebres, a maxima parte de gente de poucos meios, posto que alguns seriam mesmo remediados.

Havia dois corredores, que conduziam ao interior d'aquella ilha, na qual habitava em immundissimas casinholas, alguma gente: ahi havia casas de malta, casas para a prostituição vadia, que então era ainda uma das vergonhas de Lisboa: eram medonhas essas casas, verdadeiros antros do vicio reunido á miseria, na ultima degradação; e ahi havia, para completar o quadro, uma casa de jogo!

Tudo isto estava ao pé do Chiado, no sitio mais aristocratico de Lisboa!

Felizmente, em algumas horas, se póde dizer, o camartello civilisador acabou com essas vergonhas. E justo é dizer, que esta obra se levou ao cabo mais depressa, pelos esforços de um cidadão illustre, gloria da tribuna portugueza, e honra do partido liberal, José Estevão Coelho de Magalhães.

Fique aqui archivada esta memoria agradecida ao eximio patriota.

X

A demolição dos casebres do Loreto, fez uma victima, foi um pobre e velho barbeiro que ali tinha o seu estabelecimento. Como complemento d'estas *Memorias*, poremos aqui, o que publicamos ácerca d'esta victima do progresso; escrevemos nós:

«Todos se recordam de uma antiga loja de barbeiro, que havia nos casebres do Loreto, do lado do largo do Loreto. Entre as casinholas que faziam frente ao largo, notava-se o estabelecimento do mestre Domingos José Pereira, com a sua frontaria revestida de madeira, e com aquelle enfeite que trazia á lembrança as lojas de barbeiro de outro tempo.

«Todos conheceram o estabelecimento, mas poucos o seu dono, que ali estava ha quarenta e sete annos, escanhoando as caras dos que recorriam á sua pericia.

«Domingos José Pereira conta 76 annos de edade; a sua navalha já pouco lhe rendia, e, por isso, o proprietario da casinhola ali o deixava exercer a sua profissão sem lhe exi-

gir renda. Era uma obra de caridade, porque o cubiculo não deixaria de ser invejado, sendo que os casebres, repugnantes á vista e immundos, eram, todavia, procurados e rendosos.

«Quando o mestre Domingos, cedendo á imperiosa lei da expropriação, quiz remover a carunchosa armação do seu pobre estabelecimento, tudo se desfez; o mesquinho e velho barbeiro achou-se só com as suas navalhas, bacia e toalhas, e algum pente e escova, que não contrastariam, de certo, com o estabelecimento.

«Teve pois de mudar-se. Onde iria elle, porém, procurar loja? Como poderia arrendal-a? Quem seria o seu fiador? E os seus freguezes continuariam a procural-o? Se estivera no vigor da edade, o trabalho não lhe faltaria, mas com 76 annos, o que póde o triste barbeiro? Nada. É a miseria, que já o opprime, o seu destino n'esses poucos annos de vida que lhe restam. Em quanto elle tinha a loja armada, sempre ia colhendo alguns patacos para matar a fome, agora, que já nada tem, como viverá?

«Imaginem os leitores qual é a desventurada sorte do pobre barbeiro. Todos os dias vae sentar-se no adro do Loreto contemplando com tristesa aquelle destroço, que tantos applaudem, e que elle, coitado, não comprehende, e que lastima, de certo, porque foi perturbar-lhe a vida, embora mesquinha, porém a que se habituara, contando que não melhoraria a sua sorte, mas que tambem não peioraria. Peiorou e muito.

«Ali sentado percorrerá elle talvez na memoria os acontecimentos de 47 annos que já lá vão. Recordar-se-ha de tanta coisa que viu, de tantas esperanças perdidas, de tantas calamidades que teem affligido esta capital, e a que elle, modesto artifice, sobreviveu, passando-lhe por cima da cabeça os vendavaes, succumbindo afinal á influencia invencivel do progresso.

«Ali, contemplando a completa transformação do sitio, onde viveu quasi meio seculo, lhe acudirão á mente, os terrores, as esperanças, as alegrias da guerra da restauração, até á pomposa entrada das tropas em Lisboa, no anno de 1815: ali lhe parecerá sentir ainda o fumo da carne humana queimada, no anno de 1817, no Campo de Sant'Anna; ali ouvirá ainda os vivas e os brados jubilosos de 15 de setembro de 1820: ali lhe lembrarão as choleras de 1823

e 1824; os jubilos de 31 de julho de 1826, não lhe esquecendo o vistoso e grande arco, que então foi levantado na rua larga de S. Roque; ali se recordará do reboliço de fevereiro de 1828, das ameaças, da agitação nos *dias de enforcado*; ali, ao seu espirito acudirão as tristes memorias da cholera-morbus e as scenas terriveis de 24 de julho de 1833; o estrondo da artilheria nas linhas da cidade: a profunda dôr e luto publico de 24 de setembro de 1834; a revolução de setembro de 1837; a entrudada de 1842; as scenas de 1846 contra um governo indigno; as estrondosas acclamações de 1851; a cholera morbus de 1856; os terrores da febre amarella de 1857; ali, emfim, o pobre barbeiro, só, no meio da multidão que sauda a demolição dos casebres, e com a miseria diante de si, recomporá a historia de Lisboa na sua imaginação, sendo de certo, a sua propria desgraça, o maior de todos os infortunios que tem assolado esta capital.»

Concluimos, noticiando, que na chapelaria dos srs. Gresielle e Irmão, no largo das Duas Egrejas, estava aberta uma subscripção para o pobre Domingos José Pereira, e insistimos com os leitores para auxiliarem o desventurado barbeiro.

Com effeito, com o producto da subscripção, estabeleceram o barbeiro n'uma logita, com um official, para se poder sustentar. Durou isto pouco tempo, porque o mestre Domingos pouco sobreviveu á catastrophe, que o arrojou do cubiculo, onde vegetara durante 47 annos.

E assim acabaram as *Memorias dos Casebres do Loreto.*

PATRIOTISMO DO COMMERCIO DE LISBOA

Diz Jacome Ratton, nas suas *Recordações*, que em 1764, querendo estabelecer uma fabrica de chitas nos contornos de Lisboa, se lhe negou o privilegio, porque n'essa época havia pouco conhecimento de fabricas, e eram despresados os fabricantes; assim como tambem era crença geral, que taes estabelecimentos não podiam vingar em Portugal; idéas que os estrangeiros aqui estabelecidos propalavam para bem dos seus interesses. Influido por estas idéas, foi, continua Ratton, que o conselheiro José Francisco da Cruz, primeiro thesoureiro do erario, lhe embaraçou a concessão do privilegio, entendendo que assim o salvava de ruina certa, em que de certo se precipitava.

Então só havia em Portugal, diz Ratton, além da Fabrica Real das Sedas, e outras de egual fabrico que se estavam creando á sombra d'essa, tres fabricas particulares de cortimento de coiros; uma em Povos, outra na cidade do Porto, fundadas pelo sogro do defuncto desembargador Romão José da Rosa Guião, e a terceira na Junqueira, pertencente ao marchante, o dr. Botelho.

Ora, o marquez de Pombal soube dar incremento á industria nacional, animar o estabelecimento das fabricas, e protegel as.

O corpo de commercio de Lisboa cooperou para essa obra, e de accôrdo com o grande ministro de D. José, contribuiu para desenvolver as fabricas do reino.

Ainda mal, que, estes exemplos, que nos deixou essa época, se perderam.

O marquez foi expulso do ministerio, e Portugal *foi á vella*, como se conta que elle dissera, quando lhe referiram que o seu retrato fôra substituido pelo brasão de Lisboa, no pedestal da estatua equestre.

Pouco depois do terramoto, reuniram-se os principaes negociantes de Lisboa com os deputados da Junta do Commercio, e expozeram a el rei que reconhecidos á paternal providencia com que havia promovido o commercio do reino, e desejando concorrer para as immensas despesas que se haviam de fazer com a reedificação de Lisboa, offereciam um donativo de quatro por cento, que pretendiam fosse imposto nos direitos de todas as mercadorias e manufacturas que entrassem n'estes reinos; pedindo que el-rei mandasse applicar este donativo á reedificação das alfandegas, considerando que este seria um dos primeiros objectos da sua paternal solicitude, de maneira que as alfandegas tivessem os necessarios armazens, que faltavam ás que padeceram ruina, e o commercio tivesse uma praça digna da capital d'estes reinos.

Expozeram mais os principaes negociantes de Lisboa, que o donativo fosse cobrado com total separação dos direitos que já se achavam estabelecidos, e que recahisse sómente sobre as mercadorias que já pagavam direitos, sendo o donativo applicado para a reedificação das alfandegas por tantos annos, quantos fossem necessarios para esse effeito, e finalisados que fossem com inteiro pagamento da sua despesa, se servisse el-rei mandar alliviar n'esta parte os povos e o commercio do referido encargo.

Assignaram este requerimento os seguintes negociantes:

José Rodrigues Bandeira, Rodrigo de Sande de Vasconcellos, João Luiz de Sousa Sayão, Antonio dos Santos Pinto, João Rodrigues Monteiro, Domingos de Bastos Vianna, João Luiz Alvares, Bento José Alvares, Manuel Ferreira da Costa, José Moreira Leal, Estevão José de Almeida, Antonio Ribeiro Neves, José Francisco da Cruz, José Rodrigue Lisboa, João de Araujo Lima, Manuel Gomes de Campos, Custodio Ferreira Goes, Domingos Gomes da Costa, Damaso Pereira, Manuel Pereira de Faria, Mathias José de Castro, Antonio dCastro Ribeiro, Guilherme Ferreira Maciel, Raphael de Oliveira Braga, Domingos Teixeira de Andrade, Francisco José Lopes, Custodio Vieira da Cruz, Manuel José Vianna,

José Leite Pereira, João Alvares Vieira, Antonio de Azevedo Silva, Domingos Francisco, Domingos Francisco Pena, Felix Rodrigues, Manuel Antonio de Faria Ayrão, Manuel Gomes de Sá Vianna, José da Silva Leque, Antonio Alvares dos Reis, Domingos Rodrigues Bandeira, Antonio Lima Barros, Balthazar Pinto de Miranda, João Rodrigues Valle, Alvaro de Sousa, José Domingos, Bernardo Gomes Costa, Manuel Antonio Pereira.

El-rei acceitou o donativo por decreto de 2 de janeiro de 1756.

Foi organisada uma administração regular do donativo, por differentes provisões regias.

Em 1762 propozeram os negociantes a el-rei que, suspensas as obras a que era destinado o donativo, se empregasse o seu producto na defeza do reino contra a Hespanha, com a qual se achava em guerra. Este rasgo de patriotismo dos negociantes de Lisboa foi acolhido, pela regia resolução de 11 de maio de 1762.

O governo cumpriu lealmente o que promettêra. Acabada a guerra, voltou o producto do donativo a ter a sua primitiva applicação. Nas despesas da guerra, que pouco durou, terminando com o tratado de 10 de fevereiro de 1763, gastaram se do donativo 58:203$783 réis.

A Junta do Commercio continuou na administração do donativo, até que passou para o erario, por decreto de 14 de julho de 1780.

Além dos referidos subsidios para as despesas da guerra, e de 590 contos para a Real Fabrica das Sedas, e de outras sommas menos valiosas, pelo cofre do donativo, até áquella data, outros desembolsos se fizeram, e mui importantes.

Com a alfandega interina se despenderam 224:593$582 réis. Este edificio foi construido proximo do logar onde agora está o Terreiro do Trigo, ou Alfandega Municipal.

As despesas com a Praça do Commercio e edificios adjacentes, excederam a oito milhões. Em materiaes, jornaes, ordenados e outras despesas, despenderam-se, segundo consta das respectivas contas, 3 250:526$187 réis.

N'estas contas não se comprehendem as verbas seguintes:

Com o pedestal da estatua equestre...	24:640$443
Em abrir as ruas	1.031:797$745
Com a muralha que vae ao longo da rua do Principe e rua Nova do Carmo, para sustentar as terras e entulhos superiores.....	18:886$242
Com a praça do Rato.....	11:696$469
Com estradas e caminhos publicos....	200:190$064 1/2
Com o palacio de Nossa Senhora da Ajuda.....	127:969$074
Com o molhe de Paço d'Arcos.	149:292$546
Com a abertura do rio novo no mesmo sitio.....	69:636$379
Com a ponte de Benavente.....	42:070$410
Com as obras do rio de Coina.....	5:392$900
Com fortalesas em geral, praça de Castromarim, e abarracamentos de soldados.....	49:875$732
Com as reaes fabricas da polvora.....	57:145$356
Com a Aula do Commercio.....	43:259$485
Com as minas de carvão de pedra da Figueira.....	12:296$789

Emprestimos para fabricas

Para a fabrica de lençaria e fazendas brancas, estabelecida por uma sociedade mercantil, em Alcobaça.....	52:800$000
Para a fabrica de fundição de ferro, em Paço d'Arcos.....	999$146
Para a real fabrica de chapéos de Pombal.....	17:000$000
Para a fabrica de loiça de ferro estanhado, e de folha de Flandres, estabelecida por David Eduardo, por immediata resolução de 27 de maio de 1773.....	1:440$000
Para a fabrica de lavrar vidros, estabelecida por José Mendes da Fonseca, por aviso de 12 de maio de 1774, e resolução immediata de 19 de junho de 1779.....	249$720

Para a fabrica de folhetas para a cravação de pedras preciosas, e de fivellas, e quincailherias de metal, estabelecida no Pombal, em 1776, por Augusto Ludovico Thimme	96$000
Para a fabrica de belbutes, bombazinas, e fostões de algodão, estabelecida por condições, confirmadas pelo alvará de 17 de setembro de 1774, em Sacavem, por Guilherme Mac-Cormik...	2:400$000
A Guilherme Stephens para a fabrica de vidros da Marinha Grande, na comarca de Leiria, estabelecida por condições, confirmadas pelo alvará de 7 de julho de 1769	32:000$000
A José de Magalhães e Estevão Larcher, para a fabrica de tecidos de algodão, estabelecida por condições, confirmadas pelo alvará de 5 de agosto de 1775, na quinta e palacio, que foram dos duques de Aveiro, em Azeitão.....	12:000$000
A Francisco Moilhol e Manuel Pereira Guimarães para a fabrica de lanificios de Cascaes.....	10:000$000
A Fernando José Loran para uma fabrica de botões, e fivellas de metal, e outras quincailherias, estabelecida no Lumiar, pela resolução de 7 de maio de 1774, e depois mudada para Alcobaça.....	2:000$000
A Paulo José da Rocha para outra fabrica de quincailherias.....	144$000
A Pedro Leonardo Mergoux e Theotonio Pedro Heitor, para a fabrica de tapeçarias em Tavira.....	4:000$000

É claro que estas applicações do donativo affastavam-se da sua instituição, mas faziam se com o consentimento tacito do corpo de commercio, que o offerecêra.

Eis-aqui pois, como o corpo de commercio de Lisboa concorreu poderosamente para a reedificação da cidade, e

para a illustrada e efficaz protecção que o sabio marquez de Pombal deu á industria nacional.

É para esta praça commercial um brazão o honrado e patriotico procedimento dos seus negociantes. E não é só este, por mais vezes os commerciantes de Lisboa deram provas do seu amor da patria.

MEMORIAS DE BOCAGE

I

Todos sabem que o grande poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage foi perseguido pelo intendente geral da policia e pela inquisição, como auctor de *papeis impios, sediciosos e criticos*, e que esteve preso no Limoeiro, depois nos carceres da Inquisição, e afinal no mosteiro de S. Bento e no hospicio das Necessidades.

Foi Bocage denunciado, particularmente por causa da celebre epistola a Marilia, que começa *Pavorosa illusão da eternidade*, e de um soneto satyrico dirigido á côrte de Roma, depois da fuga do Papa em 1797.

Bocage soube da perseguição que se lhe movia e homisiou-se a bordo de uma corveta, que devia partir em breve para o Brasil; mas o intendente geral da policia teve conhecimento do esconderijo do poeta, e lá o mandou prender.

A 10 de agosto de 1797, entrou Bocage no Limoeiro. O intendente empregou todos os meios para o comprometter, e não só a elle, mas ás pessoas com quem convivia. Depois, a justiça entregou o malfadado poeta á inquisição, para cujos carceres passou em 7 de novembro do mesmo anno de 1797.

Nos carceres da inquisição gemeu o poeta até 17 de fevereiro de 1798, dia em que entrou no mosteiro de S. Bento, como consta do *Dietario* do mesmo mosteiro.

Bocage, em quanto penou encarcerado pelos devassos, em

nome da moralidade e da religião, dirigiu eloquentes epistolas a diversas pessoas influentes, e entre ellas ao marquez de Ponte de Lima. Na epistola dirigida a este fidalgo, Bocage tão dorido estava da perseguição que lhe faziam, que assim se expressava:

.....que a perder o gosto á fama
Até já me ensinou a adversidade.

Como é sentida a instancia que o poeta faz ao fidalgo para que se interesse por elle! São admiraveis estes versos:

Embebe o coração flexivel, brando,
Na maviosa dôr, que em mim suspira.
Que em mim por teu soccorro está chamando.

Vamos transcrever do *Dietario* do mosteiro de S. Bento o que n'elle ficou archivado ácerca da estada de Bocage n'esse mosteiro. São indicações curiosas para a biographia do poeta.

No *Dietario* do mez de fevereiro de 1798, sob o titulo de *Providencias internas em qualquer ramo da administração publica*, lê-se o seguinte:

«A 17 do presente mez de fevereiro foi mandado para este mosteiro, pelo tribunal do Santo Officio, o celebre poeta Manuel Maria du Bocage, bem conhecido n'esta côrte pelas suas poesias, não menos que pela sua instrucção. Tinha sido preso pela Intendencia, e elle reclamára para o Santo Officio, onde esteve, até ser mandado para este mosteiro, apesar de encerrar no seu recinto o regimento de Gomes Freire, seis expatriados, e um preso do estado do julgado levantamento de Minas Geraes.»

No *Dietario* do mez de março do mesmo anno de 1798, estão os seguintes assentos:

«Em 12 do presente mez de março, recebeu o padre D. Abbade d'este mosteiro, o muito reverendo padre prégador, fr. Manuel de Santa Rita e Vasconcellos, uma carta do tribunal do Santo Officio, em que dava por findo o motivo por que veiu para este mosteiro Manuel Maria du Bocage, e que o podia entregar á ordem do intendente geral da policia, cobrando recibo da sua entrega.

«No dia 13 do mesmo mez, recebeu o mesmo padre D. Abbade ordem vocal do ministro secretario d'estado dos negocios do reino, para que, pedindo-se pela intendencia a entrega do dito Bocage, se dissesse ao ministro que lhe fallasse antes de tudo, que o havia assim determinado Sua Magestade.

«O dito ministro d'estado mandou tambem a instancias do mesmo padre D. Abbade alargar mais a prisão, não só ao sobredito Bocage, mas tambem ao padre José da Silva, preso do estado, pelo bom comportamento de ambos desde que vieram para este mosteiro.

«A 22 do presente mez, recebeu o mesmo padre D. Abbade carta do intendente geral da policia, trazida pelo corregedor dos Remolares, para ser transferido d'este mosteiro para o hospicio das Necessidades á ordem do principe regente N. S. o dito Bocage, cuja ordem teve effeito a 24 d'este mez.»

Por aqui se vê que o ministro do reino, que era José de Seabra, se estamos bem lembrados, se interessava por Bocage, e que naturalmente a influencia de pessoas poderosas obstou a que o poeta soffresse maiores perseguições.

Convém archivar todos estes factos, porque a outros indagadores poderão encaminhar na descoberta de algumas circumstancias ainda ineditas da vida de Bocage.

A pello vem mencionarmos outro assumpto que consta do *Dietario* benidictino, relativo a um infeliz que tambem esteve preso no referido mosteiro, e que é do theor seguinte:

«Em 13 do corrente (agosto de 1799), depois de ser já noite, o marquez de Penalva trouxe a este mosteiro, da parte do Santo Officio, a Joaquim José Pedro da Veiga, para ser instruido pelo muito reverendo padre mestre fr. José de Santa Escolastica, mas anda pelo mosteiro e cerca sem apparencia de prisão como dizia a carta do tribunal. Este homem é de uma pequena estatura, merece o nome de *dogmatista*, por ter composto um cathecismo, em que ensinava os casos dos herejes antigos e protestantes de hoje, e negava as verdades christãs, e que fazia conta mandar imprimir fóra do reino. Porém está convencido, e com a cabeça fraca, talvez de muito pensar.»

O redactor do *Dietario*, apesar de benidictino, lá lhe parecia que *pensar muito enfraquece a cabeça*, por isso o bom do frade pensava pouco, e comia muito e bebia melhor, para ter a cabeça forte. É uma ingenuidade de frade.

O tal Joaquim José Pedro da Veiga, que não temos noticia de quem fosse, saiu livre por ordem do Santo Officio em 12 de fevereiro de 1800.

II

No dia 14 de maio de 1862, morreu o sr. José Pedro da Silva, muito conhecido por *José Pedro das Luminarias*. Em 20 do mesmo mez e anno publicámos uma noticia a seu respeito, a qual, aqui tem cabimento, tratando-se de *Memorias de Bocage*.

Com 97 annos compridos desceu á terra o sr. José Pedro da Silva, pois nascera a 11 d'abril de 1772, em Paço d'Arcos.

Ainda antes da guerra peninsular era o sr. José Pedro já conhecido, particularmente dos poetas do tempo, com quem convivia, pela frequencia que faziam ao botequim onde serviu, e depois ao seu.

Foi administrador do afamado botequim denominado *Nicolla* [1], por pertencer a um italiano d'esse nome. Era este botequim no Rocio, na loja onde agora está a livraria do sr. Silva Junior, e ahi era o quartel general dos escriptores da época, que todas as noites ali se reuniam.

José Pedro depois estabeleceu um botequim por sua conta, n'uma loja proxima á do *Nicolla*, que é hoje de chapeleiro, do sr. Carvalho. Foi ahi o celebre botequim das *Parras*, assim chamado porque a pintura interior representava fo-

[1] Antes do terramoto de 1755 existiu um italiano, chamado Nicolla, o qual foi o primeiro fabricante de velas de cebo, que houve em Lisboa, segundo lemos no XIV vol. das *Obras* de Manuel de Figueiredo a pag. 131. Ahi diz o irmão d'este celebre poeta, Francisco Xavier de Figueiredo, o seguinte:

«Ha setenta annos, quando se amotinou a gente com o grande Nicolla, no Lagar do Cebo, junto ao pateo das Comedias, se bem me lembro, n'aquelle terreno, que fórma hoje o primeiro quadrilongo entre a rua Augusta, e a travessa da Palha quando se entra do Rocio, que foi o primeiro fabricante de velas de cebo, em que julgo se fallou em Lisboa.»

E continua:

«Continuaram a fazer-se velas de cebo com pavios de estopa com cada

lhas e cachos de videira. Acabou este famigerado botequim ha 10 ou 12 annos.

O botequim das *Parras* veiu a ser o ponto de reunião dos mais celebres poetas do principio d'este seculo. Ali faziam as suas sessões nocturnas Bocage, D. Gastão, Pato Moniz, Bingre, Malhão, Santos Silva, João Bernardo da Rocha e outros.

O famoso padre José Agostinho de Macedo naturalmente não frequentava o botequim das *Parras*, porque desde muito que era inimigo declarado de Bocage. O padre era constante n'uma loja de chapeleiro, que ficava fronteira ao botequim.

Ao chapeleiro ia prégar as tardes o immoral padre, e a isto allude Bocage, na satyra *Pena de Talião*, quando diz:

> Tu, que.....
> As praças de Ulysséa á toa opprimes,
> Ou do bom Daniel na terrea estancia
> Peçonhas de invectiva espremes d'alma,
> Que entre negros chapéos tambem negrejas.

O *bom Daniel* era o chapeleiro onde o descarado padre ia, como diz Bocage «arranhar mortos, atassalhar vivos.»

Havia no botequim das *Parras* um gabinete reservado, onde os poetas se reuniam, e a esse gabinete chamavam o *Agulheiro dos sabios*, era aqui que se juntava o *claro auditorio* para quem Bocage apella, quando exclama na *Pena de Talião*.

> Claro auditorio meu, vingae-me a gloria!

No *Agulheiro dos sabios* fazia-se poesia, discutia-se politica e tratavam-se todas as novidades do tempo, e bebia-se

aresta, que mais parecia cavaco, pois em lhe chegando o fogo estava o cebo na palmatoria, ou na garrafa.»

O logar do Cebo ficava effectivamente perto do pateo das Comedias, da rua das Arcas, porém não onde diz Figueiredo, porque era mais para o lado da rua da Prata.

Não sabemos se o Nicolla do botequim do Rocio seria descendente do Nicolla da fabrica de cebo.

Se o italiano Nicolla foi o primeiro fabricante de velas de cebo, em Lisboa, um italiano, José Osti, nos nossos dias, foi o introductor dos phosphoros, em Portugal.

É curioso o pormenor de Figueiredo a respeito de se usar metter as velas de cebo, em garrafas, das usuaes de vinho, como ainda hoje fazem os pobres.

bem E mais tarde, em 1820, foi um centro revolucionario, onde se preparou em grande parte o glorioso movimento d'esse anno.

Quando os francezes foram expulsos de Portugal, e ainda antes, começou a popularisar-se José Pedro da Silva com as illuminações do seu botequim e da casa em que morava, que era a mesma em que falleceu, e na qual residia desde o anno de 1801.

As illuminações eram brilhantes: eram arcos vistosos, lanternas de côres, poesias dos frequentadores do botequim, quadros allegoricos, os retratos dos heroes da época. A illuminação pela saida dos francezes foi a mais celebre, e diz-se que n'ella dispendeu José Pedro mais de 600$000 réis; ficou fallada.

De tudo fez a descripção um dos poetas seus amigos, sendo acompanhada de todas as poesias que n'ella figuraram. A relação d'esta festa, que José Pedro imprimiu á sua custa, teve grande venda, e o producto foi por elle applicado em beneficio da Casa-Pia.

D'ahi em diante todos lhe ficaram chamando o José Pedro *das Luminarias*, e elle justificando o appellido, desde então poz sempre luminarias na sua casa, que era o 3.º andar por cima da loja, em todos os dias de galla e de festejo publico. Ás vezes era aquelle 3.º andar, onde brilhavam nove lanternas, nas tres janellas que lhe pertenciam, a unica casa que se via illuminada na cidade, mas José Pedro não faltava a esta demonstração de alegria patriotica.

José Pedro da Silva foi sempre liberal, e por isso perseguido. Esteve preso por occasião da *abrilada* em 1824, e no tempo do governo do ex-infante D. Miguel foi obrigado a homisiar-se.

O espirito dos serões poeticos do *Agu'heiro dos sabios* era liberal. Bocage fez uns sonetos á liberdade, que lhe iam custando alguns incommodos.

É curioso o que se lê no prologo do poema dos *Burros* ácerca do botequim das *Parras;* diz o padre José Agostinho:

«O espirito da Asneira preparou no centro de Lisboa um domicilio onde quiz levantar o throno e dilatar o imperio dos sandeus.....

«.....*d'ali, assim como do club dos Jacobinos de Pa-*

ris, se prepararam e dirigiram todos os golpes contra todos os governos que não fossem revolucionarios.....

«Fallo de um botequim ou café de um José Pedro da Silva, no Rocio, de Lisboa, sanctuario conhecido não só aos vagabundos de Lisboa, mas aos estupidos e alvares provincianos.....

«.....ali presidia a Asneira desde que o orate Bocage, levantado, de motu-proprio e poder absoluto, em sultão do Parnaso portuguez, ali começou a beber e a gritar.»

Para o padre devasso o botequim das *Parras* era como o club dos Jacobinos, um centro de revolucionarios ou liberaes perigosos. O padre foi sempre assim.

Em 1821, José Pedro da Silva foi nomeado continuo do congresso; em 1826, continuo do ministerio da marinha, e em 1834 chefe dos continuos da camara dos pares, logares que exerceu até á sua morte.

Foi José Pedro da Silva amigo dedicado e favorecedor dos engenhos que mais illustraram o principio d'este seculo. São bem notorios os serviços que elle prestou ao desditoso Bocage. Quando este poeta, de tão claro engenho, caiu enfermo, José Pedro da Silva accudiu-lhe com a mais extremosa amisade, e com exemplarissima dedicação.

Da *Livraria Classica*, dos srs. Castilhos, transcrevemos a singela narrativa, escripta pelo proprio amigo do poeta, dos favores que lhe fez, durante a enfermidade de que veiu a fallecer.

Eis-aqui como o sr. José Pedro conta os seus bons serviços a Bocage:

«Desde o dia em que Bocage cahiu doente não lhe desamparei o leito, visitando-o todas as tardes, e afinal quasi permanecendo ao seu lado. No progresso da molestia, incommodado de observar tanta indigencia, e notando que todos os amigos lhe dirigiam producções, a que geralmente respondia em bons sonetos, disse-lhe eu:

«—Ó sr. Bocage, dá-me estes versos dos ultimos dias?

«Não m'os recusou, e sahi logo de sua casa para a imprensa régia, a dar ao prelo a collecção que corre com o titulo: *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicados a seus bons amigos.* Passados tres dias, an-

dava eu por toda a Lisboa pedindo a quantos encontrava, um cruzado novo, por cada folheto, para Bocage. No primeiro dia passei 112, no segundo 64, e assim seguidamente, cujo producto na mesma noite lhe entregava. Depois, obriguei-o a incluir exemplares a muitas pessoas ricas, em cartas do seu proprio punho, que tinham geralmente em resposta, dez, vinte mil réis, e mais, de fórma que não só até á morte subsistiu d'esses recursos, mas ainda durante annos viveu d'elles sua irmã; e declarava Bocage nunca em sua vida vira tanto dinheiro junto.»

José Pedro nunca desamparou o seu amigo Bocage até que este exhalou o ultimo suspiro. E depois de morto costeou as despesas do funeral, e acompanhou-o até que o ultimo punhado de terra escondeu para sempre o corpo d'aquelle gentil espirito.

A outros poetas valeu José Pedro da Silva. Á sua custa mandou imprimir a *Brasiliada* de Thomaz Antonio dos Santos e Silva, excellente poeta, a quem a fortuna não sorriu.

Estes factos dão uma justa celebridade ao nome do sr. José Pedro da Silva. Era como um Mecenas dos poetas, porque procurou auxiliar engenhos queridos das musas, mas desfavorecidos da fortuna.

Bocage pagou-lhe n'um soneto a extremosa amisade, de que lhe deu tão exuberantes provas. O soneto é o que começa

Josino amavel, que zeloso engrossas
Bens, que mesquinho Apollo aos seus permitte,
Que, os não longe talvez d'ermo limite,
Agros meus dias, compassivo, adoças.

Do honroso plectro meu com jus te apossas;
. . . . . .
D'est'arte abrindo o genio o seu thesouro,
. . . . . .
Pagava em metro o que devia em ouro.

O poeta pagou, na moeda que possuia, os serviços do seu amigo; serviços que lhe attenuaram as amarguras dos seus ultimos dias.

Compete pois ao sr. José Pedro da Silva uma commemoração honrosa, pelo que fez em favor de fecundos e nobres engenhos, honra das lettras patrias.

O sr. José Pedro era extremoso pela sua familia. Tinha duas filhas já bastante edosas, e ouvimos que lhes deixára além do monte-pio, cinco contos de réis em inscripções, producto das suas economias.

No principio d'este mez, quando foi receber o seu ordenado á secretaria da marinha, disse para os seus amigos:

—Esta é a ultima vez que aqui venho.

—Porque, sr. José Pedro? lhe perguntou um empregado.

—Conheço que esta vida está a findar.

—Ora essa! O sr. José Pedro está ainda muito robusto.

—Nada. Esta machina está a desfazer-se.

E as lagrimas rebentaram-lhe dos olhos.

Foi um presentimento.

JUSTIÇA DE ALGUM DIA

Encontrámos os dois documentos que abaixo seguem, e mostram mais uma vez, que a lei, n'este paiz, era uma para os poderosos, e outra para os pequenos.

O que contrista é que em taes documentos esteja a assignatura de um homem de tão elevado espirito, como Alexandre de Gusmão. Emfim, os homens geralmente não elevam as suas idéas além do seu tempo.

Dizem assim os dois documentos:

«Carta regia para Francisco Carrero de Figueiroa, reitor da universidade de Coimbra: Eu el rei vos envio muito saudar. Vi a consulta que me fizestes sobre o formulario dos actos de meu sobrinho D. João Carlos; e como seja certo que as regras estabelecidas, para se guardarem entre os meus vassallos, não comprehendem as pessoas reaes, nem as que lhes são immediatas; vos estranho muito as mesmas duvidas, assim por este respeito, que não deveis perder de vista, como porque déstes a conhecer a fraqueza d'essa universidade, na ignorancia que tendes para poder tratar com pessoas de alta qualidade. Fazei tambem estudo politico, que é preciso aos homens que desejam ser sabios, se quereis merecer a minha protecção. Lisboa, a 4 de abril de 1742. Rei.

«Aviso de Alexandre de Gusmão ao sr. D. João.

«Illmo e ex.^{mo} sr.

«El rei viu a consulta da universidade, pela qual se certificou das duvidas que tinham o reitor e lentes d'ella sobre

o formulario dos actos de v. ex.ª, e dando-se por mal servido os reprehende por carta d'este correio. Viu tambem a carta de v. ex.ª, e ponderando os seus escrupulos, o quiz eximir d'elles, mandando que v. ex.ª se recolha á côrte, sem despedir-se de pessoa alguma empregada no ministerio da universidade. A pessoa de v. ex.ª guarde Deus muitos annos. Lisboa, a 4 de abril de 1742.

«Beija as mãos de v. ex.ª com affecto e respeito.

«*Alexandre de Gusmão.*»

«Sobrescripto.—Ao sr. D João Carlos de Bragança. principe do sangue real da familia de Portugal.

«Coimbra.»

Já se vê que o sr. D. João Carlos de Bragança, por ser principe de sangue real de Portugal, estava exceptuado de se sujeitar ás leis e regulamentos universitarios. Estava isto nas idéas do tempo, em que predominava o regimen dos privilegios.

Hoje, porém, não impera aquelle regimen; e porventura não ha excepções para os principes?

D. João de Bragança queria naturalmente obter os graus academicos, segundo um formulario diverso do que ordenava o regulamento, e hoje os principes não seguem postos no exercito e na marinha, sem todavia se sujeitarem ás condições impostas pelas leis, em taes casos, a todos os cidadãos? Sem cursarem as escolas, sem os tirocinios, temos visto os principes chegarem a postos elevados, que exercem effectivamente, preterindo os cidadãos, que são obrigados a sacrificios de tempo e de dinheiro, e a exames, para ganharem os postos.

A monarchia cedeu o que não podia deixar de ceder ás exigencias do tempo; mas ainda lhe ficaram muitos privilegios, que se contrapoem á lei constitucional, e que são odiosos, por que offendem direitos de terceiro.

Apresentaremos agora outro caso, que será censura do tempo passado ao tempo presente.

No anno de 1793 os criados do duque de Cadaval faziam contrabando, e vendiam os objectos ou fazendas roubadas aos direitos, no proprio palacio do duque, no Rocio. As auctoridades tiveram noticia do caso, e foram ao palacio do duque para apprehenderem o contrabando; os criados contrabandistas resistiram ás auctoridades, e chegaram a mal-

tratar os ministros encarregados da diligencia. O duque de Cadaval acudiu ao conflicto, e fez causa commum com os seus criados, maltratando tambem os ministros.

Chegou a noticia do facto ao conhecimento do governo; e no dia 21 de agosto, dois dias depois do acontecimento, um aviso expedido ao corregedor do crime da côrte e casa, lhe ordenava que fosse prender o duque de Cadaval, *pelos insultos e attentado horroroso perpetrado contra a justiça e seus ministros*, e que o levasse para a torre de Belem, onde estaria recluso por oito dias, e depois se retiraria para Evora, onde permaneceria até segunda ordem.

Logo em 6 de setembro, porém, foi dirigido ao duque o seguinte aviso:

«S. M. depois de ter com as providencias da justiça, occorrido aos excessos praticados no dia 19 de agosto proximo passado, na casa de v. ex.ª, em que v. ex.ª mesmo tão desagradavelmente foi implicado; tomando em consideração a pessoa de v, ex.ª e o devido que com ella tem; o respeito e affecto hereditario na sua casa á real, d'onde vem; o reconhecimento e submissão com que v. ex.ª se offereceu e delatou immediatamente, que aconteceram os ditos excessos; e o respeito, veneração e obediencia com que recebeu e cumpriu as reaes ordens para a torre de Belem e para Evora; me ordena participe a v. ex.ª que tendo logar n'estas circumstancias o exercicio da sua real benevolencia e a boa vontade que lhe tem: ha por completa a reparação da justiça, e ha por bem que v. ex.ª possa desde já voltar a esta côrte e á real presença: Confiando S. M. da pessoa, das obrigações, e das virtudes de v. ex.ª, que ha de merecer a continuação do real favor e estimação com que sempre o honrou.—Deus guarde a v. ex.ª—Palacio de Queluz, em 6 de setembro de 1793.—*José de Seabra da Silva.*—Sr. duque de Cadaval.»

O duque de Cadaval era parente da rainha e a pessoa mais qualificada da côrte, e sem embargo recebeu o castigo prompto do attentado que praticára; e o aviso real, sendo tão benevolo, era ao mesmo tempo uma lição mestra.

Comtudo, hoje, um fidalgo na posição do duque de Cadaval, seria par do reino, e como tal competia-lhe ser julgado pela sua camara; e passaria incolume. E mesmo se fosse

algum figurão influente, deitava-se agua na fervura, buscava-se alguma desculpa, e o figurão não tinha o trabalho de residir por oito dias na torre de Belem, e dar o seu passeio forçado até Evora.

As leis hoje não auctorisam as distincções em face da justiça, mas os respeitos ainda podem muito. O mal já não é das leis, mas está ainda nas influencias que ficaram do antigo regimen.

Diremos agora quem foi aquelle D. João Carlos de Bragança, a que se referem os documentos que acima transcrevemos.

D. João Carlos de Bragança, foi filho de D. Miguel, filho bastardo d'el-rei D. Pedro II, que o houve de D. Anna Armanda de Vergé, a qual, sendo de curta edade, veiu com sua mãe de França, ao serviço da rainha D. Maria Francisca de Saboya.

D. Miguel foi reconhecido principe de sangue real, por el-rei D. João V, e em 1715 casou com D. Luiza Casimira de Sousa Nassau, representante da illustre casa dos Sousas, e herdeira dos titulos de Arronches e de Miranda.

D. Miguel morreu a 13 de janeiro de 1724, quando apenas contava vinte e cinco annos, afogado no Tejo. N'aquelle dia recolhia-se com seu irmão D. José, outro bastardo d'el-rei D. Pedro II, mas havido de outra senhora, de uma caçada ao outro lado do Tejo. O patrão do escaler em que vinham caiu ao rio, o escaler perdeu o leme, sobreveiu-lhe vento rijo, e virou-se. D. José e dois remeiros conseguiram collocar-se sobre a quilha; mas D. Miguel, os outros remeiros, e a gente da comitiva, logo desappareceram.

O escaler foi levado pela corrente até se enrascar na amarração de uma galera, e foi então que D. José e os remeiros poderam ser soccorridos.

O cadaver de D. Miguel appareceu no dia 3 de fevereiro, e foi levado para Santa Catharina de Ribamar.

Do consorcio de D. Miguel com D. Luiza Casimira de Sousa houve dois filhos e duas filhas. D. João Carlos de Bragança foi o mais novo dos varões, e nasceu a 6 de março de 1719. Veiu a succeder na casa e no titulo de duque de Lafões, por morte de seu irmão mais velho, que recebera aquelle titulo d'el-rei D. João V.

D. João de Bragança foi um homem distincto pelo seu

saber e pelos seus serviços. Viajou muito; serviu a imperatriz Maria Theresa, na guerra chamada dos-sete-annos, contra o grande Frederico da Prussia. Teve trato e convivencia com os homens mais celebres do seu tempo. Foi o fundador da Academia Real das Sciencias, em cujo edificio se conserva respeitosamente um retrato em marmore, com uma honrosa inscrioção latina, que ultimamente se lhe poz por ordem da academia, e que escreveu o erudito academico, o sr. A. J. Viale.

O duque de Lafões morreu com 87 annos, em 1806, e foi um dos ultimos fidalgos que deram lustre á sua classe e a este paiz.

OPULENCIA E MISERIA

O reinado d'el-rei D. João V foi realmente famoso pela magnanimidade do soberano. Parecem contos de fadas as narrativas de tamanha opulencia. Custa a acreditar como o thesouro publico podia satisfazer tão liberalmente todos os caprichos do monarcha. Para elle não havia impossiveis. Dir-se-hia que á sua voz se abrira a terra, para lhe dar o oiro que desejasse. Mas quanto dinheiro desperdiçado? Quanto oiro arremessado ás mãos de pedintes, que abusavam do grande animo e da exaggerada piedade do soberano?

Em 1742, a 10 de maio, estando el-rei D. João V, em despacho, foi accommettido do primeiro ataque de paralysia que lhe tomou o lado esquerdo. Esta enfermidade d'el-rei foi uma mina para os frades e para as confrarias. Começaram logo as preces e as procissões, de dia e de noite. As communidades andavam de umas egrejas para outras com as imagens de mais devoção, e disciplinavam-se a ponto de lhes rebentar o sangue! O Senhor dos Passos foi para a Patriarchal; a imagem da Senhora do Carmo, do convento d'essa invocação, esteve no proprio aposento do rei. Emfim, era uma ostentação de piedade, e ao mesmo tempo de affecto pela pessoa do rei, que tocaria as raias do sublime, se não se descobrira no meio de todo esse apparato religioso, a especulação com o espirito fraco do soberano.

A todos esses actos de devoção e de sympathia pelo rei, correspondiam as liberalidades soberanas, e por isso os frades semeavam para colher.

As academias litterarias tambem se empenhavam nos tes-

temunhos de vassalagem ao rei. A academia dos *Escolhidos*, fundada a 22 de abril do mesmo anno de 1742, na rua de S. João da Praça, com o fim *de lêr o methodo de fazer historia e a arte de escrever*, e de que era presidente José Freire Monterroyo Mascarenhas, que instituiu a *Gazeta de Lisboa*, propoz varios problemas para assumpto de um *certame*, que duraria tres dias, em applauso das melhoras d'el-rei.

Era o primeiro problema:

«Se foi tão grande a molestia de S. M. como a affectuosa «piedade dos seus vassallos.»

O segundo problema era:

«Se na doença de S. M. mostraram mais finesa nas suas «rogativas os habitantes d'esta côrte, ou os moradores dos «logares distantes »

E o terceiro problema era:

«Se foi n'este reino tão grande o sentimento na queixa de «S. M. como o gosto na sua melhora.»

E estes tres problemas haviam de desenvolver-se em odes latinas, em romances heroicos, romances vulgares, lyras, sonetos, epigrammas, oitavas e decimas.

Que assumptos, que escolhiam os poetas do tempo, para dar largas á sua veia poetica! Nada póde imaginar-se mais futil e semsaborão.

Quando el-rei melhorou, mandou repartir magnificas esmolas pelas communidades e confrarias que tinham saido em procissão de preces; assim, por exemplo, deu á irmandade dos Passos da Graça 5:000 cruzados, e prometteu 2:000 em cada anno. Á Senhora do Carmo offereceu um riquissimo vestido, com uma joia, avaliado em 3:000 cruzados. Ás communidades pobres mandou dar 200$000 réis a cada uma, e ás que levaram imagens ou reliquias ao paço, 400$000 réis a cada uma; e os conventos arrabidos tambem receberam a 400$000 réis. Para as obras da nova egreja parochial de Santa Isabel, que então se construia, deu 10:000 cruzados. Muitas freguezias foram contempladas com avultadas esmolas, e prometteu mandar levantar a egreja de Nossa Senhora das Necessidades, que então era apenas uma ermida. Á imagem da Senhora do Carmo, além do vestido, que foi feita na nova fabrica das sedas, fundada em 1734, lhe deu oiro para uma corôa, e outra para o Menino que tem nos braços, que com as pedras preciosas, importaria em 5:000 cruzados.

Os medicos aconselharam a el-rei os banhos das Caldas para o seu completo restabelecimento, e logo se deram as ordens para a reparação das estradas, construcção de palacios de madeira para alojamento da côrte. Feliz tempo em que se concertavam as estradas, na occasião em que o rei viajava! Ainda hoje, apesar de tanta democracia, se usa em algumas coisas do mesmo modo.

Dias antes da partida d'el-rei, saiu para as Caldas, o cardeal da Cunha para *benzer* as estradas.

Embarcou o rei no seu grande escaler, remado por 40 homens, indo com elle o principe, os infantes, os medicos, D. Gaspar da Encarnação, o padre Carboni; e adiante ia outro escaler levando a imagem da Senhora das Necessidades, e dois braços de prata com as reliquias de S. Vicente e de S. Bento. E não faltavam no prestito os priores de S Nicolau e de S. Miguel, que gosavam do especial favor do rei. A Villa-Nova vieram esperal-o varias communidades, e logo mandou dar a uma 400$000 réis, e a outras 200$000 réis.

Para subir a calçada de Espinhaço de Cão, ia o coche real puchado por 10 parelhas de machos!

El-rei, antes de partir para as Caldas, mandou dar 200 moedas a cada um dos medicos da camara, e 100 aos de fóra que lhe assistiram, com a mercê do habito de Christo e uma tença de 100$000 réis pagos na casa da moeda; e aos criados, que o serviram na doença, quiz que se dessem 60 moedas a cada um.

Os priores de S. Nicolau e de S. Miguel, que acompanharam el-rei ás Caldas, levaram cada um 12:000 cruzados em moedas de prata de 120, 100 e 60 réis, para se distribuirem pelos pobres.

Os frades de Alcobaça, apenas a côrte chegou ás Caldas, enviaram-lhe um presente que constava do que se segue:— 69 vitellas, 194 presuntos, 182 queijos, 210 perús, 692 gallinhas, 12 cargas de fructa, 36 paios, 333 caixas com doces — dividindo pelas pessoas reaes e individuos da côrte aquellas comedorias.

El-rei repartiu o mimo dos Bernardos, que viera expressamente para a sua pessoa e da rainha, o infante e seus dois filhos naturaes, que estavam na quinta de Silverio da Silva, proximo de Alfeizarão, pelos cardeaes da Motta e da Cunha, e pelos frades arrabidos das Gaeiras, mandando a estes mais

200$000 réis de esmola. O guardião veio agradecer a el-rei a sua caridade, e S. M. mandou dar-lhe mais 200$000 réis! Era um nunca acabar, era uma fonte inexaurivel para os conventos, o real bolsinho, que vinha a ser o thesouro publico! Além d'estes donativos, ainda el-rei mandou aos arrabidos de Santarem e de Valle de Figueira, a cada convento 200$000 réis, e ao Senhor da Pedra 10:000 cruzados para as obras da sua egreja!

Os donativos e gratificações que el-rei deu, quando acabou os banhos, foram egualmente extraordinarios. Aos dois enfermeiros, que o mettiam e tiravam do banho, deu a cada um 100 peças de 6$400 réis, e a mercê de um habito de Christo, com 60$000 réis de tença, e obrigação de renunciarem o habito para continuar no mesmo mister de assistir aos pobres. Aos medicos de partido do hospital, a cada um, 320$000 réis. Ao dono das casas, que lhe serviram de paço, fez mercê de um habito com 80$000 réis de tença. Ao proprietario da casa, onde estava a rainha, que era um desembargador, aposentou-o na relação do Porto, com o ordenado de 300$000 réis. Ao prior da matriz da Villa das Caldas mandou entregar 4:000 cruzados para distribuir pelos pobres. E aos conventos mandou dar ainda mais esmolas de 200$000 e 300$000 réis. Á egreja matriz deu uma banqueta de altar completa de prata sobredoirada, e uma rica armação de damasco, e ordenou que se lhe alargasse a capella-mór.

No dia 17 de agosto regressou el-rei a Lisboa, fazendo a jornada em 12 horas; em 10, diz a *Gazeta de Lisboa.*

E ao lado d'esta grandesa verdadeiramente realenga, figurava a miseria. A administração publica não podia ser mais desamparada da vigilancia governativa. Não havia nenhuma segurança pessoal; os ladrões e assassinos eram desaforadissimos; roubava-se e assassinava-se em pleno dia, apesar de trabalharem constantemente duas *polés*, uma das quaes no Rocio, sem embargo da forca estar em exercicio todos os mezes, e apesar do espirito religioso, que parecia exercer tamanha influencia.

A administração militar era um fóco de ladroeiras. Os assentistas impunemente roubavam os fornecimentos. E a tal ponto chegava o desgoverno, que, no mez de março de 1742, se pagaram tres mezes de soldos e prets á tropa, e se lhe ficaram devendo ainda 6!! E n'esse tempo fugiram de Lis-

boa para Inglaterra tres assentistas, com 108:000 cruzados.

N'um jornal d'esse anno vem uma anedocta engraçada. Refere, que no dia em que se publicou a nova divisão dos bairros da cidade (25 de março de 1742), e novas providencias contra os ladrões, enviaram estes uma petição ao desembargador José Vaz de Carvalho, que servia de regedor das justiças, na qual diziam, que tinham tido noticia de que na chancellaria-mór do reino se publicára uma lei contra elles, mas que a ella queriam oppor legitimos embargos, e pediam vista para os formar, nomeando logo seus procuradores os desembargadores. F. F e F., que tambem eram seus collegas.

Era um epigramma do jornalista contra alguns desembargadores venaes. Tambem os havia então.

Mas eram perseguidos os freiraticos com tanto ou mais zelo que os ladrões. Os corregedores davam assaltadas ás portarias dos conventos de freiras, ou prendiam aquelles que passavam por freiraticos Aconteceu uma vez ser preso, entre outros, um tal Jordão de Barros e Sousa, escrivão do crime da côrte e casa, homem de 83 annos, e que para o metterem na sege, foi necessario levarem-no ao collo.

Todavia el-rei D. João V era freiratico, comprazia-se de frequentar os conventos de freiras, e a este respeito referem-se muitas anecdotas, em que figurava o proprio monarcha.

TRISTES MEMORIAS

Já todo o reino reconhecia a auctoridade de Filippe II, e ainda as ilhas dos Açores resistiam ao invasor. Foi mandada á ilha Terceira uma armada, ás ordens de D. Pedro Valdez, que não conseguiu apoderar-se da ilha, e os defensores d'esta cairam sobre os castelhanos, que haviam desembarcado, desbaratando-os com grande estrago. Os da ilha tinham posto na frente das suas hostes 300 a 400 bois e vaccas, que muito contribuiram para afugentar os inimigos.

Depois, o povo, quando queria agastar os castelhanos, dizia-lhes — *guarda boiada* — referindo-se ao successo da ilha Terceira, e era isto causa de muitas prisões e vexames contra o povo, que se vingava por aquelle modo, já que outro não tinha, porque o poder de Filippe II, e as traições da nobresa e do clero o haviam manietado.

Depois saiu o marquez de Santa Cruz, a 10 de julho de 1582, com uma armada composta de 28 naus e 5 patachos, afóra outra armada que se fez na Andaluzia, para se reunir com a que saiu de Lisboa, e foi-se ao encontro da armada, em que vinha D. Antonio, e lhe fôra fornecida por Catharina de Medicis. Aos 26 de julho pelejaram as duas armadas, e a de D. Antonio foi completamente destroçada, salvando-se o principe na ilha Terceira.

Ha quem diga que Duarte de Castro, que estivera em França, negociando por parte de D. Antonio, não fôra leal, porque já o oiro de Filippe II o havia corrompido, e que ás traições d'elle se deveu a perda da armada, pois que, de

accôrdo com seu irmão Martim de Castro, muito affeiçoado a Castella, premeditou entregar D. Antonio ao marquez de Santa Cruz. Depois, na ilha Terceira, descoberta a traição, foi Duarte de Castro degolado, bem como Estevão Baracho, seu cumplice, o qual fôra um dos que primeiro haviam acclamado rei de Portugal, em Santarem, a D. Antonio.

Ficaram prisioneiros dos castelhanos, o general da armada franceza, o coronel Strozzi e o conde de Vimioso, ambos feridos de arcabusadas, de que morreram pouco depois, aliás teriam a sorte dos demais prisioneiros. Foram estes 34 fidalgos francezes, a que a relação contemporanea que temos á vista chama — *Monsiores grandes Senhores de Villas e Castellos* — e além d'estes mais 57 cavalleiros e 313 soldados e marinheiros.

No 1.º de agosto do mesmo anno de 1582 mandou o marquez de Santa Cruz, na ilha de S. Miguel, degolar todos os fidalgos e cavalleiros, e enforcar os soldados e marinheiros, *sem perdoar a nenhum.*

Diz a relação contemporanea, que se estranhou muito que o marquez mandasse *fazer taes justiças*, podendo trazer vivos para Lisboa todos os prisioneiros, pelos quaes Filippe II poderia haver bom resgate.

N'aquelle tempo ainda os castelhanos não empregavam os *fusilamentos*, meio muito mais prompto e expedito para as *grandes matanças a bem da ordem*, como ha dias se viu em Madrid.[1]

Foi celebrada esta victoria com funcção de toiros, e uma vistosa procissão, que saiu de S. Julião!! Faltou um auto de fé, para dar mais relevo á matança dos prisioneiros; alguns judeus bem queimados deviam alegrar muito os parciaes de Castella, isto é os fidalgos e os padres.

Para completarmos este quadro, referiremos o que diz um historiador francez, o qual conta que o marquez teve os prisioneiros quatro dias encerrados em uma egreja sem lhes dar de comer, e sem que os feridos tivessem algum tratamento; nem perdoou ao padre capellão francez, o qual ouviu de confissão os seus desgraçados companheiros, e depois foi egualmente enforcado.

Corria o anno de 1583, e já havia tres annos que Filip-

[1] Este artigo foi escripto em 13 de julho de 1866; allude-se aqui á revolta de Madrid, no dia 22 de junho d'esse anno, a que se seguiram muitos fusilamentos.

pe II era senhor de Portugal, e ainda a ilha Terceira era a guarida dos portuguezes leaes a D. Antonio, e que por fôrma alguma queriam o jugo estrangeiro. Para acabar com este ultimo baluarte do patriotismo portuguez, saiu novamente do porto de Lisboa, aos 23 de julho, o marquez de Santa Cruz com uma poderosa armada, a qual constava de 5 galeões, 2 galeaças, 12 galés, 31 naus grossas, 12 patachos, 15 yarras, 14 caravelas de Portugal, 7 barcas grandes, e n'estas embarcações iam 8:970 soldados hespanhoes, biscainhos, italianos e tudescos, e além d'estes mais 3:820 homens de mar, 50 cavalleiros voluntarios, 86 entretenidos (cavalleiros que serviam com a esperança em alguma mercê, e que todavia recebiam paga), afóra gente de remo das galés e galeaças, sendo ao todo a gente que levava a armada 15:000 homens.

Esta armada conseguiu apossar-se da ilha Terceira, aos 27 de julho, e depois tratou o marquez de Santa Cruz de se assenhorear das outras. Á ilha do Fayal mandou Gonçalo Pereira propor a entrega da ilha, e o capitão d'ella, Antonio Guedes de Sousa, lhe deu uma bofetada, e o matou com um golpe de espada. Depois foi a ilha tomada, porque, apesar de bem fortificada, não podia resistir ás forças do marquez.

O capitão Antonio Guedes de Sousa foi enforcado, e a ilha saqueada.

D. Manuel da Silva, que sempre acompanhára D. Antonio, foi degolado, e depois:

Foi degolado Manuel Serradas;
Foi degolado Amador Vieira;
Foi enforcado Domingos Miguel;
Foi enforcado Bernardim de Tavora;
Foi enforcado Ayres de... capitão;
Foi enforcado Martim Dias Pilatos, *por comer figados de castelhanos*, quando foi á ilha D. Pedro Valdez:
Foi enforcado Balthasar Machado: este foi esquartejado;
Foi enforcado Domingos de Toledo;
Foi enforcado Gaspar Alvares;
Foi enforcado Gaspar de Gamboa.

E termina a relação assim:

«Outros muitos enforcaram, que por não ser comprido

este capitulo, o deixo de escrever; e d'esta maneira ficou a ilha tomada e *Portugal acabado.*»

O epilogo d'este episodio da usurpação castelhana, é bem curioso, posto que bem vergonhoso.

Diz assim a relação:

«Vindas as novas, que atrás vêdes, e tidas por certas, ordenou a cidade de Lisboa festejal as, para o que se mandou botar pregão por toda a cidade com trombetas, ao domingo 28 de agosto de 1583, que todos aquella noite puzessem candeias pelas janellas, e que se fizessem fogos toda a noite; o que se fez. No castello disparou-se toda a artilheria, mosquetaria e arcabusaria. E á segunda feira se fez uma procissão solemne, que saiu da Sé, e foi a S. Domingos com todas as ordens d'esta cidade; mas os corações não eram todos uns n'este dar graças a Deus, por que viviam os mais em esperanças de se verem em outro estado, e outros folgavam muito com este presente, dando como rasões que tinhamos um rei grande, e senhor muito poderoso, que todos o haviam de temer, e que não havia de haver ladrões no mar, que o dinheiro havia de nadar pelas ruas, e outras muitas grandesas que propunham a seu sabor, succedendo tudo por nossos peccados muito ao contrario...»

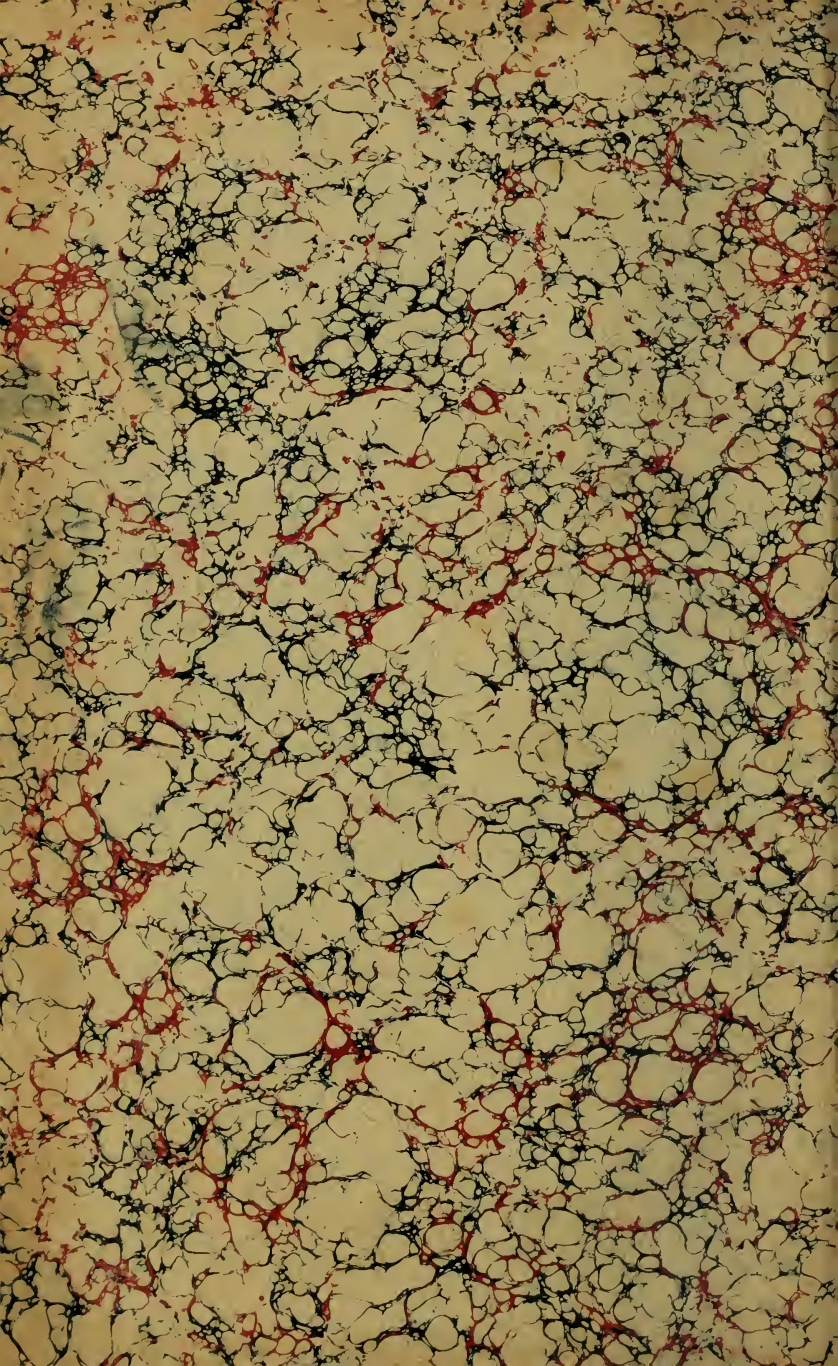
Lisboa festejava o seu captiveiro e a completa ruina do reino. Que passado tão vergonhoso! Que tristes lições de lastimosos exemplos deixaram a seus netos os descendentes dos heroes de Aljubarrota!

Mas os castelhanos sempre os mesmos—crueis e implacaveis e impoliticos.

FIM DO TOMO QUINTO

INDICE

PAG.
Estatistica de Lisboa em 1552 5
Servidão ignominiosa 38
Tristres lembranças 43
O papa e o rei de Portugal no seculo XVI 50
Hospital de Lisboa (varias noticias) 80
1640-1652.—Manuel Fernandes Villa Real 85
O Congo em Lisboa 147
O padre Manuel Bernardes 150
Elogio historico do architecto e engenheiro-mór do reino Manuel da Maia, lido na sessão solemne da associação dos architectos civis portuguezes, em 25 de março de 1867 pelo socio artista Joaquim da Costa Cascaes 156
Os botequins do Chiado 170
A torre e o relogio da Ajuda 173
Vinte e um de dezembro 176
A freira santa da Annunciada 180
A fonte da Samaritana e o paço de Xabregas 182
Conde Andeiro 186
Um retrato d'elrei D. João IV 187
Memorias de D. João de Castro 190
Memorias dos casebres do Loreto 194
Patriotismo do commercio de Lisboa 213
Memorias de Bocage 219
Justiça de algum dia 228
Opulencia e miseria 233
Tristes memorias 238



PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DP
756
G85
v.5

Guimarães, José Ribeiro
Summario de vária história

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 08 06 06 012 8